

**SAULO ESTEVES DE CAMARGO PRESTES**

**▷ ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E SUAS IMPLICAÇÕES  
NA RELAÇÃO DE OFERTA E DEMANDA NO FUTEBOL  
BRASILEIRO: O CASO DO CORITIBA FOOT BALL CLUB**

Dissertação de Mestrado defendida  
como pré-requisito para a obtenção  
do título de Mestre em Educação  
Física, no Departamento de  
Educação Física, Setor de Ciências  
Biológicas da Universidade Federal  
do Paraná.

**SAULO ESTEVES DE CAMARGO PRESTES**

**O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E SUAS IMPLICAÇÕES  
NA RELAÇÃO DE OFERTA E DEMANDA NO FUTEBOL  
BRASILEIRO: O CASO DO CORITIBA FOOT BALL CLUB**

Dissertação de Mestrado defendida como  
pré-requisito para a obtenção do título de  
Mestre em Educação Física, no  
Departamento de Educação Física, Setor  
de Ciências Biológicas da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri

## DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a todos os apaixonados pelo futebol brasileiro e, especialmente, àqueles que se dedicam a torná-lo uma referência (também) fora das quatro linhas.

## **AGRADECIMENTOS**

Início este espaço dedicando especial atenção àqueles que, mesmo distantes, sempre foram os alicerces para que eu nunca fraquejasse e sempre serão os exemplos a serem seguidos por mim durante toda a minha vida. Registro meu muito obrigado ao meu PAI, Alceu de Camargo Prestes, e a minha MÃE, Maria Cristina Boni Esteves Prestes. Estou muito contente em estar ao lado de vocês depois de longos anos.

Agradeço também minhas queridas IRMÃS, Patrícia Boni Esteves Prestes e Carina Prestes, pela sincera amizade, pelo carinho e pela cumplicidade durante os momentos que passamos juntos. Espero continuar sendo o irmão preferido de vocês (hehe).

Não poderia deixar de mencionar as contribuições de meus AVÔS e minhas AVÓS para com minha caminhada até o dia de hoje; toda a sabedoria, serenidade, alegria e amor que me transmitiram, fizeram com que sempre me sentisse orgulhoso em ser um dos seus. Minha eterna gratidão a Francisco Esteves, Yvonne Boni Esteves, Ary Baptista Prestes e Amélia Schimdt Camargo Prestes.

A esta pessoa devo expressar um misto de gratidão e desculpas. Desculpas, se em algumas ocasiões não lhe dei a devida atenção por conta dos encargos assumidos durante esta caminhada; e gratidão, por ter sido compreensiva e ter entendido o sentimento de entrega e dedicação que tive de assumir abrindo mão de alguns de nossos momentos juntos. Porém, tenha a certeza de que você é muito importante para mim. RAFA! Dedico-lhe meu amor e meu carinho.

Como esquecer deles ? Aqueles que sempre estavam me aguardando em minha terra (Itapeva e Itaberá, interior de São Paulo) com um sorriso no rosto e um abraço carinhoso; meus QUERIDOS AMIGOS! E o principal ... sempre com “suprimento excedente” na geladeira e carne na brasa! Um grande abraço e muito obrigado a vocês: Maria Clara, Luciana, João Mateus, Huguinho, Lê, Conrado, Lorenzo, Maldonado, Vinicius, Sansão, Pablo, Natale... Se esqueci alguém, espero que não seja um grande erro capaz de impedir minha entrada em algum churrasco!

Por falar em amigos, faço questão de agradecer aos que estiveram ao meu lado durante este período longo distante de minha família e me fizeram acreditar que o coração do Curitibano não é tão frio como dizem. Obrigado a vocês (não menos) QUERIDOS AMIGOS: Luciana Litz, Wilson Júnior, Gustavo, Tiago Pereira, Zanon, Thiago Oliveira, Diogo, Vizinho, Eduardo, Cuiabá, Juan Sebastian, Leonardo, João Paulo, Giovani, Feron, ... mais uma vez, se alguém não foi lembrado, nada que um puxão de orelhas não resolva.

E agora ... meus agradecimentos àqueles que tornaram esta caminhada algo muito agradável e da qual sentirei muita falta; muito obrigado a vocês QUERIDOS AMIGOS, que compartilharam comigo esses dois últimos (muito bem vividos) anos: Aline Barato, Fernando Borges, Fábio (Perna), Pedro, Ana Letícia, Ju, Bel, Leôncio, Carlos Pijak, Fernandinho, Gilmar, Aline Tshoke, Flávia, Talita, Ana Paula, Derivan, Lu, Ricardinho, Bruno Boschilia, Ricardo Lemes ...

Obs: Duas dessas pessoas merecem menção especial ...

BABI, querida amiga! Sentirei falta de nossas “mesas redondas” sobre futebol; e mais ainda, de tê-la por perto para dividir nossas incertezas e comemorar nossas vitórias (que tenho certeza que serão muitas!). De todo o coração, MUITO OBRIGADO!

E ... TATI! Humor inabalável, energia contagiante e um coração imenso! Tenha a certeza que o “caaaaaaaaaaaaaaanaaaaaaaaaaaaaariiiiiiiiiinnhoooooooooo ...” não será o mesmo! VALEU!

Agradeço imensamente à coordenação do Departamento de Educação Física da UFPR e a do Curso de Pós-Graduação em Educação Física: Professora Dra. Neiva Leite, professora Dra. Joice Mara Facco Stefanello e Daniel Dias.

Aos mestres que colaboraram para com minha formação, REGISTRO MINHA ETERNA GRATIDÃO: Profa. Dra. Doralice Lange, Profa. Dra. Simone Aparecida Rechia, Profa. Dra. Cristina Carta Cardoso de Medeiros, Profa. Ms. Letícia Godói, Prof. Dr. André Mendes Capraro, Prof. Ms. José Carlos Mosko, Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro, Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior, Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli e Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti.

Meus agradecimentos ao CORITIBA FOOT BALL CLUB se devem a dois momentos de minha vida. Primeiramente, agradeço à instituição por ter me aberto as portas, no ano de 2001, em minha tentativa de tornar-me um atleta profissional.

Apesar de não ter logrado êxito em minha tentativa, o clube me ofereceu a oportunidade de seguir meus estudos em Curitiba e, posteriormente, ingressar no curso de educação física da UFPR.

Em segundo lugar, há um ano o clube abria novamente suas portas para o mesmo jovem desenvolver sua pesquisa em seu universo social. Portanto, MUITO OBRIGADO CORITIBA.

Por fim, agradeço àquele que depositou confiança em meu trabalho e que foi muito além de suas obrigações docentes nesses dois anos. MUITO OBRIGADO PROF. DR. FERNANDO MARINHO MEZZADRI! Obrigado pelos seus conselhos, pelas cobranças e, principalmente, pela amizade dedicada. Espero que o fim dessa etapa seja apenas um até breve ...

## RESUMO

A proposta deste estudo visa contribuir com uma análise baseada na perspectiva sociológica sobre a temática referente ao Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT), elucidando especificidades das implicações desta lei no universo do futebol brasileiro; e particularmente na relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores. Considerando que o advento da lei e as próprias alterações na estrutura organizativa do futebol brasileiro acarretaram mudanças na lógica da oferta e da demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores, buscaram-se subsídios para as análises na teoria dos campos sociais elaborada por Pierre Bourdieu; e nos estudos sobre a democracia e a prática democrática construídos pelo mesmo autor e por Norberto Bobbio. Partiu-se da seguinte hipótese: apesar de o EDT apresentar uma condição objetiva para que os torcedores exerçam a cidadania se valendo de seus direitos enquanto consumidores do espetáculo esportivo, tal condição ainda não se consolidou no espaço social que delimita o futebol brasileiro por conta da insuficiente educação para a cidadania, pelas lacunas evidenciadas no EDT e pela inoperância de mecanismos reguladores que garantam a eficiência da lei. Dessa maneira apresentou-se o problema de pesquisa: De que maneira a reorganização do espaço social que caracteriza o futebol brasileiro e a implementação do EDT, alteraram a lógica da relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores ? Tendo em vista a implementação do EDT, cabe considerar que esta é uma oportunidade potencial para a ampliação da democracia e da moralidade nesse específico espaço social; é um momento no qual os torcedores têm, ainda que de maneira restrita, a possibilidade de se inserir no processo de tomada de decisões que determinam os rumos da modalidade no país. Constatou-se que o direcionamento das mudanças somente se encaminhará para sua consolidação mediante uma reestruturação tanto nas condicionantes estruturais que determinam a lógica de funcionamento do espaço social que delimita o futebol brasileiro; quanto no *habitus* social inscrito nos agentes inseridos nesse universo. Por mais que o documento legal apresente falhas e lacunas, ele inaugura uma possibilidade de se romper com a lógica através da qual a organização e promoção do futebol no Brasil foi conduzida até então; ou seja, o espaço das ofertas relacionado à modalidade, que até então era determinado de maneira unilateral e centralizada por parte dos agentes e instituições expoentes e dominantes no universo do futebol, sofre uma alteração em sua lógica de funcionamento ao conceder aos torcedores direitos amparados por uma lei específica. O processo de reestruturação do *habitus* social inscrito nos agentes inseridos no campo futebolístico brasileiro pode ser potencializado através do desenvolvimento de uma política de *habitus* materializada no estabelecimento de uma embaixada de torcedores. Contudo, o teor das evidências indica apenas uma tendência para a consolidação das referidas mudanças, pois as mesmas requerem tempo para se cristalizarem no *habitus* social dos agentes e demandam uma investigação mais detalhada para se postular considerações conclusivas sobre seus encaminhamentos.

**Palavras-chave:** Estatuto de Defesa do Torcedor; Futebol; Política; Democracia

## ABSTRACT

This study aims to contribute with a sociological analysis about the Fan's Statute, dealing with the law's effects on the Brazilian soccer; specifically on the supply and demand relationship between the Coritiba Foot Ball Club and its supporters. Thinking about the creation of this law and about the changes carried out in the Brazilian soccer's organization structures; facts that have been changed the supply and demand relationship between the Coritiba Foot Ball Club and its supporters, the analysis were been based on the fields theory developed by Pierre Bourdieu; and on the studies about democracy organized by Pierre Bourdieu and Norberto Bobbio. This is the study's hypothesis: to consolidate the changes identified at the supply and demand relationship on Brazilian soccer; besides the structural changes caused by the Fan's Statute and by the Brazilian soccer's field reorganization, it's necessary the development of a *habitus* policy, aims to reorganize the agents' *habitus* to promote new types of promotion, organization, management and consumption. Therefore, this is the guiding question of this study: How did the Brazilian soccer's field reorganization and the Fan's Statute have been changed the supply and demand relationship between the Coritiba Foot Ball Club and its supporters ? The Fan's Statute offers a potential opportunity to improve and amplify the democracy and morality on this specific social space (Brazilian soccer's field); supporters got a possibility to get involved on the decisions that determinate Brazilian soccer's field directions. The research verifies that those changes could be consolidated if they be provided by two directions: by a reorganization of the structures that determinate the operation of this social space; and by a *habitus* reorganization on the agents. The Fan's Statute have some problems and deficiencies, however it shows a possibility to change the logic of Brazilian soccer's organization and promotion; which was, the supply space was been determinate only by the side of dominants agents and institutions related to Brazilian soccer. The fans now have their rights assured by the Fan's Statute. A *habitus* policy organized by the Fan embassies could work on the *habitus*' reorganization on the agents inside the Brazilian soccer's field.

**Key-words:** Fan's Statute; Soccer; Policies; Democracy.



## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Médias de público do Campeonato Brasileiro (1971-2008)..	21
TABELA 2 – Relação de datas, jogos e competições.....	132
TABELA 3 – Perfil dos torcedores entrevistados.....	134

## **LISTA DE SIGLAS**

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
BBC – British Broadcasting  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento  
CBD – Confederação Brasileira de Desportos  
CBF – Confederação Brasileira de Futebol  
CNS – Conselho Nacional de Saúde  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
EDT – Estatuto de Defesa do Torcedor  
FIFA - Fédération Internationale de Football Associations  
FPF – Federação Paranaense de Futebol  
FSI – Football Supporters International  
JECRIM – Juizado Especial Criminal  
MSI – Media Sports Investment  
NURCE – Núcleo de Repressão Contra Crimes Econômicos  
ONG – Organização Não Governamental  
PM – Polícia Militar  
SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UEFA - Union of European Football Associations

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	11
1.1 TEMÁTICA E JUSTIFICATIVA	15
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	19
1.3 HIPÓTESE	20
1.4 OBJETIVOS	21
1.5 METODOLOGIA	22
<b>2. A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO CAMPO ESPORTIVO</b>	33
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU	33
2.2 PRECEITOS EPISTEMOLÓGICOS E A ADOÇÃO DE UMA POSTURA SOCIOLÓGICA	38
2.3 A TEORIA DOS CAMPOS SOCIAIS, O CONCEITO DE HABITUS E O CONHECIMENTO PRAXEOLÓGICO: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO CAMPO ESPORTIVO	44
2.4 PIERRE BOURDIEU E A SOCIOLOGIA DO ESPORTE: A RELAÇÃO DE OFERTA E DEMANDA NO FUTEBOL BRASILEIRO	53
<b>3. A ESTRUTURA DO FUTEBOL BRASILEIRO E SUAS INTERFACES COM A INTERFERÊNCIA ESTATAL</b>	60
3.1 OS PRIMEIROS PASSOS DO FUTEBOL NO BRASIL E SUA AUTONOMIA EM RELAÇÃO AO ESTADO	60
3.2 A FIGURA DO ESTADO INTERVENTOR SE INSERE NO UNIVERSO SOCIAL DO FUTEBOL BRASILEIRO	64
3.3 A PRETENSA AUTONOMIA: TENSÕES E DESEQUILÍBRIOS	77
3.4 CRISE NO FUTEBOL BRASILEIRO: REFLEXO DE UMA AUTONOMIZAÇÃO NÃO PLANEJADA	82
<b>4. RECENTES INTERVENÇÕES ESTATAIS NO FUTEBOL BRASILEIRO</b>	89
4.1 O ADVENDO DA LEI ZICO: PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO ÀS MUDANÇAS	89
4.2 A LEI PELÉ E O FIM DA LEI DO PASSE	92
4.3 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO EDT E AS INTERFACES ENTRE A INTERFERÊNCIA ESTATAL E A REALIDADE ATUAL DO FUTEBOL BRASILEIRO	94
4.4 ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO FUTEBOL BRASILEIRO	112
<b>5. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES</b>	131
5.1 O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E A POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA NO FUTEBOL BRASILEIRO	131

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	175
7. REFERÊNCIAS .....	184
8. ANEXOS .....	188
9. APÊNDICES .....	202

## 1 INTRODUÇÃO

O futebol, tanto internacionalmente quanto no Brasil, tem sido tema de inúmeros estudos científicos orientados a partir de preceitos teóricos e metodológicos das ciências sociais<sup>1</sup>, fato que indica a relevância cultural desse fenômeno e seu significado na sociedade contemporânea.

A fim de contextualizar a emergência do tema e do próprio objeto de estudo, é necessário realizar uma digressão para melhor compreender a trajetória histórica do futebol no Brasil<sup>2</sup>.

Tratando das origens do futebol no Brasil, é necessário retornar às últimas décadas do século XIX e às primeiras décadas do século XX, além de compreender a sua prática naquele momento enquanto um espaço restritivo de sociabilidade, como sinônimo de civilidade<sup>3</sup> (LUCENA, 2001) e de constituição de um *ethos* elitista e fidalgo (PEREIRA, 2000), que não extrapolava os muros dos clubes de elite e não se configurava como um espaço de intervenção por parte do Estado.

Durante as primeiras décadas do século XX, as características elitistas e fidalgas do futebol vão perdendo força, sua condição inicial de espaço social restritivo se enfraquece (PEREIRA, 2000) e, cada vez com mais intensidade, a modalidade vai agregando camadas menos abastadas da população brasileira em

---

<sup>1</sup> Dentre alguns trabalhos importantes, destacam-se: (PRONI, 2000), que realizou uma análise das mudanças estruturais ocorridas no futebol brasileiro através de uma perspectiva sócio-econômica; (DAMO, 2006), que desenvolveu um estudo etnográfico de natureza sócio-antropológica sobre a formação do jogador brasileiro e suas interfaces com o futebol espetáculo; (FRANCO JÚNIOR, 2007), que se concentrou em compreender o desenvolvimento da modalidade sob uma ótica sócio-histórica e (AGOSTINO, 2002) que se comprometeu em analisar o futebol sob o ponto de vista da geopolítica

<sup>2</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre a trajetória histórica do futebol no Brasil e suas inter-relações com as interferências estatais será desenvolvida no capítulo II deste estudo

<sup>3</sup> A noção de civilidade aqui citada se refere às proposições teóricas desenvolvidas pelo sociólogo alemão Norbert Elias. Para maiores esclarecimentos consultar: ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Vol 1 – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994 e ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Formação do Estado e civilização; tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v

sua prática e na assistência aos jogos nas principais cidades do país (SEVCENKO<sup>4</sup>, 1992). Esse aumento do apelo popular em relação ao futebol já demonstrava que o Estado não poderia agir de maneira inerte ou indiferente em relação a este fenômeno de massas, que estava se tornando uma manifestação característica da sociedade brasileira.

Em consonância com os envolvimento de um maior número de agentes no universo social do futebol, fazendo com que as tensões e descompassos em relação à modalidade ganhassem magnitude significativa e com o declínio da organização política oligárquica e do liberalismo republicano (RIBEIRO, 2003), o Estado passou a estruturar uma ação mais autoritária e intervencionista em diversas esferas da sociedade, inclusive no meio futebolístico.

Essa postura intervencionista do Estado se consolidou na tentativa, em inúmeras oportunidades, de se solucionar ou atenuar tensionamentos, assim como se percebe no episódio de transição para o profissionalismo (entre as décadas de 1920 e 1930) do futebol, na criação da Lei do Passe (durante a década de 1970) ou na idealização da loteria esportiva (AGOSTINO, 2002).

Mais do que a adoção de uma postura intervencionista em relação ao futebol, o Estado brasileiro, em diversas oportunidades, fez questão de se aproximar ao esporte bretão visando interesses políticos.

Fatos que corroboram tal afirmação são inúmeros: a inauguração do estádio do Pacaembú (NEGREIROS, 1997), a aproximação de Getúlio Vargas do selecionado nacional (PEREIRA, 2000), a utilização do estádio do Maracanã como “palanque” de campanha durante a Copa do Mundo de 1950 (AGOSTINO, 2002) e, a capitalização da vitória brasileira na Copa do Mundo de 1970 em dividendos políticos para o governo Médici (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Tais relatos dimensionam a proximidade estabelecida na relação entre o Estado brasileiro e o futebol, características que perduraram até meados da década de 1980.

---

<sup>4</sup> O referido autor aborda essa questão especificamente em relação à cidade de São Paulo na década de 1920

A partir desse momento a consolidação do processo de redemocratização no Brasil, materializado na Constituição Federal de 1988, e o avanço das políticas neoliberais em escala global levadas a cabo no Brasil pelo presidente Fernando Collor de Melo, impulsionaram o Estado brasileiro a atenuar a postura intervencionista até então adotada, conseqüentemente expandindo a ação do não-Estado. (BOBBIO, 1987) (FRANCO JÚNIOR, 2007)

O Estado brasileiro, ao deixar de intervir diretamente na esfera organizacional do futebol, acabou por conceder uma relativa autonomia a este espaço social; entretanto, tal situação gerou como conseqüências inúmeros desequilíbrios e tensões no que se refere às questões organizacionais e estruturais da modalidade (PRONI, 2000), transparecendo que a estrutura do futebol brasileiro não estava preparada para assumir essa pretensa autonomia e enfrentar os aspectos anômicos que passaram a ser evidentes ao depreciarem o fenômeno futebolístico profissional (RIBEIRO, 2007).

Nos início dos anos 1990 foi detectada uma “crise do futebol” brasileiro, caracterizada por diversos problemas<sup>5</sup> que apontavam para a necessidade do Estado reorganizar a estrutura da modalidade através de legislações regulamentadoras. (HELAL & GORDON, 2002)

Tais necessidades se efetivaram na elaboração de leis específicas visando reestruturar e moralizar o esporte (e particularmente o futebol) brasileiro, com criação da Lei Zico (BRASIL, 1993), da Lei Pelé (BRASIL, 1998) e do Estatuto de Defesa do Torcedor (BRASIL, 2003)<sup>6</sup>.

Atualmente, considerando as transformações ocorridas no futebol, alterando a relação entre clube e torcedor para além da passionalidade e por diversos

---

<sup>5</sup> Dentre os problemas apontados pelos autores se destacam: os financeiros, os sociais, os políticos administrativos, os esportivos e até os de caráter pessoal. Tais problemas se efetivaram em um círculo vicioso encadeado pela falência de alguns clubes, pela realização de campeonatos deficitários, por conta dos problemas relacionados á violência nos estádios e nos seus arredores e pela obscura interferência política, encabeçada pela ação dos “cartolas”, no universo do futebol. Todos esses fatores acabaram por afastar o público dos estádios e depreciar o, já considerado um produto, futebol brasileiro. (HELAL & GORDON, 2002)

<sup>6</sup>As implicações dessas leis, principalmente do Estatuto de Defesa do Torcedor, na realidade do futebol brasileiro serão abordadas mais detalhadamente no capítulo III deste estudo

problemas de ordem organizacional e operacional (calendário com muitos jogos e competições, polêmicas em relação à transparência na organização e promoção do espetáculo esportivo, incidentes violentos nos estádios e em seus arredores, além de infra-estrutura deficitária para atender o torcedor), e por consequência gerando prejuízo aos clubes e as federações; surgiu o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003) com o intuito de garantir direitos aos torcedores – que definitivamente passam a ser considerados consumidores - do espetáculo esportivo e instituir deveres a estes e as agremiações esportivas, federações estaduais, confederação nacional e, conseqüentemente, ao poder público.

Esses órgãos passaram a ser responsáveis por garantir a segurança do torcedor, a transparência do evento realizado e pela punição de responsáveis envolvidos em qualquer tipo de manifestação que deprecie e prejudique o espetáculo esportivo.

Os trabalhos científicos que englobam o Estatuto de Defesa do Torcedor e suas interfaces com o futebol ainda se encontram em fase embrionária no Brasil. Por se tratar de uma lei implementada há poucos anos atrás, mais precisamente em 2003, as implicações de sua incidência no universo do futebol ainda estão em fase de emergência.

Porém, esforços concentrados em compreender tais implicações se justificam em decorrência do significado social que essa manifestação apresenta na sociedade brasileira e dos problemas relacionados às questões organizativas, estruturais e à violência que vêm sendo evidentes na modalidade ao longo dos últimos anos.

Estudos que abordam esta temática através da perspectiva sociológica se encontram em fase de desenvolvimento no Brasil<sup>7</sup>, portanto ainda não foram divulgados em sua totalidade.

---

<sup>7</sup> Dentre tais estudos, destacam-se três artigos científicos publicados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte: (CURI, ALVES JÚNIOR, de MELO, ROJO, TERRA FERREIRA & CAMPANERUTI; 2008) Observatório do torcedor: O Estatuto. *In. Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Campinas, V. 30, n.1, p. 25-40 set. 2008; (FERREIRA CAMPOS, ABREU DE MELO, LACERDA ABRAHÃO & da SILVA; 2008) As determinações do Estatuto de Defesa do Torcedor sobre a questão da violência: a segurança do torcedor de futebol na apreciação do espetáculo esportivo *In. Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Campinas, V. 30, n.1, p. 9-24 set. 2008; e (NICÁCIO, SILVA SANTANA, SILVEIRA



Alguns estudos, em se tratando do Estatuto de Defesa do Torcedor, foram desenvolvidos através da ótica jurídica, dentre os quais destacam-se: (VIEIRA, 2003), (RODRIGUES, 2003) e (CABEZÓN, 2006).

Assim sendo, intenciona-se contribuir com uma análise baseada na perspectiva sociológica sobre a temática, elucidando especificidades das implicações do Estatuto de Defesa do Torcedor no universo do futebol brasileiro, e especificamente na relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores.

Aliado a este fato, durante os anos de 2006 e 2007 desenvolveu-se um projeto intitulado “Observatório do torcedor”, conduzido pelo Ministério do Esporte tendo como objetivos desenvolver atividades de investigação, catalogação, monitoramento, análise e disseminação de informações sobre os aspectos elencados pelo Estatuto de Defesa do Torcedor, com o apoio da Rede CEDES (Centros de Estudo e Desenvolvimento do Esporte e do Lazer), composta por Universidades dos seis estados que, durante o período, possuíam representantes na Série-A do Campeonato Brasileiro.

O desenvolvimento do trabalho de campo<sup>8</sup> durante esses dois anos ofereceu uma oportunidade de olhar para o futebol brasileiro, no que se refere à relação interdependente estabelecida entre clube, torcedores e a intervenção estatal a partir da aplicação do EDT, de maneira mais acurada em decorrência desta experiência.

---

## 1.1 TEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

A partir desse momento o foco deste estudo será as implicações do Estatuto de Defesa do Torcedor levando em consideração a relação de oferta e demanda que

---

GOMES, ABRANTES E DA SILVA, 2009) Campeonato Brasileiro de 2007: A relação do torcedor de futebol com o Estatuto de Defesa do Torcedor na cidade de Belo Horizonte (MG). In consultar. Bras. Ciênc. Esporte, Campinas, v.30, n.2, p. 25-38, jan. 2009

<sup>8</sup> O trabalho de campo consistiu em aplicação de questionários junto aos torcedores e visitas técnicas nos estádios

se estabelece no futebol brasileiro; e neste caso específico, entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores.

O principal desafio apresentado nesta proposta de estudo é tratar dessas relações a partir de um ordenamento legislativo e refletir sobre as mudanças ocorridas posteriormente ao advento do EDT na relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores.

O artigo 42, parágrafo terceiro, da Lei 9.615-98 (Lei Pelé), já afirmara que para todos os efeitos legais, o espectador pagante de espetáculo ou evento esportivo se equipara ao consumidor; se valendo dos termos explicitados no artigo segundo da Lei 8.078-90 do Código de Defesa do Consumidor.

Apoiado nessa disposição legal anterior ao EDT, o jurista Décio Luiz José Rodrigues, ao ser questionado sobre a necessidade ou não da instauração dessa nova lei afirma:

Entendemos que não, pois, como se trata de uma relação de consumo aquela existente entre o torcedor e os clubes e organizadores da partida de futebol, já temos o Código do Consumidor para defender os interesses do torcedor em sua relação jurídica com os fornecedores referidos. (RODRIGUES, 2003 p. 14)

É evidente que se trata de uma relação de consumo a que se estabelece entre clube e torcedores; porém, tal relação apresenta características bem peculiares.

Portanto, é fundamental especificar essa relação de consumo, definir os critérios que definem esse produto extremamente peculiar no âmbito legislativo<sup>9</sup>, e, com o advento do EDT, percebe-se que o primeiro passo foi dado nessa direção.

---

<sup>9</sup> É fundamental destacar aqui que outros países também apresentam leis que regulamentam os espetáculos esportivos; bem como, preconizam severas punições para ações fraudulentas que depreciem o esporte e para atitudes violentas por parte de torcedores: na Inglaterra existe a *Football Licensing Authority* (FLA); na Argentina vigora a *Ley 24192 – Regimen Penal y Contravencional para la prevencion y represion de La violencia en espetaculos deportivos*, que em 1997 foi complementada pelo decreto n 1466 de 30 de dezembro; e na Espanha, em 1990, foi criada a *Ley 10 de 15 de outubro, Del deporte*, que versava sobre a *Prevencion de la violència em los espetáculos deportivos*, lei complementada em duas oportunidades: em 1993 (Real Decreto n 769 de 21 de maio) e em 1998 (Real Decreto n 1247). (CABEZÓN 2006);

Refletindo sobre essa relação de consumo que se estabelece entre o clube e seus torcedores, os estudos do sociólogo francês Pierre Bourdieu emergem enquanto uma possível ferramenta de análise.

Para o referido autor, é impossível se pensar na constituição de uma sólida sociologia do esporte concebendo as práticas esportivas de maneira estanque; ou seja, para a efetiva compreensão do espaço das práticas esportivas enquanto um sistema<sup>10</sup>, é necessário que se pense em cada uma delas de forma relacional, em disputa no interior desse espaço reservado as práticas esportivas (o campo esportivo<sup>11</sup>).

Esse espaço no qual se inserem as práticas esportivas, e conseqüentemente o futebol, não se constitui enquanto um universo fechado em si mesmo; o que se apresenta é uma interpenetração de variados espaços sociais no campo esportivo (campo político, econômico etc.). Em suma, o espaço das práticas esportivas se inscreve num complexo universo de consumo.

As práticas esportivas ... podem ser descritas como a resultante da relação entre uma oferta e uma procura, ou, mais precisamente, entre o espaço dos produtos oferecidos num dado momento e o espaço das disposições<sup>12</sup> (associadas à posição ocupada no espaço social e passíveis de se exprimirem em outros tipos de consumo em relação com outro espaço de oferta). (BOURDIEU 2004 p. 211)

---

<sup>10</sup> A esse respeito consultar: VIGARELLO, Georges. Sistemas de esportes, esportes concorrentes. In Trabalho com Bourdieu – sob a coordenação de Pierre Encrevé & Rose-Marie Lagrave; tradução: Karina Jannini. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

<sup>11</sup> “... o campo esportivo é o espaço de lutas nas quais se disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva. Nesse contexto, ocorrem as discussões entre o amadorismo e o profissionalismo, o esporte-prática e o esporte espetáculo, o esporte distintivo (de elite) e o esporte popular (de massas). (MARCHI JÚNIOR 2004, p. 63).

<sup>12</sup> Disposições se refere ao conceito de *habitus* desenvolvido pelo autor: “O *habitus* é uma estrutura interna sempre em via de reconstrução. É o produto de nossa experiência passada e presente o que mostra que o *habitus* não é totalmente congelado. Isto implica que nossas práticas e representações não são nem totalmente determinadas (os agentes fazem escolhas) , nem totalmente livres (estas escolhas são orientadas pelo *habitus*). (BONNEWITZ 2003, p.79)

Mais do que afirmar que não se pode analisar um esporte particular de maneira independente das outras práticas esportivas<sup>13</sup>, cada modalidade esportiva se constitui como um campo nos quais agentes e instituições travam uma disputa de poder no interior deste espaço social, de tal maneira que para reconhecer as posições ocupadas nesse espaço é necessário compreender o *habitus* esportivo social inscrito nos agentes praticantes, profissionais e dirigentes desse esporte, a fim de se identificar onde se pratica, de que maneira se pratica, onde se aprecia, como se aprecia, quando se pratica, de que maneira se consome, quando se consome etc.

Visando apreender a inserção do torcedor na estrutura organizativa do futebol brasileiro após a implementação do EDT, destacam-se os estudos sobre a democracia e a prática democrática desenvolvidos por Pierre Bourdieu em colaboração com Loic Wacquant; além das idéias elaboradas pelo cientista político e filósofo italiano Norberto Bobbio.

Considerando as possíveis alterações na relação de oferta e demanda no futebol brasileiro e, especificamente entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores, a partir da criação do EDT, a sociologia de Pierre Bourdieu se configura como um potencial instrumento para as posteriores análises.

Outro ponto a ser destacado é o descaso e o desrespeito das entidades que organizam o futebol no Brasil para com os torcedores (falta de combate efetivo contra as ações de cambistas<sup>14</sup>, falta de medidas eficientes de garantia de segurança nos estádios e falta de conforto e comodidade nas instalações em alguns estádios brasileiros).

Outros fatos impulsionaram ou justificaram a criação do EDT no Brasil, alguns deles serão expostos a seguir: (1) em 1992, na final do campeonato brasileiro entre Botafogo e Flamengo, mais de 120 mil torcedores compareceram ao Maracanã, depois de uma confusão nas arquibancadas, algumas grades de segurança cederam e ocasionaram a morte de 4 pessoas e mais de cem feridos. Caso o EDT já estivesse implantado naquele momento, o mandante do jogo (Botafogo), a

---

<sup>13</sup> BOURDIEU, P. "*Sport, classes sociales et subcultures, conférence introductive*", Actes Du VIII symposium de l'CSS (Paris, 1983), Paris, INSEP, 1984, p. 326, citado por VIGARELLO (2005, p. 188)

<sup>14</sup> "... indivíduo que vende (entradas) fora das bilheterias dos teatros, estádios, etc." (BUENO, 1996).

Federação Carioca de Futebol [administradora do estádio], a CBF e os torcedores arruaceiros poderiam ser punidos. (2) Em 1995 o Pacaembú se tornou um campo de batalha no qual São Paulinos e Palmeirenses se enfrentaram após a final da Supercopa de Juniores utilizando materiais da obra que então estava sendo realizada no estádio, o que resultou na morte de um torcedor a pauladas. Nesse caso, caberiam possíveis punições segundo o EDT, à Federação Paulista de Futebol e aos torcedores envolvidos. (3) Em 2000, na decisão da Copa João Havelange, uma superlotação do estádio de São Januário resultou na queda de um alambrado e vários feridos, situação passível de punição para o Vasco da Gama, Federação Carioca de Futebol e CBF<sup>15</sup>.

As entidades responsáveis pela organização da competição, bem como seus dirigentes respondem solidariamente com as entidades de que trata o art. 15 e seus dirigentes, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste capítulo. (BRASIL op. cit., artigo 19) Estatuto de Defesa do Torcedor.

O torcedor que promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores ficará impedido de comparecer às proximidades, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de três meses a um ano, de acordo com a gravidade da conduta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. (BRASIL op. Cit., artigo 39) Estatuto de Defesa do Torcedor

Esses fatos relatados, e outros tantos a serem mencionados, atestam a legitimidade de uma lei que regulamente, organize e especifique punições àqueles que depreciam o futebol brasileiro; visto que essa modalidade é tão enraizada em nossa cultura e tem significado vital para milhões de brasileiros.

## 1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Pensando no contexto da criação desta lei apresentam-se: de um lado as demandas sociais por campeonatos mais organizados, maior segurança e conforto

<sup>15</sup> Informações disponíveis em: [http://esporte.uol.com.br/reportagens/especial\\_05d.jhtm](http://esporte.uol.com.br/reportagens/especial_05d.jhtm), acesso em 23 de junho de 2008.

nos estádios, combate a corrupção no futebol (entre outras medidas) partindo dos torcedores; e de outro as demandas que se referem à própria necessidade que se evidenciou no futebol brasileiro a partir de fins da década de oitenta exigindo uma gestão extremamente profissional da modalidade, o que alterou de maneira significativa a oferta dessa modalidade enquanto esporte espetáculo<sup>16</sup>.

Assim sendo emerge o problema desta pesquisa: De que maneira a reorganização do espaço social que caracteriza o futebol brasileiro e a implementação do EDT, alteraram a lógica da relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores ?

### 1.3 HIPÓTESE

A hipótese a ser apresentada foi desenvolvida segundo duas fontes de elaboração.

Fundamentou-se nos métodos da observação e da experiência pessoal expostos por Lakatos & Marconi (2008); de tal maneira que, em consequência do desenvolvimento do trabalho de campo durante a já citada pesquisa intitulada “Observatório do Torcedor”, constatou-se que o EDT alterou a relação de oferta e demanda no futebol brasileiro e, conseqüentemente, naquela que se estabelece entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores.

Entretanto, ao se identificar alguns entraves para que tais alterações se consolidem, questiona-se a profundidade, solidez e pertinência das mudanças evidenciadas na relação de oferta e demanda a partir das disposições do EDT.

Assim sendo, partindo do pressuposto de que o EDT e as mudanças desencadeadas no universo social delimitado pelo campo futebolístico brasileiro acarretaram mudanças na relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores, emerge a hipótese deste estudo, qual seja: apesar de o EDT apresentar uma condição objetiva (indicando uma mudança na relação de

---

<sup>16</sup> A esse respeito consultar: “A metamorfose do futebol” (PRONI 2000) e “Futebol 100% profissional” (AFIF & BRUNORO 1997);

oferta e demanda) para que os torcedores exerçam a cidadania se valendo de seus direitos enquanto consumidores do espetáculo esportivo, tal condição ainda não se consolidou no espaço social que delimita o futebol brasileiro por conta da insuficiente educação para a cidadania, pelas lacunas evidenciadas no EDT e pela inoperância de mecanismos reguladores que garantam a eficiência da lei.

Em outras palavras, tendo como alicerce o referencial teórico adotado para a análise, as mudanças devem caminhar em duas direções interdependentes, nas condicionantes estruturais que determinam a cadeia de posições objetivas no interior do referido espaço social (neste caso o EDT indica uma possibilidade de mudança) e mediante uma reorganização do *habitus* específico interiorizado nos agentes.

---

#### 1.4 OBJETIVOS

O EDT é uma lei que impõe responsabilidades aos clubes; bem como, garante direitos e especifica restrições aos torcedores. A referida lei implica significativas mudanças no futebol brasileiro no que tange à promoção do espetáculo esportivo (organização e transparência), na garantia de segurança e da qualidade nos serviços prestados ao torcedor equiparando a relação clube-torcedor com a relação fornecedor-consumidor<sup>17</sup>.

Assim sendo objetiva-se, de forma geral: Verificar de que maneira a reorganização do espaço social que caracteriza o futebol brasileiro e a implementação do EDT, alteraram a lógica da relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores ?

. Enquanto objetivos específicos apresentam-se: (1) Identificar quais foram os reflexos e as mudanças (de ordem estrutural e operacional) ocorridas no Coritiba Football Club a fim de atender as exigências elencadas no Estatuto de Defesa do Torcedor; (2) Compreender o contexto de criação do EDT e suas interfaces com a interferência estatal no espaço social que caracteriza o futebol brasileiro; e (3)

---

<sup>17</sup> Lei 8.078-90.

identificar possíveis encaminhamentos no que se refere à concretização das alterações na relação de oferta e demanda no universo do Coritiba Foot Ball Club

---

## 1.5 METODOLOGIA

Esse trabalho se define como uma pesquisa de natureza qualitativa; caracterizando-se como um estudo de caso descritivo. Ao adotar uma metodologia qualitativa para o desenvolvimento dessa pesquisa, procura-se abordar o tema elegido de maneira profunda, privilegiando a compreensão de sua complexidade e buscando estabelecer uma análise satisfatoriamente detalhada dos fenômenos que permeiam a relação entre oferta e demanda referente ao futebol a partir da aplicação do Estatuto de Defesa do Torcedor.

A natureza desse trabalho o enquadra no chamado “Estudo de Caso”, que tradicionalmente se identifica com a abordagem metodológica qualitativa e que presume a análise profunda de uma unidade ou objeto.

Apesar de reconhecer a limitação dos estudos de caso, ao analisar o universo de um clube de futebol, compreendendo a relação entre oferta e demanda nos espetáculos esportivos a partir da aplicação do EDT, será possível inferir algumas generalidades no intuito de contribuir para compreensão dessa relação na atualidade e à aplicabilidade da referida lei, tendo em vista que o EDT é vigente em todo o território nacional.

A fim de esclarecer conceitualmente os estudos de caso e de elucidar a maneira como essa estratégia de pesquisa será empregada na realização deste estudo, destacam-se as considerações de Robert Yin<sup>18</sup>.

A definição do estudo de caso enquanto a estratégia metodológica a ser empregada neste estudo, se deu por conta da natureza do objeto a ser investigado.

O EDT e suas implicações na realidade do futebol brasileiro se caracterizam enquanto um fenômeno contemporâneo<sup>19</sup> no qual não se podem manipular comportamentos relevantes (YIN, 2005 p. 26).

---

<sup>18</sup> YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos; trad: Daniel Grassi. – 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Portanto, assim como aponta Yin (2005 p. 26-27), as principais fontes de evidências para análises de estudos de caso são: “observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas neles envolvidas.”

Muitos textos metodológicos abordam os estudos de caso como se fossem meros instrumentos de coleta de dados, e não os tratam enquanto uma estratégia metodológica em si mesmo; já para Yin (2005) eles configuram um método empírico que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” (YIN, 2005 p. 32)

Destaca-se esta afirmação, pois o EDT foi criado e implementado em um contexto (o do futebol brasileiro) evidentemente despreparado para que suas disposições se fizessem cumprir logo de imediato. O fato é que existiam, e ainda existem, algumas discrepâncias entre os elementos elencados pelo EDT e toda a estrutura político-organizativa do futebol brasileiro.

A pesquisa irá ser desenvolvida de acordo com algumas características dos estudos de caso apontadas por (LUDKE & ANDRÉ 1986 p. 18-20) citados por (LAKATOS & MARCONI 2007 p. 274); quais sejam: (1) visar à descoberta; (2) enfatizar a interpretação do contexto; (3) retratar a realidade de forma ampla; (4) valer-se de fontes diversas de informações; (5) permitir substituições; e (6) usar linguagem simples.

Relacionando os estudos de caso com o referencial teórico a ser utilizado no desenvolvimento da pesquisa, a condução da pesquisa seguirá as seguintes etapas: (1) desenvolvimento de um esboço da estrutura do campo do futebol brasileiro; (2) delimitação de um recorte das interações evidenciadas neste campo, que seria a relação de oferta e demanda estabelecida entre clube e torcedores; (3) dar voz aos agentes envolvidos diretamente nessa interação (clube e torcedores); e por fim, (4) analisar os dados obtidos visando compreender a direção das mudanças ocorridas

---

<sup>19</sup> O Estatuto de Defesa do Torcedor foi promulgado no ano de 2003

na relação de oferta e demanda entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores posteriormente ao EDT.

Tratando das evidências possíveis para a realização de estudos de caso, Yin (2005, p.109) aponta que elas podem vir de seis fontes distintas: documentos registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

Ademais, o autor destaca alguns princípios fundamentais para o trabalho de coleta de dados a ser realizado; ressaltando a necessidade de se coletar evidências de várias fontes distintas (duas ou mais), da organização de um banco de dados para o estudo de caso e do encadeamento das evidências coletadas visando uma convergência entre as mesmas e o fenômeno investigado (YIN, 2005 p.109)

Para o desenvolvimento deste estudo, as evidências serão coletadas de três fontes: documentos, entrevistas e observações diretas informais.

Em referência às fontes documentais, Yin (2005, p.112) afirma que as evidências possivelmente levantadas desse tipo de fonte provavelmente sejam relevantes a todos os tópicos dos estudos de caso.

Entretanto o autor também esclarece que tais evidências devem ser utilizadas de maneira muito cautelosa, evitando-se os riscos de tomá-las como registros literais e como verdades absolutas<sup>20</sup>.

Especificamente neste estudo de caso o próprio EDT e sua aplicabilidade no universo do Coritiba Foot Ball Club constituem uma fonte de evidências; além de artigos retirados de jornais, revistas e da *internet*.

A segunda fonte de evidências serão as entrevistas<sup>21</sup>, consideradas “uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso” Yin (2005, p. 116), elas devem ser organizadas de maneira flexível e realizadas espontaneamente, ou

---

<sup>20</sup> “Isso ocorre provavelmente porque o pesquisador negligente pode entender de forma equivocada que certos tipos de documento – incluindo as propostas para projetos ou programas – contêm a verdade absoluta. De fato, você precisa se lembrar que todos os documentos forma escritos com algum objetivo específico e para algum público específico, diferentes daqueles do estudo de caso que está sendo realizado. (YIN, 2005 p. 115)

seja, em algumas situações devemos até pedir que os sujeitos participantes da pesquisa apresentem suas interpretações sobre determinados acontecimentos.

A fim de identificar as implicações do EDT na estrutura organizativa do Coritiba Foot Ball Club nos dias de jogos e nas relações estabelecidas entre a instituição e os seus torcedores; apresentam-se as observações diretas informais<sup>22</sup>, partindo do pressuposto de que “... os fenômenos de interesse não são puramente de caráter histórico, encontrar-se-ão disponíveis para observação alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes.” (YIN, 2005 p. 119-120)

Tais observações serão desenvolvidas durante os jogos nos quais, antes de seu início, realizaremos as entrevistas com os torcedores já acomodados nas dependências do estádio do Coritiba Foot Ball Club.

Assim sendo, buscar-se-á reunir o maior número de informações substanciais e detalhadas “visando apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato.” (LAKATOS & MARCONI 2007 p. 274).

Para tanto, se atentar-se-á aos fatos presenciados *in loco* no estádio ou veiculados pelos meios de comunicação que poderão corroborar nossas análises; além de entrevistar<sup>23</sup> dois representantes do clube<sup>24</sup> (administrador do estádio e o diretor jurídico) que atuam diretamente no relacionamento com os torcedores e nas questões relacionadas ao Estatuto de Defesa do Torcedor.

Com a intenção de compreender as perspectivas e as experiências daqueles agentes mais diretamente envolvidos com a aplicação do EDT (clube e torcedores), a entrevista será utilizada enquanto outro instrumento de coleta de dados.

Destaca-se que a realização deste estudo, já que o mesmo conta com a participação de seres humanos, está respaldado pela resolução CNS (Conselho

---

<sup>22</sup> “De uma maneira mais informal, podem-se realizar observações diretas ao longo da visita de campo, incluindo aquelas ocasiões durante as quais estão sendo coletadas outras evidências, como as evidências provenientes de entrevistas.” (YIN, 2005 p.120)

<sup>23</sup> Todas as entrevistas serão gravadas com autorização prévia dos entrevistados, transcritas para a elaboração das análises e, posteriormente a essa fase, apagadas.

<sup>24</sup> Os dois representantes do Coritiba Foot Ball Club a serem entrevistados para a coleta de dados foram indicados pela própria instituição quando da apresentação do projeto de pesquisa à mesma.

Nacional de Saúde) 196-96 e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR<sup>25</sup>.

Fato decisivo para a escolha desse instrumento foi a experiência na realização da pesquisa “Observatório do torcedor” nos anos de 2006 e 2007; na qual questionários foram utilizados para coleta de informações na tentativa de apreender a percepção dos torcedores em relação ao EDT e a sua aplicabilidade.

Os dados foram pertinentes no sentido de apresentarem um panorama geral da situação que se apresentara, foram fundamentais enquanto indicativos superficiais da percepção dos torcedores em relação ao EDT e ainda apontaram para caminhos que, inclusive, deram norte para o presente estudo. Porém, as informações não possibilitaram uma compreensão precisa, detalhada e profunda da complexidade que caracteriza esse fenômeno. Para Lakatos & Marconi (2007, p. 278):

As entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas. O principal interesse do pesquisador é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos. A entrevista permite o tratamento de assunto de caráter pessoal.

O desenvolvimento da pesquisa anteriormente realizada elucidou que, para uma compreensão mais acurada das implicações do EDT na realidade do futebol brasileiro, seria fundamental dar voz aos clubes.

Foi latente a lacuna deixada pela falta dessas informações no momento de organizar os relatórios finais e proferir algumas considerações. É dificultoso, para não dizer quase impossível, tratar das questões referentes ao EDT e suas disposições sem incluir nas discussões informações sobre aqueles (ou seja, os clubes) que mais sofreram alterações em sua estrutura e organização com a aplicação dessa lei.

Junto ao clube a intenção será investigar sobre o seu posicionamento em relação ao EDT antes e depois da aplicação da lei; entender como essa instituição passou a tratar os torcedores com o advento do EDT; como o clube se reorganizou no âmbito estrutural e operacional em decorrência da aplicação do EDT etc.

---

<sup>25</sup> Registro CEP-SD 832.167.09.11

Destaca-se a necessidade de agir prudentemente e cautelosamente ao abordar os torcedores que serão entrevistados; garantir-lhes o anonimato e prestar os devidos esclarecimentos no que tange à natureza e objetivos da pesquisa.

A mesma conduta será aplicada nas entrevistas com os representantes do clube; apenas deixando claro que será revelado somente o cargo ocupado por esses representantes; já que é fundamental esclarecer os posicionamentos e encargos dos diferentes setores do clube em relação ao EDT.

O tipo de entrevista a ser utilizada será a entrevista semi-estruturada; por permitir liberdade para desenvolver cada situação na direção que for conveniente; a fim de colher informações pertinentes para as análises. Esse tipo de entrevista garante a oportunidade de explorar as questões que emergirem durante a mesma de maneira mais ampla. (LAKATOS & MARCONI 2007 p. 279).

Dentre as modalidades de entrevistas semi-estruturadas propostas por Ander-Egg (1978, p.110), citado por (LAKATOS & MARCONI 2007 p. 279); duas delas serão utilizadas. Para as entrevistas junto aos torcedores, a modalidade focalizada será adotada; na qual se segue um roteiro previamente estabelecido com questões que abordam o problema a ser investigado (VER ANEXO 1) ; “o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser, sobre razões, motivos, esclarecimentos.” (LAKATOS & MARCONI 2007 p. 279).

A adoção dessa modalidade para a realização das entrevistas junto aos torcedores foi motivada por dois motivos: (1) pelo fato de que as entrevistas serão realizadas antes dos jogos com os torcedores já acomodados no interior do estádio; o que não proporcionará muito tempo para, por exemplo, realizar uma entrevista semi-estruturada não dirigida e (2) pelos indicativos da pesquisa “Observatório do Torcedor”, que apontaram um desconhecimento dos torcedores em relação às disposições do EDT, tornando extremamente pertinente a adoção de um roteiro de entrevista que aborde o tema.

A fim de entrevistar os torcedores<sup>26</sup> que vão ao estádio do Coritiba Foot Ball Club; a amostra será coletada nos seguintes setores do estádio (cadeiras sociais,

---

<sup>26</sup> Tem-se a pretensão de realizar as entrevistas com 16 torcedores para a coleta de dados.

cadeiras da Rua Mauá e arquibancadas)<sup>27</sup>; já que, em virtude de experiências já descritas neste trabalho, detectou-se que o público que frequenta cada um desses setores apresenta características distintas.

Já com os representantes do clube, a entrevista semi-estruturada não dirigida será adotada, na qual “... há liberdade por parte do entrevistado, que poderá manifestar livremente suas opiniões e sentimentos.” (LAKATOS & MARCONI 2007 p. 279).

Nesse caso a modalidade não dirigida foi escolhida por se tratar de um número bem menor de entrevistados; pela disponibilidade de tempo para realização das entrevistas (serão marcadas com antecedência de acordo com a disponibilidade dos entrevistados); e pelo fato de que os representantes do clube já conhecerem as disposições do EDT, o que permite descartar o roteiro de entrevistas e atestar aos entrevistados a sua capacidade de abordar o tema com propriedade sem a necessidade de um instrumento norteador.

Por fim, as análises serão baseadas na proposição teórica adotada como referencial principal; qual seja, a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu.

A adoção de tal proposta implica que o planejamento da coleta de dados, o desenvolvimento do referencial específico que trata da estrutura do futebol brasileiro e as análises, serão orientadas de acordo com os fundamentos apresentados pela teoria e suas interfaces com a temática e com o objeto de estudo.

Dessa maneira; a proposição teórica orientará a condução do estudo de caso, ela nos auxiliará a focalizar as análises em determinados aspectos em detrimento de outros<sup>28</sup>

Após as devidas considerações tecidas em referência aos encaminhamentos metodológicos, seguem-se algumas considerações sobre a coleta de dados efetuada.

Antes de dar início às análises dos dados obtidos, algumas considerações sobre o processo de coleta e sobre o perfil da amostra serão expostas.

---

<sup>27</sup> Denominação utilizada pelo próprio clube.

<sup>28</sup> (YIN, 2005 p. 140)

O contato prévio estabelecido com o Coritiba Foot Ball Club auxiliou muito no processo de coleta de dados; pois o clube concedeu livre acesso aos jogos realizados em seu estádio, trânsito facilitado entre os setores durante as partidas e o contato dos funcionários do clube que foram entrevistados.

A coleta de dados foi iniciada posteriormente a elaboração dos capítulos I e II, que respectivamente dizem respeito ao referencial teórico adotado para a análise e a um recorte sobre a estrutura do futebol brasileiro tendo como referência as interferências estatais na modalidade.

As entrevistas com os torcedores foram realizadas entre os meses de maio e julho de 2009 antes do início de sete jogos do Coritiba Foot Ball Club válidos pela Copa do Brasil e pelo Campeonato Brasileiro.

#### **Quadro 2: Relação das datas, jogos e competições**

06-05-2009	Coritiba x CSA -AL	Copa do Brasil
16-05-2009	Coritiba x Santo André	Campeonato Brasileiro
19-05-2009	Coritiba x Ponte Preta	Copa do Brasil
03-06-2009	Coritiba x Internacional	Copa do Brasil
14-06-2009	Coritiba x Flamengo	Campeonato Brasileiro
23-07-2009	Coritiba x Sport	Campeonato Brasileiro
29-07-2009	Coritiba x Botafogo	Campeonato Brasileiro

Os torcedores foram abordados anteriormente ao início dos jogos já acomodados no interior do estádio Couto Pereira; momento no qual a pesquisa era apresentada e, caso a participação fosse aceita, o participante assinava o termo de livre esclarecimento e iniciávamos a entrevista.

O tempo de duração das entrevistas geralmente oscilou entre 10 e 20 minutos; apenas em casos excepcionais a duração ficou abaixo ou acima da referida média.

A chegada ao estádio se dava cerca de uma hora e meia antes do início dos jogos; o mesmo já contava com um público considerável e existia tempo hábil para realizar entre duas ou três entrevistas anteriormente a cada partida.

A receptividade dos torcedores em relação a pesquisa foi, em linhas gerais, satisfatória; tendo em vista que apenas quatro sujeitos abordados (dois homens e duas mulheres) declinaram o convite de participação.

As duas mulheres e um dos homens abordados que declinaram o convite de participação alegaram não ter conhecimento suficiente sobre o EDT e preferiram não participar; já o outro homem afirmou que vai ao estádio raramente e que não teria como contribuir com a pesquisa.

Inicialmente a coleta de dados seria realizada junto aos torcedores que freqüentam três diferentes setores do estádio (cadeiras sociais, cadeiras da Rua Mauá e arquibancadas); entretanto alguns dos participantes da pesquisa afirmaram não freqüentar exclusivamente um desses setores.

Assim sendo; no item “setor ocupado” exposto na tabela a seguir referente a cada torcedor, poderá conter mais que uma alternativa



**Quadro 3: Características dos torcedores entrevistados**

	SEXO	IDADE	SETOR OCUPADO
T 1	masculino	36 anos	Sociais-Mauá
T 2	masculino	45 anos	Sociais
T 3	masculino	25 anos	Arquibancada
T 4	masculino	49 anos	Mauá
T 5	masculino	35 anos	Arqui.- mauá
T 6	masculino	54 anos	Mauá
T 7	masculino	45 anos	Mauá
T 8	masculino	47 anos	Mauá
T 9	masculino	22 anos	Arqui.-Mauá
T 10	masculino	39 anos	Mauá
T 11	masculino	31 anos	Mauá
T 12	masculino	48 anos	Sociais
T 13	masculino	25 anos	Arqui.-Mauá
T 14	masculino	40 anos	Sociais
T 15	feminino	32 anos	Arquibancada
T 16	masculino	30 anos	Arquibancada

Seguindo determinações éticas referentes à identidade dos sujeitos participantes da pesquisa; durante as análises apenas iremos nos referir aos torcedores considerando a numeração contida na tabela de características.

Já as entrevistas com os representantes do Coritiba Foot Ball Club foram realizadas durante o mês de setembro de 2009 mediante um agendamento prévio de acordo com a disponibilidade dos mesmos; e transcorreram nas dependências do estádio Couto Pereira.

Os dois funcionários do clube selecionados para a pesquisa, respaldados pela autorização institucional, forneceram dados sobre as implicações do EDT na realidade do Coritiba Foot Ball Club.

No capítulo que se segue, irá se desenvolver o referencial teórico fundamentado na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, que posteriormente subsidiará as análises referentes à relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores tendo como pano de fundo as determinações do EDT.

## 2 A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO CAMPO ESPORTIVO

### 2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

Através de sua sociologia, Bourdieu fez ciência tal como ele a concebia<sup>29</sup>. Para o autor, as teorias somente têm fundamentos e utilidades se forem constituídas para otimizar o trabalho empírico; ou mesmo emergirem de tais empreendimentos.

O autor aplicou durante anos um corpo teórico de análise a variados universos sociais a fim compreendê-los através de uma “teoria científica”, que segundo Bourdieu, “apresenta-se como um programa de percepção e ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza” (BOURDIEU, 2003); em contrapartida, Bourdieu se opõe a uma “teoria teórica” que não é, em suas palavras, nada além de um “discurso profético ou programático que tem em si mesmo seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias” (BOURDIEU, 2003 ); fato que pouco contribui no sentido da ciência cumprir com uma de suas mais nobres e importantes funções; promover o desenvolvimento da humanidade.

Bourdieu trata da teoria como um *modus operandi*, que é uma maneira de orientar instrumentalmente a prática científica, para realizar a leitura de dado cenário social.

Desde o início de sua trajetória profissional, Bourdieu procurou contribuir para a sociologia, preocupando-se em compilar os legados e contribuições que os grandes pensadores, chamados de “os pais fundadores da sociologia” (Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim), deixaram. O autor reúne em sua teoria elementos aparentemente antagônicos que, na verdade, foram os alicerces para que seus

---

<sup>29</sup> “... tomar verdadeiramente o partido da ciência é optar, asceticamente, por dedicar mais tempo e mais esforços a pôr em ação os conhecimentos teóricos adquiridos investindo-os em pesquisas novas, em vez de os acondicionar, de certo modo, para a venda, metendo-os num embrulho de metadiscurso, destinado menos a controlar o pensamento do que a mostrar e a valorizar a sua própria importância ou a dele retirar directamente benefícios fazendo-o circular nas inúmeras ocasiões que a idade do jacto e do colóquio oferece ao narcisismo do pesquisador.” (BOURDIEU, 2007 p. 59)

trabalhos se tornassem referência mundial e sua sociologia se consolidasse enquanto, nas palavras de Robert Castel, uma “Sociologia forte”<sup>30</sup>.

Para compreender melhor a sociologia de Pierre Bourdieu; além de estar atentos ao contexto no qual viveu o autor, é necessário considerar que a concepção de sua teoria foi fundamentada por trabalhos sociológicos anteriores, principalmente os dos três autores clássicos da sociologia (Marx, Weber e Durkheim); dos quais Bourdieu extraiu procedimentos metodológicos e buscou uma redefinição de conceitos já consagrados a fim de superá-los.

Em relação às teses de Marx; Bourdieu sempre se considerou um tanto quanto distante dessa corrente teórica; exemplificando, desenvolveu estudos relacionados à cultura e por se negar a incluir em suas pesquisas ideais visionários de salvação, ao contrário da corrente marxista que vislumbra uma revolução proletária a partir da tomada de consciência da classe operária em relação a sua condição de exploração. (BONNEWITZ, 2003)

A aproximação dos constructos teóricos de Bourdieu aos da corrente marxista se refere à compreensão da ordem social como uma luta-interação entre classes sociais marcada por mecanismos de dominação, tais lutas se comprometem a reproduzir determinados mecanismos de dominação ou subvertê-los.

Entretanto, a sociologia de Pierre Bourdieu considera o espaço social como algo mais amplo, mais complexo; como um espaço multidimensional no qual vários campos e subcampos se entrelaçam constituindo um emaranhado de interações e tensões que não pode ser compreendido exclusivamente através da ótica economicista proposta por Marx; que concebe o espaço social como sendo algo

---

<sup>30</sup> “... uma sociologia forte é aquela que compreendeu que, no começo, era a coerção, que esta se fez sociedade, e que a sociedade faz-se, inicialmente, de coerções. Para mim, Pierre Bourdieu é o homem que fundamentalmente compreendeu essa relação e que tomou iniciativa de expor sistematicamente suas consequências, ainda que possa custar caro pensar dessa forma, pois mexe com muitos confortos – podendo uma posição confortável ser caracterizada como aquela que pode esquecer as coerções ou atenuá-las a ponto de fingir que elas não existem.” Pierre Bourdieu e a rigidez do mundo (CASTEL 2005, p. 353) in Trabalhar com Bourdieu ENCREVE & LAGRAVE (org.) (2005)

unidimensional delimitado por dois blocos distintos determinados pela ostentação dos meios de produção.

Tendo como referência a teoria de Max Weber, Bourdieu considerou a pertinência das representações sociais, o sentido que os indivíduos conferem a uma dada ação social nas análises sociológicas; valorizando a subjetividade em suas interpretações.

Partindo do conceito de legitimidade desenvolvido por Weber, que se refere “a qualidade daquilo que é aceito e reconhecido pelos membros de uma sociedade” (BONNEWITZ, 2003 p. 13), Bourdieu buscou compreender os mecanismos legitimadores que fazem com que os dominados, em dado momento em determinado espaço social, aceitem essa dominação; entrem em consenso com a ordem social estabelecida.

Dos estudos de Emile Durkheim, Bourdieu apreende uma concepção de sociologia que a caracteriza enquanto uma ciência que pressupõe uma metodologia e um aparato procedimental específicos. As características dessa concepção de sociologia adotada por Bourdieu retrata o rigor metodológico que delineia suas obras.

Assim como Durkheim, Pierre Bourdieu concentra seus esforços na compreensão dos fatos sociais; que são definidos como: “toda a maneira de fazer, fixada ou não, que exerce sobre o indivíduo uma coação externa” (BONNEWITZ, 2003 p. 25); assim sendo, a sociologia consiste em desvelar essas coações externas condicionantes dos comportamentos individuais identificando regularidades na ordem social.

... assim como Durkheim, afirma a possibilidade de um conhecimento científico do mundo social que se define menos pela especificidade do seu objeto do que pela especificidade do seu procedimento. Como Marx, pensa que a sociedade é constituída de classes sociais em luta pela apropriação de diferentes capitais, contribuindo as relações de forças e de sentido para a perpetuação da ordem social ou para seu questionamento. Como Weber, considera que é preciso levar

em conta as representações que os indivíduos elaboram para dar sentido à realidade social. (BONNEWITZ 2003, p. 7)

Partindo dessas contribuições acima citadas, Bourdieu buscou desenvolver suas construções teóricas rompendo paradigmas das ciências sociais, analisando as interações entre estrutura e agentes sociais e valorizando a tríade constituída entre teoria, metodologia e empiria; inaugurando um método reflexivo de pensamento.

Esta é a problemática teórica central da obra deste autor, qual seja, compreender o complexo interacional que se estabelece entre os agentes sociais e a própria sociedade.

A sociologia para Bourdieu se apresenta como um subsídio para o fortalecimento de uma teoria reflexiva; fornecedora de um arcabouço indispensável para a plena compreensão do mundo social, para o desvelamento dos mecanismos ocultos de dominação e para uma possível transformação da realidade social injusta e desigual. Nessa perspectiva, para o autor, que “a sociologia é um esporte de combate<sup>31</sup>.”

Exemplificando o desenvolvimento de uma sociologia combativa por parte de Pierre Bourdieu se apresentam compilações de textos<sup>32</sup> que visavam estender a um público mais amplo, o acesso “... a uma série de conceitos, de métodos de análise, de procedimentos teórico-práticos que lhe permitisse entender o espaço social em que estivesse inserido ...” (CATANI, 2000 p. 54); de tal forma que o autor redefine o papel, a missão do intelectual diante da sociedade como sendo um intelectual coletivo.

... sendo definida por ele como uma forma de resistência a uma situação de “ajuste intelectual”, propondo uma retomada do iluminismo que passa pelo resgate da capacidade de aliar a autonomia da esfera intelectual com o engajamento crítico em um espaço público e político. (CATANI, 2000 p. 55)

---

<sup>31</sup> Este, inclusive, é o título de um documentário francês que retrata o dia-a-dia de Pierre Bourdieu; sua vida, sua condição de docente, sua importância no meio intelectual francês e seu engajamento político. *La sociologie est un Sport de combat* – Pierre Bourdieu. C-P productions ET VF film, Pierre Carles (2001).

<sup>32</sup> Dentre alguns destes textos citamos: *Questões de Sociologia* (1980); *Coisas Ditas* (1987), *A Miséria do Mundo* (1993) e a Revista *Liber – Raisons D’agir*.

Tratando das desigualdades sociais, Bourdieu postula que elas são sustentadas e promovidas pela transmissão desigual de capital; principalmente o capital cultural. O capital cultural representa várias facetas, pode se referir a um domínio da língua, à aquisição de bens materiais com valores culturais, entre outros. Apresenta um caráter distintivo para os que o detêm, a distribuição do capital cultural é extremamente restrita e controlada.

Nas sociedades contemporâneas Bourdieu afirma que as desigualdades são sustentadas a partir da transmissão e distribuição de capital: a relação entre o pai rico e o filho que não logra sucesso nos estudos e é financiado pelo pai, a situação da educação superior americana que é duplamente controlada pelo capital, através do preço desta educação e para quem ela é destinada (somente para famílias com considerável nível de capital concentrado) etc.

Definindo a sociologia como um “esporte de combate”, Bourdieu postula que as pessoas devem se utilizar desta ciência como um instrumento de defesa nos mais variados campos de disputa sem utilizá-la para desferir golpes baixos. Quando questionado, no documentário sobre sua vida e obra, sobre o fato da utilidade ou não utilidade da desigualdade social, ao responder a esta questão, o autor aponta para situações que definem a sociologia como um esporte de combate.

De início ele afirma que esta indagação não deve ser concebida como uma pergunta, mas sim como um objeto de discussão, que muitas vezes se delineia como uma questão muito mais política do que científica; e para se formular questões científicas temos que descartar posicionamentos políticos.

Questões desta natureza escondem posturas políticas e legitimam outras; percebe-se aí o estabelecimento de um combate. Os dominantes se posicionam de tal maneira que a desigualdade é normal para eles; e de alguma forma tentam legitimar este pensamento. As posturas políticas são como um instrumento de auto-defesa, de defesa de interesses.

A sociologia para o autor; presume que um arcabouço político, ideológico e teórico funcionem como um mecanismo de defesa a partir do momento que se insiram em um campo de disputa, seja ele qual for.

Indo além, o autor destaca que essa ciência deve servir de instrumento para os indivíduos, torná-los conscientes do “jogo social” no qual se inserem e abrir-lhes os olhos para as regras que o delimitam.

## 2.2 PRECEITOS EPISTEMOLÓGICOS E A ADOÇÃO DE UMA POSTURA SOCIOLÓGICA

Algumas oposições epistemológicas até então recorrentes nas ciências sociais são superadas na sociologia de Pierre Bourdieu, como por exemplo, àquela que opõe de um lado os empiristas e de outro os teóricos; ou aquela que determina um distanciamento entre os pesquisadores que partem de uma indagação estatística e aqueles que postulam e defendem a observação etnográfica. (BOURDIEU 1980, p. 32)

Ao invés de reproduzir essas contradições e tensões existentes entre correntes teóricas e metodológicas, Bourdieu tratou de sempre aliar em seus trabalhos a densidade e consistência teórica que lhe é peculiar, aos dados empíricos relevantes para a compreensão dos diversos objetos de estudo aos quais se



dedicou<sup>33</sup>; também lançou mão da etnografia<sup>34</sup> sem desconsiderar as contribuições que os dados estatísticos<sup>35</sup> apresentam às pesquisas nas ciências sociais.

Assim sendo, o autor se engajou em superar determinados pares opostos nas ciências sociais (objetivismo-subjetivismo, holismo-individualismo, simbólico-material...).

Bourdieu fundou uma nova corrente sociológica chamada de estruturalismo genético ou estruturalismo crítico<sup>36</sup>, porém, o fato de muitos intelectuais se preocuparem em demasia em classificar e categorizar teorias e abordagens em linhas já consagradas nas ciências sociais o incomodava.

Alguns comentadores de suas obras, direcionando seus olhares principalmente para a obra chamada *A reprodução*<sup>37</sup>, o classificaram como sendo um autor estruturalista, outros, atentos para a atenção que o autor concedeu às percepções de mundo dos agentes inseridos em determinado espaço social de acordo com sua posição no interior do mesmo, o taxaram como um construtivista.

---

<sup>33</sup> Essa aparente confusa diversidade de objetos de estudos abordados por Bourdieu em seus estudos; na verdade aponta para a intenção do autor em buscar fazer da sociologia uma “ciência total”; a fim de , nas palavras de Patrice Bonnewitz “restituir a unidade fundamental da prática humana”. : “... Bourdieu considera que a fragmentação das disciplinas sociológicas e a especialização excessiva dos pesquisadores prejudicam a cumulatividade da sociologia; elas criam fronteiras arbitrárias que resultam numa compartimentalização disciplinar improdutiva.” (BONNEWITZ 2003, p. 18)

<sup>34</sup> Como exemplo temos a obra de Pierre Bourdieu: *Le Bal des célibataires, Crise de la société en Béarn*. Paris, Seuil, 2002

<sup>35</sup> A título de exemplo consultar tabela sobre os gostos de classe no seguinte trabalho: (BOURDIEU & SAINT-MARTIN 1976) Gostos de classe e estilos de vida in A sociologia de Pierre Bourdieu – Renato Ortiz (org) – São Paulo, Ed. Olho d’água – 2003.

<sup>36</sup> “Bourdieu busca superar a redução da sociologia a uma física objetivista das estruturas materiais ou a uma fenomenologia construtivista das formas cognitivas mediante um estruturalismo genético capaz de incluir ambas. O faz por meio do desenvolvimento sistemático não de uma teoria *stricto sensu*; mas sim de um método sociológico que consiste, basicamente, em uma maneira de apresentar os problemas, um conjunto criterioso de ferramentas conceituais e procedimentos para construir objetos e transferir conhecimento reconhecido de uma área a outra.” (WACQUANT, 2008 p. 28) [tradução nossa]

<sup>37</sup> BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino – Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron; trad. Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

A fim de evitar maiores mal-entendidos e leituras rasteiras e equivocadas sobre seus trabalhos, ele mesmo tratou de se “categorizar” em uma conferência proferida na Universidade de San Diego, Estados Unidos da América, em 1986.

Se eu tivesse que caracterizar meu trabalho em duas palavras, ou seja, como se faz muito hoje em dia, se tivesse que lhe aplicar um rótulo, eu falaria de *constructivist structuralism* ou de *structuralist constructivism*, tomando a palavra “estruturalismo” num sentido daquele que lhe é dado pela tradição saussuriana e lévi-straussiana. Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais. (BOURDIEU 1986, p. 149)

Ao buscar compreender a realidade dos fatos sociais através dessa perspectiva apresentada pelo próprio autor, Bourdieu se coloca em uma posição de vanguarda nas ciências sociais, postula uma aproximação de perspectivas e de pontos de vista que até então eram concebidos como excludentes e sem perspectivas de coexistência. Aliás, para o próprio autor, essa é uma de suas maiores contribuições na sua obstinada intenção de gerar progressos para as ciências sociais.

... a intenção mais constante e, a meu ver, mais importante de meu trabalho foi superá-la [a oposição entre objetivismo e subjetivismo]. Embora com o risco de parecer muito obscuro, poderia resumir em uma frase toda a análise que estou propondo hoje: de um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas. (BOURDIEU 1986, p.152)

Sumariamente, Bourdieu afirma que a principal tarefa da sociologia é descobrir, desvelar ou tornar compreensível as estruturas mais profundamente

enraizadas e condicionantes dos comportamentos em determinado espaço social, os mecanismos que contribuem para sua manutenção ou transformação, assim como a compreensão das significações subjetivas dos agentes sociais e suas interações com as estruturas sociais que as condicionam.

Após esboçar o que vem a ser sociologia e como essa área é abordada através da ótica do pensamento de Pierre Bourdieu, a obra *Ofício de sociólogo*; escrita pelo mesmo autor com a colaboração de Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, apresenta-se como uma leitura essencial para a compreensão de uma determinada postura científica que é apresentada no decorrer do referido ensaio.

A adoção desse referencial para orientar a condução deste trabalho se deu pelo fato de o futebol ser uma modalidade esportiva que diariamente é foco de discussões nos meios de comunicação e no cotidiano da sociedade brasileira, portanto, sendo abordado sobremaneira como um tema referente ao senso comum.

A intenção deste estudo é estabelecer uma discussão para além da superficialidade que predomina nos discursos midiáticos e nas conversas informais sobre o futebol que transcorrem durante o dia-a-dia carregadas de apelos passionais.

Indo além, a meta é desenvolver uma análise comprometida em compreender as implicações do EDT na relação entre a oferta e a demanda no futebol, especificamente considerando o universo do Coritiba Foot Ball Club.

A primeira recomendação da obra referendada anteriormente se refere à ruptura inevitável que deve se buscar em relação ao senso comum, pensar como no senso comum implica crer que as representações e os esquemas de percepção dos indivíduos, de fato, retratam de maneira precisa o espaço social no qual estamos inseridos.

que vem a ser o conjunto das opiniões ou crenças admitidas no seio de uma determinada sociedade ou de grupos sociais particulares, que são considerados

como impostas a todo espírito racional. (BONNEWITZ, 2003 p. 28)

Essa linha de raciocínio se baseia na percepção da sociedade através de noções individuais preconcebidas; desconsiderando que os comportamentos individuais são esquemas de ações determinados pelas interações sociais as quais os indivíduos estão submetidos<sup>38</sup>.

Portanto, as relações sociais devem ser compreendidas, inicialmente, através das estruturas que determinam a natureza dessas relações, e não por intermédio das concepções e percepções que os agentes constroem sobre sua realidade, isto se sustenta, pois as relações sociais não se reduzem a interações subjetivas intencionais por parte dos agentes, mas sim por uma complexa rede de posições e condições objetivadas no espaço social.

Pelo contrário, o princípio da não-consciência [os indivíduos não terem consciência das condicionantes estruturais que determinam sua vida em sociedade] impõe que seja construído o sistema das relações objetivas nas quais os indivíduos se encontram inseridos e que se exprimem mais adequadamente na economia ou morfologia dos grupos do que nas opiniões e intenções declaradas dos sujeitos. Não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações. (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 2007 p. 29)

Portanto, adotar uma postura sociológica, considerando as contribuições de Bourdieu e seus colaboradores, é se afastar e romper com o senso comum, buscando construir explicações científicas em relação aos fenômenos sociais afastando-se de uma sociologia espontânea, baseada exclusivamente nas percepções individuais da realidade por parte dos agentes sociais.

---

<sup>38</sup> “ Esta (a sociologia espontânea; que se aproxima do senso comum), por oposição à sociologia científica, baseia-se num raciocínio que se funda sobre as categorias de percepção próprias a cada indivíduo, e se expressa na linguagem da vida corrente. O sociólogo procurará construir uma explicação fundada sobre diferentes variáveis não percebidas pelos indivíduos. Assim sendo, sua primeira tarefa será afastar essas idéias preconcebidas.” (BONNEWITZ, 2003 p.29)

Não se trata de desconsiderar os depoimentos dos atores sociais, mas sim, compreendê-los de forma mais cuidadosa e cientes de suas limitações, com a certeza de que o discurso dos indivíduos não é imune aos determinismos sociais que o cercam<sup>39</sup>.

Vale ressaltar que esta postura objetivista é provisória e se constitui em uma etapa da explicação sociológica, que se completa com a inserção de instrumentos mediadores entre as análises objetivas e subjetivas.

cabe-lhe, com efeito, construir o sistema de relações que englobe, não só o sentido objetivo das condutas organizadas segundo regularidades mensuráveis, mas também as relações singulares que os sujeitos mantêm com as condições objetivas de sua existência e com o sentido objetivo de suas condutas, sentido que os possui porque estão desapossados dele. Dito por outras palavras, a descrição da subjetividade objetivada reenvia à descrição da interiorização da objetividade. (BOURDIEU, 1970), citado por (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 2007)

Esta maneira de tratar o fato sociológico nada mais é do que o rompimento proposto por Bourdieu entre o objetivismo e o subjetivismo.

Ainda sobre o rompimento que deve ser estabelecido pelo sociólogo em relação ao senso comum, Bourdieu nos alerta sobre a dificuldade que reside no fato de que, o próprio pesquisador, é um ser social inserido em determinados espaços que, como todos os indivíduos, está sujeito a coações e determinismos específicos.

A esta dificuldade se alia o risco do pesquisador permitir que a sua construção científica seja afetada (mesmo que de maneira inconsciente) pela sua posição social<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> A título de exemplo; (BONNEWITZ, 2003 p. 31) trata das justificativas dadas pelos cônjuges sobre a atração mútua que os envolve: “O encontro é muitas vezes descrito como produto do acaso ou da paixão à primeira vista. Esses discursos não podem ser considerados como objetivos. ... Ora, esta (afirmação) vela os determinismos sociais que atuam no encontro; se ela fosse pertinente, não se compreenderia por que os filhos de altos executivos quase nunca se apaixonam pelas filhas de assalariados agrícolas! Ora, todos esses estudos sociológicos mostram que a homogamia predomina, ou seja, a escolha do cônjuge se efetua num meio próximo ou idêntico ao seu meio de origem.”

<sup>40</sup> “... a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo

Portanto, o sociólogo deve estar atento para que não faça julgamentos ou análises baseadas nos valores e regras comportamentais as quais está submetido em seu espaço social, que tenha consciência de que, tendo como referência sua posição social, irá compreender determinados fragmentos da realidade social como de extrema importância, outros de importância secundária e outros passarão despercebidos. (BONNEWITZ, 2003 p. 32)

Tais considerações são de valor ímpar para o desenvolvimento deste trabalho, dada a relação estreita (anteriormente descrita) que mantemos com o tema e com o objeto de estudo a ser analisado.

Considerando tal reflexão a intenção é manter controlada a relação com o objeto de estudo; de tal maneira que ela seja um fator motivador e não o fio condutor do desenvolvimento da pesquisa; concentrando os esforços em compreender e tornar compreensível a realidade através da problemática apresentada.

### 2.3 A TEORIA DOS CAMPOS SOCIAIS, O CONCEITO DE HABITUS E O CONHECIMENTO PRAXEOLÓGICO: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO CAMPO ESPORTIVO

Buscando subsídios para sustentar a análise proposta, o desenvolvimento da pesquisa será alicerçado nos construtos teóricos de Pierre Bourdieu que, através de sua Teoria dos Campos Sociais e do conceito de *Habitus*, apresenta substanciais ferramentas para o estudo do Campo Esportivo<sup>41</sup>.

---

tempo que as condições de sua credibilidade.” (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 2007 p. 23)

<sup>41</sup> “... o campo esportivo é o espaço de lutas nas quais se disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva. Nesse contexto, ocorrem as discussões entre o amadorismo e o profissionalismo, o esporte-prática e o esporte espetáculo, o esporte distintivo (de elite) e o esporte popular (de massas). (MARCHI JÚNIOR 2004, p. 63).

Relacionando o referencial teórico com a problemática, emerge o seguinte pressuposto: para uma efetiva mudança na relação de oferta e demanda no futebol brasileiro são necessárias mudanças em duas direções.

A primeira se refere às alterações nas condicionantes estruturais da modalidade, na sua estrutura regulamentadora e organizativa, que foi desencadeada por algumas interações no interior deste espaço social (que serão descritas adiante) e que como um de seus reflexos se apresenta o EDT.

A segunda consiste em uma reestruturação no *habitus* dos agentes envolvidos nesta relação de oferta e demanda (neste estudo o foco será apenas na compreensão da interação entre clube e torcedores tendo como pano de fundo as determinações do EDT) pelo produto futebol, mudanças nos esquemas de percepção e ação que implicam novas formas de fornecer e de consumir o referido produto.

Portanto, assim como Bourdieu afirma que não é possível tratar esses dois conceitos de maneira independente, detectar possíveis mudanças nesta relação de oferta e demanda entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores somente poderá ser determinada mediante a compreensão das mudanças e reestruturações nestas duas direções.

A sociedade se caracteriza como um conjunto de campos sociais que guardam certa autonomia e que têm suas relações permeadas pelas interações entre grupos e agentes sociais.

Versando sobre a constituição da Teoria dos Campos, (BONNEWITZ 2003), estudioso da obra de Bourdieu, afirma que a própria evolução das sociedades contemporâneas fez surgir inúmeros Campos, se utilizando do vocabulário Bourdiano, em virtude da divisão social do trabalho e da cada vez maior divisão das funções sociais.

Para Bourdieu, citado por (BONNEWITZ 2003 p. 60), Campo Social vem a ser:

... uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*)

atual ou potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.).

Reiterando suas afirmações de que as sociedades contemporâneas se tornaram mais complexas, Bourdieu as compreende como “um conjunto de esferas relativamente autônomas” (WACQUANT, 2008 p. 42) que, mesmo submetidas a uma ordem social geral na atualidade (qual seja, a lógica capitalista neoliberal) apresentam, cada uma delas, uma relativa autonomia (com regras, ideais, mecanismos de funcionamento e valores próprios). O macrocosmo social é constituído de vários microcosmos sociais; cada um deles configurando um espaço permeado de relações objetivas dotadas de lógica e necessidades específicas.

... cada campo prescreve seus valores particulares e possui seus próprios princípios reguladores. Esses princípios delimitam um espaço socialmente estruturado em que os agentes lutam, segundo a posição que ocupam nesse espaço, quer seja para alterar, quer seja para preservar suas fronteiras e suas formas. (WACQUANT, 2008, p. 42) [tradução nossa]

Apesar de existirem leis gerais de funcionamento que se aplicam a todos os campos sociais; para a compreensão de um campo específico é importante considerar que cada um deles apresenta seus próprios pesos e suas próprias medidas.

Ao se referir à teoria dos campos, Loic Wacquant os define como “um espaço de conflito e competição” (WACQUANT, 2008 p. 43), fazendo uma analogia com um campo de batalha no qual seus participantes estabelecem relações conflituosas para a obtenção do capital específico que é pertinente e eficaz para lhes conferirem uma posição privilegiada em determinado campo<sup>42</sup>.

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Estas posições estão objetivamente definidas, em sua existência e nas determinações que impõem sobre seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação presente

---

<sup>42</sup> Corroborando com essa afirmação; temos que, nem sempre, o capital econômico é preponderante na determinação de posições privilegiadas em determinados campos: no campo artístico prevalece a autoridade cultural; no campo científico a autoridade científica; no campo religioso a autoridade sacerdotal...



e potencial (situs) na estrutura de distribuição de espécies de poder (ou capital) cuja posse ordena o acesso a vantagens específicas que estão em jogo no campo, assim como pela sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.) (BOURDIEU & WACQUANT, 2008 p. 134-135) [tradução nossa]

O dinamismo específico de um campo reflete a forma de sua estrutura, particularmente, as distâncias, confrontamentos e assimetrias de diversas forças contrapostas entre si no seu interior; as resultantes destas disputas de força determinam a definição do capital específico de determinado campo<sup>43</sup>, ou seja, o que está “em jogo” em cada campo.

Outras características dos campos sociais são a sua maleabilidade e o seu dinamismo histórico. O percurso marcado por disputas de poder que caracteriza um determinado campo pode ser permeado de alterações que redefinem as formas de capitais e as combinações desses capitais que delimitam as posições a serem ocupadas nesse campo; ou seja, alterando-se a distribuição e o peso relativo de cada espécie de capital (ou capitais) altera-se a lógica e a estrutura desse campo<sup>44</sup>.

O movimento de crise instalado no futebol brasileiro a partir da década de oitenta (esboçaremos esse processo no capítulo II) implicando em uma nova forma de se administrar e organizar a modalidade em seu âmbito profissional, as novas demandas sociais que aos poucos foram se consolidando em virtude da organização dos eventos relacionados ao futebol como se fossem produtos a serem comercializados, o advento do EDT, entre outros fatores, determinaram profundas mudanças na lógica estrutural que orientava os encaminhamentos do futebol no Brasil.

Considerando a noção da maleabilidade histórica dos campos sociais, é possível identificar uma reestruturação dessa natureza no universo social que compreende o futebol brasileiro.

---

<sup>43</sup>“Um capital não existe nem funciona salvo em relação com um campo. Confere poder ao campo, aos instrumentos materializados ou encarnados de produção ou reprodução cuja distribuição constitui a estrutura do campo e as regularidades e regras que definem o funcionamento ordinário do campo, e por fim, aos benefícios engendrados no mesmo.” (BOURDIEU & WACQUANT, 2008 p. 139)

<sup>44</sup> “ Isto da a qualquer campo um dinamismo histórico e uma maleabilidade que evitam o inflexível determinismo do estruturalismo clássico.” (WACQUANT, 2008 p. 43) [tradução nossa]

Bourdieu afirma que esse peso, ou valor, relativo de cada espécie de capital muda em cada campo de disputa, a hierarquia que delimita o valor de cada capital em dada situação varia nos distintos campos.

Este conceito possibilita realizar uma análise de como os agentes inseridos em determinado Campo travam disputas e estabelecem interações entre si, tendo como foco posições privilegiadas ou hegemônicas no interior do mesmo, através de movimentos de conservação da ordem social (ação característica dos dominantes) ou de subversão da mesma (ação característica dos dominados) se baseando no acúmulo global de capital e na estruturação deste capital acumulado; seja ele econômico, cultural, social ou simbólico<sup>45</sup>.

A noção de campo se delineia como uma rede complexa de interações entre posições determinadas por ostentações de poder (as variadas formas de capitais), as posições relacionais ocupadas pelos agentes em determinado Campo Social são determinadas pelo acúmulo e estruturação do capital que cada um detém.

A fim de dar suporte a posteriores análises, é conveniente considerar os quatro tipos de capitais propostos por Bourdieu em seus escritos; apesar de sua própria nomenclatura sugerir que o conceito de capital se refere a uma abordagem exclusivamente econômica, isso não procede<sup>46</sup>.

Para (BONNEWITZ 2003 p. 53) , essa analogia se explica pelas propriedades reconhecidas do capital: "... ele se acumula por meio de operações de investimento, transmite-se pela herança, permite extrair lucros segundo a oportunidade que o seu detentor tiver de operar as aplicações mais rentáveis. " Apesar dessa possível

---

<sup>45</sup> " A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico. "BOURDIEU, citado por (MARCHI JUNIOR 2004 p. 56)

<sup>46</sup> "... com o capital, que não poderia ser reduzido apenas ao capital econômico. Com efeito, outras formas coexistem e são dotadas, *a priori*, de uma autonomia bastante radical. Basta pensarmos nas características e nos determinantes do capital cultural (diplomas, conhecimentos, boas maneiras) ou ainda no capital social, que, por sua parte, depende da rede de relações mantidas por um agente." (BOYER 2005, p. 273).

analogia, há de se ter cuidado pois, para Bourdieu seu uso não se limita a área econômica e se constitui em quatro tipos de capitais<sup>47</sup>.

O Capital Econômico se refere ao conjunto de bens materiais (econômicos), renda, patrimônio acumulados.

O Capital Cultural expressa capacidades intelectuais adquiridas através do sistema escolar ou da transmissão pela própria família; esta forma de Capital pode ser concebido de três maneiras, quais sejam: em estado incorporado, como uma expressão característica do corpo, como uma disposição duradoura (ex: facilidade em se expressar em público); em estado objetivo, como um bem material (ex: posse de obras literárias, esculturas etc.); e em estado institucionalizado, através de uma sanção socialmente reconhecida (ex: títulos acadêmicos).

O Capital Social se caracteriza como uma rede durável e estável de relações sociais, que conferem ao indivíduo uma grande capacidade de sociabilidade, é a vinculação a um determinado grupo constituído de agentes dotados de propriedades em comum (ex: vivência do lazer em grupo específico).

Já o Capital Simbólico é definido como um conjunto de rituais e convenções nas formas de comportamento e ação que conferem reconhecimento e prestígio a um agente em determinado Campo no qual, tais condutas são constitutivas de vantagens sociais significativas (ex: a educação e polidez que uma personalidade apresenta na sua relação com seus fãs).

Outro conceito da teoria Bourdiana que auxiliará no desenvolvimento do estudo é o *habitus*, que se refere à relação entre indivíduo e sociedade no que diz respeito à articulação e mediação entre este indivíduo e seu meio social, este conceito reflete um conjunto de relações constituídas através da história dos agentes sociais e que se traduzem em esquemas de percepção, apreciação e ação.

Para o autor, através da socialização, os indivíduos incorporam o *habitus* referente a uma classe e, partir daí, se estabelece uma filiação, um pertencimento a determinado grupo social através de formas de condutas internalizadas, de

---

estruturas de ação convencionadas que identificam esta classe enquanto grupo que compartilha dos mesmos *habitus*<sup>48</sup>.

A partir do momento em que se internaliza o *habitus*, o indivíduo age em virtude de disposições específicas e duradouras que funcionam inconscientemente nas atitudes de ação, percepção e reflexão.

O autor trata de um *habitus* do sentido do jogo; que pressupõe ao jogador ter o sentido desse jogo incorporado em sua pele, introjetado em suas ações. O bom jogador sempre se antecipa as disposições postas pelo jogo, sempre enxerga além, adiante, se incorpora ao jogo.

Trata-se de um corpo socializado e estruturado que, em decorrência de experiências e situações vivenciadas em determinado espaço social dotado de um escopo de estruturas condicionantes, incorpora os mecanismos orientadores das ações e comportamentos direcionados pelos mecanismos de funcionamento do referido campo.

O *habitus* não é algo imutável e permanente; ele esta em constante mudança em virtude das novas experiências e situações inéditas com as quais os indivíduos se deparam durante suas vidas. Na verdade, cada aquisição nova se associa com as mais antigas constituindo um só *habitus*.

O *habitus* é uma estrutura interna sempre em via de reconstrução. É o produto de nossa experiência passada e presente o que mostra que o *habitus* não é totalmente congelado. Isto implica que nossas práticas e representações não são nem totalmente determinadas (os agentes fazem escolhas) , nem totalmente livres (estas escolhas são orientadas pelo *habitus*). (BONNEWITZ, 2003, p.79)

Aproximando o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu à temática abordada pelo estudo; compreende-se que, se a lógica estrutural do espaço social que caracteriza o futebol brasileiro foi alterada também mediante a implementação

---

<sup>48</sup> “ Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposição duradouros e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente reguladas e regulares, sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.” (BOURDIEU, citado por BONNEWITZ 2002 p. 76,77).

do EDT, inclusive implicando mudanças estruturais nos clubes e nas formas de se consumir o futebol (em referência aos torcedores), reorganiza-se concomitantemente o *habitus* específico dos agentes inseridos nesse espaço.

Portanto, a intenção não é mensurar o impacto dessas alterações no *habitus* desses agentes, mas sim entender a lógica dessa reorganização, que ocorre condicionalmente, diminuindo gradativamente as discrepâncias entre as determinações estruturais e as ações individuais.

Esses dois elementos centrais da teoria de Pierre Bourdieu, quais sejam, a noção de campo e o conceito de *habitus*, conferem ao autor uma característica bem peculiar dentre os demais autores e vertentes teóricas contemporâneas nas ciências sociais.

Ao realizar suas análises postulando que no interior de determinado espaço social (campo) ocorrem interações entre as estruturas que determinam o funcionamento desse referido campo e os agentes sociais inseridos nesse complexo mecanismo, Bourdieu estabelece uma relação dialética entre duas perspectivas de análise que até então se mostravam como sendo incompatíveis e inconciliáveis: a objetivista e a subjetivista. (MARCHI JÚNIOR, 2004 p. 47)

A perspectiva objetivista, ou estruturalista, centra-se na compreensão de estruturas sociais que são fatores determinantes nas tomadas de posições e decisões dos indivíduos; são fatores estruturantes das ações humanas. Já a perspectiva subjetivista concentra seus esforços nas experiências vividas pelos agentes; busca elementos relevantes para a pesquisa que emergem das representações de mundo desses agentes.

Partindo dessa relação dialética entre objetivismo e subjetivismo, e vislumbrando analisar as relações entre o *habitus* dos agentes e os mecanismos de funcionamento dos campos sociais, Bourdieu adere a uma nova maneira de se olhar cientificamente para os fatos sociais, considerando ator e estrutura social enquanto fatores que interagem entre si, chamada conhecimento praxiológico. Sobre os procedimentos para a aplicação da praxeologia social; Wacquant afirma:

A praxeologia social ... entrelaça uma abordagem “estruturalista” e outra “construtivista”. Primeiro, deixamos de

lado as representações mundanas para construir as estruturas objetivas (espaços de posições), a distribuição de recursos socialmente eficientes que definem as tensões externas que se apóiam nas interações e representações. Segundo, reintroduzimos a experiência imediata e vivida dos agentes com a intenção de explicar as categorias de percepção e apreciação (disposições) que estruturam sua ação. (WACQUANT, 2008 p. 35) [tradução nossa]

Wacquant postula que ambos os momentos são necessários para uma profícua análise sociológica; porém a análise objetivista deve preceder a compreensão subjetivista inscrita nos agentes, isto porque os pontos de vista dos agentes variam de acordo com sua posição em dado espaço social.

Assim sendo faz-se necessária uma análise das interações entre as determinações objetivas do espaço social analisado e as disposições subjetivas inscritas nos agentes sociais. Ou seja, não é possível se utilizar os conceitos de campo e *habitus* de maneira independente<sup>49</sup>.

No que tange a pesquisa desenvolvida; em um primeiro momento será traçado um esboço sobre a estrutura organizativa do futebol brasileiro através de uma digressão histórica tendo como foco as interfaces da modalidade com as intervenções estatais. Posteriormente, as atenções serão dirigidas às implicações do EDT na realidade atual do futebol brasileiro, e por fim, no contexto caracterizado pela relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores.

O *habitus* consiste na encarnação, na incorporação das estruturas estruturantes (determinismos sociais) por parte dos agentes sociais enquanto sua segunda natureza humana.

a análise das estruturas objetivas acarretam logicamente uma análise das disposições subjetivas, destruindo dessa maneira a falsa antinomia comumente estabelecida entre a sociologia e a psicologia social. (BOURDIEU & DE SAINT MARTIN 1982, citados por WACQUANT 2008 p. 38)

---

<sup>49</sup> “De maneira que ambos os conceitos, o de *habitus* e o de campo, são relacionais no sentido adicional de que funcionam somente um em relação com o outro. ... Uma adequada teoria do campo, portanto, requer uma teoria dos agentes sociais.” (WACQUANT, 2008 p. 44)

Tratando da relação entre campo e *habitus*, Bourdieu afirma que todo o campo se constitui de agentes dotados de *habitus* idênticos (porém, nem todos os agentes inseridos no campo apresentam *habitus* idênticos). O que via de regra ocorre é uma pedagogia multipolar exercida pelo campo sobre seus agentes, de tal forma que estes, a partir de um processo de aprendizagem, adquirem saberes, disposições e formas de agir essenciais para desempenharem funções condizentes com as formas de relações sociais que se estabelecem no interior do campo<sup>50</sup>, e é justamente para um recorte dessa interação entre estrutura social e *habitus*, presente no campo esportivo, especificamente as interações estabelecidas entre o Coritiba Foot Ball Club, o Estatuto de Defesa do Torcedor e os seus torcedores no que se refere à relação de oferta e demanda é que será o foco desta pesquisa.

## 2.4 PIERRE BOURDIEU E A SOCIOLOGIA DO ESPORTE: A RELAÇÃO DE OFERTA E DEMANDA NO FUTEBOL BRASILEIRO

Discorrendo sobre a sociologia do esporte, Bourdieu alerta sobre os obstáculos para o desenvolvimento dessa vertente sociológica. O autor afirma que os pesquisadores que se dedicam a este campo de estudos sofreram ataques das duas frentes envolvidas; do universo sociológico e do universo esportivo.

Na sociologia, tradicionalmente o esporte foi visto como um objeto indigno de ser abordado, suas características destoavam de alguns objetos consagrados desta área de conhecimento e muitos sociólogos o viam com certo desdém. Já os esportistas, detentores de um conhecimento prático do objeto em questão, não

---

<sup>50</sup> “ A relação entre o *habitus* e o campo é antes de tudo uma relação de condicionamento: O campo estrutura o *habitus* , que é o produto da incorporação da necessidade imanente desse campo ou de um conjunto de campos mais ou menos concordantes... Mas é também uma relação de conhecimento ou de construção cognitiva: o *habitus* contribui para constituir o campo como mundo signifiante, dotado de sentido e de valor, no qual vale a pena investir energia... A realidade social existe, por assim dizer, duas vezes, nas coisas e nos cérebros, nos campos e nos *habitus*, no exterior e no interior dos agentes. (BOURDIEU, citado por BONNEWITZ 2003 p. 85).

tinham o costume e competência técnica para compreender e estudar o esporte sob o viés sociológico<sup>51</sup>.

Ao abordar especificamente o campo esportivo; Bourdieu afirmara que é impossível analisar um esporte particular de maneira independente das outras práticas desportivas<sup>52</sup>, já que as variadas modalidades travam uma disputa de poder no interior do campo esportivo.

Para reconhecer a posição de cada modalidade nesse campo específico e necessário buscar compreender o *habitus* esportivo social inscrito nos agentes praticantes desse esporte, onde se pratica, de que maneira se pratica, quando se pratica, de que maneira se consome, quando se consome etc.

Ao buscar compreender o campo esportivo, Bourdieu recomenda justamente que os pesquisadores sejam “esportivos”, que estejam comprometidos a compreender os fenômenos esportivos através da perspectiva sociológica desvendando toda a sua complexidade.

Afirmando não ser um especialista da área esportiva, o sociólogo Bourdieu afirmou poder contribuir com o esporte trabalhando questionamentos que, para os especialistas do esporte, aparentemente já foram resolvidos, pois já se cristalizaram enquanto fundamentos e paradigmas desta disciplina específica. (BOURDIEU, 1983)

O autor contribui para a área do esporte lançando um olhar reflexivo para este fenômeno compreendendo-o enquanto um espaço social no qual se inter-relacionam “as práticas e os consumos esportivos” (BOURDIEU, 1983) de acordo com as características interiorizadas no agentes (*habitus*) que se inserem neste espaço.

... sem violentar demais a realidade, podemos considerar o conjunto de práticas e de consumos esportivos oferecidos aos agentes sociais – rugby, futebol, natação, atletismo, tênis ou

---

<sup>51</sup>“desdenhada pelos sociólogos, ela é desprezada pelos esportistas. A lógica da divisão social do trabalho tende a se reproduzir na divisão do trabalho científico. Assim, de um lado existem pessoas que conhecem muito bem o esporte na forma prática, mas que não sabem falar dele, e , de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas não se dignam a fazê-lo ou o fazem a torto e a direito...” (BOURDIEU, 2004 p. 207)

<sup>52</sup> BOURDIEU, P. “*Sport, classes sociales et subcultures, conférence introductive*”, Actes Du VIII symposium de l’CSS (Paris, 1983), Paris, INSEP, 1984, p. 326, citado por (VIGARELLO 2005, p. 188)



golfe – como uma oferta destinada a encontrar uma certa demanda. (BOURDIEU, 1983)

Fornecendo subsídios para a compreensão desta relação de oferta e demanda por produtos esportivos, Bourdieu aponta dois questionamentos fundamentais que são alicerces para qualquer tipo de análise que se aproprie deste aparato teórico enquanto referencial: (1) questiona-se a existência de um espaço de produção (oferta) dotado de sua própria lógica e história no qual se inscrevem os “produtos esportivos” disponíveis e aceitos pela sociedade em dado momento e (2) como se apresentam as condições sociais e as formas de apropriação possíveis relacionadas a tais produtos (demanda). (BOURDIEU, 1983).

O autor busca compreender a relação entre as demandas pelos “produtos esportivos” e o espaço das ofertas disponíveis em determinado momento histórico.

O campo esportivo se delimita enquanto um sistema interacional entre agentes e instituições no qual ocorrem choques de interesses específicos no que tange as posições objetivas ocupadas neste espaço social.

... sistema de instituições e de agentes vinculados ao esporte tende a funcionar como um campo, segue-se daí que não se pode compreender diretamente os fenômenos esportivos num dado momento, num dado ambiente social, colocando-os em relação direta com as condições econômicas e sociais das sociedades correspondentes: a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica. (BOURDIEU, 1983)

Portanto, reproduzindo as leis gerais dos campos sociais, o campo esportivo caracteriza-se por sua própria autonomia, indo além, cada sub-campo constituinte deste universo social, por sua vez, apresenta sua própria história e seus próprios conflitos e interações que são determinantes para a manutenção ou subversão de suas condicionantes estruturais.

Considerando essas características do campo esportivo evidencia-se o relativo nível de autonomia que o campo futebolístico brasileiro apresenta em relação ao contexto social mais amplo.

Os agentes que ocupam posições privilegiadas na dinâmica das posições objetivas deste espaço se perpetuaram na condição de dominadores, restringindo cada vez mais o acesso a tais posições, emperrando os processos democráticos na modalidade e, durante anos, determinando unilateralmente o espaço de produção deste específico produto esportivo.

O espaço de lutas que compreende o futebol brasileiro já foi palco de embates, por exemplo, visando à legitimidade entre os que defendiam o amadorismo e os que promoviam o profissionalismo, entre os que defensores da manutenção do futebol enquanto esporte distintivo (elitizado) e aqueles que vislumbravam a ampliação do acesso a tal prática desportiva (popularização).

Na atualidade tais lutas consistem no estabelecimento de contra poderes visando oferecer resistências às administrações irregulares<sup>53</sup> que acabam por depreciar o futebol brasileiro acarretando escândalos envolvendo a arbitragem, problemas de infra-estrutura nos estádios, problemas relacionados à gestão, que acabam por desqualificar este produto esportivo.

Nos últimos anos, o curso destas lutas alterou o estado das relações de força neste espaço social, de tal forma que possivelmente se esboça um maior equilíbrio entre os agentes e instituições envolvidos no futebol brasileiro, caracterizando um conflito de interesses mais parelho.

---

<sup>53</sup> “ O ex-presidente da Federação Paranaense de Futebol (FPF) Onaireves Moura, de 60 anos, e mais oito pessoas foram detidos na manhã desta terça-feira (6) em Curitiba. As prisões foram realizadas pelo Núcleo de Repressão contra Crimes Econômicos (Nurce) durante a operação "Cartão Vermelho" no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), o grupo é suspeito de utilizar a FPF para cometer crimes de desvios de dinheiro, fraude processual e à execução, estelionato e apropriação indébita. Moura, segundo a Sesp, é apontando como o mentor da quadrilha. <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?tl=1&id=710706&tit=Onaireves-Moura-e-mais-oito-pessoas-sao-presas-pelo-Nurce-em-Curitiba>, acesso em 28 de março de 2009 ... “A gestão de Dualib [ex-presidente do Corinthians] vem sendo alvo de diversas investigações e inquéritos. Em julho, o dirigente foi acusado pelo Ministério Público Federal de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Gravações obtidas pela Polícia Federal mostraram várias irregularidades em contratos de jogadores. Em uma delas, o ex-presidente afirma que o título brasileiro de 2005, conquistado em dura batalha contra o Inter nas rodadas finais, foi "roubado". No início de agosto, acusado pelas denúncias, Dualib renunciou.” <http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Corinthians/0,,MUL178781-4402,00.html>, acesso em 28 de março de 2009

Existem tantos campos quantos interesses específicos, manifestados por agentes e instituições, explicitados nos mesmos.

Partindo do pressuposto de que não existe ação desinteressada<sup>54</sup> por parte de agentes e instituições inseridos nos campos; ela é organizada segundo os “alvos em jogo” (BOURDIEU, 2004) em determinado campo, resultante de um complexo entrelace de interesses específicos e concretizada mediante uma série de investimentos<sup>55</sup> que visam o alcance de dados objetivos.

Tratando desses “alvos em jogo” no que se refere ao futebol brasileiro, o direcionamento das interações se concentram, entre outros: (1) na busca pelo monopólio sobre a modalidade e na busca pela legitimidade deste monopólio perante todo o complexo social que o envolve (interações que se estabelecem entre dirigentes, políticos ou instituições que ocupam posições objetivas privilegiadas neste espaço social); (2) na intenção de sobrepujar ou ser soberano na configuração federativa que constitui o futebol brasileiro ou na competição clubística que se estabelece principalmente, em referência ao esporte profissional, em âmbito estadual, nacional e internacional; e (3) , mais recentemente, lutas visando ampliar os direitos dos torcedores, que com o advento do EDT e com a própria mudança estrutural perceptível no futebol brasileiro a partir da década de oitenta, passaram a ser considerados consumidores do produto esportivo.

Portanto, essas ações dotadas de interesses específicos são partes constitutivas dos mecanismos de funcionamento dos campos sociais<sup>56</sup>.

Para se compreender os interesses que configuram determinado campo em determinado momento histórico; faz-se necessário tomar conhecimento da sua

---

<sup>54</sup> “ significa entender todas as práticas como interessadas, quer dizer, devem ser diretamente associadas aos interesses de manutenção das estruturas existentes, de prestígio simbólico e vantagens materiais e formas particulares de poder; a sociologia é para Bourdieu a ciência do poder, das lutas de poder.” (CATANI, 2000 p. 61)

<sup>55</sup> Ao utilizar o termo investimento, Bourdieu não restringe seu uso ao sentido estritamente econômico; mas sim, o compreende como sendo todo e qualquer tipo de investimento que determine posições privilegiadas nos variados campos sociais. Exemplificando; o investimento feito por um pároco a fim de se tornar uma alta autoridade religiosa não é o mesmo de um professor universitário que, através de suas titulações, visa ascender na carreira acadêmica.

<sup>56</sup> “Em outros termos, o interesse é simultaneamente condição de funcionamento de um campo (campo científico, campo da alta costura, etc.), na medida em que isso é o que estimula as pessoas, o que as faz concorrer, rivalizar, lutar, e produto do funcionamento do campo.” (BOURDIEU , 2004 p. 127)

construção e do seu desenvolvimento histórico, investigar tal processo para uma leitura mais clara da realidade presente e das perspectivas futuras desse referido espaço social<sup>57</sup>.

Os interesses, por sua vez, determinam os alvos que estão em jogo nas lutas e interações estabelecidas nos campos sociais, a complexa rede que se forma em decorrência dos conflitos resultantes dessas intencionalidades dita a organização estrutural e limítrofe dos campos<sup>58</sup>.

O objeto da história é a história dessas transformações da estrutura, que só são compreensíveis a partir do conhecimento do que era a estrutura em dado momento (o que significa que a oposição entre estrutura e transformação, entre estática e dinâmica, é totalmente fictícia e que não há outro modo de compreender a transformação a não ser a partir de um conhecimento da estrutura). Eis o primeiro Passo. (BOURDIEU, 2004 p. 210)

O autor afirma que estabelecer os limites e os mecanismos de funcionamento de determinado campo (ou mesmo de algum recorte desse campo) é um empreendimento muito árduo, já que a sua própria dinâmica, o “jogo disputado” em seu interior, trata de determiná-los e organizá-los, o que impossibilita qualquer tentativa de descrição anterior ao esforço empírico<sup>59</sup>.

O trabalho empírico que será desenvolvido, seguindo os preceitos exposto por Bourdieu, visará elucidar “onde estão seus limites e que espécies de capitais estão ativos ...” (BOURDIEU & WACQUANT, 2008 p. 136) no recorte do campo futebolístico brasileiro (que por sua vez se inscreve no campo esportivo brasileiro) que foi escolhido para o desenvolvimento desse estudo; qual seja, as interações que se estabelecem entre o Estado brasileiro (manifestado através do EDT), um clube de futebol (Coritiba Foot Ball Club) e os seus torcedores no que tange a relação de oferta e demanda.

---

<sup>57</sup>“ O interesse assim definido é produto de uma determinada categoria de condições sociais: construção histórica, ele só pode ser conhecido mediante o conhecimento histórico, ex post, empiricamente, e não a priori de uma natureza trans-histórica.” (BOURDIEU, 2004 p. 128)

<sup>58</sup>“A magia social pode constituir praticamente tudo como interessante, e instituí-lo como alvo de lutas.” (BOURDIEU, 2004 p. 128)

<sup>59</sup>“Seus esforços (dos agentes e instituições) em impor este ou aquele critério de competição, de pertencimento, podem ser mais ou menos exitosos em diversas conjunturas. De maneira que as fronteiras do campo somente podem ser determinadas por uma investigação empírica.” (BOURDIEU & WACQUANT, 2008 p. 138)

Em suma, o fato que norteará a condução deste trabalho é que o advento do EDT inaugurou possibilidades de alterações na relação de oferta e demanda pelos produtos esportivos.

Para a compreensão de determinado fenômeno no campo esportivo, seguindo os estudos de Bourdieu, é necessário que se descreva, inicialmente, a estrutura<sup>60</sup> do espaço social no qual se inscreve esse fenômeno e o recorte no qual se focalizará a investigação e a análise.

Dessa maneira, considerando o mecanismo de funcionamento, as regularidades e aos determinismos desse recorte do campo esportivo, a intenção será de reconhecer a dinâmica das transformações desse espaço social, as redefinições das posições objetivadas no interior do campo, as novas combinações e distribuições de capitais determinantes e, neste caso específico, na nova dinâmica da relação entre oferta e demanda no futebol brasileiro posteriormente a implementação do EDT no Coritiba Foot Ball Club.

Após uma breve introdução à alguns aspectos da obra de Pierre Bourdieu (mais especificamente a teoria dos campos sociais e o conceito de *habitus*), as suas contribuições para o desenvolvimento da sociologia do esporte e de que maneira o referencial teórico será apropriado enquanto ferramenta para as análises; no segundo capítulo irá se realizar uma descrição do universo social que caracteriza o futebol brasileiro desde os primórdios da modalidade no país até os dias atuais.

---

<sup>60</sup>“ Eu sempre digo que as estruturas não são outra coisa senão o produto objetivado das lutas históricas tal como se pode apreendê-lo num dado momento do tempo.” (BOURDIEU, 2004 p. 213)

### 3 A ESTRUTURA DO FUTEBOL BRASILEIRO E SUAS INTERFACES COM A INTERFERÊNCIA ESTATAL

#### 3.1 OS PRIMEIROS PASSOS DO FUTEBOL NO BRASIL E SUA AUTONOMIA EM RELAÇÃO AO ESTADO

Algumas evidências indicam que o futebol no Brasil alternou períodos nos quais se estabeleceu uma regulamentação diretamente organizada pelo Estado e uma concepção de gestão e estruturação cada vez mais independente desta intervenção e alocada sob o primado do não-Estado, que então se responsabilizou apenas em desenvolver um ordenamento legal normativo para regular e fiscalizar os encaminhamentos seguidos pela modalidade.

Entretanto, o Estado brasileiro sempre esteve atento aos rumos trilhados pela modalidade no país desde que a prática passou a representar um importante significado social para a população brasileira no início do século XX.

Nos primórdios do futebol no Brasil, que consiste nas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX, o Estado, de fato, esteve à margem do processo organizativo e regulamentador da modalidade.

Isto ocorreu devido às características que definiam o esporte em solo brasileiro àquela época; quais sejam: a organização e a prática do futebol se resumiam ao interior dos clubes com caráter distintivo, que se constituíam de imigrantes europeus radicados no Brasil e buscavam sustentar e delimitar um *ethos* elitista no qual se praticava um *Sport* fidalgo pautado no amadorismo e no cavalheirismo, algo que se remetia à cultura inglesa que se disseminava em escala global e que expressava um aspecto do imperialismo britânico<sup>61</sup>.

Dirigindo os olhares para os clubes que surgiam no Rio de Janeiro, então capital da república, no final do século XIX e início do XX é possível dimensionar e descrever de que maneira se deu o processo de enraizamento do futebol na

---

<sup>61</sup> (PEREIRA, 2000) Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902 – 1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

sociedade brasileira envolvendo camadas cada vez mais vastas da população e o conseqüente envolvimento do Estado com esta modalidade esportiva.

O Payssandu Cricket Club, fundado em 1892, pertencente à colônia britânica fluminense e o Rio Cricket and Athletic Association, fundado em 1896, por ingleses residentes em Niterói, organizavam a prática do futebol entre seus associados no interior de suas dependências somente contando com a participação de ingleses ou descendentes, já que Brasileiros não eram aceitos em seus quadros<sup>62</sup>.

Em setembro de 1901 Oscar Cox<sup>63</sup> organizou, com alguns de seus colegas, um *match* entre brasileiros e ingleses, que para muitos marca o início do futebol no Rio de Janeiro, ou seja, pela primeira vez a prática do futebol extrapolara os limites dos clubes elitistas.

Até então o futebol se desenvolvera no Brasil apenas através de trabalhadores especializados de origem inglesa, que se estabeleceram no país por conta da expansão capitalista, dos avanços tecnológicos e por intermédio de jovens oriundos de famílias abastadas que tiveram a oportunidade de estudar na Europa e ter contato com o esporte.

Já em outubro de 1901, um grupo de jovens brasileiros oriundos de famílias pertencentes à elite fluminense (liderados por Oscar Cox) organizou uma partida junto aos integrantes do São Paulo Athletic Club, clube paulistano que ostentava as mesmas características do Payssandu Cricket Club e do Rio Cricket and Athletic Association<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup>... o futebol aparecia como uma espécie de celebração da identidade bretã.” (PEREIRA, 2000 p. 27)

<sup>63</sup> Oscar Cox é considerado o responsável por introduzir o futebol no Rio de Janeiro: “Cercado durante sua estada na Europa por um grande número de estudantes de várias localidades, Cox era mais um entre os muitos jovens influenciados pela rápida e recente difusão de uma modalidade esportiva chamada foot-ball. Terminados os estudos, ele voltava ao Rio de Janeiro sem esquecer-se dos novos hábitos adquiridos ... Na expectativa de conseguir juntar na cidade o contingente de jogadores necessário para a sua prática, Cox passou a agitar uma boa parte da juventude estudantil carioca, promovendo jogos e tentando despertar o interesse de seus amigos (pelo futebol). (PEREIRA, 2000 p. 21)

<sup>64</sup> (PEREIRA, 2000 p. 26-27)

Pela primeira vez se formou uma equipe apenas contando com jogadores brasileiros, ainda que muitos deles com sobrenomes ingleses e todos pertencendo à elite fluminense, e o acesso à prática do futebol ultrapassou os muros dos clubes de origem inglesa, passou a envolver um maior número de indivíduos e, conseqüentemente e gradativamente, chamou atenção do Estado para seu significado social.

A fundação do Rio Foot-ball Club e do Fluminense Foot-ball em 1902, possibilitou a associação de jovens ingleses e de ascendência inglesa com outros sem origem bretã, movimento que deu início ao processo de consolidação do futebol entre a juventude carioca e se constituiu num espaço de sociabilidade no qual estes jovens, em sua maioria com experiência estudantil européia, pudessem manter os hábitos adquiridos no exterior<sup>65</sup>.

Rapidamente o futebol vai sendo incorporado ao cotidiano da capital republicana que então se reorganizava em meio a um crescente processo de urbanização e atraindo um número significativo de assistentes para as partidas; alias, em uma dessas partidas, realizada no campo do Payssandu Cricket Club entre brasileiros e ingleses, um grupo de jovens brasileiros idealizou a constituição de um clube que “prescindisse da participação britânica” (PEREIRA, 2000 p. 33), fundando assim o Botafogo Foot-ball Club em 1904.

Ainda em 1904, associações que não adotavam até então o futebol enquanto uma prática organizada iniciam as suas participações em algumas partidas, como é o caso do Club de Regatas do Flamengo.

Destaca-se também no mesmo ano a fundação do Bangu Athletic Club, clube fundado por um grupo de técnicos ingleses que trabalhava para a Companhia Progresso Industrial; que por sua vez, administrava uma fábrica de tecelagem.

Mesmo que no início o clube somente contasse com uma parcela bastante restrita do quadro de funcionários da fábrica, especificamente aquela de origem

---

<sup>65</sup> Idem



inglesa, não demorou muito para que a possibilidade em se associar ao clube fosse estendida aos operários de outras origens e condições sociais<sup>66</sup>

O processo de enraizamento do *sport* britânico na sociedade brasileira já se desenhava como irreversível nos primeiros anos do século XX, prova disso é o elevado número de clubes que surgiam no Rio de Janeiro, e que eram organizados através de círculos de amizade ou familiares nas mais diversas regiões da cidade<sup>67</sup>.

Mesmo com a fundação de um significativo número de associações esportivas tendo como principal atividade o futebol, o acesso à prática ainda se mantinha extremamente restritivo, pois tais associações não aceitavam membros das camadas mais populares da população<sup>68</sup>.

As demais camadas da sociedade brasileira (as mais populares) começam a se inserir no contexto futebolístico do início do século XX por intermédio de sua “curiosidade<sup>69</sup>”, ou seja, a partir do momento em que se amontoavam nos muros e telhados dos clubes para assistir aos *matches* que se tornavam eventos sociais cada vez mais constantes naquele período.

Esta descrição dimensiona de que maneira a prática do futebol foi se enraizando na cultura da sociedade brasileira ao passo que passou a envolver gradativamente uma significativa parcela da população desde o período de transição entre o século XIX e o XX. Observa-se uma prática que até então era extremamente restrita aos clubes elitistas de origem inglesa se estendendo até o operariado que

---

<sup>66</sup> “ O próprio valor da mensalidade proposta – 2\$000 como jóia para ingresso e 1\$000 mensais, contra os 5\$000 cobrados pelo Fluminense nesse período – abria a possibilidade de participação de trabalhadores menos especializados ... Parecia normal, desse modo, que já na segunda assembléia do clube fossem aceitos como sócios “operários” como Bernardino Brito, Roldão Maia, Antônio Bernardino e outros que não tinham mais os nomes ingleses da maior parte dos fundadores.” (PEREIRA, 2000, p. 33)

<sup>67</sup> “Em outras regiões, iam aparecendo grêmios como o União F.C., o Democrático F.C., o Club Atlético Universo e o Foot-ball Club do Leme – em um movimento que faria com que, ao fim de 1906, já houvessem sido fundados na cidade mais de trinta clubes.” (PEREIRA, 2000 p. 57)

<sup>68</sup> “ ... mesmo nos bairros mais afastados esses grêmios continuavam a constituir-se em associações fechadas, acessíveis apenas a um grupo social restrito ...” (PEREIRA, 2000 p. 57)

<sup>69</sup> “ Nos mesmos jogos nos quais o Fluminense juntava em suas arquibancadas uma juventude elegante e seleta, uma pequena multidão de curiosos divertia-se do lado de fora por sobre os telhados e muros apreciando o jogo dos jovens rapazes.” (PEREIRA, 2000 p. 57)

emergira no Brasil durante o início do século XX e ao restante da população menos abastada.

A partir desse momento, o futebol, aos poucos, vai se tornando um evento social característico da sociedade brasileira. No decorrer de um processo permeado por conflitos e tensões, o futebol vai ganhando cada vez mais adeptos no Brasil, o acesso à prática vai gradualmente sendo conquistado (compreendendo o futebol enquanto um espaço social de disputa) por indivíduos menos abastados e pelos negros<sup>70</sup>, e, o Estado se vê diante de um fenômeno social com dimensões exorbitantes que demandava ser regulado e regulamentado em diversas esferas.

### 3.2 A FIGURA DO ESTADO INTERVENTOR SE INSERE NO UNIVERSO SOCIAL DO FUTEBOL BRASILEIRO

Os estudos do historiador Nicolau Sevcenko sobre a organização da sociedade paulistana no início do século XX contribuem de maneira singular para ilustrar o significado social que o futebol adquirira já naquele momento e sobre a possibilidade de interferência estatal na modalidade que se desenhara.

O autor trata de descrever as características do futebol enquanto um fenômeno tipicamente urbano do início do século XX; destaca o imenso público que se dirigia aos estádios<sup>71</sup>, naquele momento em condições ainda muito aquém das demandas que já se apresentavam, e da necessidade da construção de um “*Stadium* paulistano<sup>72</sup>” para comportar tamanho contingente populacional, algo que era exaustivamente alertado pela imprensa.

---

<sup>70</sup> A esse respeito consultar: FILHO, Mário. O Negro no futebol brasileiro. – 4 ed, Rio de Janeiro: Mauad, 2003

<sup>71</sup> “ A assistência de ontem ao jogo Palestra x Paulistano no Parque Antártica bateu, cremos, o recorde das lutas esportivas em São Paulo. Cerca de 40 mil pessoas acorreram à grande praça de esportes do Palestra.” OESP, 17-11-1919, “Palestra x Paulista – a assistência.” Citado por (SEVCENKO, 1992 p 58-59)

<sup>72</sup> “ A paixão futebolística crescia muito mais depressa do que as providências administrativas dos clubes ou do governo podiam acomodar ou sequer acompanhar, estabelecendo a infra-estrutura de recursos e serviços urbanos capaz de garantir a sua plena vazão e desenvolvimento. Já no torneio do primeiro semestre desse ano de 1919, ficara clara a necessidade premente de um grande estádio

Esse panorama indica que definitivamente o futebol transcendeu os muros restritivos dos clubes elitistas e passou a figurar como traço característico da população nacional, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ao se deparar com a magnitude do fenômeno e com os “descompassos” gerados por ele, como indica Sevcenko, o Estado se vê diante da necessidade de adotar uma postura intervencionista em relação ao futebol brasileiro<sup>73</sup>.

As tensões, conflitos e os desequilíbrios no futebol brasileiro que até então eram circunscritos às relações estabelecidas no interior dos clubes e nas ligas amadoras extrapola tais limites, comprometendo a noção de absoluta autonomia da modalidade, e passam a configurar um plano mais amplo, demandando uma intervenção direta do Estado na organização e regulamentação do futebol.

Ademais, a intervenção estatal em todas as esferas componentes da sociedade é impulsionada pela crise da política oligárquica fundamentada na cafeicultura e do próprio liberalismo republicano do início do século XX, acabando por se estruturar uma atuação mais autoritária do Estado, inclusive, no âmbito esportivo<sup>74</sup>.

Para Bobbio (1987), o Estado em sua forma totalitária regula todas as esferas da sociedade, o poder político agrega a si todo o poder econômico e ideológico, caracterizando grande concentração de poder no aparelho governamental.

No Estado totalitário toda a sociedade está resolvida no Estado, na organização do poder político que reúne em si o poder ideológico e o poder econômico. Não há espaço para o não-Estado. (BOBBIO 1987, p. 121)

Na primeira gestão de Getúlio Vargas as práticas desportivas passam a ser supervalorizadas pelo Estado brasileiro, o governo burocrata e centralizador

---

municipal para os jogos decisivos, e a imprensa, sobressaltada com o evidente descompasso, passaria a fazer da questão da praça de esportes monumental o seu principal cavalo de batalha na área desportiva.” (SEVCENKO, 1992 p. 59)

<sup>73</sup> Em relação ao “*Stadium paulistano*”, a demanda só veio a ser cumprida durante a década de 1930, quando iniciaram as obras do estádio do Pacaembú

<sup>74</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos. Brasil: Futebol e identidade nacional. Efdeportes.com Revista Digital – Buenos Aires – Año 8 – N 56 – Enero de 2003

composto por uma minoria política detentora do poder procurava regulamentar todas as áreas de alcance social, e o futebol, que já gozava de grande prestígio na sociedade brasileira, era uma delas.

Neste momento histórico o Estado emerge enquanto o principal agente no contexto da sociedade brasileira da época; se caracterizava pela detenção do monopólio sobre as tomadas de decisões e pela supressão de movimentos opositores. O governo varguista visava modernizar a nação brasileira tendo como seus pilares a intensificação da industrialização e a consolidação da unidade nacional<sup>75</sup>.

O Estado organizado por Getúlio Vargas estruturou inúmeras ações disciplinadoras dirigidas ao universo esportivo visando moldar e consolidar a identidade nacional brasileira, que então se demonstrava fragilizada graças às reações separatistas das velhas oligarquias diante de uma nova ordem política idealizada pelo novo governo.

Essas tensões se intensificaram e culminaram no episódio conhecido como a Revolução Constitucionalista (1932), que ideologicamente lutava pela soberania paulista<sup>76</sup>.

Mesmo conseguindo suprimir a Revolução Constitucionalista, Vargas dirigiu seus esforços em minimizar os impactos da derrota na sociedade paulista intencionando não comprometer sua idéia de dar unicidade e fortalecer a identidade nacional brasileira; portanto, nenhum tipo de represália foi irrompido aos paulistas<sup>77</sup>.

O governo de Getúlio Vargas se aproximou das questões referentes ao futebol desenvolvendo uma série de ações visando atenuar desequilíbrios e tensões que se apresentavam à época, idealizando o Torneio Rio-São Paulo (1933) e intensificando os laços entre o Estado brasileiro e o selecionado nacional.

---

<sup>75</sup> A dança dos Deuses: Futebol, cultura e sociedade. (FRANCO JÚNIOR, 2007)

<sup>76</sup> (AGOSTINO, 2002 p. 140-141)

<sup>77</sup> Idem

O próprio Getúlio foi considerado o patrono da seleção brasileira, manifestando a relação entre presidente da república e o futebol, que se tornaria algo recorrente na sociedade brasileira<sup>78</sup>.

Entretanto, a principal intervenção do primeiro governo de Getúlio Vargas no futebol brasileiro foi a regulamentação do regime profissional, que superou o chamado “profissionalismo marrom” que caracterizava a modalidade.

Durante a década de 1920 o futebol brasileiro vivia um período conturbado no qual se acaloravam os debates sobre o rumo da modalidade no país em referência a adoção ou não do profissionalismo. Já naquele momento as equipes de maior expressão se organizavam em ligas para a disputa de torneios, a competitividade se acirrava e para se lograr êxito nos certames era necessário recrutar os melhores jogadores para as equipes.

Portanto, a iminência do profissionalismo possibilitou que indivíduos até então excluídos da prática do futebol nos principais clubes daquela época, integrassem os quadros dessas associações graças às habilidades e competências com a bola nos pés. Porém, mesmo com o ingresso de indivíduos de camadas mais pobres nas equipes dos clubes, o caráter elitista e distintivo de algumas associações era mantido. Por exemplo, o Fluminense abriu as portas para os bons jogadores, mas não lhes permitia o acesso às demais dependências do clube<sup>79</sup>.

As críticas dirigidas à profissionalização do jogador de futebol postulavam que o novo sistema acabaria com o amor ao clube e com o companheirismo, ideais vinculados ao esporte moderno desde seu surgimento na Inglaterra em meados do século XIX e que denotavam características cavalheirescas e fidalgas à manifestação<sup>80</sup>.

A manutenção de tais ideais se aplicava aos jogadores abastados da elite, que poderiam até se ofender diante do recebimento de dinheiro para jogar futebol;

---

<sup>78</sup> “Uma das primeiras manifestações desta interação entre líder e esporte ocorreu em dezembro de 1932, quando a seleção brasileira foi recebida com festa após uma jornada de vitórias no Uruguai, onde disputou a Copa Rio Branco ...” (AGOSTINO, 2002 p. 142)

<sup>79</sup> (PEREIRA, 2000)

<sup>80</sup> A este respeito consultar (ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric) A Busca da Excitação. Ed. Difel. Lisboa. 1992

entretanto, aos jogadores mais pobres não ocorria nenhum tipo de ressentimento ou impedimento moral para o recebimento de recompensas ou prêmios, já que muitos deles até abandonavam um dia ou outro de trabalho para se dedicar aos treinamentos ou jogos<sup>81</sup>.

A favor do profissionalismo se apresentava a crescente evasão de craques brasileiros para a Europa sem qualquer recompensa financeira para os clubes do Brasil. Para se ter uma idéia, em 1931, cerca de 39 jogadores brasileiros deixaram o país rumo à Itália<sup>82</sup>, situação que foi explorada intensamente pelos defensores da profissionalização que seria adotada no Brasil em 1933<sup>83</sup>.

Em suma, os impasses e as tensões entre os defensores do amadorismo e os entusiastas do modelo profissional se perpetuaram em meio à distribuição de prêmios e salários indiretos até que o Estado interveio diretamente na questão institucionalizando o sistema profissional<sup>84</sup>.

Inserido nesse projeto de consolidação da unidade nacional no decorrer da década de 1930 estava o futebol, que se disseminava com forte intensidade na sociedade brasileira e aglutinava as massas diante dos clubes e do selecionado nacional graças, principalmente, as coberturas jornalísticas e as locuções no rádio<sup>85</sup>.

---

<sup>81</sup> AGOSTINO, Gilberto. Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional. – Rio de Janeiro: Mauad. 2002

<sup>82</sup> Idem

<sup>83</sup> “Cada vez de forma mais freqüente, dirigentes europeus vinham para a América do Sul atrás de talentos argentinos, uruguaios e brasileiros. Na verdade, como ainda não existia um regime profissional nestes países, um jogador não estava preso a este ou aquele clube. Isto significa que poderia deixá-lo a qualquer momento ... Para a FIFA tratava-se de um negócio perfeitamente legal.” (AGOSTINO, 2002 p. 59)

<sup>84</sup> “Ela já se inicia em 1933, com o governo criando a profissão do jogador de futebol e obrigando - como a todo trabalhador assalariado - a sua sindicalização. Na verdade, a profissionalização do jogador de futebol correspondia a um movimento cultural e político mais amplo, envolvendo tanto os interesses de disciplina social do Estado, a dinâmica específica do futebol, quanto um clima cultural, que perpassava toda a sociedade, de produção de uma identidade nacional forte. Com relação à situação específica do futebol, a profissionalização correspondia à tensão que existia entre a tradição elitista e amadora dos primórdios da prática esportiva e a necessidade de regulamentar nos clubes - numa conjuntura de popularização do futebol - a crescente participação de jogadores remunerados, de sua maioria de origem pobre e negra.” (RIBEIRO, 2003)

<sup>85</sup> “As transmissões radiofônicas das partidas, inauguradas no início dos anos trinta, também tiveram papel destacado no aumento da popularidade do futebol. A Copa do Mundo de 1938, na França, a primeira que o brasileiro pôde acompanhar *ao pé do rádio*, superara todos os índices de audiência

Processo semelhante ao que então se desenvolvera no futebol brasileiro à época, incorporando um significativo número de indivíduos em seu universo graças ao fenômeno da massificação que se evidenciava, com as devidas ressalvas, no cenário político nacional.

Em decorrência da regulamentação do salário mínimo, do voto secreto e do direito ao voto feminino por intermédio da Constituição de 1934 ocorreu a emergência das classes populares na cena política garantida pela tutela estatal.

Com pulso firme e graças ao apoio obtido junto à população das grandes cidades, o novo arranjo político liderado por Getúlio Vargas enquadrava as oligarquias e reduzia a autonomia regional em nome da unidade nacional. (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 79)

Ilustrando as intenções levadas a cabo pelo governo Estadonovista em referência aos esportes e especificamente ao futebol, temos a inauguração do estádio do Pacaembú em abril de 1940.

O próprio Getúlio Vargas foi encarregado de presidir a solenidade festiva de inauguração; que contou com forte apelo emotivo e caracterizou-se como um grande evento cívico-político<sup>86</sup>.

Aquele momento propiciou um profícuo ambiente de interação entre o governo e a massa populacional, além de fomentar o projeto idealizado pelo governo Vargas de fortalecer a identidade nacional, que particularmente em São Paulo, se encontrava fragilizada desde a Revolução Constitucionalista de 1932<sup>87</sup>.

---

registrados até então e tornou o futebol ainda mais popular. ... Para incentivar o público a comparecer aos jogos do campeonato organizado pela Liga Carioca, Mário Filho convenceu dirigentes de clubes a promoverem campeonatos entre as torcidas pelo jornal *O Globo*. ... Com essas ações, Mário Filho dava sua contribuição ao desenvolvimento do futebol como espetáculo de massas.” (ANTUNES, 2004 p. 128-129)

<sup>86</sup> “ Poucas vezes, acreditamos, nos será dado presenciar uma festa como essa, em que tão harmoniosamente se entrelaçam, para o deslumbramento de quantos ali tiveram de comparecer, as flâmulas multicores das legiões moças que pugnam pelo aperfeiçoamento eugênico da raça, nas pistas e nas piscinas de São Paulo, de cada um município paulistas, do Rio de Janeiro e das nações irmãs do continente; as melodias suavíssimas da alma em flor da nossa gente ...” Inaugurado o Estádio Municipal do Pacaembú, O Estado de São Paulo, 28-04-1940; citado por (NEGREIROS, 1997)

<sup>87</sup> (NEGREIROS, 1997) O Estádio do Pacaembú. In Encontro de história do Esporte, Lazer e Educação Física: As ciências sociais e a história do esporte, lazer e educação física – Coletânea do V encontro – Ijuí: Ed. Da UNIJUÍ, 1997

Evidências de como o futebol foi um instrumento na tentativa de desenvolver um sentimento de unidade nacional durante o governo Vargas são os estádios do Pacaembú e de São Januário, que não por acaso, foram palcos de comemorações do Dia do Trabalho, levando milhares de espectadores as suas fileiras ao invés da limitada presença das elites<sup>88</sup>.

Visava-se atingir o maior número possível de indivíduos com as ações políticas; o Estado se preocupava com a coletividade<sup>89</sup>, muito embora mantivesse um modelo tradicional de gestão<sup>90</sup>, que restringia a intervenção da sociedade na elaboração das políticas e centralizasse o poder em suas mãos.

O futebol, modalidade que já se profissionalizara, deveria sofrer “rigorosa vigilância por parte do governo”<sup>91</sup>; toda a organização, fiscalização e promoção do esporte se concentrava nas mãos do Estado. Através do esporte o governo brasileiro enaltecia os sentimentos ufanistas e procurava fortalecer a identidade nacional brasileira.

Sem dúvidas o governo de Getúlio Vargas difundiu sentimentos nacionalistas através do futebol, que junto do carnaval, se consolidou como o maior espetáculo de massas da sociedade brasileira, fortalecendo a identidade nacional por intermédio de ações, por vezes, autoritárias.

A implantação do Estado Novo em 1937 estreitou ainda mais a relação estabelecida entre Getúlio Vargas e o esporte brasileiro; acarretando a criação do

---

<sup>88</sup> A dança dos Deuses: Futebol, cultura e sociedade. (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 80)

<sup>89</sup> “O Estado não conhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direito, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante só os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. O Estado não quer reconhecer a luta de classes. As leis trabalhistas são as leis de harmonia social.” Discurso de Getúlio Vargas aos trabalhadores de São Paulo, em 27 de julho de 1938;

<sup>90</sup> “Para Spink, uma administração tradicional é constituída de uma forma autoritária de gestão, ou seja, a administração acontece a partir da centralização do poder, sendo o Estado governado pelos burocratas, cabendo a estes interpretar as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da população.” (MEZZADRI 2007) “As possíveis interferências do Estado na estrutura do futebol brasileiro. In Futebol e Globalização. Luiz Ribeiro (org.) Ed. Fountoura – Jundiaí-SP”

<sup>91</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941.



Conselho Nacional de Desportos (CND), entidade que abarcava a organização de todas as modalidades esportivas e as mantinha sob direta gerência estatal.

A criação do CND retrata a ação autoritarista do Estado organizada pela gestão Estadonovista e, em especial referência ao futebol, acaba por estabelecer uma “harmonia social” a partir do momento em que suprime as tensões até então geradas entre os defensores e opositores à adoção do regime profissional na modalidade; além disso, as interferências estatais nesse espaço até então privado (caracterizado pelos clubes e pelas Ligas de Esportes), intencionavam uma ação disciplinadora em termos morais e políticos<sup>92</sup>

Fato que corrobora a centralização do poder nas mãos do Estado é a inexistência de uma entidade específica que regulamentasse e dirigisse o futebol brasileiro na época, a Federação Brasileira de Futebol (entidade máxima da modalidade durante o período) era vinculada ao Conselho Nacional de Desportos - CND<sup>93</sup>.

Na mesma lógica que orientava as medidas corporativas do Estado Novo, em 1941 foi criado o Conselho Nacional dos Desportos, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que subordinava a CBD (Confederação Brasileira de Desportos) e as federações regionais e tinha poder de fiscalização, normatização e organização de todas as modalidades esportivas do país. Seus objetivos eram a modernização desportiva e sua utilização para a legitimidade do regime. Ou melhor, a modernização esportiva para aquilo que parecia a modernização do Estado e da sociedade. (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 81)

As tensões desencadeadas em decorrência da II Guerra Mundial finalmente se irradiaram no Brasil e obrigaram o Estado brasileiro a se posicionar de maneira mais clara diante do cenário que opunha os países do Eixo Roma-Berlim-Tóquio ao restante da Europa e aos Estados Unidos da América.

---

<sup>92</sup> (RIBEIRO, 2003)

<sup>93</sup> “Como os pressupostos básicos da legislação do CND eram a fiscalização e a orientação das atividades esportivas por intermédio de pessoas de elevada expressão cívica, passava-se a idéia da construção da identidade nacional através do esporte.” (MEZZADRI 2007) “As possíveis interferências do Estado na estrutura do futebol brasileiro. In Futebol e Globalização. Luiz Ribeiro (org.) Ed. Fountoura – Jundiaí-SP”;

Assim sendo, principalmente influenciado pelos ataques japoneses a Pearl Harbor em 1941 e o conseqüente efetivo ingresso norte-americano no conflito, o Estado brasileiro corta relações com os países do Eixo. Este panorama gerou um ambiente extremamente hostil aos imigrantes que viviam no Brasil e se intensificou após o suposto torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães e italianos, pois passaram a ser atacados e perseguidos por boa parte da opinião pública<sup>94</sup>.

Diante deste contexto, o CND decretou uma portaria que proibia terminantemente as manifestações de caráter nacionalista envolvendo qualquer tipo de alusão aos países do Eixo nos eventos esportivos. Dessa maneira, muitas associações e entidades esportivas foram obrigadas a alterarem seus uniformes e até seus nomes<sup>95</sup>.

Findado o conflito, o cenário mundial que se apresentava era um continente europeu completamente esfacelado e a emergência de duas Superpotências (Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) que passaram a se “enfrentar” não mais nos campos de batalha, mas principalmente em uma disputa político-ideológica e econômica nos mais diversos “palcos simbólicos”.

Um desses “palcos simbólicos” nos quais se estabeleceram esses enfrentamentos foi o dos eventos esportivos, especialmente os Jogos Olímpicos<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> “Nesta hora, a já combatida liberdade dos estrangeiros no país sofreu mais um duro golpe. Rigidamente vigiados, sendo obrigados a utilizar salvo-condutos para viajar, italianos, alemães e japoneses foram proibidos inclusive de se comunicar em seu idioma natal.” (AGOSTINO, 2002 p. 146)

<sup>95</sup> “... mesmo não fazendo mais alusão à Itália em seu nome, O Palestra de São Paulo também foi obrigado a mudar, transformando-se em Sociedade Esportiva Palmeiras. Isto porque a “simples” expressão Palestra aludia diretamente à colônia italiana. Em outros estados, os Palestras também alteraram as suas denominações, como em Minas Gerais, que veio a se transformar no E. C. Cruzeiro ...” (AGOSTINO, 2002 p. 146)

<sup>96</sup> Exemplos das tensões entre o bloco Soviético e os EUA que adentraram o universo esportivo são os boicotes realizados por parte dos Americanos (aos Jogos Olímpicos de Moscou em 1980) e dos Soviéticos (aos Jogos Olímpicos de 1984 em Los Angeles).

Não por acaso essa tendência se irradiou pelo mundo e se instalou no Brasil; em comparação com o projeto levado a cabo pelo governo Vargas durante o Estado Novo, essa nova relação entre o Estado brasileiro e os esportes (em particular com o futebol) visava afirmar o país enquanto uma nação desenvolvida perante o cenário mundial, se buscava associar o sucesso esportivo com a prosperidade da nação.

Ao final da Segunda Guerra Mundial no Brasil, Getúlio Vargas acaba por ser deposto e; coube ao país, agora sob a governança de Eurico Gaspar Dutra, organizar o primeiro Mundial pós-guerra. Já naquele momento era consenso entre os governantes políticos que, uma das principais maneiras de manter a popularidade e estabelecer um mecanismo de comunicação eficiente com as grandes massas populacionais era através dos esportes e, especialmente, do futebol.

Tendo como exemplos bem sucedidos as formas como Uruguai (durante a Copa do Mundo de 1930) e Alemanha (durante os Jogos Olímpicos de 1936) capitalizaram as vantagens em realizar um evento esportivo internacional de tamanhas proporções a favor de seus respectivos regimes políticos, o Brasil fez valer seus interesses diante dos vizinhos argentinos, que também aspiravam receber o Mundial, e conseguiu o direito de ser o país sede.

Garantindo o direito de sediar o Mundial, o Brasil se comprometeu com a FIFA em construir um estádio que comportasse um grandioso número de espectadores para a realização do torneio. Assim sendo, em 16 de junho de 1950, o grandioso estádio do Maracanã (naquele momento o maior do mundo) se tornou uma referência em todo mundo quando se falava de Brasil, era o palco de celebração da nacionalidade brasileira.

O fato foi motivo de euforia no país<sup>97</sup> e se tornou, ao menos simbolicamente, um sinônimo de prosperidade e sucesso do Brasil no cenário internacional<sup>98</sup>.

Vislumbrando se aproximar das massas populacionais através do futebol, os candidatos ao cargo de presidente da república na época, se aproveitaram da euforia causada pelas vitórias brasileiras no Mundial e o clima ufanista que se instalara no Maracanã buscando associar suas respectivas candidaturas ao sucesso do selecionado nacional<sup>99</sup>.

Todo o processo que envolveu a realização da Copa do Mundo de 1950 no Brasil faz parte de um projeto de auto-afirmação do país diante de si mesmo, ou seja, uma tentativa de se consolidar uma identidade nacional ameaçada pela extensão geográfica e pelas diversidades e disparidades culturais que se evidenciavam. Além disso, reflete uma intenção do Estado brasileiro, através da organização de um evento de tal porte, transmitir ao mundo uma imagem positiva do Brasil, dar a entender que o país trilhava os rumos da modernidade e da civilidade<sup>100</sup>.

Essa intencionalidade foi mantida e potencializada em 1958, ano da primeira conquista brasileira em Copas do Mundo, durante o governo de Juscelino Kubitschek que tratou de se aproximar intimamente do selecionado nacional durante a campanha vitoriosa. Ademais, o clima positivo que o país vivia

---

<sup>97</sup> “Os cinco jogos que a seleção brasileira disputou no estádio acabaram por reunir um público total de 725.570 pessoas.” (AGOSTINO, 2002 p. 148)

<sup>98</sup> AGOSTINO, Gilberto. Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional. – Rio de Janeiro: Mauad. 2002

<sup>99</sup> Em plena campanha eleitoral, não surpreende que, em todas as partidas, panfletos pedindo votos circulassem no estádio. Mostrar-se sincronizado com os rumos vitoriosos do esporte brasileiro era uma questão primordial para os políticos em campanha.” (AGOSTINO, 2002 p. 148)

<sup>100</sup> (FRAGA, 2006 p. 151-152)

naquele momento de crescimento econômico era abertamente relacionado com os êxitos obtidos na referida competição internacional<sup>101</sup>.

A modernização conservadora<sup>102</sup> levada a cabo por Juscelino Kubitschek, numa tentativa de consolidação do capitalismo no Brasil, acabou por gerar um custo social muito oneroso ao país<sup>103</sup> e, principalmente, ao ideal populista que caracterizava o governo e alicerçava o modelo econômico. Enquanto resultado desse período crítico emerge no Brasil a ditadura militar em 1964; e que perdurou até 1985.

Nesse período, a base da gestão pública continuava baseada na centralização do poder. Tais intervenções são perceptíveis tanto na consolidação da construção de estádios de futebol<sup>104</sup> e das políticas públicas desenvolvidas nos municípios, quanto na legislação esportiva e do futebol. Nesse período o Governo Federal editou três Decretos Leis, sendo eles Lei nº 6.251 de 1975, Lei 6.354/1976 Lei do Passe, Decreto-Lei n. 80.228/77.

Durante o governo militar as intervenções estatais no futebol seguiam a lógica de dar sustentabilidade ao regime e de associar os sucessos da seleção nacional, mais uma vez, ao crescimento do país no cenário nacional.

---

<sup>101</sup> “ Na festa principal, no Palácio do Catete, o presidente Juscelino Kubitschek foi o único a beber champanhe na taça dos campeões, imagem que condizia com o clima de otimismo que marcava o discurso governamental comprometido em promover cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo. Para muitos analistas, para além dos aspectos oficiais, a Copa do Mundo seria o primeiro grande momento de interação entre JK e a população, depois de quase dois anos de governo.” (AGOSTINO, 2002 p. 152)

<sup>102</sup> “Pressionado pela expansão capitalista e pelos ideológicos da "Guerra Fria", o Brasil sofre - partir dos anos 50/60 - o impacto de uma nova modernização conservadora. A construção da capital federal, Brasília, a organização de uma malha rodoviária ligando as principais cidades e a instalação de uma indústria pesada e de bens de consumo duráveis, são exemplos dessa modernização. No campo político, a desorganização da estrutura autoritária dos anos 30/40 deu espaço para um nacional-populismo como resposta das classes dirigentes às tensões sociais internas.” (RIBEIRO, 2003)

<sup>104</sup> Nesta direção, verificamos que, além do Estádio do Pacaembu, foram construídos neste período inúmeros outros estádios, como por exemplo: Castelão - Governo do Estado Ceará; Maracanã - Governo do Estado do Rio de Janeiro; Fonte Nova - Governo do Estado da Bahia; Mineirão - Governo do Estado de Minas Gerais; Rei Pelé - Governo do Estado de Alagoas; Estádio Cláudio Vasconcelos Machado - Prefeitura Municipal de Natal; Vivaldão - Governo do Estado do Amazonas; Mangueirão - Governo do Estado do Pará, Mané Garrincha - Governo do Distrito Federal, Serra Dourada - Governo do Estado de Goiás; entre centenas de outros estádios estaduais e municipais espalhados pelo país. Dados obtidos no endereço eletrônico <http://mavalem.sites.uol.com.br/>;

A maior prova de tentativa de legitimação do regime através da associação do sucesso esportivo à prosperidade da nação é evidente após a conquista brasileira na Copa do Mundo de 1970, período marcado pelo aquecimento da economia nacional que ficou conhecido como o “milagre econômico”<sup>105</sup>.

Quando se menciona a lei 6.251, que institui voto unitário das federações e confederações; o que aparentemente dava um ar de “democracia” ao campo esportivo, na verdade se constituía como um grande colégio eleitoral ao regime militar. Em termos práticos, os campeonatos organizados pela CBD (Confederação Brasileira de Desportos) apresentavam um inchaço de clubes sem nenhuma expressão na cena futebolística do país (chegando o Campeonato Brasileiro contar com 94 clubes em 1979), mas que rendiam dividendos políticos ao regime por conta da barganha que se estabelecia<sup>106</sup>. (AGOSTINO, 2002)

Apresentou-se a intervenção Estatal mais uma vez materializada na Lei 6.354/1976 Lei do Passe. “ Esta Lei regulamentava as relações de trabalho do atleta profissional de futebol com o clube. Deixava praticamente o atleta vinculado à Instituição enquanto esta tivesse interesse. O profissional não podia escolher livremente seu empregador.”<sup>107</sup> (MEZZADRI, 2007).

Esta situação evidencia um deslocamento de poder na organização e regulamentação do futebol brasileiro para as mãos dos dirigentes dos clubes no

---

<sup>105</sup> “Consumada a vitória, o governo explorou o tricampeonato através de todas as formas possíveis, procurando potencializar o futebol como um fator capaz de promover a “unidade na diversidade.” ... Paralelamente ao presidente Médici, que instituiu feriado nacional para valorizar a recepção dos jogadores em Brasília, não foram pouco os governadores, prefeitos e vereadores que fizeram de tudo para posar ao lado dos craques.” (AGOSTINO, 2002 p. 162)

<sup>106</sup> À administração do Almirante Heleno Nunes frente à CBD foi atribuída a máxima: “Onde a Arena vai mal, mais um time no nacional.” (AGOSTINO, 2002 p. 163)

<sup>107</sup> Art. 1º Considera-se empregador a associação desportiva que, mediante qualquer modalidade de remuneração, se utilize dos serviços de atletas profissionais de futebol, na forma definida nesta Lei. Art. 2º Considera-se empregado, para os efeitos desta Lei, o atleta que praticar o futebol, sob a subordinação de empregador, como tal definido no artigo 1º mediante remuneração e contrato, na forma do artigo seguinte. Art. 3º O contrato de trabalho do atleta, celebrado por escrito, deverá conter (...). BRASIL. Lei 6.354/1976 Lei do Passe;

que tange às relações profissionais entre essas entidades e os atletas; aqueles passaram a ser “patrimônio” das agremiações.

Concomitantemente, fato que corrobora o processo de aumento da autonomia da modalidade e o próprio processo de democratização em curso no país é o advento da criação da Confederação Brasileira de Futebol, que data de 24 de setembro de 1979 e que passa a regular e dirigir a modalidade no país<sup>108</sup>.

A principal ruptura entre a direta intervenção Estatal e a ampliação da autonomia no futebol brasileiro; autonomia que, como será relatado adiante, acabou por ocasionar uma série de desequilíbrios e tensões na organização da modalidade.

### 3.3 A PRETENSE AUTONOMIA: TENSÕES E DESEQUILÍBRIOS

A Constituição Federal de 1988 através de seu artigo 217<sup>109</sup> alterou de maneira determinante e profundamente o entendimento do esporte; e em consequência disso a estrutura do futebol e suas relações com a sociedade e com o Estado também foram alteradas.

Obviamente, mesmo com a promulgação da Lei, a estrutura do futebol não mudou do dia para a noite, mas a partir dela foram abertos alguns espaços mais democráticos que possibilitaram maior autonomia na administração das entidades esportivas (clubes, federações e confederações) e na participação dos jogadores de futebol. O próprio Parágrafo primeiro do Art. 217, afirma a autonomia das entidades esportivas. Assim as disputas entre os agentes esportivos começavam a ter novos desdobramentos. (MEZZADRI 2007)

---

<sup>108</sup> “ Outra antecipação futebolística das transformações políticas em curso foi, em 1980, a criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em substituição à CBD.” (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 152)

<sup>109</sup> Art. 217 – É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais, como direito de cada um, observamos: I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II. A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento; ... BRASIL. Constituição Federal art. 217. 1988.

Gradativamente esses espaços de maior autonomia vão se ampliando e tornando as diretrizes que determinam o curso da modalidade no Brasil mais dependentes de um número cada vez maior de agentes que se inserem nesse espaço social, ou seja, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a trajetória do futebol brasileiro passou a ser determinada também pelas interações entre agentes até então marginalizados neste campo de disputas.

Com o avanço do liberalismo econômico e dos sistemas democráticos em escala global, e a conseqüente decadência do regime militar ditatorial no Brasil fez com que ganhasse força no país a ação do não-Estado, que nada mais é do que a capacidade de se impor limites ao Estado.

A principal conseqüência do primado do não-Estado sobre o Estado é ainda uma vez uma concepção meramente instrumental do estado, a sua redução ao elemento que o caracteriza, o poder coativo, cujo exercício a serviço dos detentores do poder econômico deveria ser o de garantir o autônomo desenvolvimento da sociedade civil... (BOBBIO 1987, p. 123)

A ação do não-Estado indica que as inúmeras esferas da sociedade civil, inclusive o universo do futebol, passaram a se organizarem de maneira cada vez mais autônoma em relação à intervenção estatal, que então se esforçara para conter gastos com as políticas sociais, transferir a responsabilidade de gestão sob serviços de utilidade pública ao setor privado, desempenhar o poder coativo (controle da violência) e agir como uma instância normativa, regulamentadora e punitiva.

No caso específico do futebol brasileiro, essa organização cada vez mais autônoma em relação ao Estado gerou uma série de desequilíbrios e tensões que acabaram por acarretar em uma crise vivida pela modalidade no país, que se intensificou por diversos fatores: despreparo dos dirigentes que deveriam assumir o controle da modalidade pautados nos preceitos da administração profissional, ausência de uma lei específica que regulamentasse o futebol organizado através de uma nova estrutura, por problemas relacionados à violência que passaram a se



manifestar no futebol do Brasil, por uma grave crise econômica desencadeada no país que afetou significativamente clubes e federações; entre outros fatores<sup>110</sup>.

Abordando alguns problemas sobre a autonomia do futebol atual no continente europeu, Luiz Carlos Ribeiro apresenta alguns apontamentos aplicáveis à realidade brasileira e que ilustram a crise organizacional vivida pela modalidade no Brasil em meados da década de oitenta.

Esta relativa autonomia que se mantêm até os dias atuais foi profundamente alterada<sup>111</sup> em suas raízes em virtude de processos sociais imprevisíveis que alteraram a lógica de funcionamento deste campo social (futebol), o fim do amadorismo, a profissionalização dos jogadores, a popularização da modalidade, a espetacularização, a mercantilização e a consolidação do futebol empresa.

Segundo o autor, as medidas neoliberais adotadas na Europa, principalmente por Margaret Thatcher na Inglaterra e por Helmut Kohl na Alemanha, ao desmantelarem a política de bem-estar social, influenciaram diretamente o futebol no continente em decorrência da livre competição de mercado, do desemprego em massa e da instabilidade social, desencadeando um processo de anomia e ingovernabilidade<sup>112</sup>.

Essa noção de anomia indica que o desenvolvimento do futebol na atualidade vem acarretando uma série de desequilíbrios, de tensões que apontam para uma ausência de ações regulamentadores e de regras.

---

<sup>110</sup> “... particularmente a partir de fins da década de 1970, se começa a falar de uma “crise” no futebol brasileiro. Essa crise manifesta-se, por exemplo, na queda progressiva do número de espectadores das partidas de futebol, no aumento da violência nos estádios (principalmente entre as chamadas “torcidas organizadas”), na evasão de jogadores para o exterior e no endividamento financeiro dos clubes.” (HELAL & GORDON, 2002 p. 37)

<sup>111</sup> “O “mundo da bola” passou a se constituir uma esfera privada, um direito *sui generis*, distante do direito público. Distanciou-se também daqueles preceitos de *fair play* e de distinção social do século XIX. Hierarquicamente centralizada, toda a estrutura do futebol mundial adquiriu uma estrutura própria, centrada em normas rigidamente estabelecidas pela sua entidade máxima, a FIFA.” (RIBEIRO, 2007 p. 55)

<sup>112</sup> “... o relaxamento do Estado de bem-estar social não permitiram que a sociedade européia efetivasse a cidadania à ampla maioria, em especial os jovens ... A essa impotência do Estado decorreu um sentimento de anomia, de ingovernabilidade e permitiu a emergência de outros modos culturais de fazer política e de se construir cidadania. ... Grupos surgem à margem do controle social e encontram guarida nos espaços que se caracterizam por uma tradicional autonomia, como por exemplo os clubes de futebol.” (RIBEIRO, 2007 p. 59-60)

Destaca-se também que ao relacionar os problemas e as anomias que se inscrevem no futebol profissional com a mentalidade eminentemente empresarial para se administrar o espetáculo esportivo; evidencia-se que um efetivo combate à violência nos estádios e aos escândalos ligados à corrupção e demais falhas estruturais somente se consolidou a partir do momento em que tais desequilíbrios se apresentaram como empecilhos para a comercialização do espetáculo esportivo em fins da década de 1980 e início da de 1990. (PRONI, 2007)

Desde então é considerado uma prioridade no universo do futebol em escala global preservar a ordem, prover segurança e conforto ao público consumidor do espetáculo, transmitir uma imagem de lisura e estruturar uma forma de entretenimento organizada; que no Brasil se materializou no EDT.

Partindo dessa consideração, algumas consequências neoliberais puseram em xeque a autonomia do futebol europeu principalmente em relação a dois aspectos apontados por (RIBEIRO, 2007 p. 55)

Nos últimos trinta anos, dois fenômenos vêm expondo e revelando o perigo – do ponto de vista do poder público instituído – dessa autonomia: o crescimento econômico fabuloso do futebol e seu envolvimento com a violência urbana e com a segurança pública.

Os impactos dessas consequências neoliberais no futebol também são visíveis no Brasil, principalmente se considerarmos as políticas adotadas desde o início da década de noventa por Fernando Collor de Melo<sup>113</sup>.

Não por acaso esses dois problemas da autonomia do futebol europeu apontados pelo autor se manifestam também no futebol brasileiro, através dos constantes atos violentos nos estádios e seus arredores ou das obscuras “parcerias<sup>114</sup>” entre clubes e supostas empresas interessadas em investir no futebol.

---

<sup>113</sup> “ Ele logo implementou inesperado plano econômico, que confiscava por ano e meio os recursos depositados em contas bancárias e poupanças e estabelecia novo congelamento de preços. Ao mesmo tempo, iniciou processo de privatização de empresas públicas e promoveu a abertura da economia brasileira ao capital, tecnologia e produtos estrangeiros.” (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 158)

<sup>114</sup> “No Brasil, a parceria do Corinthians em 2004 com a MSI – Media Sports Inventment, com valores nunca declarados, onde existiria suposta relação com o magnata russo Boris Berezovsky, apelidado na Rússia como o “Cardeal Cinzento” do Kremlin e do mesmo grupo “político” de Abramovich (dono do Chelsea F. C. da Inglaterra) é outro exemplo notável.” (RIBEIRO, 2007 p. 61)

Portanto, sempre ao se falar em autonomia leia-se autonomia relativa, pois na atualidade o Estado brasileiro tem realizado constantes intervenções, para elucidar esses problemas que, dado o significado social do futebol para a sociedade brasileira, se tornam um problema de direito público<sup>115</sup>.

Esta autonomia relativa se comprova ao se observar a própria emergência do futebol-empresa na década de 1970 no futebol italiano, inserido em um contexto de franca expansão da globalização. (PRONI & ZAIA, 2007).

Os fatores que impulsionaram o desencadear desse processo são exatamente aspectos anômicos conseqüentes da relativa autonomia que caracteriza o campo social que delimita o futebol e o acompanha desde suas origens.

Neste caso, se efetivou uma ação interventora do Estado italiano<sup>116</sup> no intuito de fiscalizar as gestões de clubes e federações, que se demonstravam deficitárias por conta de dívidas previdenciárias, gestões utilizadas como mecanismos de lavagem de dinheiro e escândalos envolvendo manipulação de resultados da loteria esportiva<sup>117</sup>.

Ao descrever este contexto é possível compreender como o futebol se desenvolve à margem de uma direta intervenção estatal mas não completamente desvinculada e imune a mesma

A partir do momento em que, de alguma maneira, o desenvolvimento do futebol transcende as relações limítrofes de seu próprio e exclusivo espaço social, o Estado, enquanto entidade reguladora e normatizadora da sociedade, intervêm de maneira incisiva para que determinados impactos anômicos dessa autonomia sejam suprimidos.

---

<sup>115</sup> “ O aumento da violência dentro e fora dos estádios por parte de torcedores exaltados, a utilização de clubes como forma de lavagem de dinheiro originário da corrupção e do tráfico internacional, o comércio ilegal de jogadores, em especial os mais jovens, apenas para ficarmos com alguns exemplos, têm levado as autoridades políticas e se manifestar e a intervir no campo esportivo.” (RIBEIRO, 2008 p. 7)

<sup>116</sup> “ No que diz respeito à fiscalização da atividade futebolística profissional, foi criada a Cosicov, comissão de vigilância designada para auditar os balanços dos times e exigir destes uma administração mais responsável.” (PRONI & ZAIA, 2007 p. 21)

<sup>117</sup> (PRONI & ZAIA, 2007) Gestão empresarial do futebol num mundo globalizado. *In* Futebol e globalização. Luiz Ribeiro (org.) Ed. Fountoura – Jundiaí-SP

### 3.4 CRISE NO FUTEBOL BRASILEIRO: REFLEXO DE UMA AUTONOMIZAÇÃO NÃO PLANEJADA

No futebol brasileiro o impacto desta nova ordem será o resultado de uma crise vivida por federações e por clubes que não estavam preparados para essa independência das ações do Estado, que de maneira gradual foi se responsabilizando apenas pelo aparato jurídico que dá suporte a organização da modalidade no país e prevê ações punitivas contra atitudes depreciativas que recaem sobre o esporte.

A partir da década de 1980, tem-se o declínio gradual de um modelo de gestão amadora no futebol profissional brasileiro, que dificultava a injeção de recursos privados aos clubes e federações e (principalmente no início da década de 1990) a ascensão de uma maneira de se gerir o futebol profissionalmente, com funcionários contratados, apenas com vínculo profissional em relação ao clube<sup>118</sup>, com a abertura para o capital privado e com a comercialização do espetáculo esportivo em todos seus aspectos; através da introdução do *marketing* esportivo<sup>119</sup> no Brasil.

... o melhor para a sociedade seria um sistema econômico que deixasse operar livremente a lógica do mercado. E a racionalidade baseada na eficiência econômica operaria como um norteador da organização social. Pelo menos no plano ideal, ao poder público não caberia intervir nesse jogo, nem criar regulamentos rígidos, nem procurar corrigir desequilíbrios; caberia apenas propiciar as oportunidades para que os indivíduos pudessem competir em condições de igualdade... (PRONI 2000 p. 37)

---

<sup>118</sup> “O fato é que várias agremiações em decadência só puderam se reerguer a partir do momento em que romperam laços paternalistas e amadores, adotando posturas mais profissionais em sua organização, amparadas por estratégias de *marketing* bastante eficazes e com consultores financeiros de alto nível...” (AFIF & BRUNORO 1997) *Futebol 100% profissional*.

<sup>119</sup> Entende-se por *marketing*: “a execução de atividades ou negócios que encaminham o fluxo de mercadorias do produtor até o consumidor.” (*American Marketing Association*) citado por MARCHI JUNIOR (2004, p. 135)

Esta passagem retrata com propriedade singular o caminho pelo qual percorreu o futebol brasileiro; marcado por disputas internas e interações entre os agentes e instituições envolvidos com a modalidade. Dessa forma, alguns reflexos dessas disputas e interações foram a criação de legislaturas que deram suporte e, de certa forma, se colocaram como exigência para uma mudança de mentalidade no que diz respeito à gestão e estruturação do futebol profissional no país.

A reestruturação do futebol brasileiro (tendo o modelo europeu como exemplo) era uma emergência devido à situação deficitária pela qual passava a maioria dos clubes e federações do país.

No início da década de oitenta, o fato mais marcante, do ponto de vista econômico, foi os clubes terem sido arrastados pela recessão econômica para uma situação financeira extremamente precária... Essa situação demonstrou, na verdade, que as formas tradicionais de administrar os clubes de futebol tinham entrado em colapso com a queda de público e da renda dos jogos. (PRONI 2000 p. 148)

Mais que a constatação de que a antiga maneira de se administrar a modalidade estava defasada e era prejudicial ao seu desenvolvimento no Brasil, esta crise apontou como necessária a modernização dos meios de gestão e organização do futebol no país; modernização que consistia na profissionalização da gestão dos clubes, abertura dos mesmos e das federações para o recebimento de investimento privado, maior organização e transparência nos torneios e outras medidas.

Até meados da década de oitenta, a estrutura político institucional do futebol brasileiro estava alicerçada sob a tutela diretiva do Estado e da CBF (a partir de 1979) e se caracterizava através de gestões amadoras nos clubes. Com a abertura política no país e com a crise econômica latente batendo na porta dos clubes e da própria Confederação Brasileira de Futebol, criou-se um clima favorável para críticas a essa forma de estruturação do futebol brasileiro, bem como a sugestão de alternativas para solucionar o problema da crise que se evidenciava.

A partir dessa necessidade de reformulação das estruturas que regulamentavam e organizavam o futebol brasileiro o *marketing* esportivo passa a

ser explorado no Brasil como uma das alternativas para gerar receitas aos clubes e federações.

Ao *marketing* esportivo cabe explorar essa potencialidade; associando produtos e marcas às imagens positivas transmitidas pelos atletas e às conquistas que clubes e selecionados nacionais obtêm<sup>120</sup>.

Contudo, a utilização política e o caráter amador da administração dos clubes e federações continuavam dificultando um relacionamento mais profissional com patrocinadores e com as emissoras de televisão. A desorganização dos campeonatos (constantes mudanças na tabela e mesmo no regulamento) e a instabilidade interna na direção dos clubes (causando descontinuidades nos acordos) faziam com que poucas empresas se dispusessem a utilizar o patrocínio de clubes como propaganda para seus produtos. (PRONI 2000, p. 159)

Este panorama apontado por Proni culminou com o auge da crise do futebol brasileiro ocasionada pela sua relativa autonomia em relação ao Estado na década de 80; em maio de 1987 a CBF anunciou que não teria recursos para bancar o campeonato nacional e os clubes que deveriam custear gastos com viagens, por exemplo. Diante desta situação, os clubes com as maiores torcidas do país criaram o “Clube dos Treze”, que propôs a CBF uma forma de disputa mais rentável e de acordo com a realidade financeira dos mesmos naquele momento.

O que aparentemente se delineava como algo revolucionário do ponto de vista da modernização do futebol brasileiro através de um projeto audacioso e

---

<sup>120</sup> “ O *marketing* esportivo é a alavanca de uma indústria extraordinariamente grande, que atinge e permeia praticamente todos os segmentos da sociedade. As fábricas propriamente ditas e os setores de comércio e serviços têm, no esporte, a grande oportunidade de mercados mais desenvolvidos, com mais chances de crescimento e maior economia de escala. Isso levando em consideração apenas itens como roupas, acessórios, equipamentos, academias, estádios, bebidas alimentos, transportes, literatura etc. etc. Já patrocinadores e anunciantes têm no esporte um excelente instrumento de *marketing*, comunicação, ampliação do *share* e diferenciação. Atletas, técnicos e dirigentes têm um mercado de trabalho que possibilita o desenvolvimento técnico e de carreira. Clubes, ligas, federações, confederações obtêm recursos além da bilheteria e contribuição de sócios, enfim, mais desenvolvimento para o próprio esporte. A população é contemplada com melhores espetáculos, entretenimento e mais oportunidades de prática desportiva. O governo, que tem como uma de suas atribuições oferecer e manter acesso a atividades de lazer e esporte para a sociedade, mais arrecadação, maior economia assistencial em saúde, empregos e imagem internacional. E para a mídia, mais opções de programação atingindo mais telespectadores, leitores e anunciantes.” Segundo José Estevão Cocco, citado por (MARCHI JUNIOR 2004, p. 135).

coordenado de *marketing* esportivo organizado pelo “Clube dos Treze” esbarrou na falta de profissionalismo e despreparo dos dirigentes dos clubes, que sentaram para negociar a realização da Copa União com diretores extremamente profissionais.

Para se ter uma idéia do tamanho amadorismo que se encontrava presente entre os dirigentes dos clubes brasileiros na época, tem-se uma declaração do ex-presidente corintiano Vicente Mateus transcrita por Juca Kfoury e citada por (PRONI 2000 p. 160)

... Na hora da assinatura do contrato, um atraso, como só acontece nas coisas feitas aqui, o presidente do Corinthians, Vicente Mateus, olha para o contrato e diz: “Não vou assinar.” “Como não vai assinar, presidente? Há 15 dias não falamos em outra coisa.” “Isso não é bom para o Corinthians. Se é bom para o São Paulo, não deve ser bom para o Corinthians.

Talvez atitudes como esta, comuns até o dado momento entre os dirigentes que agiam mais com o coração do que com a razão, tenham emperrado o processo de desenvolvimento do futebol brasileiro<sup>121</sup>.

O grande impasse para o desenrolar desse impulso modernizador é que as estruturas de poder, as cadeias de posições objetivas, foram mantidas nos clubes e federações, impedindo mudanças estruturais profundas nas questões administrativas e organizativas do futebol brasileiro.

Mas mesmo com esta falta de organização e profissionalismo dos dirigentes, eles se reuniram com a Coca- Cola (que seria a patrocinadora oficial do evento), com a Varig (empresa aérea que custeou as viagens das equipes) e com a Rede Globo de Televisão ( que foi a responsável pelas transmissões das partidas) para lançar o projeto da Copa União, que efetivamente foi executado com relativo sucesso. Porém, o maior empecilho para a efetiva transição do comando do

---

<sup>121</sup> “ De fato, Miranda é talvez a mais característica personagem desses tempos de transição. Diretor desde 1975, vice-presidente do clube entre 1986 e 2000, deputado federal pelo PPB (ex-Arena – PDS, hoje PP) entre 1995 e 2002, depois presidente do Vasco, ele colecionou uma série de denúncias e processos contra suas práticas administrativas. Foi acusado de desviar recursos de várias formas, inclusive em um episódio no mínimo caricato: ele teria sido assaltado com toda a arrecadação de uma partida do Vasco em sua mala.” (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 157)

campeonato nacional ao “Clube dos Treze” foi a própria CBF e seus influentes políticos, que não abriam mão do monopólio sobre o futebol profissional no Brasil<sup>122</sup>.

Desta disputa entre CBF e “Clube dos Treze”<sup>123</sup> podemos observar mais uma vez, como as interações no interior dos campos sociais são marcadas por focos de tensões entre grupos distintos. Neste caso a disputa visava o controle sobre o futebol brasileiro.

Identifica-se neste panorama (auge da crise no futebol brasileiro na década de 80) um claro deslocamento de poder da CBF para os clubes filiados ao “Clube dos Treze” em relação ao controle da modalidade no país. Os clubes que até então se sujeitavam ao cumprimento das imposições definidas pela CBF ganham força através da constituição do “Clube dos Treze” e se inserem na disputa pelo monopólio da entidade que até o dado momento cabia de maneira irrestrita à CBF.

Esta situação na qual se encontrava o futebol brasileiro reflete uma nova ordem social que emergira; o Estado estava enxugando seus gastos; o futebol, e o esporte de maneira geral, já não deveriam estar sob direta tutela do governo.

Segundo os estudos de Proni (2000) o momento crucial que impulsionou o futebol brasileiro em direção a seu processo de modernização foi o advento da constituição de 1988, que concedeu liberdade política ao país e, em referência ao futebol, certa abertura para que a modalidade se organizasse a margem das interferências estatais.

O futebol, em decorrência de um longo processo, se torna uma manifestação espetacularizada e comercializada gerando cifras astronômicas, a estrutura administrativa do futebol brasileiro, extremamente amadora, não era capaz de sustenta-lo por muito tempo no mundo dos negócios, era preciso rever a diretrizes das administrações dos clubes e federações e reorganizar as maneiras de captar

---

<sup>122</sup> “O problema residia no amadorismo – às vezes gangsterismo – da maioria dos dirigentes. A primeira experiência bem sucedida ocorreu em 1987 coma Copa União, patrocinada por Coca-Cola, Varig e Rede Globo.” (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 159)

<sup>123</sup> “ As tensões entre os clubes e a CBF, os recursos à Justiça Desportiva, as falcaturas nos bastidores, as mudanças casuísticas de regulamento e a impunidade revelavam o tumultuado processo de modernização do futebol brasileiro, em sintonia com o que ocorria na cena política nacional. Os trabalhos constituintes de 1987 e 1988 com práticas semelhantes já tinham denunciado as dificuldades em se modernizar as estruturas políticas do Brasil.” (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 157)



recursos para a sua manutenção e cativar os torcedores, que agora passariam a ser o mercado consumidor desta manifestação.

A modalidade necessitava de uma organização profissional para solucionar seus problemas e atender as novas demandas que se apresentavam. Para isso era de suma importância ter o respaldo legal para que uma organização mais estruturada e moderna possibilitasse aos clubes e a própria CBF entrar realmente no rumo da modernidade.

O discurso do Estado intervencionista já era dado como ultrapassado, e a situação política do Brasil já consolidara o caminho para que o país seguisse os trilhos da “globalização” e “liberalização”; tais questões se consolidam e colaboram para que se alterem as estruturas que regulamentam o futebol brasileiro, que determinam os determinismos sociais do campo esportivo. Segundo Proni (2000 p. 163):

... criando um ambiente propício à sobreposição do discurso nacional-desenvolvimentista pelo discurso da eficiência econômica (baseado na “ética do mercado”).

Esta nova ordem política brasileira, em se tratando do esporte, e especificamente do futebol, implicou na concepção de que deveria se buscar a máxima satisfação do consumidor, fomentar e dar suporte aos investimentos da iniciativa privada no esporte, teoricamente diminuir a injeção de recursos públicos no esporte espetacularizado.

Este novo rumo no qual trilhava o futebol brasileiro indica um movimento de início de ruptura com um modelo organizacional e de gestão que não se enquadrava mais aos novos preceitos que direcionavam a organização política e econômica do país.

Dessa maneira, identificam-se encaminhamentos no futebol brasileiro no que tange a mudanças estruturais, que se evidenciam nas legislações posteriores à Constituição Federal de 1988 que regulamentaram e regulamentam o futebol brasileiro na atualidade. (Lei Zico, Lei Pelé e Estatuto de Defesa do Torcedor)

Relacionando esse processo de mudanças e a conseqüente emergência do futebol-empresa com o foco desse estudo (as implicações do EDT na relação de

oferta e demanda entre o Coritiba Football Club e os seus torcedores), é necessário considerar que essa nova estrutura organizativa, além de implicar mudanças nas diretrizes receituárias e na gestão esportiva em direção à profissionalização, reconfigurou a relação estabelecida entre os clubes e os torcedores.

Estes, para além da paixão que os aproxima de seus clubes do coração e do selecionado nacional, passaram a ser considerados consumidores de produtos e serviços esportivos<sup>124</sup>, são clientes dos espetáculos esportivos contemporâneos tendo como referência os princípios do livre mercado alavancados pela intensificação do processo de globalização<sup>125</sup>.

Portanto, a partir de agora, buscaremos compreender as alterações nessa relação de oferta e demanda no Coritiba Football Club sempre tendo como pano de fundo o EDT, lei que normatiza essa relação no Brasil atualmente.

---

<sup>124</sup> “ Neste mercado, o cliente final é o torcedor de uma equipe ou fã do espetáculo. Ele consome produtos relacionados ao futebol, sejam eles ofertados diretamente pelos clubes (quando vai ao estádio ou numa loja do seu clube) ou por meio de intermediários como emissoras de televisão e empresas de materiais esportivos. O objetivo econômico do clube é alcançar seu cliente final, garantir fidelidade do consumidor e ampliar ao máximo o seu poder de mercado.” (PRONI & ZAIA, 2007 p. 26)

<sup>125</sup> (PRONI & ZAIA, 2007) Gestão empresarial do futebol num mundo globalizado. *In* Futebol e globalização. Luiz Ribeiro (org.) Ed. Fontoura – Jundiaí-SP

## 4 RECENTES INTERVENÇÕES ESTATAIS NO FUTEBOL BRASILEIRO

### 4.1 O ADVENTO DA LEI ZICO: PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO ÀS MUDANÇAS

Como exemplo do movimento em direção à mudanças no âmbito legal, temos a Lei Zico, datada de 6 de julho de 1993, que foi criada a fim de estabelecer os alicerces para que a gestão empresarial fosse adotada no futebol brasileiro, esta lei definitivamente abriu as portas para o setor privado investir e intervir de maneira direta nas esferas da modalidade em âmbito nacional. Segundo Pimentel (2007, p. 152)

Na lei Zico observa-se a preocupação em implementar ações baseadas na autonomia das entidades esportivas e na descentralização, buscando-se, como era característico no período, menor interferência estatal e maior espaço para a liberdade de mercado. Estão presentes na Lei Zico a orientação neoliberal, seguindo-se o pensamento adotado pelo governo em outros setores da atividade social no mesmo período: menor intervenção estatal na sociedade com maior autonomia para os indivíduos e também participação mais efetiva da iniciativa privada.

Este projeto de lei, inicialmente, regulamentava a presença de empresas e a maneiras de se comercializar o futebol profissional, revia a partilha nos recursos provenientes da loteria esportiva, extinguiu a “Lei do passe”, assegurava autonomia estatutária aos clubes, além de buscar a democracia e a transparência nas administrações das federações estaduais e da CBF.

Segundo as palavras do então secretário nacional de esportes, Artur Antunes Coimbra (ZICO), o projeto tinha o interesse de estabelecer uma revolução no futebol brasileiro em relação a sua estrutura político-administrativa. Propunha-se uma nova concepção de administração do esporte, extremamente profissional, que possibilitaria aos clubes a geração de dividendos importantes para suas respectivas gestões<sup>126</sup>.

---

<sup>126</sup> “... o futebol deve ser tratado e administrado de forma profissional, deixando de lado o amadorismo e o paternalismo que existem hoje em dia. Mudando esta estrutura, os clubes teriam condições de obter resultados satisfatórios no sentido financeiro”. (COIMBRA 1990 p. 18) citado por (PRONI 2000 p. 166).

Mesmo com este projeto de lei que teoricamente definiria o rumo do futebol no Brasil em direção a sua modernização, percebeu-se que algumas de suas exigências não se enquadrariam no contexto do futebol brasileiro.

A grande maioria dos clubes não estava preparada para aderir a este novo aparato jurídico que regulamentaria suas ações; a necessidade de transparência nas negociações, de pagamentos de impostos sobre rendimentos e o fim de regalias em relação a isenções fiscais, por exemplo, fez com que houvesse posições contrárias à implementação da versão inicial da lei.

Além disso, a possível extinção da “Lei do Passe” (que estabelecia um vínculo dependente do atleta em relação ao clube, que mantinha o tempo de vínculo exclusivamente de acordo com seu interesse) era o temor das equipes de menor expressão, pois assim que terminasse o contrato do jogador, o mesmo estaria livre para negociar com qualquer outra equipe sem que o clube que o revelou fosse pago em decorrência da transação<sup>127</sup>.

Outro empecilho para a efetiva regulamentação deste projeto de lei em sua versão inicial foi a postura da CBF em relação a algumas disposições do mesmo. A principal objeção da entidade hegemônica controladora do futebol nacional era em relação à autonomia que a lei garantia aos dirigentes para que estes criassem ligas e organizassem campeonatos. Mais uma vez se depara com uma disputa pela hegemonia do futebol brasileiro entre duas forças, o que marca o processo de modernização da modalidade no país com rupturas e continuidades em decorrência destas disputas que são corriqueiras neste processo social.

Para que a aprovação fosse viabilizada, ela passou por algumas revisões que não abalaram radicalmente as estruturas administrativas do futebol brasileiro; a “Lei do Passe” não foi extinta e a implementação de uma gestão administrativa nos departamentos de futebol dos clubes ficou abordada na lei como uma possibilidade, e não uma exigência prevista. Diante dessa disputa percebemos o quão custoso pode ser a concretização de mudanças nas estruturas organizacionais dos campos sociais propostos por Pierre Bourdieu; já que subverter uma lógica de funcionamento

---

<sup>127</sup> (PRONI, 2000)

que, em muitos casos, perdura há vários anos, implica uma reorganização nas posições que os agentes ocupam nesse espaço e no seu gradiente e organização dos capitais que lhes conferem uma posição privilegiada nesse mecanismo de organização.

Novo passo foi dado por Zico no cargo de secretário nacional de Esportes de Fernando Collor (março de 1990 – abril de 1991), com um projeto que procurava implementar métodos empresariais na administração do futebol, além da democratização das federações e da CBF, bem como a extinção da Lei do Passe. Diante das resistências e pressões exercidas no Congresso, o projeto aprovado em 1993 estava desfigurado e não alterava as estruturas do futebol brasileiro, apenas ampliava a capacidade de obtenção de receitas através de bingos e de sorteios realizados em estádios. (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 159)

Mesmo com o advento dessa possibilidade de abertura aos investimentos privados nos clubes e a adoção de um modelo de gestão profissional, percebe-se que o caráter amador marcante nas administrações dos clubes brasileiros não havia sido superado e não se adequou às novas tendências que reestruturaram a forma da modalidade ser conduzida enquanto esporte espetáculo.

sintomaticamente, os clubes que mais deviam (em fins da década de noventa) estavam entre os mais ricos, ou melhor, não eram aqueles que compunham a imensa massa de times pseudoprofissionais (...) o modelo de organização do futebol brasileiro permitia que os dirigentes se ocupassem em gastar, sem a obrigação de garantir um equilíbrio orçamentário (...) Talvez porque a fiscalização fosse permissiva e porque seus cargos fossem transitórios (...) Em 1998, a dívida dos times profissionais com a Previdência alcançava R\$ 124 milhões (...) Os maiores devedores eram: Flamengo (R\$ 18 mi), Fluminense (R\$ 9 mi), Palmeiras (R\$ 6,8 mi), Botafogo-RJ (R\$ 6,2 mi) e Atlético-MG (R\$ 5,1 mi) (PRONI 2000 p. 182)

Dessa maneira a injeção de capital nos clubes não é suficiente para que se obtenham dividendos satisfatórios; de nada adianta um grande montante de investimento sem uma administração que o reverta em benefícios a médio e longo prazo ao clube, que não o deixe ser apenas a constituição de algumas equipes competitivas e a conquista de alguns títulos.

Em suma, a organização político administrava dos clubes e federações não estavam preparados para superar a crise que se instalara no futebol referente a um

novo direcionamento da sociedade em seu âmbito geral. A incursão do *marketing* esportivo, o estabelecimento das leis de livre mercado que definiriam o rumo do futebol no país e a adoção de uma gestão empresarial para a administração era algo necessário e eminente.

Mesmo após a promulgação da Lei Zico o futebol brasileiro ainda encontrava dificuldades em se reestruturar em direção a sua modernidade devido, entre outros fatores, a algumas falhas na própria lei em vigência. Dessa maneira, o Ministério Extraordinário dos Esportes organizou e encaminhou um novo projeto de lei (Lei Pelé) que visava restituir parte do controle do Estado sobre as entidades esportivas.

#### 4.2 A LEI PELÉ E O FIM DA LEI DO PASSE

Neste novo projeto de lei, a transformação do clube em empresa já não era mais uma opção aos clubes; o que ficou estabelecido foi um prazo para que as instituições esportivas se transformassem em clubes-empresas, já que aquelas que não o fizessem poderiam até ter de deixar de participar de torneios profissionais.

... ao prescrever que as atividades relacionadas a competições de atletas profissionais seriam privativas de entidades constituídas sob a forma de sociedade comercial, na prática a legislação não dava muita escolha: ou os clubes de futebol se transformariam em empresas, ou passariam a gerir o departamento profissional nos moldes estabelecidos pelo Código Comercial (ficando sujeitos a pagar os impostos de praxe e até a ter sua falência requerida), ou deixariam de participar de torneios profissionais. (PRONI 2000, p. 200)

“ Art. nº 94: Confere aos clubes prazo de dois anos para se adequarem à Lei no que se refere à conversão em empresas desportivas.” (BRASIL op. cit., artigo 94)  
Lei Pelé

Outra mudança radical que a então nova lei propunha era o fim da Lei do Passe (Lei nº 6.354/1976) que segundo as palavras de Pimentel (2007, p. 137)

... praticamente deixava o atleta vinculado ao clube enquanto esse tivesse interesse, sendo que o profissional não podia escolher livremente seu empregador.

A vigência da lei do passe tornava o atleta um patrimônio do clube e não um prestador de serviços ao empregador. Por mais que esta lei fosse um sinal do atraso

do futebol brasileiro em direção ao seu processo de mudança, é importante considerar que ela impedia em parte o êxodo desenfreado de atletas brasileiros para o exterior e dava certa garantia aos clubes em relação ao ressarcimento pela venda de um grande atleta. Imediatamente os clubes da primeira divisão do campeonato brasileiro reagiram contrariamente ao projeto de lei divulgando um manifesto em 14 de setembro de 1997, transcrito por Proni (2000, p.199)

Sublinham [ os clubes] que a pura e simples extinção do passe implicará no êxodo crescente de atletas para o exterior, sem qualquer indenização para o clube formador, o que provocará, certamente, a desertificação das torcidas nos estádios, a fuga dos patrocinadores e a falência irreversível dos clubes.

Definitivamente, as leis de mercado passaram a regular o futebol brasileiro e a determinar aqueles que terão sucesso e aqueles que sucumbirão através da falência<sup>128</sup>.

Em 1998, nova medida modernizadora foi implementada por Pelé, ministro dos Esportes, ao extinguir a Lei do Passe, estabelecer a fiscalização pública dos esportes e estimular a organização dos clubes como empresas. As reações contrárias uniram clubes, federações, CBF e até mesmo sindicatos de jogadores. Baseada nos princípios neoliberais, a avançada legislação delegou ao mercado a construção do modelo de futebol empresa, trazendo novos problemas aos ultrapassados clubes brasileiros. (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 160)

Os chamados “grandes clubes” do Brasil, por gozarem de certo prestígio, por apresentarem um grande mercado consumidor de seus produtos (os torcedores) e por conseqüência obterem contratos longos e mais caros de patrocínio conseguem de certa maneira montar equipes competitivas e manter por algum tempo seus melhores jogadores. Já as equipes menores e de menos expressão, geralmente só recebem patrocínio por jogo ou por torneio, o que limita seu poder aquisitivo e impede que elas se mantenham enquanto instituições e mantenham seus jogadores, já que ao término do contrato o jogador está livre para negociar com qualquer outra equipe.

---

<sup>128</sup> “ Mas, como na concorrência capitalista os mais fortes tendem a absorver os mais fracos, os clubes ou federações que não forem competentes para concorrer no mercado globalizado do esporte espetáculo correm o risco de ficar cada vez mais marginalizados e podem até desaparecer.” (PRONI & ZAIA, 2007 p. 20)

Este panorama altera significativamente as relações que mantinham esses clubes de menor expressão atrelados aos grandes clubes, ou seja, o fato destes precisarem ressarcir aqueles pelos seus jogadores que lhes despertaram interesse já não existe mais, os jogadores que se destacam nos clubes de menor expressão apenas esperam o término do contrato e assinam com os grandes clubes.

Em relação à desertificação das torcidas nos estádios, o êxodo de jogadores é um dos fatores determinantes para tal fenômeno, porém, devemos ressaltar que os constantes incidentes violentos nos estádios, o processo de espetacularização do esporte, que permite o acesso às partidas via televisão aberta, televisão a cabo e *internet*; e mesmo a falta de credibilidade (marcado por ações fraudulentas e acordos oligárquicos) e organização (constante mudança no calendário e no regulamento das competições) do futebol brasileiro, determinam categoricamente a diminuição do público nos estádios brasileiros.

Dessa maneira, uma nova lei é implementada visando reaproximar o torcedor do espetáculo esportivo lhe garantindo direitos enquanto consumidor, lhe impondo deveres enquanto espectador e buscando a transparência e a credibilidade no futebol brasileiro, o Estatuto de Defesa do Torcedor.

#### 4.3 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E AS INTERFACES ENTRE A AÇÃO ESTATAL E A REALIDADE ATUAL DO FUTEBOL BRASILEIRO

A criação dessa lei pode ser compreendida como uma resposta do Estado a uma demanda social, resultado de duas CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) realizadas no ano 2000, uma na câmara, que se propôs a investigar denúncias veiculadas por uma mulher supostamente ligada ao técnico Vanderley Luxemburgo que o acusava de sonegação fiscal, escalação de jogadores por interesses comerciais, entre outras delações que não se dirigiam exclusivamente ao treinador. A outra CPI foi criada no senado para investigar exclusivamente a conta bancária da Confederação Brasileira de Futebol.



Em 1999 o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B – SP) iniciou a coleta de assinaturas para a instalação de uma CPI que visaria analisar a regularidade do contrato entre a CBF e a Nike.

De início a tentativa foi vista com incredulidade, já que o deputado que solicitava a instauração da CPI contava com apenas sete parlamentares co-partidários na câmara contra a figura de Ricardo Teixeira<sup>129</sup> e a própria CBF enquanto instituição, dirigentes e empresários ligados a entidade; além da “bancada da bola”<sup>130</sup> na câmara e no senado.

Mesmo com forte oposição declarada contra a CPI, um número suficiente de assinaturas foi recolhido<sup>131</sup> e a proposta foi aceita pela câmara. Com a eminência da instalação da CPI cada vez aumentando mais, as resistências se intensificaram, alguns parlamentares foram pressionados a retirar suas assinaturas do documento e mesmo o presidente da câmara na ocasião, Michel Temer (PMDB – SP), organizou uma tentativa de barrar a instalação da comissão investigadora<sup>132</sup>.

Com os escândalos envolvendo o futebol brasileiro vindo à tona com maior frequência, em 17 de outubro de 2000 a CPI Nike – CBF<sup>133</sup> foi instalada, que por sua vez, impulsionou a instalação da CPI do futebol no senado e, posteriormente, abriu caminhos para a criação do Estatuto de Defesa do Torcedor.

A essa altura o fiel da balança referente às disputas de poder entre os membros da câmara e do senado pendia contrariamente àqueles que consistiam a

---

<sup>129</sup> “Presidente da Confederação Brasileira de Futebol desde 1989.”

<sup>131</sup> “... Aldo conseguiu 206 (são necessárias 171) e seu pedido de abertura da CPI foi acolhido pela Mesa da Câmara.” [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod\\_not=145](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod_not=145), acesso em 16 de março de 2009

<sup>132</sup> “o grupo que comandava a CPI avisou-o de que iria ao Supremo Federal porque Temer estava desrespeitando o artigo 5º da Constituição: depois de acolhida uma CPI não pode mais ser extinta, a não ser por decisão da própria CPI.” [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod\\_not=145](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod_not=145), acesso em 16 de março de 2009

<sup>133</sup> “O próprio deputado Aldo Rebelo presidiu a CPI Nike – CBF e o deputado Sílvio Torres (PSDB – SP) foi nomeado o relator. Dentre os que colaboraram para as investigações citamos: Jurandil Juarez (PMDB – AP), Pedro Celso (PT – DF), Eduardo Campos (PSB – PE) e Dr. Rosinha (PT – PR)” informações disponíveis em [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod\\_not=145](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod_not=145), acesso em 16 de março de 2009

“bancada da bola” e que se utilizavam de meios ilícitos para se afirmarem no campo político e esportivo com o apoio da CBF. Isso não quer dizer que o potencial de poder desses dirigentes e políticos foi suprimido de maneira significativa, porém, suas atitudes foram investigadas e se tornaram de conhecimento público<sup>134</sup>.

Visando impedir que as investigações se tornassem efetivamente documentos incriminatórios contra os indiciados, a “bancada da bola” se organizou e afirmou que rejeitaria a aprovação do relatório final da CPI que vinha sendo elaborado pelo deputado Sílvio Torres.

Diante deste fato o grupo que organizou e levou a cabo as investigações decidiu encerrar as atividades da CPI sem a aprovação do relatório final, porém, o documento foi entregue ao Ministério Público, à Receita Federal, à Polícia Federal e à CPI do futebol no senado<sup>135</sup>.

A CPI do futebol conduzida pelo senado brasileiro revelou inúmeras fraudes que assolavam a modalidade; sendo que, seu relatório final foi aprovado por unanimidade, delatando atitudes criminosas de agentes expoentes no futebol brasileiro. Dentre alguns que na época foram indiciados constam o empresário de jogadores Reinaldo Pitta, os dirigentes Eurico Miranda (Vasco da Gama) e Edmundo Santos Silva (Flamengo), os presidentes de federações estaduais Elmer Guilherme

---

<sup>134</sup> “A CPI trouxe a público as contas da CBF. O seu relatório mostrou à exaustão a administração ruínosa da entidade, cujos recursos são malbaratados em despesas duvidosas e não justificadas, em altos salários e remunerações indevidas; em doações políticas destinadas a sustentar influências no Parlamento, para desempenhar o papel de “bancada da bola”; Remuneração ilegal da diretoria da CBF. A CPI demonstrou que as remunerações recebidas pela diretoria da CBF desde 1998 são ilegais porque estão em desacordo com o seu Estatuto de entidade de direito privado sem fins lucrativos. E encaminhou ao Ministério Público pedido de ação civil para que se promova a devolução desses recursos à CBF. Corrupção das federações. Estudou em profundidade a caótica administração do futebol comandada pela CBF, as espúrias relações da entidade nacional com as federações estaduais, que levaram à deterioração da organização confederativa e à transformação das entidades em casas de negócio, sujeitas ao continuísmo, nepotismo e corrupção, à ausência de calendários e outros desmandos.”  
informações disponíveis em [http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod\\_not=145](http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod_not=145) , acesso em 16 de março de 2009

(Minas Gerais), Eduardo Viana (Rio de Janeiro) e Eduardo José Farah (São Paulo)<sup>136</sup>.

Além desses citados, o principal acusado foi o presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, de crimes como lavagem de dinheiro, sonegação de impostos e evasão de divisas<sup>137</sup>.

Mesmo com a “bancada da bola” se posicionando contrariamente à CPI, a aprovação era inevitável diante de tantas provas comprometedoras<sup>138</sup> sobre as atitudes irregulares e fraudulentas referentes ao futebol brasileiro.

Apesar das investigações não terem resultado em efetivas punições aos acusados, os escândalos e as fraudes cometidas por dirigentes e empresários envolvidos com o futebol brasileiro tornaram-se de conhecimento público, a “bancada da bola” sofreu um duro golpe e se desencadeou um impulso moralizador no futebol brasileiro, do qual o EDT é um reflexo.

O senado se apresentou com uma comissão que preparava a instauração de uma nova lei (o EDT) para o futebol brasileiro. As repercussões surtiram efeito, a chamada “bancada da bola”<sup>139</sup> perdeu força no legislativo e o Estatuto de Defesa do Torcedor foi criado.

---

<sup>137</sup>“ Teixeira é suspeito de lavar cerca de 5 milhões de reais por meio de fraudes contábeis. A maior parte do dinheiro veio de um paraíso fiscal para contas de uma empresa do cartola. Teixeira e toda a diretoria receberam cerca de 7 milhões de reais em salários da CBF desde 1998. O estatuto da entidade proíbe remuneração. As declarações de imposto de renda de Teixeira não conferem com sua movimentação bancária.” CPI perde votação de goleada - [http://veja.abril.com.br/121201/p\\_138.html](http://veja.abril.com.br/121201/p_138.html), acesso em 18 de março de 2009

<sup>138</sup> “. “A verdade é demolidora. Não há resistência capaz de suportar provas documentais incontestáveis”, afirmou o senador Álvaro Dias, do PDT do Paraná, que presidiu a CPI. “Nem os aliados de Ricardo Teixeira tiveram coragem de defendê-lo”, comemorou o senador Geraldo Althoff, do PFL de Santa Catarina, que relatou o caso. “CPI perde votação de goleada - [http://veja.abril.com.br/121201/p\\_138.html](http://veja.abril.com.br/121201/p_138.html), acesso em 18 de março de 2009

<sup>139</sup> Expressão popularmente veiculada nos meios de comunicação para designar grupos de deputados e senadores brasileiros que mantêm relações com clubes, federações estaduais e Confederação Brasileira de Futebol.

O então Ministro do Esporte e Turismo Caio Luiz de Carvalho, nos termos da portaria número 54, constituiu o Grupo de Trabalho Especial – Futebol<sup>140</sup> (GTE – Futebol), com a intenção de propor um conjunto de ações visando reformular o futebol brasileiro e assegurar os direitos do torcedor.

As atividades desenvolvidas pelo GTE – Futebol se canalizaram para a elaboração de um documento legal (o EDT) que trata dos direitos e deveres dos torcedores e das responsabilidades que cabem às entidades organizadoras do futebol brasileiro (clubes, federações estaduais, CBF etc...).

A implantação do EDT ocorreu de maneira conturbada e permeada de disputas de poder entre os que formularam a lei e os representantes do futebol brasileiro que se posicionavam contrariamente a sua aplicação, esse grupo contrário, mais uma vez, era encabeçado pelo presidente da instituição máxima do futebol no Brasil (CBF), Ricardo Teixeira<sup>141</sup>.

Houve uma tentativa frustrada de organizar um boicote ao Campeonato Brasileiro de 2003 (apenas dez dos vinte e quatro clubes eram favoráveis ao boicote inicialmente), de paralisá-lo, em forma de protesto contra o EDT, além disso, foi proposta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN contra a implementação

---

<sup>140</sup> “Os membros integrantes do Grupo de Trabalho Especial foram: José Luiz Portella Pereira (presidente); Carlos Adriano Pacheco (secretário); Carlos Alberto Parreira; Carlos Miguel Castex Aidar; Flávio Raupp Fonseca; Geraldo Althoff; José Aldo Rebelo Figueiredo; José Reinaldo de Lima; Leovegildo Lins Gama Júnior; Luiz Gonzaga Belluzzo; Oswaldo Oliveira Filho; Pedro Sirotsky; Raí Souza Vieira Oliveira; Richard Law; Walter de Mattos Júnior; Presidente do COB – Carlos Arthur Nuzman; Representantes do Detentor Majoritário dos Direitos de Transmissão por televisão – Marcelo Gonçalves de Campos Pinto e Júlio César Ponte Mariz Pinto e Representante da ANAF – Márcio Rezende Freitas. Participando de uma reunião cada um, em substituição a outros membros, também estiveram presentes Leonardo Nascimento de Araújo e Eduardo Henrique De Rose. Os membros do Grupo Técnico de Assessoramento, que atuaram nas áreas jurídica; de financiamento; de agentes e transferência de atletas e de agência reguladora foram: Alexandre G. da Rocha Loures; André Almeida Blanco; Antoninho Marmo Trevisan; Carlos Alberto Pacheco; Flavia Goulart Pereira; Gustavo Vieira de Oliveira; Heraldo Panhoca; João Henrique Areias; José Francisco C. Manssur; José Henrique Reis Lobo; Luiz Augusto Feresin; Mário Sérgio Duarte Garcia; Miguel Arab; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Ricardo de Lima Assaf; Roberto Siviero; Ronaldo Crespilho Sagres; Walter Godoy dos Santos; Representante da Subcomissão de Esportes do Senado Federal.” <http://www.geocities.com/reclamem/codtorcedor.html>, acesso em 23 de março de 2009.

<sup>141</sup> “Tal inconformidade [dos clubes brasileiros e da CBF] chegou a ser exteriorizada à sociedade por diversas vezes pela organização chamada “clube dos treze”, entidade que congrega os maiores times do Brasil ... , bem como pela Confederação Brasileira de Futebol, as quais utilizaram várias manobras para inibir a eficácia do Estatuto junto à sociedade. ... ” (CABEZÓN 2006, p. 40-41)

do EDT (ADIN<sup>142</sup> n 2937), articulada pelo Partido Progressista, através do então advogado da instituição Wladimir Sérgio Reale (OAB-RJ), com irrestrito apoio do “Clube dos treze”<sup>143</sup>.

A proposta apresentada pelo Partido Progressista sustentava que, em pelo menos 29 dispositivos, o EDT afrontava as determinações da Constituição Federal, portanto, os efeitos de sua aplicação deveriam ser revogados imediatamente.

Segundo a ação movida contra o EDT, suas disposições feriam o artigo 217, que mesmo atribuindo ao Estado a função de fomentar “práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um”, também considera “a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.”<sup>144</sup>

De fato, em se tratando do aspecto legal, destacam-se as palavras do advogado especialista em direito esportivo Luiz Felipe Santoro ao afirmar que “alguns argumentos do partido são consistentes”<sup>145</sup>, ou seja, é extremamente pertinente que a Lei passe por uma reformulação visando se adequar à realidade

---

<sup>142</sup>“ A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI ou ADIN) é um instrumento utilizado no chamado controle direto da constitucionalidade das leis e atos normativos, exercido perante o Supremo Tribunal Federal brasileiro. A ação direta de inconstitucionalidade é regulamentada pela Lei 9.868/99. Ela tem fundamento na alínea “a” do inciso I do artigo 102 da Constituição Federal e pode ser ajuizada, em nível federal, perante o STF, contra leis ou atos normativos federais ou estaduais que contrariem a Constituição Federal.” [http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o\\_direta\\_de\\_inconstitucionalidade](http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_direta_de_inconstitucionalidade), acesso em 14 de março de 2009

<sup>143</sup>“ Entidade autônoma que congrega os maiores clubes do Brasil visando a defesa de seus interesses comuns. Atualmente fazem parte do Clube dos Treze os seguintes clubes: Sociedade Esportiva Palmeiras; Santos Futebol Clube; Sport Club Corinthians Paulista; São Paulo Futebol Clube; Clube de Regatas Vasco da Gama; Clube de Regatas do Flamengo; Fluminense Foot Ball Club; Botafogo de Futebol e Regatas; Cruzeiro Esporte Clube; Clube Atlético Mineiro; Sport Clube Internacional de Porto Alegre; Grêmio Foot Ball Porto Alegrense; Esporte Clube Bahia; Associação Portuguesa de Desportos; Clube Atlético Paranaense; Coritiba Foot Ball Club; Sport Clube Vitória; Goiás Esporte Clube; Guarani Futebol Clube e Sport Clube do Recife.”

<sup>144</sup> O Partido Progressista argumentou que: “ O Estatuto de Defesa do Torcedor, de modo flagrantemente inconstitucional, afronta, dentre outros, os postulados constitucionais da liberdade de associação, da vedação de interferência estatal no funcionamento das associações e, sobretudo, da autonomia desportiva” <http://jusvi.com/noticias/7992>; acessado em 19 de outubro de 2009

brasileira e que se criem mecanismos para que ela efetivamente se faça cumprir<sup>146</sup>, já que a mesma pouco tempo tramitou no congresso nacional e mal é conhecida pela sociedade civil.

Entretanto, simplesmente suspender a vigência do EDT seria um grande retrocesso no processo de desenvolvimento do futebol brasileiro em dois aspectos: primeiro, porque a própria história da modalidade no país demonstra que a sua completa autonomia em relação à interferência estatal se mostrou falha e desencadeadora de inúmeros desequilíbrios; e segundo, porque a emergência do EDT apresenta uma possibilidade de um agente até então negligenciado nas determinações organizativas da modalidade, o torcedor, se insira de maneira significativa na dinâmica dessas relações<sup>147</sup>.

O movimento contrário à Lei era de se esperar; pois a implementação da mesma fez com que recaíssem sobre os clubes, federações estaduais e CBF obrigações e responsabilidades que até então não lhes cabiam, não eram dirigidas diretamente a essas instituições e, no caso do descumprimento daquelas disposições que então passaram a ser especificadas no EDT, não acarretavam punições aos chamados “cartolas”<sup>148</sup>. A resposta às demandas sociais era urgente, os escândalos envolvendo o futebol brasileiro eram latentes; e uma falta de coesão no interior do grupo que fazia oposição ao EDT potencializaram a sua implementação.

Para Cabezon (2006, sem página):

---

<sup>146</sup> “A conclusão é parte da análise dos resultados gerados pela iniciativa, realizada pela professora da Faculdade de Educação Física (FEF) da UNICAMP, Heloísa Reis. Ela percorreu os estádios brasileiros para verificar se as determinações do estatuto estão sendo respeitadas. Através da análise é possível constatar que o estatuto ainda não foi totalmente implantado, uma vez que 30% dos artigos previstos que tratam diretamente da segurança dos espectadores não foram aplicados.” [http://www.portalcbncampinas.com.br/noticias\\_interna.php?id=9437](http://www.portalcbncampinas.com.br/noticias_interna.php?id=9437); acessado em 19 de outubro de 2009

<sup>147</sup> Corroborando nossas afirmações apresentamos as palavras do advogado Luiz Felipe Santoro: “Apesar de certas imperfeições, o Estatuto do Torcedor representa um grande avanço na estrutura do futebol brasileiro por se preocupar com um partícipe da cadeia desportiva até então relegado ao segundo plano -- o torcedor -- que é (ou deveria ser) justamente aquele para quem o espetáculo é produzido”. [http://www.conjur.com.br/2003-jul-22/partido\\_questiona\\_stf\\_estatuto\\_defesa\\_torcedor](http://www.conjur.com.br/2003-jul-22/partido_questiona_stf_estatuto_defesa_torcedor), acessado em 19 de outubro de 2009

<sup>148</sup> Termo comumente usado para se referir aos dirigentes do futebol.

Como resposta aos clamores sociais, tivemos, há mais de quatro anos, a promulgação da Lei nº 10.671/03, o “Estatuto de Defesa do Torcedor – EDT”, uma espécie de Direito do Consumidor aplicado aos eventos esportivos, permitindo a qualquer pessoa reclamar indenização e punição aos responsáveis por eventual lesão de direitos surgida em decorrência de eventos esportivos, cuja origem pode estar não só na falta de assentos numerados, banheiros impróprios, assaltos nas imediações dos estádios e atos de vandalismo, mas também na falta de organização na partida e na facilitação de um resultado pelo árbitro.

O esporte, sobremaneira o futebol, é uma patrimônio cultural brasileiro que deve ser preservado. Em se tratando especificamente do futebol, a partir da década de oitenta a modalidade foi enfrentando crises após crises em sua organização (falta de transparência e profissionalismo), em suas condições de infra-estrutura (estádios com instalações deficitárias), problemas relacionados à violência, falta de “segurança”<sup>149</sup> para investidores interessados no futebol (em virtude da falta de organização, calendário desorganizado com excesso de jogos e sem previsão de término para as competições; além de algumas ações fraudulentas).

A “bancada da bola”, em fins de 2007, nos deu sinais de como é difícil o estabelecimento de contra poderes diante dos que se encontram estabelecidos em posições objetivas privilegiadas em dado espaço social.

O deputado Sílvio Torres (relator da CPI Nike – CBF em 2000) propôs a constituição de uma CPI mista para novamente investigar crimes de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e evasão de divisas envolvendo dirigentes e até jogadores do futebol brasileiro<sup>150</sup>.

---

<sup>149</sup> Segurança, nesse caso, se refere à garantia de retorno aos investidores.

<sup>150</sup>“ As denúncias de corrupção no futebol em nosso país chegaram a tal ponto que não podem mais ser ignoradas. Elas têm de ser apuradas e os responsáveis pelos delitos têm de ser punidos, inclusive, com o seu banimento do futebol. O que aconteceu no Corinthians não pode mais se repetir no Brasil. E o melhor instrumento para que tais investigações tenham êxito é uma CPI – finaliza o deputado.”  
 Informações disponíveis em  
[:http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/0,,MUL144843-4274,00.html](http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/0,,MUL144843-4274,00.html), acesso em 18 de março de 2009

Em resposta a tais intenções a CBF, com o auxílio da “bancada da bola” na câmara e no senado, se mobilizou em barrar a instalação da CPI<sup>151</sup>. O argumento para justificar a oposição foi que as investigações poderiam comprometer a candidatura brasileira à Copa do Mundo de 2014<sup>152</sup>.

O próprio deputado Sílvio Torres, após a confirmação do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e as primeiras ações conjuntas entre Governo Federal e CBF no que tange a realização do evento, tratou de tecer algumas críticas sobre a elaboração do comitê organizador e a questão orçamentária que irá nortear os financiamentos.

Sobre o financiamento, tendo como referência os Jogos Pan-Americanos que previam um gasto de R\$ 400 milhões e que acabaram recebendo R\$ 5 bilhões, o deputado solicita um acompanhamento permanente do TCU (Tribunal de Contas da União) e do congresso nacional no intuito de fiscalizar de perto os gastos públicos direcionados ao mundial da FIFA a ser realizado no Brasil<sup>153</sup>.

Em se tratando da Copa de 2014 no Brasil já começam a se desenhar altos investimentos de dinheiro público na organização do evento.

No lançamento da candidatura do país para sediar o mundial, o discurso adotado pelos integrantes da comissão era de que o custeamento dos estádios, por exemplo, seria de inteira responsabilidade da iniciativa privada; porém, em setembro de 2009, o governo brasileiro através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) anunciou que concederá uma linha de crédito no valor de R\$ 400

---

<sup>151</sup> “ Após um forte lobby da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e de alguns governadores, o requerimento contou apenas com a assinatura de 168 deputados, três a menos do que o necessário para a instalação. No senado, 39 senadores apoiaram as investigações, 13 a mais do que o número exigido. Como a proposta era de investigação pelas duas Casas, a CPI foi derrubada.” Informações disponíveis em Redação Terra <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2058923-EI7896,00.html>, acesso em 18 de março de 2009

<sup>152</sup> “ O Ricardo Teixeira usou o mesmo argumento para persuadir governadores e convencer deputados para retirar as assinaturas da CPI sobre a lavagem de dinheiro, que eu coordenava. Dizia que atrapalharia o Brasil para escolha da Copa de 2014. Aguardamos o Brasil ser confirmado e, mesmo depois de escolhido, Ricardo Teixeira foi lá e fez com que recolhessem as assinaturas. Porque não quer investigação.” Entrevista de Sílvio Torres ao Diário LANCE. 10 de maio de 2009 – n. 4191, ano 12

<sup>153</sup> “ O governo assinou compromissos de investimento que vão de R\$ 4 bilhões a R\$ 100 bilhões. Na verdade, ninguém sabe quais são as obras para a Copa ou que já estão previstas nos orçamentos de cada estado ou município.” Entrevista de Sílvio Torres ao Diário LANCE. 10 de maio de 2009 – n. 4191, ano 12



milhões de reais para construir ou reformar cada estádio da Copa do Mundo, sendo que os responsáveis pelos projetos terão o privilégio de juros baixíssimos e longos prazos para a quitação do empréstimo<sup>154</sup>.

Não se trata aqui de questionar a realização da Copa do Mundo no Brasil ou mesmo de condenar o investimento público nos mega eventos, mas sim de sustentar a idéia de que os investimentos devam ser feitos na mais clara lisura, e que, já que estamos tratando de investimento público, que a sociedade civil em geral arque tanto com o ônus, quanto goze dos bônus gerados pelo dispêndio de recursos nessa empreitada.

É fundamental que se tenha em mente o que a realização do evento, passada a euforia das festividades e da disputa pela taça, trará de benefícios para a grande parcela da população brasileira.

Para Sílvio Torres o comitê organizador do evento se constituiu de maneira obscura, com poderes centralizados nas mãos de Ricardo Teixeira, Joana Havelange (sua filha) e mais três assessores subordinados, sendo que o Ministério do Esporte tem ínfima influência no processo, algo que, em sua opinião, dificulta a transparência e a fiscalização das ações<sup>155</sup>.

Considerando que o futebol apresenta uma autonomia relativa diante da intervenção estatal e as palavras do deputado Silvio Torres, afirmando que o futebol é “uma questão de Estado”<sup>156</sup>, se tem a dimensão de como essa modalidade que já foi completamente autônoma, se interpenetra nas questões de Estado graças ao seu significado social nas sociedades atuais (envolve um número significativo da sociedade civil) e as suas anomias, que ao estabelecerem desequilíbrios sociais (nas questões econômicas, relacionadas à violência, vinculadas às questões trabalhistas ...) exigem do Estado uma posição intervencionista na determinação de reequilíbrios.

---

<sup>154</sup> É dinheiro público! Diário LANCE. 20 de setembro de 2009 – n. 4324, ano 12

<sup>155</sup> Entrevista de Sílvio Torres ao Diário LANCE. 10 de maio de 2009 – n. 4191, ano 12

<sup>156</sup> “Eu considero o esporte questão de Estado, tal como a saúde. ... Futebol e outros esportes são questões de Estado. O futebol mobiliza toda a estrutura do Estado, como segurança, transporte.” Entrevista de Sílvio Torres ao Diário LANCE. 10 de maio de 2009 – n. 4191, ano 12

No ano de 2009, mais uma vez, agentes envolvidos na política se mobilizam para ameaçar, desta vez, o efetivo cumprimento do EDT. O deputado federal paraibano Vital Filho (PMDB) é autor de um projeto de lei (4602 – 09) que visa modificar o EDT em um de seus pontos considerados de maior relevância para a promoção e desenvolvimento do futebol brasileiro; aquele que responsabiliza os dirigentes esportivos diante de incidentes decorrentes de falhas na segurança no interior dos estádios<sup>157</sup>.

O deputado argumentou que as falhas podem ocorrer mesmo que se tomem os devidos cuidados em referência à segurança nos estádios, e que, o EDT pode afastar investidores da maneira como a lei está posta.

Obviamente a lei ainda exige maiores discussões e questionamentos sobre suas disposições, porém, as argumentações apresentadas por Vital Filho não se afirmam. Porque, antes de responsabilizar dirigentes esportivos por possíveis falhas na segurança nos estádios, a lei exige que se elabore um plano de ação<sup>158</sup> juntamente com o policiamento e outros órgãos competentes para cada partida a ser realizada e, em relação aos investimentos, é no mínimo equivocado pensar que uma lei regulamentadora da relação entre consumidor e fornecedor dos produtos esportivos possa afastar investimentos neste segmento.

O processo de profissionalização da gestão do futebol brasileiro tem estreita relação com o advento do Estatuto de Defesa do Torcedor; pois o mesmo trata de intensificar e solidificar todo esse processo desencadeado no início dos anos noventa. Nessa mesma lógica de raciocínio, (AFIF & BRUNORO 1997, p.20-21) afirmam:

---

<sup>157</sup> Informações disponíveis em: <http://www.paraiba1.com.br/blog.php?id=709>, acesso em 27 de março de 2009

<sup>158</sup> “Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão: I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos; II - informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, dentre outros, aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança da partida, especialmente: a) o local; b) o horário de abertura do estádio; c) a capacidade de público do estádio; e d) a expectativa de público; III - colocar à disposição do torcedor orientadores e serviço de atendimento para que aquele encaminhe suas reclamações no momento da partida, em local: a) amplamente divulgado e de fácil acesso; e b) situado no estádio.” (BRASIL op. Cit. Art. 14)

Para que o futebol seja tratado como espetáculo, devemos criar as condições necessárias para isso, com bons gramados, estádios que ofereçam conforto e segurança e uma tabela de jogos que possa ser cumprida de forma racional. ... O futebol precisa ser tratado como um produto que está à venda, e como tal, deve atender às preferências do consumidor, cuidar da qualidade e da imagem (embalagem).

Os referidos autores deixam transparecer que o processo de profissionalização do futebol brasileiro perpassa, em muitas situações, as exigências que posteriormente foram elencadas no EDT quando de sua elaboração em 2003.

Assim sendo um aparato legal, além de garantir os direitos dos torcedores e ampliar a democracia no futebol brasileiro, se constituiu para, conseqüentemente, consolidar a profissionalização da gestão do futebol no Brasil.

Após a descrição do processo de desenvolvimento do futebol brasileiro no âmbito legislativo pós Constituição Federal de 1988, é necessário discorrer sobre a realidade atual da modalidade frente à ação Estatal, principalmente em se tratando de normatizações referentes às disposições do EDT, e suas implicações na relação de oferta e demanda do produto esportivo.

O EDT e a Lei de Moralização do Esporte foram umas das primeiras ações sancionadas pelo presidente Lula da Silva em 2003, ano de sua posse, as leis promulgadas indicavam que o esporte brasileiro, e o futebol especificamente, passariam a trilhar os rumos da transparência, da responsabilidade fiscal, da lisura e da gestão planejada.

São inegáveis os avanços obtidos, entretanto, pouco se fez no intuito de garantir que as disposições contidas em lei fossem de fato cumpridas; existe ainda uma demanda evidente para que se criem mecanismos sólidos que tornem o EDT atuante diante da realidade do futebol brasileiro.

Em resposta a tais evidências, o Ministério do Esporte lançou um pacote reformulações (as quais serão abordadas durante esse capítulo) para o EDT no primeiro semestre de 2009, dentre essas reformulações, estava prevista a retomada de um projeto de lei (PL 3.620) que pretendia criar a Secretaria Nacional de Futebol e da Defesa dos Direitos do Torcedor.

Tal medida acabou por não figurar entre o projeto final encaminhando para o plenário, porém, é fundamental destacar aqui os seus objetivos<sup>159</sup> para compreender a lógica de constantes intervenções estatais no futebol brasileiro na atualidade.

Analisando os constantes envolvimento do Estado brasileiro com o futebol nos últimos anos, aliás, uma lógica que tende a se intensificar, é evidente a preocupação em preparar o país para receber a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos em 2016.

Percebe-se uma intervenção feita quase a revelia, materializada em leis e medidas provisórias que pouco permanecem em tramitação no plenário e pouco se apresentam para o debate diante da sociedade civil, e que, por incrível que pareça, vai na contramão dos investimentos gerais no esporte brasileiro.

Ao mesmo tempo em que, durante o período de crise na economia mundial, o Estado anunciou um corte que supera 80% dos recursos destinados ao Ministério do Esporte<sup>160</sup>, quantias exorbitantes de recursos públicos estão previstas para a realização de um mega-evento<sup>161</sup> (Copa do Mundo -2014), seja na concessão direta de recursos ou via linhas de crédito através do BNDES.

---

<sup>159</sup> A Secretaria Nacional de Futebol e da Defesa do Torcedor tinha como objetivos: “(1) Fazer o planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das atividades do futebol; (2) Estimular parcerias entre entidades governamentais e agentes privados. Apoiar ações ligadas a eventos de grande porte. (3) Incentivar a criação de uma estrutura esportiva moderna e capaz de receber competições esportivas internacionais. (4) Fiscalizar e trabalhar pela aplicação do EDT. Traçar um plano de metas para a revitalização ou modernização dos estádios de futebol. (5) Zelar pela organização, qualidade da infra-estrutura e políticas de segurança para a realização de grandes eventos. (6) Aperfeiçoar a legislação relacionada às entidades da administração esportiva, autoridades locais, responsáveis pela segurança e ordem pública.” Ficou para depois: a Secretaria do futebol naufraga. Diário LANCE. 14 de março de 2009. N. 4134. Ano 12

<sup>160</sup> “ Em segundo lugar, vem o Ministério dos Esportes, que teve 85,69% do orçamento contingenciado. A verba disponível passou de R\$ 1,37 bilhões para R\$ 196,8 milhões.” disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/03/30/materia.2009-03-30.7314651015/view>; acessado em 25 de setembro de 2009

<sup>161</sup> Conforme aponta o senador Alvaro Dias (PSDB – PR): “O alarde inicial de que apenas as obras de infra-estrutura seriam responsabilidade do Governo Federal não resistiu ao choque de realidade. O presidente da CBF declarou que nove das doze arenas que serão utilizadas no Mundial deverão recorrer aos cofres públicos para pagar suas reformas. Nesse contexto, os precedentes inspiram cuidados. O itinerário tortuoso ao longo da preparação dos Jogos Pan-Americanos foi marcado por orçamentos irrealistas, contratos aditivos nebulosos e pouca transparência. Os rastros de suspeição dessa trajetória são indeléveis e não podem ser reproduzidos sob pena de macular o acontecimento.” Entrevista concedida ao Diário LANCE, e publicada em 30-08-09

Sobre os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, somente a candidatura brasileira consumiu gastos estimados em R\$ 100 milhões e a previsão para a efetiva realização do projeto planeja um orçamento superior a R\$ 28,8 bilhões<sup>162</sup>.

Em face deste panorama aqui delineado, é fundamental questionar quais interesses permeiam essas constantes intervenções do Estado na atualidade em um universo que sempre se destacou pela sua relativa autonomia; nesse sentido há de se considerar as palavras do especialista em direito esportivo Marcílio Krieger<sup>163</sup>.

Destacam-se as afirmações de Krieger quando as mesmas se referem à necessidade, esta sim urgente, em se estruturar um plano nacional de desenvolvimento do esporte que estabeleça de maneira clara as funções do Estado (no nível federal, estadual e municipal), das entidades de prática esportiva inseridas no campo esportivo (clubes, federações estaduais, confederações nacionais ...) e da iniciativa privada no fomento ao esporte no Brasil.

Em contrapartida, quando o jurista postula que o futebol “é um esporte que se sustenta com as próprias pernas e não precisa de ajuda governamental”, observam-se algumas ressalvas.

O Estado não deveria intervir diretamente no futebol (em seu âmbito profissional) no que se refere ao seu financiamento, por outro lado, a própria história do futebol no Brasil nos dá subsídios para afirmar que o Estado deve assumir um papel interventor em outras frentes, nas questões regulamentadoras, normativas e, principalmente, punitivas.

Conforme descrevemos anteriormente, a pretensa autonomia desse universo social idealizada por alguns agentes inseridos em seu contexto específico e condizente com as características do Estado-mínimo neoliberal que se instalara no país durante o início da década de noventa, acabou por torná-la um espaço propício

---

<sup>162</sup> *Negócios, torcidas & patriotadas*. O Estado de São Paulo, domingo 4 de outubro de 2009

<sup>163</sup> “O governo mais uma vez erra ao querer interferir no futebol. O futebol é um esporte que se sustenta com as próprias pernas e não precisa de ajuda governamental. O que é necessário e não existe é um plano nacional para o desporto brasileiro. O governo deveria se preocupar mais um incentivar a prática de esportes através do desporto escolar.” Diário LANCE, 26 de fevereiro de 2009, n. 4118 – ano 12

a gestões fraudulentas, parcerias obscuras e crimes fiscais, caracterizando um quadro de “anomia e ingovernabilidade” (RIBEIRO, 2007).

Portanto, a função do Estado é fundamental enquanto agente regulamentador, fiscalizador e de punição diante de um espaço social que demonstrou ser tão passível a desequilíbrios e irregularidades.

Sobre as contradições entre o fato de o Ministério do Esporte ter sofrido um corte orçamentário significativo por conta da crise na economia mundial e, mesmo assim, o Estado brasileiro liberar quantias exorbitantes e créditos facilitados para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016; a concepção de Estado proposta por Pierre Bourdieu apresenta uma explicação consistente.

O referido autor entende que o Estado não se configura como um aparelho burocrático unitário e singular, mas sim, em um espaço no qual se estabelecem complexas relações, divisões e lutas internas materializadas nos conflitos entre sua “mão direita”, responsável pelas questões econômicas e políticas, e sua “mão esquerda”, responsável pelas questões sociais e do sustento aos menos favorecidos<sup>164</sup>.

Nas disputas que caracterizam essa dinâmica entre a “mão direita” e a “mão esquerda” do Estado, Bourdieu deixa claro que a balança de poder tende a pender para o lado da “mão direita”, o que em termos práticos quer dizer que em muitos casos o fomento às políticas sociais é negligenciado a favor do máximo desempenho econômico e de políticas que impliquem um incremento do potencial político daqueles que as formulam ou as propõem.

Ao observar a política de fomento ao esporte no Brasil, identificam-se traços evidentes dessa divisão do aparelho estatal entre “mão direita” e “mão esquerda”.

A fim de enfrentar a crise econômica que acontece em escala mundial, o governo brasileiro não hesitou em conter gastos através de uma drástica redução do orçamento destinado ao Ministério do Esporte, que entre outras ações, vinha

---

<sup>164</sup> A este respeito consultar: BOURDIEU, Pierre. A demissão do Estado. *In* A miséria do Mundo. Pierre Bourdieu (org.). 6 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

financiando projetos esportivos vinculados a objetivos educativos e de inclusão social<sup>165</sup> (alocados na “mão esquerda” do Estado).

Em contrapartida, em nenhum momento se cogitou a idéia de conter gastos visando à realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014, tal empreendimento esportivo se aloca sob o prisma da “mão direita”, pois poderá render dividendos políticos aos seus idealizadores ao afirmar o Brasil enquanto uma potência emergente no cenário mundial, em âmbito nacional poderá render significativo capital político àqueles que “levarem” a Copa do Mundo para seus estados<sup>166</sup>, e pelo fato do futebol no Brasil gerar um mecanismo singular de aproximação entre a população e o Estado.

Novamente constata-se, assim como aconteceu durante a realização da Copa do Mundo de 1950 e após a conquista do Mundial em 1970, uma aproximação íntima entre interesses políticos e o esporte no Brasil.

Na atualidade o país vive um momento positivo e se destaca entre os países emergentes com indicativos prósperos para o futuro<sup>167</sup>, de tal maneira que o atual governo parece não medir esforços para associar a prosperidade da nação aos feitos esportivos, neste caso, o direito de realizar a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, e fazer com que tais feitos gerem capital político.

---

<sup>165</sup> Os dois principais programas dessa natureza promovidos pelo Ministério do Esporte são: “Segundo Tempo” e o “Programa de Esporte e Lazer na Cidade”

<sup>166</sup> “Depois do fim das disputas em torno do nome das doze cidades que ganhariam o status de sede da Copa do Mundo de 2014, outra briga muito mais restrita ganha força nos bastidores: a definição das cidades que ficarão com os jogos de abertura e final do torneio ... os paulistas e o Morumbi surgiram como nomes naturais para a abertura, até pela importância política e econômica da cidade no cenário nacional. Ao longo do tempo, no entanto, Belo Horizonte intensificou os trabalhos nos bastidores, principalmente por meio do governador Aécio Neves, e já desponta com chances reais de desbancar os paulistas. Por outro lado, a cidade de Brasília, grande “zebra” nesta disputa, aposta no retrospecto da Copa do Mundo, em que apenas duas edições (1974 e 1994) não tiveram a abertura ou a final realizadas na capital do país, além de um projeto de modernização do Mané Garrincha orçado em R\$ 600 milhões.” Disponível em <http://www.tribunadecianorte.com.br/index.php/esportes/39-ne/727-presidente-da-cbf-prolonga-escolha-do-estadio-da-abertura-da-copa-de-2014-no-brasil>, acessado em 25 de setembro de 2009

<sup>167</sup> “... o Brasil está bem talhado para o papel [ser sede das Olimpíadas em 2016]. A economia cresce, enquanto outras mais poderosas patinam. Numa crise que relegou mais de 100 milhões para baixo da “linha de fome”, os pobres brasileiros estão ficando menos pobres e a classe média mais gorda. O Real só faz subir, enquanto o dólar, “reles” moeda americana, derrete.” Entrevista concedida por Mac Margolis, correspondente da revista *Newsweek*, ao Estado de São Paulo. *Negócios, torcidas & patriotadas*. O Estado de São Paulo; domingo, 4 de outubro de 2009.

Os ganhos que a realização desses mega-eventos poderá gerar ao atual governo possivelmente se materializará em diversas frentes.

Ambos os eventos serão tidos como legados do atual grupo político no poder e poderão ser articulados como propaganda, ao retratar as realizações do governo, o que certamente auxiliará na eleição de um sucessor ou em uma possível volta do atual presidente ao poder<sup>168</sup>.

Poderá reforçar a posição expoente do Brasil enquanto a grande potência latino-americana no século XXI, fato comprovado pelo constante envolvimento do país em questões políticas e diplomáticas nesta parcela do continente na atualidade e pelo próprio discurso do presidente Lula após o anúncio do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, fazendo questão de reforçar que o direito de realização do evento no Brasil é uma vitória de todos os latino-americanos<sup>169</sup>.

Além de ser um fato ilustrativo da afirmação do país no cenário mundial, o que reforçará a intenção brasileira em integrar a cúpula dos países mais desenvolvidos do mundo através, por exemplo, do ingresso no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) e de uma inserção mais decisiva e incisiva no G-8<sup>170</sup> ou na consolidação do G-20<sup>171</sup>.

A intenção em afirmar o Brasil enquanto uma potência emergente no cenário mundial é evidente nos discursos proferidos pelo presidente Lula após o anúncio do Rio de Janeiro como cidade sede dos jogos em 2016 e após a reunião do G-20 em Londres, entre março e abril de 2009.

---

<sup>168</sup> Entrevista do professor Hilário Franco Júnior (aposentado da Universidade de São Paulo) concedida ao jornal O Estado de São Paulo: "... me parece clara a sua pretensão de voltar ao poder lá na frente. Quais serão as bandeiras dessa futura campanha de Lula Bolsa-família, Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016. A campanha do Rio fez parte de um projeto político. *Negócio, torcidas & patriotadas*. O Estado de São Paulo; domingo, 4 de outubro de 2009.

<sup>169</sup> Entrevista coletiva do presidente Lula: "... É uma vitória de 190 milhões de almas. Do continente americano, da América Latina. Prevaleceu a paixão, a verdade". Emocionado, Lula diz que Brasil venceu preconceito. <http://www.atarde.com.br/esporte/noticia.jsf?id=1246373>, acesso em 19 de outubro de 2009

<sup>170</sup> Grupo que congrega as sete maiores economias do mundo (Estados Unidos, França, Japão, Alemanha, Reino Unido e Canadá) mais a Rússia.

<sup>171</sup> Grupo composto pelas vinte nações mais desenvolvidas do mundo.



Em relação à reunião do G-20, Lula salientou que os Estados participantes discutiram questões econômicas de maneira mais equitativa, destacou a importância em se consolidar o G-20 enquanto principal encontro entre chefes de Estado do mundo e ressaltou a relevância dos países emergentes (como o Brasil, a China, a Índia, a África do Sul ...) na cena político-econômica internacional<sup>172</sup>.

Além disso, endossou o momento positivo vivido pelo Brasil, gerado por conta do incremento no desenvolvimento do país, e da imagem da nação perante o cenário internacional, que indica um maior respeito e reconhecimento<sup>173</sup>.

Comparando as considerações de Lula sobre o Brasil após a reunião do G-20 com as suas palavras após o anúncio do Rio de Janeiro como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016, é perceptível uma sintonia entre os discursos e inferir que ambos fazem parte de um mesmo projeto político<sup>174</sup>.

O desenho desse cenário possibilita afirmar que: além das demandas sociais relacionadas ao futebol (problemas relacionados à violência e insatisfação do torcedor-consumidor, por exemplo) e das necessidades que se impunham à própria estrutura organizacional da modalidade (reformulação das formas de gestão), outro

<sup>172</sup> Entrevista concedida pelo presidente Lula à rede de notícias britânica BBC; disponível em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090911\\_entrevistalula2\\_ji.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090911_entrevistalula2_ji.shtml), acessada em 19 de outubro de 2009

<sup>173</sup> “... O Brasil vem trabalhando seriamente há muito tempo para que as pessoas o levem mais em conta. E você só é levado em conta se agir com seriedade. ... O Brasil vem conquistando com seu procedimento, com o trabalho dos ministros, com o trabalho do governo, com o trabalho dos empresários. O Brasil vem crescendo, com sua imagem positiva no cenário mundial. ... a verdade é que o Brasil ganhou muita credibilidade nos últimos anos. Basta que você converse com qualquer brasileiro que visite o exterior, basta que você acompanhe a imprensa no exterior. Antes você viajava o mundo e, para sair uma matéria de pé de página do Brasil na visita de um presidente, haja sacrifício...” Entrevista concedida pelo presidente Lula à rede de notícias britânica BBC; disponível em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090911\\_entrevistalula2\\_ji.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090911_entrevistalula2_ji.shtml), acessada em 19 de outubro de 2009

<sup>174</sup> “Hoje, o Brasil conquistou a cidadania internacional. Quebramos o último preconceito. Provamos que temos competência para fazer a Olimpíada. ... Foram dois anos, apresentação de programas, mais de pessoas que estão de parabéns. O Brasil está de parabéns. Era difícil pensar que o Terceiro Mundo conseguiria. Alguns nos tratam como País de segunda classe. ... Temos o direito de fazer uma Olimpíada. E mostrar que a alma generosa vai fazer a maior Olimpíada que o mundo já viu. ... É dia de comemorar porque o Brasil deixou de ser País de segunda classe. Respeito é bom e hoje nos recebemos o respeito. Queria agradecer a todos que trabalharam.” Entrevista concedida pelo presidente Lula à agência de notícias Estado <http://www.atarde.com.br/esporte/noticia.jsf?id=1246373>, acessada em 19 de outubro de 2009

aspecto foi determinante para a materialização das intenções de mudança referentes ao futebol em um novo ordenamento legislativo, os interesses políticos.

A grande questão que se delimita é: caso as determinações dessas mudanças não sejam incorporadas (incluídas na reorganização do *habitus* a qual nos referimos anteriormente) aos agentes inseridos no universo social do futebol, ou seja, caso se restrinjam apenas às vontades políticas levadas a cabo graças a realização da Copa do Mundo no Brasil, as mudanças terão dificuldades em se consolidar.

Após esboçar a maneira como vem sendo conduzida a interferência estatal no futebol brasileiro atualmente; é necessário abordar e problematizar alguns aspectos específicos do EDT que podem acarretam mudanças práticas nas determinações que organizam a oferta e a demanda em referência à modalidade no país.

#### 4.4 ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO FUTEBOL BRASILEIRO

O capítulo I do Estatuto de Defesa do Torcedor equipara a entidade responsável pela organização do evento esportivo a condição de fornecedora, segundo preconiza a Lei nº 8078, 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do Consumidor). De certa maneira, o Estatuto aproxima o torcedor de questões regulamentadoras e organizacionais do espetáculo esportivo, permitindo que ele exija seus direitos enquanto consumidor do espetáculo esportivo.

As exigências referentes à transparência e idoneidade na organização do espetáculo esportivo preconizadas no capítulo II desta lei, claramente demonstram a preocupação em garantir ao torcedor a máxima qualidade nos serviços que a ele serão prestados<sup>175</sup>.

---

<sup>175</sup> Art. 5º São asseguradas ao torcedor a publicidade e transparência na organização das competições administradas pelas entidades de administração do desporto, bem como pelas ligas de que trata o art. 20 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Parágrafo único. As entidades de que trata o caput farão publicar na internet, em sítio dedicado exclusivamente à competição, bem como afixar ostensivamente em local visível, em caracteres facilmente legíveis, do lado externo de todas as

Em relação às disposições expostas no capítulo II da lei, se observa a preocupação em garantir que os clubes filiados a CBF permaneçam em atividade durante boa parte do ano ( dez meses segundo o artigo 8 inciso 1º).

O cumprimento dessa exigência é de fundamental importância para que os clubes não necessitem fechar suas portas durante um período da temporada, o que gera prejuízos aos seus cofres e desemprego entre os atletas profissionais. Como exemplos da aplicação desta lei temos a realização da “Copa Federação Paulista de Futebol – Heróis de 32”, realizada pela Federação Paulista de Futebol e a Copa Paraná, realizada pela Federação Paranaense de Futebol.

Estes dois campeonatos garantem aos clubes de menor expressão dos respectivos estados atividade prolongada durante o ano. Os que realmente sofrem com as leis de livre mercado regulando as relações no futebol são esses clubes de menor expressão que com o fim da lei do passe, por exemplo, vêem sua então principal fonte de renda ameaçada, qual seja, a negociação de atletas que despertam interesse dos grandes clubes do Brasil e do exterior.

Essa foi uma solução legal para que um dos reflexos do fim da Lei do Passe fosse abrandado e prejudicasse menos as equipes de menor expressão.

Para que qualquer evento receba os investimentos necessários a sua realização, o investidor deve estar ciente em que está investindo. No caso do Campeonato Brasileiro, se observam várias mudanças no regulamento durante os seus mais de trinta anos de realização com essa nomenclatura, as mudanças se referem principalmente ao número de participantes e formas de disputa.

Essas constantes mudanças atrapalharam a condução do futebol profissional, pois, é necessário garantir aos investidores (televisão, patrocinadores, prestadores de serviços...) certa segurança e viabilidade para seus empreendimentos; por

---

entradas do local onde se realiza o evento esportivo: I - a íntegra do regulamento da competição; II - as tabelas da competição, contendo as partidas que serão realizadas, com especificação de sua data, local e horário; III - o nome e as formas de contato do Ouvidor da Competição de que trata o art. 6º; IV - os borderôs completos das partidas; V - a escalação dos árbitros imediatamente após sua definição; e VI – a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local do evento desportivo. BRASIL (op. cit., artigo 5) Estatuto de Defesa do Torcedor.

exemplo, a garantia de que um torneio começará em determinada data e terminará em outra previamente estabelecida e uma margem de retorno em decorrência de seus investimentos.

Desde 2003, quando o Campeonato Brasileiro passou a ser disputado na fórmula de pontos corridos, o calendário anual ficou mais equilibrado e forneceu condições para que investimentos fossem feitos devido à segurança, em relação às datas, e garantia de retorno. Além disso, possibilitou ao torcedor opinar diretamente sobre a elaboração do regulamento da competição<sup>176</sup>.

O sucesso dos pontos corridos se confirma nas médias de públicos nas edições do Campeonato Brasileiro a partir de 2005, que teve média de 14.034 espectadores por partida, em 2006 uma ligeira queda para 12.401 torcedores e em 2007, até a 32 rodada, teve 16.280 torcedores em média por partida.

Em relação à renda média das partidas se vê uma disparidade ainda maior, também em virtude dos ingressos cada vez mais onerosos devido aos investimentos que os clubes têm feito para se adequarem ao Estatuto do Torcedor e atenderem a um público cada vez mais exigente em relação a conforto e comodidade nos estádios. Se em 2002 a média atingia R\$ 113.371,13, em 2007 o montante médio, até a 32 rodada, chega a R\$ 197.103,69<sup>177</sup>.

Esta fórmula de disputa atraiu investidores para o futebol brasileiro; talvez uma das parcerias que mais deu certo nestes últimos anos foi a firmada entre a

---

<sup>176</sup> Art. 9o É direito do torcedor que o regulamento, as tabelas da competição e o nome do Ouvidor da Competição sejam divulgados até sessenta dias antes de seu início, na forma do parágrafo único do art. 5o. § 1o Nos dez dias subseqüentes à divulgação de que trata o caput, qualquer interessado poderá manifestar-se sobre o regulamento diretamente ao Ouvidor da Competição. § 2o O Ouvidor da Competição elaborará, em setenta e duas horas, relatório contendo as principais propostas e sugestões encaminhadas. § 3o Após o exame do relatório, a entidade responsável pela organização da competição decidirá, em quarenta e oito horas, motivadamente, sobre a conveniência da aceitação das propostas e sugestões relatadas. § 4o O regulamento definitivo da competição será divulgado, na forma do parágrafo único do art. 5o, quarenta e cinco dias antes de seu início. § 5o É vedado proceder alterações no regulamento da competição desde sua divulgação definitiva, salvo nas hipóteses de: 3 I - apresentação de novo calendário anual de eventos oficiais para o ano subseqüente, desde que aprovado pelo Conselho Nacional do Esporte – CNE; II - após dois anos de vigência do mesmo regulamento, observado o procedimento de que trata este artigo. § 6o A competição que vier a substituir outra, segundo o novo calendário anual de eventos oficiais apresentado para o ano subseqüente, deverá ter âmbito territorial diverso da competição a ser substituída. BRASIL (op. cit., artigo 9) Estatuto de Defesa do Torcedor.

<sup>177</sup> “Nova” fórmula festeja sucesso: Brasileirão se mostra mais atraente e rentável que o mata-mata, Diário LANCE, n 3631, ano 10, outubro de 2007.

Nestlé e 15 clubes que disputaram a série A do Brasileiro em 2007 (somente América-RN, Atlético-MG, Atlético-PR, Náutico e Sport não participam da promoção) que proporciona aos torcedores a troca de alimentos por ingressos em nove cidades do Brasil<sup>178</sup>.

A segurança do torcedor presente nos estádios é tratada no capítulo IV do Estatuto de Defesa do Torcedor, que passa a exigir da entidade organizadora da competição e do clube mandante do jogo responsabilidade em relação à segurança dos espectadores nas imediações e no interior dos estádios.

As exigências em relação à segurança se referem à mobilização de contingente policial, plano viário especial, instalação de uma ouvidoria nos estádios e a elaboração de planos de ação para a garantia de conforto e preservação da integridade dos torcedores.

O não cumprimento destas exigências previstas em lei pode acarretar duras penas ao clube, como por exemplo, a perda de no mínimo dois meses de direito de mandar jogos em seu estádio ou as penas explicitadas no artigo 19<sup>179</sup>.

Além da violência entre torcedores, da falta de transparência nas administrações de clubes e federações, da falta de organização na comercialização de ingressos, outro ponto a ser destacado que é de fundamental importância para o conforto e preservação da integridade física do torcedor que vai ao estádio é a maneira como se configura o planejamento e a regulamentação para a recepção e a acomodação dos aficionados nas praças de esportes.

---

<sup>178</sup> “A multinacional investiu neste ano R\$ 9 milhões para firmar a parceria, dividindo os clubes em grupos que recebem valores diferentes pelas partidas nas quais a empresa realiza sua campanha de *marketing*. Existe um grupo de agremiações que recebe R\$ 150,00 por partida, outro que recebe R\$130,00 e, pela sequência, R\$ 112,50, R\$ 90,00 e R\$ 62,50. No contrato está estipulado que a empresa pode escolher os jogos nos quais realizará a promoção desde que não exceda 80 jogos na temporada. Para se ter uma idéia do sucesso da promoção, em 2005, ano em que o contrato foi firmado pela primeira vez, os jogos da promoção tiveram média de público de 16.049 espectadores, em 2006 a média atingiu os 17.648 torcedores e na atual temporada até a 32 rodada a média chega aos incríveis 22.273 torcedores.” (Biscoito por ingresso: promoção ajuda torcida, LANCE, 24 de outubro de 2007).

<sup>179</sup> “As entidades responsáveis pela organização da competição, bem como seus dirigentes respondem solidariamente com as entidades de que trata o art. 15 e seus dirigentes, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste capítulo. BRASIL (op. cit., artigo 19) Estatuto de Defesa do Torcedor;

Este é um aspecto que é abordado superficialmente no EDT e que deveria ser repensado, por se tratar de um ponto fundamental para a satisfação do consumidor do produto esportivo.

Ao abordar este tópico, destaca-se sua pertinência ao considerar a tragédia ocorrida em São Januário no ano de 2000<sup>180</sup> e a de Hillsborough na Inglaterra, esta sim muito grave, que ocasionou a morte de 96 pessoas em 15 de abril de 1989, quando uma superlotação no estádio desencadeou um grande tumulto durante a semifinal da Copa da Inglaterra entre Liverpool e Nottingham Forest<sup>181</sup>.

Em fins da década de 1980, o cenário não era muito promissor; o futebol inglês vivia uma crise econômica e estrutural<sup>182</sup> ocasionada por algumas consequências do modelo neoliberal implantado por Margaret Thatcher e a conseqüente intensificação do *hooliganismo*.

Hoje o futebol inglês é uma referência mundial, seja pelo seu competitivo campeonato nacional (Barclay's Premier League, instituída em 1992), seja pela sua organização extremamente profissional, pelo sucesso de seus clubes em competições internacionais e pelo êxito econômico de seu modelo administrativo.

Levando em consideração o contexto atual do futebol inglês e refletindo sobre as mudanças estruturais nas questões administrativas e normativas que lhes conferiram uma posição de destaque no cenário mundial, percebe-se mais uma vez

---

<sup>180</sup> “ ... no super-lotado estádio de São Januário, foi interrompida (a partida) aos 23 minutos do primeiro tempo devido a um tumulto na torcida Vascaína que causou a derrubada de um dos alambrados e a invasão de campo. O espetáculo Foi triste, 168 feridos, centenas de torcedores no campo ...” (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 156-157)

<sup>181</sup> “ Assim, muitos ficaram do lado de fora no início da partida. O policial mandou abrir os portões e houve um efeito manada: torcedores entraram em linha reta por um corredor estreito e esmagaram os que já estavam lá dentro ... Foram vários erros: o policial responsável comandava pela primeira vez um esquema de segurança de um jogo, a maior torcida (do Liverpool) ficou no menor setor e não houve cordão de isolamento nas cercanias do estádio.” Tim Vickery (correspondente da BBC no Brasil) em entrevista ao Diário LANCE, “20 anos de tristeza: entenda como uma tragédia revolucionou toda a estrutura do futebol na Inglaterra”. 15 de abril de 2009 – n. 4166 – ano 12

<sup>182</sup> “A mentalidade liberal e mercantil transformou o futebol em negócio mundial, sujeito a flutuações como qualquer outro. Na Inglaterra, sua retomada depois da guerra levou o campeonato a ter mais de 41 milhões de espectadores nos estádios na temporada 1948-49, cifra que caiu para 27 milhões em 1964-5 devido às dificuldades econômicas, para 20 milhões em 1979-80 em função do hooliganismo.” (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 116)

na história do futebol que a intervenção estatal se faz presente a fim de reestruturar a modalidade visando conter situações anômicas.

Tim Vickery, correspondente da BBC no Brasil, afirma que, entre outros fatores, a tragédia de Hillsborough impulsionou uma série de medidas visando solucionar problemas relacionados à organização dos estádios para receber os espectadores, e buscando suprimir o *hooliganismo*. Portanto, se configura uma ação estatal suprimindo uma demanda social que emergira<sup>183</sup>.

Com a intenção de solucionar esses problemas, entre 1989 e 1990, surge o relatório Taylor, contendo 76 medidas que acarretaram alterações drásticas na estrutura do futebol inglês.

O relatório foi conduzido pelo jurista inglês Peter Murray Taylor, de carreira reconhecida e então promotor da Corte de Apelação da Inglaterra e de Gales, contendo entre outras exigências: (1) redução da capacidade de público nos estádios; (2) ingressos mais caros; (3) assentos numerados para determinar o número de espectadores em cada setor e evitar aglomerações; (4) todos os espectadores deveriam permanecer sentados durante as partidas; (5) o clube deverá providenciar um médico de primeiro socorros para cada 10000 espectadores; (6) não haveriam mais grades separando a torcida do gramado, ao invés de grades para conter os *hooligans* haveriam regras mais rigorosas; e (7) a partir do relatório o correu uma distribuição de responsabilidades entre clubes, polícia, federações e autoridades políticas. A culpa não é mais exclusiva dos torcedores<sup>184</sup>.

---

<sup>183</sup> “ É incrível ver o atual momento do futebol inglês, mas, infelizmente, esta mudança veio às custas de muito sangue. Há vinte anos, nosso futebol estava muito doente, com estádios ultrapassados e muita violência. ... Hillsborough foi um marco para a revolução do futebol inglês, pois o desastre ocorreu na semifinal da Copa da Inglaterra. Diante dos olhos de um país inteiro, torcedores morriam espremidos, a metros do campo ... O incrível é que depois comprovou-se que os torcedores não foram os culpados. O problema foi de organização – da polícia e do Sheffield Wednesday dono do estádio.” Tim Vickery (correspondente da BBC no Brasil) em entrevista ao Diário LANCE, “20 anos de tristeza: entenda como uma tragédia revolucionou toda a estrutura do futebol na Inglaterra”. 15 de abril de 2009 – n. 4166 – ano 12

<sup>184</sup> Diário LANCE. , “20 anos de tristeza: entenda como uma tragédia revolucionou toda a estrutura do futebol na Inglaterra”. 15 de abril de 2009 – n. 4166 – ano 12

No Brasil alguns desses aspectos são abordados, ainda que de maneira superficial é verdade, no EDT, porém, o processo de mudança é lento e gradual, implica uma reorganização comportamental (no *habitus*) dos agentes inseridos nesse espaço social. Além disso, o EDT carece de algumas revisões (como no caso do acesso a portadores de necessidades especiais), de ações informativas e de mecanismos fiscalizadores para que efetivamente suas disposições sejam cumpridas.

Sobre a venda de ingressos, considera-se que é um aspecto do espetáculo esportivo (especificamente do futebol brasileiro) que ainda demonstra muita falta de organização e ineficiência tendo em vista as imensas filas que antecedem jogos importantes, problemas com falsificação de entradas e as ações de cambistas<sup>185</sup>.

Visando uma maior organização dessas ações e maior conforto ao torcedor, em março de 2009, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um pacote de medidas<sup>186</sup> que altera alguns aspectos do EDT; dentre eles, a previsão de punições para os cambistas<sup>187</sup>.

---

<sup>185</sup> Confirmando tais afirmações citamos o exemplo da final do Campeonato Paulista de 2009: “Normalmente, os torcedores começam a chegar às bilheteria às 8 h, início do horário comercial. Mas a venda de ingressos começa apenas às 11 h. Nestas três horas, a aglomeração de pessoas cresce, assim como a ansiedade e a bronca. Cada torcedor leva, em média, 1m30s para sair do guichê. O mesmo chega, pede o ingresso, a atendente solicita o documento, confere, digita o pedido no sistema, o ingresso sai do computador, a mesma pega o dinheiro, confere e, aí sim, entrega o bilhete. Imprimir com antecedência ? Para quê ?. Além da demora, o número de bilheteiros é insuficiente. Ontem, cerca de mil pessoas no Pacaembu eram atendidas por seis pessoas ... A todo momento, cai o sistema. Com isso a venda é paralisada ...” A situação é ilustrada pela declaração de um torcedor presente naquele momento: “ Fui ao Pacaembu e o que vi foi a mesma situação de sempre: torcedores organizados e cambistas com vários ingressos nas mãos ... fica evidente que essas pessoas são favorecidas por quem organiza as vendas de bilhetes!”. Diário LANCE. “Torcedor ou gado ?: corintianos passam até quatro horas na fila para ver o clássico”. 17 de maio de 2009 – n. 4137 – ano 12

<sup>186</sup> Torcida legal: medidas para segurança e conforto dos torcedores

<sup>187</sup> “ Vender ingressos de eventos esportivos por preço superior ao fixado: pena de um a dois anos de prisão e multa. Fornecer, desviar ou facilitar a distribuição de ingressos para a venda por maior preço: pena de dois a quatro anos de prisão e multa.” Diário LANCE. “Pelo bem das famílias: presidente Lula assina hoje medidas para acabar com os torcedores baderneiros.” 13 de março de 2009 – n. 4133 – ano 12.



O EDT já prevê em suas disposições sobre a venda de ingressos que os bilhetes sejam comercializados em, pelo menos, cinco postos de venda<sup>188</sup> espalhados pela cidade de realização do evento.

Buscando ampliar ainda mais o conforto e as possibilidades de aquisição dos ingressos com comodidade, o presidente Lula afirmou<sup>189</sup> durante o lançamento do programa “Torcida legal: medidas para segurança e conforto dos torcedores”, que o Ministério do Esporte e a Caixa apresentarão um projeto para os clubes brasileiros autorizarem a venda de ingressos nas casas lotéricas federais.

Tais ações do Estado brasileiro sustentam a noção de que devemos tratar do universo do futebol como um espaço social relativamente autônomo<sup>190</sup> das intervenções estatais, ou seja, a venda de ingressos, algo que teoricamente diz respeito única e exclusivamente ao clube e a agência prestadora de serviços, passa a sofrer direta ingerência estatal a partir do momento em que todo o processo acaba por causar um desequilíbrio social e um sentimento de revolta em uma parcela significativa da população que se envolve com o futebol.

O Ministro do Esporte em entrevista concedida a um programa esportivo de televisão nos apresenta a dimensão dessas intervenções estatais<sup>191</sup> que, além de

---

<sup>188</sup> “Nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisão, a venda de ingressos será realizada em, pelo menos, cinco postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade.” (BRASIL, op. Cit. Artigo 20) Estatuto de Defesa do Torcedor

<sup>189</sup> “O ingresso tem de ser numerado e o torcedor tem de saber que, ao chegar lá, alguém do clube vai garantir que ele vai encontrar o seu lugar e vai sentar ... Quando vejo aquela fila imensa de torcedores ficando três, quatro, cinco horas para comprar um ingresso é porque estamos sendo irresponsáveis.” Entrevista de Lula ao Diário LANCE. “Ingressos à venda nas casas lotéricas: Presidente Lula quer facilitar para a torcida a compra das entradas.” 14 de março de 2009 – n. 4134 – ano 12

<sup>190</sup> A autonomia se garante até que algum desequilíbrio se instale e demande uma inserção mais incisiva da ação Estatal.

<sup>191</sup> “ O objetivo é, em 2010, termos estádios para séries A e B ... o objetivo é que o governo federal financie a instalação do sistema de monitoramento por câmeras e o sistema de acesso, catracas eletrônicas ... com recurso próprio ... e ceda esse equipamento para a utilização nos estádios ... nós vamos financiar, estamos discutindo inclusive com o ministério da justiça uma parceria para financiar esses equipamentos que serão cedidos para utilização ... nós achamos que vale a pena financiar porque isso vai otimizar essas medidas legais que nós estamos discutindo aqui, porque não adianta você ter a lei e não ter os meios para operar eficazmente essa legislação. ... então há recursos do ministério da justiça com previsão orçamentária para atender para atender esse tipo de demanda ... equipamentos que podem ser utilizados nesses estádios ... ” entrevista concedida ao programa Arena Sportv. Disponível em [www.globo.com](http://www.globo.com)

suprir demandas sociais até então negligenciadas e desencadeadoras de desequilíbrios sociais, reestrutura o futebol brasileiro tendo intenção de receber a Copa do Mundo de 2014.

Discorrendo sobre a relação do torcedor com a arbitragem esportiva temos o capítulo VIII do Estatuto de Defesa do Torcedor, que garante imparcialidade, independência, remuneração prévia e atuação livre de pressões para os árbitros das partidas; institui encargos às entidades organizadoras do desporto ou do evento esportivo (pagamento da arbitragem) e às entidades desportivas detentoras do mando de jogo (devem garantir a segurança do árbitro e de seus auxiliares mediante convocação de agentes públicos de segurança) em relação com a arbitragem.

O capítulo abordado acima garante também que os árbitros das partidas sejam escolhidos mediante sorteio amplamente divulgado e aberto ao público quarenta e oito horas antes do início das partidas.

As disposições elencadas neste capítulo foram seriamente desrespeitadas no ano de 2005, quando uma organização criminosa se associou a alguns árbitros brasileiros para que os mesmos conduzissem algumas partidas visando determinados resultados.

No ano de 2005, uma quadrilha formada pela associação de árbitros que apitavam partidas das séries A e B do Campeonato Brasileiro e do Campeonato Paulista e empresários relacionados com casas de bingo ("Máfia do Apito"<sup>192</sup>) fraudava resultado de jogos para que estes envolvidos no esquema apostassem milhares de reais em loterias clandestinas que disponibilizavam apostas na *Internet*.

Segundo o promotor de justiça Fernando Capez:

No sentido técnico e jurídico da palavra, a máfia do apito é uma "quadrilha" (associação de quatro ou mais pessoas para o fim de cometer crimes – conforme o art. 288 do Código Penal) formada pelos ex-árbitros de futebol Edílson Pereira de Carvalho e Paulo José Danelon, o empresário Nagib Fayad, vulgo "Gibão", e outros membros conhecidos apenas por apelidos, os quais se organizaram para ganhar dinheiro criminoso, em detrimento da credibilidade do esporte, dos sentimentos de milhões de pessoas, do patrimônio de clubes

---

<sup>192</sup> Esta organização criminosa lucrava cerca de R\$ 400,000,00 por partida fraudada, pagando ao árbitro fraudador por resultado bem sucedido uma quantia próxima de R\$ 10,000,00.

de futebol e das economias de inocentes cidadãos. Os "árbitros" em questão fabricavam resultados, alterando o curso normal de partidas de futebol, seja inventando pênaltis inexistentes, seja irritando jogadores até expulsá-los ou intimidá-los, tirando-lhes a concentração, seja truncando o jogo com faltas inexistentes, seja pelos mais variados recursos insidiosos. As partidas com resultados dirigidos eram objeto de apostas em sites no Rio de Janeiro e Piracicaba, mas divulgados para todo o país por meio de rede mundial de computadores, recolhendo dinheiro de um número indeterminado de pessoas de boa fé, as quais, iludidas, punham suas economias, apostando em um jogo de cartas marcadas<sup>193</sup>. CAPEZ (2005, sem página)

Uma ação conjunta entre ministério público, polícia federal e justiça desportiva desmantelou tal organização, prendeu os acusados e culminou com a remarcação dos jogos que sofreram interferência dos árbitros envolvidos no crime.

Visando um controle ainda maior sobre as questões que permeiam a arbitragem no futebol, o projeto de lei que altera algumas disposições do EDT e que tem previsão de ser votado no senado antes do segundo semestre de 2009, tipifica o ato ilícito de “comprar um árbitro” como crime<sup>194</sup>.

Anteriormente, pelo fato do futebol se caracterizar como um espetáculo privado, tal atitude, a não ser que envolvesse os resultados da Loteria Esportiva, não se configurava como uma ação criminosa.

Já com a eminente aprovação desse projeto o Estado terá como inibir tais ações, ter um maior controle sobre possíveis fraudes e aplicar penas severas aos envolvidos, inclusive aos árbitros<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup> CAPEZ, Fernando. Fique por dentro do caso "máfia do apito". Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 887, 7 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7644>>. Acesso em: 10 nov. 2007

<sup>194</sup> “Dar ou prometer vantagem patrimonial ou não para alterar ou falsear o resultado de jogo: De dois a seis anos de prisão e multa. Solicitar ou aceitar, para si ou outra pessoa, vantagem patrimonial ou não para alterar ou falsear o resultado de jogo: De dois a seis anos de prisão e multa. Fraudar, por qualquer meio, ou contribuir para sua ocorrência: De dois a seis anos de prisão e multa.” Diário LANCE. “Pelo bem das famílias: presidente Lula assina hoje medidas para acabar com os torcedores baderneiros.” 13 de março de 2009 – n. 4133 – ano 12.

<sup>195</sup> “... será aberto um inquérito (contra o árbitro) e vai para a justiça comum. E mesmo que se a justiça desportiva aplicar algum tipo de punição por tempo determinado ou expulsá-lo do quadro de árbitros, ele será julgado na justiça comum.” Entrevista concedida pelo Ministro da Justiça Tarso Genro ao Diário LANCE. 13 de março de 2009 – n. 4133 – ano 12.

O capítulo X do Estatuto de Defesa do Torcedor trata da relação da justiça desportiva<sup>196</sup> com o torcedor consumidor do espetáculo esportivo; garantindo a este que, no exercício de suas funções, a justiça desportiva seja orientada através dos princípios da: "impessoalidade, da moralidade, da celeridade, da publicidade e da independência." (BRASIL op. cit., artigo 34) Estatuto de Defesa do Torcedor. Suas ações devem ter a mesma publicidade das decisões proferidas pelos tribunais federais e seus processos não correm, em hipótese alguma, em segredo de justiça. Qualquer decisão que seja tomada em desrespeito às disposições acima explícitas são automaticamente anuladas.

Para se compreender a relação entre a Justiça Desportiva e suas próprias incursões no âmbito do futebol e entre sua relação com os torcedores, é necessário que se entendam estes fenômenos desde antes da promulgação da Lei Pelé.

Antes do advento da Lei Pelé, as questões disciplinares dos desportos no Brasil eram solucionadas através da nomeação de auditores mediante disposições estatutárias de cada entidade de administração de desporto (a CBF nomeava seus auditores e CBV<sup>197</sup> os seus, por exemplo), esta situação atrelava intimamente as decisões da justiça desportiva aos "cartolas" que nomeavam os auditores. Após a instituição da Lei Pelé, teoricamente este problema seria solucionado.

O artigo 55<sup>198</sup> da Lei Pelé determina que os membros constituintes dos quadros da justiça desportiva no Brasil não mais serão indicados pelas entidades de administração do desporto (de cada modalidade), mas sim pelas várias esferas que organizam o futebol brasileiro; bem como um órgão competente com capacidade impar para indicar conhecedores das legislações esportivas (OAB<sup>199</sup>).

---

<sup>196</sup> "uma instituição de direito privado, dotada de interesse público, ligada às entidades de prática desportiva. No caso do futebol, por exemplo, a Justiça Desportiva existirá junto às ligas municipais, às federações estaduais e à CBF – Confederação Brasileira de Futebol." (CURY 2002);

<sup>197</sup> Confederação Brasileira de Voleibol.

<sup>198</sup> O art. 55 da Lei Pelé afirma que os Tribunais de Justiça Desportiva serão compostos por, no mínimo, sete e, no máximo, onze auditores, assim indicados: três pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); um pela entidade de administração do desporto, i.e., federação/confederação; um pelos clubes da divisão principal; um pelos árbitros; um pelos atletas. Inafastável a paridade entre todos os representantes acima, exceto os da OAB. LIMA (sem ano, sem página)

<sup>199</sup> Ordem dos Advogados do Brasil

Mesmo com essas alterações entrando em vigência, Lima afirma que a independência nas decisões da justiça desportiva continua comprometida, haja vista que, cabem as entidades de administração do desporto custear o funcionamento da justiça desportiva e, mesmo com a paridade nas indicações, os auditores são escolhidos pelas entidades de classe; o que pode interferir nas tomadas de decisões.

Somente a partir do momento em que a justiça desportiva se tornar financeiramente independente das entidades de administração do desporto, e seus componentes forem instituídos em seus respectivos cargos mediante seus próprios méritos é que a justiça desportiva realmente atingirá um nível de excelência em relação a sua independência, transparência e idoneidade.

As disposições contidas no capítulo XI do Estatuto de Defesa do Torcedor versam sobre as penalidades previstas para a entidade de administração do desporto, para a entidade de prática desportiva e para o torcedor que desrespeitar e/ou violar o conteúdo disposto na lei.

Em relação à entidade de administração do desporto e às entidades de prática desportiva que violarem a lei, pode sofrer punições como a destituição permanente de seus dirigentes (o presidente da entidade, ou aquele que esteja desempenhando tal função, ou outro dirigente que cometeu infração mesmo que esta venha a ocorrer por omissão) no caso de irregularidades vinculadas às disposições tratadas nos capítulos II (da transparência na organização), IV (da segurança do torcedor partícipe do evento) e V (dos ingressos). Seus dirigentes podem ser suspensos por seis meses no caso de violação das disposições não discriminadas no inciso I deste capítulo; qual seja: “destituição de seus dirigentes, na hipótese de violação das regras de que tratam os Capítulos II, IV e V desta Lei.” (BRASIL op. cit., artigo 37 inciso 1º) Estatuto de Defesa do Torcedor.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir multas aos infratores em decorrência do descumprimento da lei.

A partir do momento da instauração de um processo apuratório contra qualquer entidade; este acarretará o afastamento temporário dos dirigentes

envolvidos na investigação e na suspensão do repasse de verbas públicas até a decisão final a ser tomada pelos órgãos competentes em referência ao processo.

O torcedor que “promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores” ficará impedido de permanecer nas proximidades e de comparecer nos locais de realização do evento esportivo de três meses a um ano de acordo com a gravidade da conduta adotada. Esta mesma penalidade cabe àquele torcedor que adotar conduta que viole o disposto neste capítulo em um raio de cinco mil metros ao redor do local de realização do evento.

Aquele que violar o disposto na lei será identificado por seu mau comportamento nos eventos esportivos ou por boletins de ocorrências policiais lavrados no caso de incidentes nas imediações do evento, sua pena será determinada pelos Jecrims<sup>200</sup> (Juizados Especiais Criminais), “pelo Ministério Público, pela polícia judiciária, por qualquer autoridade, pelo clube mandante do evento esportivo ou por qualquer torcedor partícipe, mediante representação.” BRASIL (op. cit., artigo 39 inciso 3º) Estatuto de Defesa do Torcedor.

A violência é, sem dúvida alguma, um dos maiores problemas enfrentados pelo futebol na atualidade tanto no Brasil<sup>201</sup> como em todo o mundo, tal situação se torna uma grande questão a ser tratada pelo Estado, já que envolve multidões, e acaba por afastar muitos espectadores dos estádios.

Visando sanar esses problemas no futebol brasileiro, em março de 2009, os Ministérios do Esporte e da Justiça lançaram um pacote de mudanças que altera o

---

<sup>200</sup> Os Juizados Especiais Criminais têm competência para a conciliação, o processo, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo e poderá ser composto por juízes togados e leigos. (MOREIRA 2003)

<sup>201</sup> “... a violência chegou ao limite, ultrapassou tudo que é razoável e tem afastado os torcedores dos estádios, tem gerado muitos feridos, tem atacado patrimônios importantes e, sobretudo, tem gerado mortes. Em seis, sete anos temos quase 40 mortes ocasionadas a partir de situações de jogo; não é no estádio, é no conflito entre torcidas, no caminho ao estádio, em conflitos com policiais ... portanto é necessário agir para enfrentar tal situação. Segundo pressuposto; a violência no futebol e em todo o espetáculo esportivo tem repercutido na bilheteria, porque não permite o fortalecimento dos clubes em se tratando de uma fonte (de recursos) que é fundamental ... no mundo inteiro é assim e no Brasil essa é uma fonte secundária.” Entrevista do Ministro do Esporte Orlando Silva ao programa Arena Sportv. Disponível em [www.globoesporte.com](http://www.globoesporte.com), acesso em 30 de março de 2009

EDT declarando abertamente que tais mudanças intencionam reaproximar as famílias dos estádios e preparar o país para sediar a Copa do Mundo de 2014<sup>202</sup>.

O EDT já previa o impedimento daquele torcedor causador de tumultos em frequentar os estádios de futebol por um período determinado pela gravidade de seus atos, entretanto, a lei carecia de maiores especificações e de mecanismos que a tornassem efetiva. Mesmo após a promulgação do EDT presenciemos atitudes inconvenientes que de fato não resultaram em severas punições.

O novo pacote de mudanças especifica algumas dessas atitudes, além de prever penas de reclusão (1 a 6 anos) e multas para o torcedor que cometer ou incitar atitudes violentas<sup>203</sup>.

Outro detalhe que foi considerado pelo projeto que determina as alterações no EDT diz respeito aos chamados fatos atípicos ou atitudes inconvenientes, ações como invasões de campo por parte de torcedores e atos preparatórios para o desencadear de práticas violentas passam a ser passíveis de enquadramento criminal e estar sujeitos a penas de reclusão e multas<sup>204</sup>.

Conforme abordado anteriormente, nos últimos anos, outra situação bastante questionada é a ação policial no combate à violência nos estádios brasileiros. O que

---

<sup>202</sup> “Pelo bem das famílias: Presidente Lula assina hoje medidas para acabar com os torcedores baderneiros.” Diário LANCE. 13 de março de 2009 – n. 4133 – ano 12

<sup>203</sup> “Promover tumulto, praticar, incitar a violência ou invadir locais de acesso restrito dentro dos locais de competição: de um a dois anos de prisão e multa ... Promover tumulto, praticar, incitar a violência em um raio de cinco quilômetros ao redor das instalações esportivas: de um a dois anos de prisão e multa.” “Pelo bem das famílias: Presidente Lula assina hoje medidas para acabar com os torcedores baderneiros.” Diário LANCE. 13 de março de 2009 – n. 4133 – ano 12

<sup>204</sup> “... outro fato que passa a ser crime, é muito comum as torcidas marcarem encontro, se dirigirem a determinado lugar pra brigar ... vou dar um exemplo concreto: foi pego aqui um ônibus com sessenta torcedores com marretas e barras de ferro pra ir invadir a sede de uma outra torcida ... a polícia pegou ... que crime que é esse ? nenhum! Não é crime, são atos preparatórios ... teriam que ir lá, invadir a sede, matar alguém, agredir alguém pra se poder enquadrá-los em uma atitude criminal ... (hoje) ... se envolver em tumulto, com ou sem violência, passa a ser um crime autônomo ...” Entrevista concedida pelo promotor de justiça Paulo Castilho ao programa esportivo Arena Sportv. Disponível em [www.globo.com](http://www.globo.com) , acesso em 30 de abril de 2009

é posto em xeque são as condutas do policiamento diante de episódios específicos que podem eclodir atos violentos relacionados a uma partida de futebol.

A principal questão discutida diz respeito ao combate à violência com mais violência. Obviamente a polícia é apenas parte do problema, porém, esta instituição que se propõem a garantir a segurança da sociedade civil, neste caso específico do futebol, por vezes acaba agravando uma situação de potencial ou efetiva violência.

Durante o campeonato Paulista de 2009 ocorreram dois episódios violentos em decorrência de confrontos entre policiais e torcedores, e o que chama a atenção são as declarações do coronel do segundo batalhão de choque da polícia militar de São Paulo, após afirmar que os procedimentos não seriam alterados para a garantia da segurança na próxima partida: “Se isto acontecer novamente, o nosso policiamento vai reprimir a agressão. Estamos para proteger todo mundo, inclusive a nós”<sup>205</sup>.

No dia 15 de fevereiro de 2009, após a partida entre São Paulo e Corinthians, um conflito com a torcida corintiana resultou em 30 feridos, entre policiais e torcedores. Poucos dias depois (22 de março), durante o jogo entre Corinthians e Santos, a polícia novamente entrou em conflito, dessa vez com a torcida santista, o que resultou na detenção de 10 pessoas e em ferimentos a duas policiais militares<sup>206</sup>.

Não se trata de criticar a polícia militar, mas apenas de expor algumas limitações que se referem à preparação do contingente policial para atuar numa situação específica que configura o universo de um estádio de futebol.

A equipe que é destacada para garantir a segurança em um estádio não pode se comportar como aquela que faz rondas noturnas nas cidades e se empenha no

---

<sup>205</sup> “Clássicos das confusões ... Terceiro capítulo ?” . Diário LANCE. 24 de março de 2009 – n. 4144 ano 12

<sup>206</sup> Idem



combate ao crime organizado; o embate com os espectadores deve ser uma ação adotada em última instância<sup>207</sup>.

Acompanhando as alterações previstas para o EDT, a parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Justiça estuda a possibilidade de treinar um contingente policial especializado para prevenir e combater a violência nos estádios de futebol e evitar que as intervenções policiais agravem ainda mais uma potencial ou efetiva situação de risco relacionada à segurança dos espectadores<sup>208</sup>.

A pertinência dessa ação é endossada pela socióloga do esporte e especialista em violência relacionada ao futebol Heloísa Reis, alertando para a necessidade de se “Investir em treinamento e equipamentos para a formação de policiais especializados na prevenção da violência em eventos de massa<sup>209</sup>” e segue mais uma diretriz adotada no futebol europeu.

Os constantes incidentes violentos relacionados ao futebol no continente europeu impulsionaram o conselho de ministros da União Européia a se concentrar em promover melhorias nos métodos de prevenção e combate à violência e à desordem nos eventos esportivos.

Em 1999, uma comissão formada por integrantes do Conselho de Ministros europeus, apresentou um manual contendo exemplos práticos sobre como o

---

<sup>207</sup> “ Mas não fazem só futebol (se referindo aos policiais) , esse é o problema ... a gente defende uma medida ... que os policiais quando não estiverem trabalhando com futebol ... eles estejam tendo palestras, cursos ... se aperfeiçoando de como lidar com essa situação do futebol ... ele não ... não pode esse mesmo policial que trata com o torcedor, ir dar apoio numa tarefa em uma favela ... um confronto com um bandido.” Entrevista concedida pelo promotor de justiça do estado de São Paulo, Paulo Castilho, ao Programa esportivo Arena Sportv. Disponível em [www.globoesporte.com](http://www.globoesporte.com), acesso em 30 de março de 2009

<sup>208</sup> “ Podemos formar policiais especializados no trabalho em estádios. Algo semelhante ao que já existe com os policiais comunitários. Podemos oferecer o curso de especialização ... treiná-los especificamente para atuar em estádios. O Ministério da Justiça, inclusive, pode financiar as armas não letais, que devem ser utilizadas nos estádios.” Entrevista concedida pelo então Ministro da Justiça, Tarso Genro, ao Diário LANCE. 13 de março de 2009 – n. 4133 ano 12

<sup>209</sup> Socióloga Heloísa Reis defende lei específica e polícia especializada para conter violência em estádios. Disponível em: [casadotorcedor.blogspot.com](http://casadotorcedor.blogspot.com). acesso em 05 de junho de 2009

policiamento deve proceder nas ações de prevenção e controle da violência; e de outros episódios depreciativos durante os eventos esportivos<sup>210</sup>.

No ano de 2002 uma decisão do Conselho estabeleceu uma rede de informações entre as entidades competentes que combatem a violência relacionada ao futebol nos países membros da União Européia, visando uma troca de experiências sobre os métodos empreendidos.

Todas as argumentações sobre a capacitação de um contingente policial específico para atuar nos estádios se sustentam nas idéias de que as ações devem ser preventivas, devem se antecipar aos atos violentos, já que a maioria dos espectadores que se encontram nos estádios não se envolve nessas situações.

Portanto vislumbra-se uma polícia especializada que garanta a segurança, que proteja os espectadores sem a necessidade do emprego de mais violência no combate aos incidentes violentos relacionados ao futebol.

Outro aspecto que, segundo alguns estudos científicos<sup>211</sup>, está diretamente relacionado com a prevenção à violência é o comércio de bebidas alcoólicas no interior dos estádios.

Em abril de 2008 a CBF e uma representação do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça assinaram uma carta de intenções proibindo o comércio de bebidas nas competições organizadas pela entidade organizadora do futebol brasileiro em todo o território nacional<sup>212</sup>.

---

<sup>210</sup>

Disponível

em:

[http://ec.europa.eu/justice\\_home/fsj/police/hooliganism/wai/fsj\\_police\\_hooliganism\\_en.htm](http://ec.europa.eu/justice_home/fsj/police/hooliganism/wai/fsj_police_hooliganism_en.htm). acesso em 05 de junho de 2009

<sup>211</sup> “Não basta a proibição de consumo de bebidas alcoólicas nos estádios. Claro está que esta medida reduzirá a violência nos jogos de futebol, segundo a experiência no Mineirão, em Belo Horizonte. De acordo com o estudo, a proibição de consumo de bebidas alcoólicas reduziu em 70% as ocorrências de violência entre torcedores no estádio mineiro e tudo faz crer que o mesmo ocorrerá em outros estádios.” [http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id\\_noticia=5067](http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=5067) acesso em 05 de junho de 2009

<sup>212</sup>

Bebida alcoólica banida do futebol. Disponível

em:

[http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id\\_noticia=5067](http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=5067) acesso em 05 de junho de 2009

A medida foi saudada por ambas as partes que se mostraram crentes de que a intervenção legal é fundamental para o combate à violência nos estádios brasileiros<sup>213</sup>.

Percebe-se que a medida é útil, porém, a solução do problema das bebidas alcoólicas enquanto “combustível” para o desencadeamento de atos violentos está longe de ser alcançada apenas com essa ação.

É muito comum nos estádios brasileiros a existência de inúmeros estabelecimentos em seus arredores nos quais os torcedores consomem bebidas alcoólicas exaustivamente antes, durante e depois dos jogos. Portanto, essa ação proibitiva deve estar associada a outros mecanismos para inibir o consumo.

Exemplo patente de como operacionalizar uma ação nesse sentido foi organizada pela UEFA (durante final da Liga dos Campeões da Europa disputada entre Barcelona e Manchester United na cidade de Roma) em conjunto com o Comitê para a Ordem e a Segurança Pública da Província de Roma em abril de 2009.

Além da proibição do comércio de bebidas alcoólicas no momento da partida, que se realizou em uma quarta-feira, o mesmo ocorreu no dia antecedente e no dia posterior ao jogo final; tudo isso dentro de um raio aproximado de 200 metros quadrados<sup>214</sup>.

Essas ações foram aliadas a um planejamento minucioso especialmente organizado para essa partida, as ruas que dão acesso ao estádio Olímpio de Roma foram interditadas para o trânsito de automóveis, os meios de transporte públicos

---

<sup>213</sup> "Com a proibição de venda de bebidas alcoólicas, pretende-se reduzir substancialmente a violência nos estádios, o que já está comprovado onde essa proibição acontece" (*palavras de Ricardo Teixeira*) "Uma pesquisa feita no Mineirão mostra que houve redução de 70% nos índices de violência, o que mostra o acerto da medida" (*palavras de Marfan Vieira, procurador geral de justiça do estado do Rio de Janeiro*) Disponível em: [http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id\\_noticia=5067](http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=5067) acesso em 05 de junho de 2009

<sup>214</sup> Roma proíbe venda de álcool na final da Liga dos Campeões. <http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Futebol/0,,MUL11664469842,00ROMA+PROIBE+VENDA+DE+ALCOOL+NA+FINAL+DA+LIGA+DOS+CAMPEOES.html> acesso em 05 de junho de 2009

foram reforçados (aumento da frota), houve um significativo aumento no contingente policial nas regiões com maiores concentrações de torcedores e foram instalados sete postos móveis da polícia nas zonas consideradas de maior risco<sup>215</sup>.

Esse conjunto de providências organizadas antes do evento indica a preocupação em se antecipar a possíveis problemas relacionados à violência que possam ocorrer.

Após a descrição de alguns aspectos do desenvolvimento da modalidade no Brasil e no mundo considerando suas interfaces com a interferência estatal e a elaboração de algumas reflexões sobre a interferência estatal na atualidade e suas implicações diretas na reestruturação da modalidade por conta das disposições elencadas no EDT, a partir de agora irá se desenvolver a proposta deste estudo, qual seja, a de compreender as implicações dessas mudanças ocorridas no futebol brasileiro (principalmente, neste caso, àquelas que se referem ao EDT) nas relações estabelecidas entre o Coritiba Foot Ball Club e os seus torcedores.

---

<sup>215</sup> Idem

## 5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E A POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA NO FUTEBOL BRASILEIRO

Tendo em vista a implementação do EDT e sua aplicação à realidade do futebol brasileiro, cabe considerar que esta é uma oportunidade potencial para a ampliação da democracia e da moralidade nesse específico espaço social; é um momento no qual os torcedores têm a possibilidade de se inserir no processo de tomada de decisões que determinam os rumos da modalidade no país, se valendo principalmente de sua condição de consumidor.

Corroborando tais afirmações, o conteúdo das entrevistas realizadas, tanto com os torcedores quanto com os representantes do clube, indicam que tal processo se encontra em desenvolvimento no que se refere ao universo do Coritiba Foot Ball Club e nas relações entre a instituição e seus torcedores.

Para tal análise destacam-se os estudos de Norberto Bobbio e de Pierre Bourdieu, que ao abordarem o tema da democracia fornecem subsídios essenciais para a compreensão de possibilidade de ampliação da democracia no futebol brasileiro.

Bobbio se baseia em fatos históricos para traçar as perspectivas futuras da democracia no cenário mundial. Se posicionando contrariamente a alguns analistas que previam um futuro sombrio para as democracias na sociedade atual, Bobbio atesta que na atualidade se apresenta justamente o movimento contrário a tais afirmações; ou seja, o que se evidencia é a consolidação de sistemas democráticos pelo mundo inclusive em países onde se estabeleceram, anteriormente, regimes autocráticos e autoritaristas<sup>216</sup>.

Ainda sem fazer qualquer aposta sobre o futuro, é inegável que – olhando ao redor não como filósofos da história mas como simples cronistas do presente que se atêm aos fatos e

---

<sup>216</sup> “ Exemplificando, Bobbio cita os casos de Chile e Argentina na América Latina e de alguns países do leste europeu que faziam parte do extinto bloco soviético.” (BOBBIO, 2000, p. 7)

não se permitem fazer vôos altos demais – as democracias apareceram ou reapareceram ali onde jamais haviam existido ou haviam sido eliminadas por ditaduras políticas ou militares. O historiador francês Elie Halévy escreveu depois da I Guerra Mundial um livro intitulado *L'ère des tyrannies*. Não creio ser muito temerário se digo que a nossa época poderia ser chamada de *L'ère des democraties*. (BOBBIO, 2000, p. 9)

O autor esclarece os equívocos que recaem sobre aqueles que intentam traçar perspectivas para o futuro independentemente de uma análise contextual da realidade, alegando que tal ação é carregada de nossas próprias aspirações e inquietações.

Em contrapartida, o autor afirma que o curso da história se desenrola de maneira alheia às nossas aspirações e preocupações pessoais, sendo uma resultante imprevisível de incontáveis atos humanos entrelaçados e constituintes de uma complexa rede social.

Para estabelecer uma definição mínima do que vem a ser democracia em seu entendimento na atualidade, Bobbio aponta três condições básicas: (1) a atribuição a um grande contingente de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente das tomadas de decisões coletivas, (2) a existência de regras procedimentais regulamentadoras dos processos democráticos (lei da maioria, da unanimidade, etc.); e (3) que todos aqueles que possuem o direito de decidir ou eleger, realmente sejam dotados de poder de escolha diante de alternativas reais; que lhes sejam garantidos os direitos de liberdade, de expressão, de reunião, etc.

Após a exposição das três condições fundamentais para a definição da democracia, é possível realizar aproximações entre algumas das chamadas “promessas não cumpridas da democracia” (BOBBIO, 2000) e a realidade do futebol brasileiro, principalmente considerando a implementação do EDT.

Essas promessas não cumpridas indicam as discrepâncias entre os ideais liberais democráticos propostos pelos pensadores clássicos<sup>217</sup> e a democracia real, aquela que efetivamente se consolidou em termos práticos<sup>218</sup>.

A primeira aproximação possível entre a teoria democrática de Bobbio e a realidade do futebol brasileiro na atualidade diz respeito à ampliação do direito de participar das decisões referentes a este específico espaço social.

Tratar da extensão do processo de democratização em um dado país no atual momento histórico não significa estabelecer a transição de democracia representativa a democracia direta, ou da democracia política a democracia social; mas sim, identificar se as possibilidades de exercício da democracia se ampliaram e se ocorreu a multiplicação de espaços sociais que permitem esse exercício de cidadania.

Em outros termos, quando se deseja saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar perceber se aumentou não o número dos que têm o direito de participar nas decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer este direito. ... Parece-me de certo interesse observar que em algum destes espaços não-políticos (no sentido tradicional da palavra), por exemplo na fábrica, deu-se algumas vezes a proclamação de certos direitos de liberdade no âmbito do específico sistema de poder, analogamente ao que ocorreu com as declarações do cidadão em relação ao sistema do poder político: refiro-me, por exemplo, ao Estatuto dos Trabalhadores, promulgado na Itália em 1970, e às iniciativas hoje em curso para a proclamação de uma carta dos direitos do doente. (BOBBIO, 2000, p. 40)

No futebol brasileiro gradativamente vem se ampliando a possibilidade de participação democrática com a cada vez maior inserção dos agentes e instituições constituintes deste espaço social nas tomadas de decisões sobre o desenvolvimento da modalidade.

---

<sup>217</sup> “Bobbio ressalta as contribuições de autores como Locke, Rousseau, Toqueville, Stuart Mill etc.” (BOBBIO, 2000)

<sup>218</sup> “ As seis promessas democráticas não cumpridas abordadas por Bobbio são: a complexidade social que fundou uma sociedade pluralista; a representação de interesses particulares ao invés dos interesses de toda a sociedade; a persistência dos poderes oligárquicos ; a limitação dos espaços de manifestação democrática na sociedade; o exercício do poder invisível, que limita as ações governamentais de se desenvolverem publicamente; e a falta de uma educação para a cidadania” (BOBBIO, 2000, p. 33 à 46)

Em se tratando da realidade analisada entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores, alguns depoimentos demonstram a maior inserção da figura do torcedor nas questões internas do clube.

*T – 2 Realmente agora a coisa ta ficando bem mais ... transparente, mais respeitosa! Antigamente você não tinha nem como você se expressar .*

*T – 2 Veja bem ... hoje você já pode ter ... eu não conhecia sinceramente ... ficava difícil você conhecer os conselheiros do clube ... “existe um conselho de 50 pessoas!”. ... são profissionais ? aí você tem um gerente de futebol ... ah! Supervisor de futebol ... pô! Não dizem quem manda quem não manda ... agora você sabe quem comanda o Coritiba, quem é o presidente, quem é o vice-presidente ... sabe, eu acho que é isso que tem que ser colocado ... tem que ser divulgado porque ... bem ou mal, vão ter que mostrar o que o cara ta fazendo no clube! Não interessa se ele ta ganhando ou não está ganhando ... tem que se saber: “é esse cidadão!” ... essas coisas devem ser demonstradas.*

De acordo com os depoimentos coletados, essa maior inserção pode ser justificada através de dois fatores convergentes.

O primeiro deles se refere à própria forma do clube tratar o torcedor enquanto um consumidor do espetáculo esportivo; ou seja, é evidente a preocupação do Coritiba Foot Ball Club em fidelizar o seu cliente nos últimos anos, a relação não se restringe mais somente ao momento do jogo.

Em termos práticos, tal preocupação se materializa nas melhorias de infraestrutura promovidas no estádio Couto Pereira, nas ações de *marketing* visando potencializar comercialmente o ano do centenário do clube e na intensificação do programa de sócio-torcedor, que acaba por fortalecer os laços identitários entre a instituição e os aficionados.

*T – 8 Nos últimos 4, 5 anos deu um salto muito bom nessa questão da aproximação do torcedor né ... principalmente com a instituição do sócio-torcedor, eu acho que acabou criando uma relação muito mais próxima ta ... eu acho que com isso as pessoas podem estar vendo o que está acontecendo dentro do clube. A partir do momento que ele faça parte desse clube né ... então acho que isso é importante.*



*T - 7... que nem eu falei já, o relacionamento melhorou ... não é o ideal, tá longe de ser o ideal ainda, mas melhorou nessa questão de conforto, de organização, de algumas coisas ... mas ainda tem muito pra se andar pra ficar uma excelência pro torcedor*

*T – 13 Eu vejo que ... hoje melhorou bastante. Eles entendem o torcedor realmente como um consumidor e tratam muito melhor né. Tem jornal do clube, às vezes na entrada ... com informações, o próprio site do clube, o plano de sócios ...*

*T 14- É hoje eu vejo a relação um pouco melhor, ainda muito fria do que poderia ser, ano passado por ser sócio do Coritiba, eu fui chamado para um café da manhã com os jogadores, para conhecer o CT [centro de treinamentos] tal, ainda muito longe do que o torcedor quer, o torcedor quer mais do que isso, o torcedor quer contato com os jogadores, quer poder tirar foto com os jogadores, é... não vou dizer fanatismo, mas é tietagem? É um pouco de tietagem, quem não quer tirar foto com o jogador, com o treinador? Enfim, quem que não quer se sentir um pouquinho importante na hora? Eu acho que o clube deveria sim é... eu esse ano recebi um cartão de aniversário do clube, fiquei contente, um simples cartão de aniversário*

O segundo fator convergente para uma maior inserção do torcedor nas questões referentes ao clube é o volume e a possibilidade de acesso às informações que há alguns anos eram restritas.

Sobre esse aspecto é fundamental destacar que sua evolução foi possibilitada pela onda de moralização e transparência que atingiram o futebol brasileiro em decorrência dos escândalos envolvendo a modalidade que vieram a tona com o desmantelamento da “máfia do apito” e as CPIs relacionadas ao futebol.

Além disso, o próprio desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a ampliação do acesso à *internet* e até o surgimento de novos mecanismos de comunicação via internet que envolvem e aglomeram torcedores em torno de questões específicas referentes ao clube<sup>219</sup>.

---

<sup>219</sup> Dentre esses mecanismos destacamos as ações da ONG Coritiba Eterno: “A ONG Coritiba Eterno é uma associação de torcedores do Coritiba, fundada no dia 20 de março de 2006, objetivada única e exclusivamente em contribuir para o crescimento e fortalecimento do Clube, sem fins lucrativos. Os interesses dos torcedores e sócios são defendidos a partir das cobranças baseadas no cumprimento do Estatuto de Defesa do Torcedor e do Código Civil Brasileiro, buscando a integralidade dos coritibanos. Disponível em <http://www.coxanautas.com.br/conteudo.phtml?ed=2&id=26>, acessado em 17 de setembro de 2009

*T – 12 Eu acho que hoje o torcedor ... ele tem meios; o próprio sistema de comunicação mudou muito nos últimos 20 anos né! Você tem ... hoje você abre o site do Coritiba e você tem notícias correndo, sejam oficiais ou não. Então ... hoje o torcedor tem condição de ter mais penetração no que ta acontecendo dentro do clube. Antigamente ... no meu tempo era, eu acho que era mais paixão mesmo.*

*T – 6 Hoje com a facilidade de comunicação, que já é bem diferenciada, internet e outros meios aí; facilita bastante ... nem tudo; mas o que você tiver acesso ... ta livre pra você ir lá e consultar né ... ficar a vontade. E o que não tiver você pode solicitar também ... que é informado.*

*T – 7 Hoje em dia tem muita informação né; hoje em dia ... qualquer coisa que você precise você joga no “São Google” lá e ele resolve pra você! Você tem EDT, tem tudo na tua mão né ... então, entre aspas há mais transparência; na realidade não é transparência né ... há mais facilidade de você chegar nas informações ... o que antes não existia, se era pior ou melhor ? não se sabe ... mas, então hoje, em termos de informação, você tem mais ...*

A velocidade e intensidade da circulação de informações sobre as questões internas do clube se revelam altas, inclusive, nas considerações tecidas pelo membro do departamento jurídico do Coritiba Foot Ball Club.

*Membro do departamento jurídico - Hoje em dia ... a fiscalização, e aí passa por essa onda de moralização e transparência ... passa pelo torcedor também começar a fiscalizar tudo inclusive em questões administrativas do clube ... no caso do Coritiba, nós temos uma dezena de sites de torcida [organizações sociais] e de torcedores que sabem de notícias aqui antes que a gente! Que ocorrem aqui dentro ... você tem o Coxanautas, o site da Império Alviverde, tem o site da oposição Nação Coxa ... quer dizer, você está cercado de todos os lados e você não pode escorregar .. Aqui não adianta mais esconder as coisas! ... e isso é interessante, isso é aquela famosa né ... “o bafo na nuca”, a responsabilidade do dirigente colocado à prova e que não consegue mais se esconder. Isso de novo a gente faz a analogia com a política ... então é a fiscalização do povo, é a fiscalização do torcedor em tudo que está sendo gerido.*

Diante de tais declarações e considerando o depoimento dos torcedores expostos anteriormente, cabe tecer uma analogia comparativa entre o panorama da

---

relação entre o Coritiba Foot Ball Club e o seu torcedor há algumas décadas atrás e como ela vem se desenrolando na atualidade; tendo sempre como referência as mudanças estruturais ocorridas no futebol brasileiro e as conseqüentes alterações na oferta e demanda por esse bem de consumo.

Até meados da década de oitenta, e em alguns casos até mesmo no corrente século XXI, as administrações dos clubes apresentavam características despóticas, autoritárias, além de se perpetuarem em virtude de ações patrimonialistas e de uma organização oligárquica.

Estas características se enquadram no que o historiador Hilário Franco Júnior chamou de “gangsterismo” no futebol brasileiro” (FRANCO JÚNIOR, 2007), fato que se colocava, e ainda se coloca em determinadas situações, enquanto um entrave para a profissionalização das gestões, para a ampliação da democracia nos clubes e na modalidade em geral e na emergência da figura do torcedor enquanto um consumidor, um cliente.

A fim de subsidiar as análises, a seguir seguem algumas considerações de torcedores que freqüentam o estádio e apresentam um vínculo com o clube já há algumas décadas.

*T – 4 Olha na época que eu vinha com mais freqüência era a época do [cita o nome de um ex-presidente do clube] né ... ele ... não tinha muito assunto com ele! Ele era ditador!*

*T – 7 Antes não existia relação né! Antes você pagava ingresso, entrava aqui, sentava no cimento e ... se vira né!*

O teor das afirmações atesta que em um passado não tão distante, os problemas das administrações “gangsteristas” (FRANCO JÚNIOR, 2007), e as contradições geradas por um modelo híbrido no qual uma atividade profissional de orçamentos significativamente altos e gestões amadoras, acabavam por determinar de maneira unilateral a relação de oferta e demanda, relegando a um segundo plano a figura do torcedor enquanto o consumidor deste bem.

Entretanto uma nova lógica se inaugura, neste início de século XXI, a direção que se desenha para o desenvolvimento da modalidade no país é que tal modelo de

estrutura está obsoleto em face às novas exigências que se apresentam ao futebol enquanto um produto a ser comercializado.

Diante da crise vivida pelo futebol brasileiro elucidada por (HELAL & GORDON, 2002) durante as décadas de oitenta e noventa e dos surtos anômicos apontados por (RIBEIRO, 2007), a estrutura organizativa obsoleta do futebol brasileiro sofreu pressões provenientes de três fontes interdependentes.

Primeiramente pode-se compreender enquanto um impulso para o delineamento de tal mudança os clamores sociais por estádios mais seguros, por transparência na organização esportiva e por gestões idôneas no âmbito clubístico e federativo.

Aliado a este fator está a emergência do futebol empresa (PRONI, 2000) enquanto uma alternativa para, de fato, tratar a modalidade em seu âmbito profissional enquanto um produto rentável, já que, inclusive, os clubes necessitavam buscar outras fontes de captação de recurso após o fim da lei do passe.

Por fim, o que talvez seja o pilar dessa reestruturação, está o suporte político concedido pelo Estado brasileiro para a reestruturação organizacional da modalidade no país, seja ela através da investigação dos escândalos envolvendo a modalidade, da elaboração de um ordenamento legal específico ou do suporte à modalidade visando à realização de mega-eventos como a Copa do Mundo de 2014.

Retornando ao universo de estudo, seguem alguns impactos dessa nova lógica no Coritiba Foot Ball Club.

*Membro do departamento jurídico - Vem aí a contradição: os dirigentes são amadores ... não são profissionais e não são remunerados; mas não cabe mais gestão de amadores no futebol. Acho que esse é um caso que a gente tem que superar; hoje uma pessoa boa e competente e que esteja no início da carreira ... vamos dizer assim, que não esteja com a sua vida feita, nos seus 40 ou 50 anos mas ainda trabalhando ... ele não pode ser presidente de um clube de futebol! Ele não tem condições! Ele vai abrir mão da sua vida profissional? por mais que ele seja apaixonado, que ele tenha experiência, que ele tenha idéias boas ... ele vai ter que abrir mão da sua profissão, ou sacrificar o tempo do seu convívio familiar pra*

*poder administrar um clube que tem orçamento de uma multinacional. Isso tem que ser rompido ... isso é um ranço do passado. Antigamente era presidente quem? políticos, ou empresários bem sucedidos que, bem ou mal, ou é hobby ou mistura interesses ... e aí é que a coisa não funciona. E acho que essa onda de moralismo, transparência ... que aconteceu no país inteiro, retrata no futebol. Acho que a CBF, que era uma terra de ninguém ... algumas pessoas já estão de olho né. A influência do mercado externo principalmente, o investidor estrangeiro ... a FIFA, com todos os seus vícios, mas na verdade atraiu a atenção internacional pra um produto que é o futebol ... vai haver a necessidade de transparência e auto-regulamentação do setor; claro, primeiro vem aqueles não tão transparentes ... caso MSI, Parmalat. Os investidores de fora que são meio ocultos ... são os primeiros que chegam; mas com o passar do tempo o negócio, o bussines futebol, vai haver a necessidade dos clubes se auto-regulamentarem ... uma gestão corporativa, transparente pra poder captar esses recursos. ...*

A afirmação exposta acima retrata os direcionamentos das mudanças estruturais que se desenham no universo social do futebol brasileiro, mais que isso, o momento vivido pelo Coritiba Foot Ball Club na atualidade, segundo as palavras do próprio funcionário, ainda demonstra que tais mudanças se encontram em processo de desenvolvimento.

*Membro do departamento jurídico - então dentro desse clube hoje eu posso dizer do Coritiba e são os demais clubes, você tem o profissional executivo, que hoje em dia é novidade, é contratado pra ser o coordenador e supervisor do futebol, o gerente de marketing, o diretor jurídico, e você tem o amador, que é o dirigente não remunerado que faz parte do conselho do liberativo, do conselho administrativo, do conselho construtivo, e você tem o “funcionário público” que são as pessoas que estão aqui, digamos assim, fruto de toda uma gestão amadora, que tá aqui de favor, tá aqui de caridade, tá aqui um ex-atleta, tá aqui um torcedor, que ganha seu salariozinho, mas tem um horizonte bem limitado e vai cumprir sua função, e é torcedor, em dia de jogo pára tudo, então você tem “funcionalismo público”, você tem amador, e tem um executivo tudo dentro de uma mesma estrutura, e isso não funciona, não tem como funcionar*

O depoimento acima transparece de forma latente a dificuldade, tendo em vista as transformações que alteraram a lógica estrutural do futebol em escala global

dotando-o de características similares as de um empreendimento, em coexistirem na atualidade a gestão amadora e a gestão profissional.

Esta situação explicitada pelo funcionário do clube representa um entrave para a consolidação das mudanças visando à profissionalização das gestões no âmbito clubístico.

Dialogando com o referencial teórico adotado, observa-se em uma mesma organização, a estrutura clubística, agentes dotados de capitais bem distintos envolvidos em questões que direta ou indiretamente se convergem.

Na estrutura de um departamento no interior do clube, convivem os funcionários dotados de um capital específico que os capacita, através da meritocracia, a desempenhar determinada função, e os que ali se encontram inseridos muito mais por conta de um capital simbólico acumulado durante anos de serviços prestados ao clube como jogador, diretor não remunerado, etc.

Portanto, dentro dessas organizações inseridas na estrutura do clube, interesses distintos (equivalentes à espécie de acúmulo de capital ostentada pelos agentes) demonstram-se conflitantes e caracterizam o entrave para adoção imediata de um modelo de gestão profissional plena.

Em outras palavras, o *habitus* social desses agentes define suas condutas; as quais, em alguns casos como os citados pelo funcionário do clube entrevistado, não condizem com os preceitos da boa e eficiente administração. Em contrapartida, tais condutas, que em outro ambiente qualquer de trabalho resultaria em demissões ou punições, são respaldadas ou “acobertadas” pelo capital simbólico adquirido de alguma maneira por esses agentes “amadores”, que acaba por sustentá-los na estrutura clubística.

Ao tratar da presença desses agentes “amadores” inseridos na estrutura organizativa dos clubes de futebol no Brasil, cada vez mais impelidos a profissionalizarem definitivamente suas gestões, vale lembrar que os mesmos são

parte constituinte dessas organizações desde o surgimento de tais instituições durante o início do século XX no país.

Pierre Bourdieu, ao estabelecer o dinamismo histórico enquanto uma das principais propriedades dos campos sociais nos fornece ferramentas para compreender a história do futebol no Brasil.

Os clubes que surgiam no Brasil no alvorecer do século XX não foram concebidos para se tornarem uma reunião massiva de aficionados e um negócio lucrativo, se configuravam enquanto espaços de sociabilidade motivados por vínculos étnicos, classistas e de faixa etárias visando o desenvolvimento de atividades sócio-culturais e esportivas, de tal maneira que os seus quadros diretivos desde então se constituíam de dirigentes amadores.

O fato de a modalidade ter se tornado um fenômeno de massas durante as primeiras décadas do século XX e da emergência do futebol empresa na entre as décadas de 1970 e 1980, são fruto da imprevisibilidade e das novas demandas que emergiram no futebol brasileiro, características do dinamismo histórico, que acaba por estabelecer novas regras de funcionamento, novos alvos em jogo neste espaço social.

Apesar de ainda ser evidente a presença do amadorismo, que tende cada vez mais a perder espaço, e até do gangsterismo (FRANCO JÚNIOR, 2007) na gestão do clube, os indícios apontam para um caminho com possibilidades de se fortalecer a gestão profissional no Coritiba Foot Ball Club e a conseqüente ampliação da democracia em suas dependências.

Tais encaminhamentos são reforçados pelas palavras de alguns torcedores entrevistados.

*T – 5... aqui acho que é mais democrático, as pessoas têm mais acesso ... não tem só uma cabeça que domina, influencia e ... uma tirania. Acho que aqui ... é mais democrático, você tem vários presidentes diferentes ao longo desses últimos dez anos. Tem sempre eleições, os torcedores que têm condições ... até eu conheço uma pessoa que ... parente ... tem direito a votação. Então acho que é um clube até democrático.*

*T 4 Hoje em dia não ... hoje em dia eu vejo um time, não só como o do Coritiba, como no Brasil inteiro ... mais democrático ... mais aberto ... o meu menino usa muito a internet, tem acesso a conversas com o ... até com esse treinador aí que voltou, o [cita o nome de um ex-treinador do Coritiba]. Então eu vejo que abriu muito assim ... o relacionamento torcida e clube, o que fica bom pra todo mundo!*

*T – 12 Agora ... eu acho que era importante o clube dar oportunidade, através do seu estatuto, ele poder dar oportunidade pra cada vez mais torcedores participarem das decisões do clube certo ... eu acho que era uma coisa importante. Não sei se o Coritiba tá pensando nisso mas ele tem que colocar cada vez mais o torcedor dentro do clube, não só na arquibancada.*

A última evidência da ampliação da democracia no futebol brasileiro é a criação do EDT, que garante direitos aos torcedores, lhes permite opinar sobre o regulamento das competições, protocolar reclamações contra clubes, federações estaduais e CBF, e também buscar ressarcimentos em decorrência do desrespeito aos seus direitos enquanto consumidor.

Entretanto, apesar do conteúdo legal apresentar avanços no que se refere a organização esportiva e a melhorias nas condições dos torcedores, é possível identificar falhas e lacunas nesta lei.

Conforme tratado no capítulo III deste estudo, os equívocos em relação à lei começam desde a sua concepção, durante a qual não foram envolvidos no processo representantes dos agentes que mais necessitariam se reorganizar após a implementação do EDT; ou seja, os clubes.

Tal fato se confirma, em referência ao caso do Coritiba Foot Ball Club, através das seguintes afirmações de seus funcionários entrevistados.

*Funcionário da Administração do estádio: Não houve nenhuma consulta anterior a implementação do EDT. Houve pouco tempo, pois a Lei foi apresentada em maio, e no mesmo ano, em novembro, o clube teve que instalar o que assim precisava, e se adequar à Lei.*

*Funcionário do departamento jurídico: O poder legislativo tem a façanha de tentar dar a resposta diante de uma crise iminente ou de algum fato que estremeceu a sociedade e editar uma lei. ... não se procurou, primeiro ouvir as partes envolvidas*



*... e acima de tudo pegar a essência, a origem ... por quê que aconteceu isso? eu acredito, sem dizer se o EDT é ruim ou bom, mas realmente no processo legislativo dele não foram ouvidas todas as partes envolvidas.*

Em absoluto não se trata de considerar que os clubes foram lesados a partir do momento da implementação do EDT, pois, de fato, os torcedores no Brasil conviviam há anos com situações precárias nos estádios brasileiros e com gestões depreciativas em relação à lisura da organização do futebol.

Em muitos casos, os clubes foram coniventes e negligentes em relação ao cenário de ingerência, anomia e ingovernabilidade (RIBEIRO, 2007); porém, o tramite do EDT nas instâncias legisladoras com caráter de urgência e a sua imediata aplicação aos clubes e federações impedem, inclusive, que suas disposições sejam efetivamente cumpridas.

O propósito da lei é de extrema importância para o desenvolvimento da modalidade, em se tratando de questões organizativas e comerciais, no Brasil; mas, a maneira como sua concepção e implementação foram conduzidas deixam a desejar em muitos aspectos.

Sem a intenção de traçar perspectivas especulativas sobre o processo de concepção e implementação do EDT, é possível ao menos inferir que, por conta da maneira como tal processo foi conduzido, os interesses políticos se sobrepuseram em relação aos interesses esportivos.

Um documento legal elaborado com caráter de urgência, sem o envolvimento de todos os agentes envolvidos na estrutura do futebol brasileiro que deveriam se reorganizar a partir de suas disposições e sem um projeto de difusão no seio da sociedade civil representada pela figura do torcedor; seria improvável que, de imediato, suas determinações surtisse efeito.

Algumas das determinações do EDT demandam alterações profundas na lógica de funcionamento de uma cadeia de posições objetivas no interior da estrutura do futebol brasileiro que se demonstra estabelecida ainda com alicerces sólidos, tais considerações se remetem às administrações clubísticas e federativas,

que a partir da implementação do EDT passaram a ser responsabilizadas por incidentes referentes ao espetáculo esportivo e por gestões obscuras.

Funcionário do departamento jurídico: *Não foi se investigar se os clubes teriam condições de arcar com isso ou mesmo um período de adaptação ... colocar câmeras, segurança interna ... está corretíssimo o que tá se dizendo ... aliás era o mínimo necessário para o torcedor foi protegido nessa lei. Mas de que forma os clubes vão poder propiciar isso ao torcedor? os clubes de primeira divisão já têm dificuldade; agora você imagine segunda, terceira e hoje quarta divisão! Vamos lá para o estádio [cita o nome de um clube paranaense] e ver se ele proporciona uma estrutura digna ... e ainda é um estádio bem arrumadinho; mas vá pro interior do Paraná. O Coritiba foi jogar em Cascavel agora, perda de mando<sup>220</sup>, é um pouco reflexo do EDT com o código brasileiro de justiça desportiva né ... nos perdemos o mando e fomos jogar em Cascavel ... graças a Deus que a equipe do Coritiba; a equipe administrativa, foi quatro dias antes de ocorrer a partida porque não havia sequer fiação de luz no estádio, E foi aprovado pela federação estadual e pela CBF, pra fazer o jogo que seria a noite ... então, não havia sanitários, não havia cadeiras, não havia água ... tudo furtado.*

Não se considerou que as mudanças propostas, para que realmente se concretizassem, demandariam uma reorganização estrutural em todo o mecanismo de regulamentação e funcionamento do futebol brasileiro, e considerando o referencial teórico adotado para a condução deste estudo, uma reorganização do *habitus* dos agentes inseridos nesse universo social específico.

Em outras palavras, ao invés de se promover uma divisão de responsabilidades para que se atingisse a excelência na organização do futebol brasileiro e no trato com o torcedor-consumidor, amparada por mecanismos eficientes que tornassem a lei efetiva, promoveu-se uma delegação de responsabilidades feita à revelia.

Alguns dos impactos dessas falhas e lacunas referentes ao EDT no universo do Coritiba Foot Ball Club se evidenciaram através de duas situações práticas.

---

<sup>220</sup> O Coritiba Foot Ball Club perdeu um mando de campo no Campeonato Brasileiro de 2009 por conta de um confronto entre alguns de seus torcedores e alguns torcedores do Clube Atlético Paranaense durante um jogo realizado no estádio Joaquim Américo (pertencente ao Clube Atlético Paranaense)

A primeira delas foi apontada pelo próprio funcionário do departamento jurídico do clube e diz respeito à perda do mando de campo no Campeonato Brasileiro de 2009.

Ora, se o EDT preconiza que ao torcedor deve ser garantido os seus direitos enquanto consumidor do espetáculo esportivo e que deve-se primar pela moralidade e qualidade na organização do futebol, que motivos implicaram na punição ao Coritiba Foot Ball Club?

Tal situação transparece que, contraditoriamente, a punição acabou por ser aplicada justamente àqueles aos quais o EDT garante direitos: os torcedores.

Esta punição acabou por prejudicar aqueles torcedores que costumeiramente vão ao estádio Couto Pereira acompanhar os jogos do Coritiba Foot Ball Club e, principalmente, aqueles que aderiram ao programa de sócio-torcedor promovido pelo clube. Neste caso, a aplicação do EDT aliado ao Código Brasileiro de Justiça Desportiva acabou por infringir os direitos dos torcedores garantidos pelo Código de Defesa do Consumidor; pois em tese, esses consumidores pagaram por um evento que não ocorreu no local previamente planejado.

Já o Coritiba Foot Ball Club foi prejudicado não pela aplicação da punição, pois de fato ela está prevista em lei, mas sim pelas lacunas contidas no documento legal.

O clube acabou responsabilizado por atos violentos de alguns elementos de sua torcida que, inclusive, nem ocorreram no estádio Couto Pereira, ou seja, totalmente desvinculados de possíveis ações da instituição.

Em decorrência da punição, considerando procedimentos administrativos, os prejuízos financeiros giraram em torno dos reparos na infra-estrutura do estádio em Cascavel e no investimento empreendido em questões logísticas.

Portanto, a situação exposta demonstra que ao invés de se estruturar e organizar mecanismos que colaborem com a plena implementação do EDT, até o momento, apenas ocorreu uma delegação desorganizada de responsabilidades.

Seria mais plausível desenvolver tais mecanismos para que as punições referentes aos atos depreciativos envolvendo o futebol brasileiro se dirigissem de fato aos seus protagonistas; sejam eles, clubes, federações, representantes da iniciativa privada ou torcedores, fortalecendo a noção de divisão de responsabilidades.

Entretanto, ao se tratar de divisão de responsabilidades, é fundamental que todas as instâncias envolvidas na organização e regulamentação do futebol estejam trabalhando em sintonia, para que todo o sistema de normatização, fiscalização e punição funcione de maneira “fisiológica”.

Tomemos como exemplo a disposição do EDT que impede o torcedor que promover tumulto de entrar nos estádios.

Art. 39. O torcedor que promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores ficará impedido de comparecer às proximidades, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de três meses a um ano, de acordo com a gravidade da conduta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. § 1º Incorrerá nas mesmas penas o torcedor que promover tumulto, praticar ou incitar a violência num raio de cinco mil metros ao redor do local de realização do evento esportivo. § 2º A verificação do mau torcedor deverá ser feita pela sua conduta no evento esportivo ou por Boletins de Ocorrências Policiais lavrados. § 3º A apenação se dará por sentença dos juizados especiais criminais e deverá ser provocada pelo Ministério Público, pela polícia judiciária, por qualquer autoridade, pelo mando do evento esportivo ou por qualquer torcedor partícipe, mediante representação. (BRASIL, 2003)

Um suposto torcedor infrator deverá ser identificado no interior do estádio pela polícia ou pela segurança privada, encaminhado para o Jecrim<sup>221</sup> ou para um posto móvel da Polícia Militar, autuado através do boletim de ocorrência e, por fim, se encaminhar o processo ao ministério público.

Porém, dada a circunstância citada, as instâncias envolvidas no processo ainda estão trabalhando de forma descompassada, comprometendo a efetividade da lei e a divisão de responsabilidades.

---

<sup>221</sup> Juizado Especial Criminal

Caso o funcionamento desse sistema estivesse mais bem estruturado e as funções de cada instância definidas de maneira mais clara; no caso específico da punição aplicada ao Coritiba Foot Ball Club (a perda do mando de campo e a causa da punição), os torcedores violentos teriam sido identificados e as penas seriam dirigidas aos causadores do tumulto.

Já a segunda situação prática que evidencia lacunas e falhas no EDT foi abordada por dois torcedores, e diz respeito às condições de acessibilidade oferecidas aos portadores de necessidades especiais nos estádios de futebol.

Ao ser questionado sobre em que pontos o Coritiba Foot Ball Club deveria prover alterações para melhor atender os seus torcedores, o torcedor 4 afirmou:

*T – 4 Olha, eu não vi ainda com relação a quem tem problema de ... tipo, parálítico ... não vi ainda nenhum acesso que eles possam entrar. Isso fazer ... digamos assim uma entrada pra esse pessoal ...*

Na verdade, o Coritiba Foot Ball Club mantém alguns locais destinados aos portadores de necessidades especiais localizados no anel inferior do setor no qual a entrada e a saída dos torcedores é realizada pela Rua Ubaldino do Amaral.

Porém, é discutível a qualidade e a relevância dos locais reservados a este grupo especial de torcedores, já que o referido setor prioritariamente é ocupado pela maior torcida organizada do clube.

A maioria de seus membros assiste ao jogo em pé, o que compromete a visibilidade e o conforto dos portadores de necessidades especiais<sup>222</sup>.

Ilustrando este cenário destacam-se as palavras de um torcedor entrevistado que convive com o problema em questão:

*T -7 eu tenho uma situação diferente; que a minha filha tem paralisia cerebral, ela usa cadeira de rodas ... e aqui existe um lugar pra ela ficar. Que é exatamente embaixo da torcida ... da Império. Uma visão horrível! E se ela quiser ficar numa posição*

---

<sup>222</sup> Apesar de abordar os portadores de necessidades especiais em geral; os que têm seu conforto e visibilidade comprometida são aqueles acometidos por paraplegia ou mobilidade reduzida.

*diferente, como essa que eu to aqui, eu tenho que carregar a cadeira de roda ... não existe estrutura pra isso. Então essa é a dificuldade ... não existe um estacionamento pra deficiente ali fora. Todo o local, seja um shopping, seja um mercado, seja qualquer lugar público que se vá ... existe uma vaga, que nem sempre é respeitada né ... pra deficiente. No caso aqui no estádio, toda vez que eu trago ela eu tenho que brigar lá na administração pra conseguir uma vaga ... Tem que ter um lugar [para PNE] , mas não especifica o quê tem que ter no lugar! Que tenha visibilidade e coisa ... imagina eu lá ... em baixo da bandeira que tem Coxa 100 anos (apontando a bandeira)! É ali! Têm três desenhos no chão que você fica ali. Qual é a facilidade que você está dando pra uma pessoa portadora de deficiência? não tem!*

Apesar de o depoimento atestar que os locais reservados aos portadores de necessidades especiais no estádio Couto Pereira estarem aquém das reais demandas desse grupo específico de torcedores, ao verificarmos as determinações previstas no EDT em relação ao assunto, o clube cumpre a risca as exigências legais.

O documento trata da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais apenas em um parágrafo do capítulo IV:

Art. 13. O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas. Parágrafo único. Será assegurado acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.(BRASIL, 2003)

Ou seja, a lei garante o direito ao acesso, mas não explicita qualquer especificação ou caracterização referente a essa questão, ademais, desconsidera a lei de acessibilidade<sup>223</sup> que em seu capítulo III caracteriza suas condições gerais.

Mais uma vez, uma situação prática evidenciada no universo do Coritiba Foot Ball Club indica que o EDT carece de revisões para que determinados pontos ainda frágeis sejam fortalecidos.

Apesar das possíveis falhas e lacunas apontadas em relação ao processo de elaboração e implementação do EDT, sua emergência enquanto documento norteador e regulamentador da promoção do espetáculo esportivo acabou por alterar

<sup>223</sup> Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000

significativamente os procedimentos organizacionais e operacionais do Coritiba Foot Ball Club.

Funcionário da Administração do estádio: *O clube tem um grupo, que cuida de cada evento (jogo), bem antes mesmo de este acontecer. Numa reunião que avalia o resultado do jogo anterior, resultado no funcionamento de toda a estrutura que é necessária para o jogo. Com esta avaliação, aí então, partimos para os detalhes do jogo a que nos propomos. O trabalho é colocado em forma de colegiado, onde participa: -Tesouraria, de onde começa o evento, em conversas define-se a quantidade de ingressos que colocaremos a venda. Aí então a emissão de nada mais nada menos que 16 ofícios, a todos os setores da sociedade (diversas Secretarias de Estado/Município/Federação), -Estádio, que providencia a Estrutura para o evento, contato com policiamento/empresas diversas prestadoras de serviços, que estarão também no jogo. -Secretaria, que cuida de todo o sócio, com uma bela estrutura -Coordenaria de Acesso, que com uma estrutura de verificação de Estudantes/Orientadores.-Marketing, que nos diz dos eventos que acontecerão no jogo.- Fiscalização, como a estrutura envolve muitas empresas/Free Lancer, temos uma funcionária que está a frente de uma equipe de fiscais que observa tudo o que acontece no evento, registra, a posteori gera um relatório de avaliação para acompanhamento e mudanças que se fizerem necessárias.*

Todo o processo de preparação para a realização de um jogo tornou-se mais complexo, passou a exigir o envolvimento direto de um número maior de agentes no intuito de suprir as demandas impostas pelo EDT<sup>224</sup>, conseqüentemente tornando-o um evento mais oneroso ao clube.

Funcionário do departamento jurídico: *olha, eu posso te dizer que o custo do jogo hoje ... aumentou incrivelmente; principalmente segurança ... a gente utiliza todo o pessoal administrativo do clube ... agora não se cuida mais de catraca, de bilhetes, de ingressos ... até isso já foi terceirizado. Mas o efetivo do clube fica na fiscalização e orientação do torcedor né ... cada acesso três quatro pessoas, fora os seguranças contratados; tanto pra dentro quanto também pra fora ... questão de estacionamento, o fluxo do torcedor ... tudo que envolve o patrimônio do clube é o nosso maior gasto com certeza ... terceirização de mão de obra só pra dia de jogo ...*

---

<sup>224</sup> A este respeito, consultar os capítulos IV, V, VII, IX e XI do Estatuto de Defesa do Torcedor

Desconsiderando a maneira como essas exigências do EDT foram impostas aos clubes, em sua grande maioria, ainda despreparados para assumir tais compromissos, as mudanças ocorridas em decorrência da implementação do EDT no Coritiba Foot Ball Club trouxeram significativas melhorias para os seus torcedores.

*T – 4 Pra mim melhorou bastante a segurança, por isso eu trago o meu menino no jogo; coisa que eu não trazia antes ... outro detalhe, o pessoal da segurança ... acho que eles tão fazendo um bom trabalho, porque antigamente quase nem tinha!*

*T – 7 A questão de ... aqui principalmente no estádio, a questão dos banheiros melhorou bastante né ... das lanchonetes.*

*T – 8 Na minha opinião o que foi mais evidente é a questão da ... por exemplo, colocação de cadeiras ta ... no estádio. Eu acho que isso melhorou bastante o conforto das pessoas que vem ao estádio.*

*T – 12 Eu acho que sim. Acho que nesse ponto dá pra ver uma diferença grande ... por exemplo, o estádio começou a ter ambientes mais higiênicos, você tem uma orientação, como você falou ... melhor, você chega no estádio tem sempre orientador: “entre por aqui! Saia por ali!” ...*

Dimensionando a idéia de que o EDT e suas disposições ainda estão em meio a um processo de consolidação no universo do Coritiba Foot Ball Club, destacamos alguns aspectos elencados pelos torcedores que ainda carecem de melhorias.

*T – 11 Olha ... as melhorias sempre pro bem tem que ser vindas né! Mas eu acho que a grande ... a grande possibilidade seria uma reforma no estádio ... hoje está com, pinturas precárias ... tá com cadeiras boas mas ... a questão pintura, aparência do clube, do estádio ... tá com um pouco de defeito ainda.*

*T – 14 Vamos falar de dentro do estádio; o estádio ainda é precário quanto ao conforto dos torcedores, o pessoal que senta na superior tem uma cadeira um pouco mais confortável, para quem senta lá na Mauá, pra quem é grande, que nem eu tenho 1,90 de altura, era sócio da Mauá, eu fui obrigado a vir pra cá porque tava com ficando com dor nas costas e nas pernas, então deveria ter uma padronização de cadeiras um pouco mais confortáveis, não interessa se o torcedor paga 15,*



*paga 20, ou paga 200 no ingresso, o torcedor tem que ter o mesmo respeito*

*T – 5 É ... uma coisa que eu acho, é que é falho esse processo novo de ... até do Eternamente Coxa pra você ser sócio fiel ... eles não terem disponibilizado pra o sócio também é ... estacionamento. Então você vem pro estádio e os estacionamentos que são cobrados são abusivos aqui ... o próprio Coritiba deveria ter uma parceria porque você pagar dez reais por uma hora e meia, duas horas é muito mais caro que no centro*

Ao apontar as carências relatadas pelos torcedores é necessário esclarecer que algumas delas sequer dizem respeito às disposições contidas no EDT; porém, tais informações podem subsidiar revisões no documento legal e auxiliar o clube a direcionar os investimentos para determinadas prioridades identificadas pelos consumidores.

A despeito de alguns pontos negativos referentes ao EDT já abordados anteriormente, com base nos depoimentos dos torcedores, dos funcionários do clube, e das observações informais (YIN, 2005) realizadas no estádio Couto Pereira surgem evidências de que a tendência na atualidade é que as disposições legais se encaminhem para a efetivação.

Ademais, estas evidências não foram potencializadas somente pela criação do EDT, elas são fruto de uma convergência de fatores, quais sejam: a crise vivida pelo futebol brasileiro entre as décadas de 1980 e 1990, a emergência do futebol-empresa, o fim da lei do passe e o suporte político visando à realização da Copa do Mundo. (PRONI, 2000), (PRONI & ZAIA, 2007) e (FRANCO JÚNIOR, 2007)

Em referência a realidade do Coritiba Foot Ball Club, as palavras do funcionário do departamento jurídico traduzem a natureza dessa convergência de interesses.

*Funcionário do departamento jurídico: Olha ... eu acho que o projeto de modernização aconteceu no começo do ano 2000 assim ... aquela possibilidade de realização de Copa do Mundo; começou aquela invasão estrangeira de ... os clubes europeus privilegiando os seus campeonatos, comprando os jogadores daqui ... acho que daí a lei Pelé também; o clube não é mais dono do seu principal ativo. Criar condições pra*

*que o atleta fique ... que você tenha dinheiro; então se você precisa de dinheiro você precisa do seu torcedor, portanto você precisa atrair esse torcedor ... houve uma modernização nos espaços das lanchonetes, houve essa reforma dentro do estádio ... Aí veio o EDT ... na verdade provocou e empurrou ... e a gente tinha que fazer!*

Os sintomas da referida crise deveriam ser atenuados através de um processo de reestruturação nos âmbitos clubísticos e federativos; o que aos poucos está se consolidando mediante o emprego dos preceitos do futebol empresa no Brasil.

Sobre a extinção da Lei do Passe, após as manifestações de revolta por parte dos clubes brasileiros, tais instituições compreenderam que deveriam organizar ações para buscar novas fontes de recursos para sua manutenção, já que a então principal fonte de renda, a venda de jogadores, passou a se organizar mediante contratos de trabalho e não por vínculos patrimoniais.

Se por um lado o fim da lei do passe acarretou complicações aos clubes por conta dos mesmos, durante décadas, terem subsistido mediante a “comercialização” de atletas, por outro, impeliu essas instituições a planejarem um projeto modernizador para captação de recursos via ações de *marketing*, licenciamento de produtos e fidelização dos torcedores.

Em consonância com os novos encaminhamentos identificados na modalidade estão as ações do Estado brasileiro visando responder a clamores sociais e a instituir um mecanismo regulamentador mais eficiente visando a realização da Copa do Mundo em 2014.

Os sinais mudanças que foram identificadas no estádio Couto Pereira e no estabelecimento das relações entre o Coritiba Foot Ball Club e os seus torcedores, entende-se, somente foram possibilitados mediante esta convergência de fatores; sem a qual, tal processo estaria comprometido.

Portanto, ainda que superficialmente, o EDT garante que o torcedor exerça sua função de cidadão no contexto do futebol brasileiro, a figura do torcedor é inserida na estrutura organizativa da modalidade no país.

Evidentemente todo este processo de ampliação da democracia no futebol brasileiro não se deu de forma linear, ele foi se desenvolvendo permeado de disputas de poder entre os agentes e instituições inseridos neste contexto social.

Conforme alguns casos relatados, dirigentes ainda se perpetuam no poder de maneira ilícita visando à manutenção de suas posições hegemônicas na estrutura da modalidade, escândalos envolvendo o futebol brasileiro não são novidades, porém, também é evidente que muitas dessas situações vêm sendo expostas e investigadas, graças a um forte impulso moralizador que recai sobre a modalidade e em virtude da necessidade em se tratar o futebol profissional na atualidade da maneira mais transparente e idônea possível.

Assim sendo, sem lançar mão da “futuurologia”, parafraseando Bobbio, com base em uma análise fatural, a natureza do processo nos indica uma significativa possibilidade de ampliação democrática no futebol brasileiro, na qual se inclui também a participação dos torcedores nas tomadas de decisões posteriormente a implementação do EDT.

O processo de ampliação democrática e de moralização do futebol brasileiro segue uma tendência evidenciada no continente europeu tanto em referência à FIFA (*Fédération Internationale de Football Associations*) quanto à UEFA (*Union of European Football Associations*), entidades que em decorrência de uma reconfiguração na estrutura do campo social do futebol com a inserção de novos agentes nos processos organizativos e de tomadas de decisão em relação à modalidade, passaram a se reorganizar de acordo com novas exigências que emergem dessa própria reconfiguração<sup>225</sup>

---

<sup>225</sup> “ De forma idêntica, a FIFA vem se transformando substancialmente nos últimos anos. Pressionada pelos clubes ricos europeus (cada vez mais sob o controle de empresários preocupados não com o mérito esportivo, mas sim com a eficácia financeira), pelos patrocinadores e pela televisão a FIFA e a UEFA têm se obrigado à profissionalização de seus quadros de direção e, de algum modo alguma democratização e transparência. No plano social e político, a pressão dos governos – em especial na Europa – tem obrigado a FIFA a mudar seu perfil social. Antes uma entidade sem qualquer preocupação com os problemas sociais, tais como pobreza, tráfico de jogadores muito jovens, racismo, etc, vem aos poucos se transformando também em uma ONG social. ... A proposta é estabelecer uma melhor governabilidade e transparência no mundo do futebol. Essa atitude, evidente,

Para Bourdieu, a democracia<sup>226</sup> se delimita nas duas esferas componentes da realidade social, quais sejam, “os sistemas objetivos de posições e os pacotes subjetivos de disposições.” (WACQUANT, 2005).

Essas posições objetivas caracterizam o campo político e burocrático, nos quais, partidos e sujeitos políticos disputam posições determinantes no que tange ao direito de controlar a oferta de determinadas ações aos cidadãos e de manipular a máquina pública.

Já as disposições subjetivas se referem ao *habitus* político, para qual temos incipiente formação e que determina a passividade ou a atividade no campo político. (WACQUANT, 2005)

... localizemos não somente as capacidades políticas inscritas nas estruturas formais, mas também as variadas predisposições e esperanças dos agentes concretos e como elas passam a ser dotadas (ou não) de categorias, habilidades e desejos necessários para se jogar o jogo democrático. Resumindo, ela pede que nos façamos a pergunta sobre como se produz e reproduz a divisão entre o que Max Weber chamava “agentes políticos passivos” e “agentes políticos ativos. (WACQUANT, 2005 p.11)

Assim sendo, tendo como referência a noção de democracia proposta por Bourdieu e pensando na criação e implementação do EDT, se evidenciam certos entraves para que os torcedores se apropriem deste instrumento legal.

Dentre todos os torcedores entrevistados, a falta de conhecimento sobre o EDT foi quase uma unanimidade, fato que emperra o enraizamento das disposições no *habitus* desses agentes.

Mesmo os torcedores que afirmaram conhecer o EDT deixaram transparecer o nível superficial deste conhecimento.

---

é resultado das pressões sociais e políticas e visa manutenção do controle sobre o esporte no mundo.” (RIBEIRO, 2008 p. 7)

<sup>226</sup> “... A democracia é mais bem entendida, não como um estado afirmativo, mas como um processo histórico de negação ativa de negação social, um esforço sem fim para tornar as relações sociais menos arbitrárias, as instituições menos injustas, as distribuições de recursos e as opções menos desequilibradas, o reconhecimento menos escasso.” (WACQUANT, 2005 p. 38)

Seguem alguns depoimentos colhidos junto aos torcedores ao serem questionados sobre o EDT.

*T -1 Não. Não conheço ... não sei nada.*

*T – 2 Só ouvi comentários ... Realmente eu não sei aprofundar o que vem a ser ... quer dizer, estatuto a gente sabe que são normativas né ... mas não sei a respeito do que é.*

*T – 4 Mais ou menos ... não integralmente.*

*T – 5 Alguma coisa ... alguma coisa que eu já ouvi no rádio é ... por exemplo, não poder trocar o regulamento no meio da competição, todo ano ... só a cada dois anos. Qualquer problema que ocorra dentro do estádio você pode acionar o EDT pra ser ressarcido ... algumas coisas que eu ouço nos programas esportivos né. Mas que eu lesse ainda não.*

*T – 6 Já ouvi falar mas não sei ele a fundo não*

Não bastasse o desconhecimento, ou o conhecimento incipiente, dos torcedores em relação à lei, alguns entrevistados não se consideram consumidores do espetáculo esportivo e vinculam sua relação com o Coritiba Foot Ball Club apenas sob o aspecto passional.

*T – 5 É ... eu acho que não faz muito sentido né. Porque se você torce qualquer coisa que você faça contra ele ... os times já não tem muito caixa hoje em dia; então qualquer coisa que você faça pode prejudicar mais ainda né*

*T – 6...a gente fica insatisfeito, vai embora insatisfeito e fica por isso né.*

*T – 12... eu acho que meio que se confunde com a questão do consumidor. Ele esquece um pouco que ele é consumidor... você não consegue fazer uma relação certa entre consumidor. Consumidor é uma coisa e torcedor é outra.*

*T – 16 Não, não tive nenhum problema até hoje, eu acho que.. é... se você veio pro estádio você veio pra ver o jogo de futebol, o clube que você gosta e... não tem o que cobrar do clube, tem que cobrar do time dentro de campo, dentro do estádio pra mim tá tranquilo.*

Tais declarações fazem emergir as discrepâncias entre uma condição objetiva de ampliação democrática, referente a direitos garantidos legalmente aos torcedores, e os esquemas de percepção e ação desses agentes.

O *habitus* inscrito em alguns torcedores parece carecer de uma interiorização de novos elementos, caso contrário uma lei que os equipare a condição de consumidores do espetáculo esportivo não se justifica.

O teor das palavras dos torcedores indica que, para que as mudanças vislumbradas com o advento do EDT e com o projeto de modernização do futebol brasileiro se concretizem, além de alterações estruturais na organização e regulamentação do futebol, é fundamental que seus alicerces sejam internalizados pelos agentes que se inserem no seu contexto.

A mesma premissa se aplica ao interior dos clubes e demais instituições inseridas no campo futebolístico brasileiro, ilustrando esta afirmação, seguem as palavras do funcionário do departamento jurídico do Coritiba Foot Ball Club sobre os processos de mudanças na estrutura do futebol brasileiro.

Funcionário do departamento jurídico: *exatamente ... então acho que a gente está se deparando com a realidade e aos poucos vai haver essa mudança ... vai existir o choque, está existindo o choque e a gente vai ter que se adaptar! E isso passa pelos dirigentes, pelos mandatários, pelos políticos né ... eu já ouvi muitos comentários de pessoas influentes aí em se tratando de futebol, envolvidas em negócios internacionais da FIFA que ... hoje a Copa do Mundo não está garantida no Brasil do jeito que a situação se encontra hoje; a gente vai ter que trabalhar, e muito, não só em questão de estrutura, mas em questão legislativa ... e aí quando eu falo legislativa, não é uma lei jogada as pressas; na verdade é uma cultura política pra tentar se adaptar e realmente receber um evento desse porte ... e hoje nós não temos condições.*

As afirmações expostas se dirigem especificamente à realidade do Coritiba Foot Ball Club, que segundo o entrevistado, passa por um momento de transição entre o hibridismo, que caracteriza a convivência contraditória dos profissionais executivos com os funcionários amadores, e a profissionalização da gestão.

Já o desenvolvimento de uma cultura política, condição fundamental para a formação de agentes políticos ativos, demanda um escopo de ações mais incisivas para sua concretização.

Em termos de Copa do Mundo, talvez, o ideal seria fortalecer a proposta de reestruturação do futebol brasileiro, desenvolver mecanismos de internalização das disposições propostas e, posteriormente, pleitear a realização de um evento dessa magnitude.

Opondo-se a esta idéia, figura a realização da próxima Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016 no Brasil.

Apoiando-nos nas considerações do historiador Hilário Franco Júnior em relação à realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil, o qual nos alerta sobre a falta de planejamento inerente ao país<sup>227</sup>, o projeto para sediar tais eventos está sendo desenvolvido às avessas.

Ao invés de promover a reestruturação da organização e gestão do futebol no Brasil e investir na formação de uma cultura política e esportiva, o que Bourdieu e Wacquant chamariam de política de *habitus*, para que as mudanças pretendidas se concretizem, conquistou-se o direito de sediar esses mega-eventos e deve-se correr contra o tempo para a preparação.

Nessa direção de raciocínio, relatam-se os impactos desse planejamento levado a cabo às avessas no âmbito clubístico. Abaixo se reproduz o depoimento do funcionário do departamento jurídico do Coritiba Foot Ball Club.

*Funcionário do departamento jurídico - Olha, pra Copa do Mundo acho que o EDT é muito pouco ... porque ele tá falando do torcedor no dia do jogo, no dia do evento ... na hora exata do jogo! Mas o acesso do torcedor, que sai lá do bairro ... lá longe, até ir ao estádio ... depois na hora de ir embora ... Você veja: hoje no campeonato brasileiro tem jogo às 9:45 da noite de quarta-feira! Você imagina o que é pro sujeito sair meia noite do estádio e ir pra sua casa! É uma coisa básica! Boba! Mas e aí? cadê o EDT? esse cidadão, esse trabalhador que no dia seguinte tem que sair sete horas da manhã e ir pro seu*

---

<sup>227</sup> “O Brasil desde sempre tem uma visão curta das coisas. É o país dos imediatismos. ... Temos é a cultura da improvisação: esperamos o problema aparecer e aí vamos tentar dar um jeito. A grande lógica gerencial, capitalista, é de antecipar os problemas. Antes de eles aparecerem, você já deve ter estratégias montadas para enfrentá-los, com grande possibilidade de dizer que tipo de problema vai acontecer. Não temos isso em nossa cultura.” Negócios, torcidas e patriotadas. O Estado de São Paulo; domingo, 4 de outubro de 2009

*emprego trabalhar o dia inteiro! Quem é que está pensando nele? quem é que fez o calendário? quem é que marcou o horário do jogo? Mas o clube participou ... foi representado pela CBF ... ah! Foi a televisão ... E fica de novo cada um jogando a culpa no outro! ... E precisa escrever uma lei pra dizer “vamos colocar em horários condizentes” ?... isso é uma questão de “dignidade da pessoa humana” ... em termos de Copa do Mundo, e a maior preocupação não é nem a Copa do Mundo; mas sim depois da Copa do Mundo ... o que vai ser desses estádios? o que vai ser dessas estruturas? esse dinheiro investido? vamos fazer um projeto e dar credibilidade a esse projeto pra tentar dar subsídio pra esses parceiros ... que após a Copa do Mundo tudo vai funcionar bem e vocês não vão perder os atletas pros clubes de fora ... vamos rever a lei Pelé ... vamos colocar um teto de orçamento pros clubes ... vamos repartir igualmente essa verba.*

Novamente destaca-se que o posicionamento não é contrário à realização de uma Copa do Mundo no Brasil, entretanto, entende-se que a estrutura organizativa da modalidade no país ainda não apresenta condições objetivas que garantam os subsídios necessários para sediar tal evento e capitalizar os seus legados para uma parcela significativa da sociedade brasileira.

Considerando a necessidade de se formular uma reorganização estrutural no futebol brasileiro e as possíveis contribuições que o EDT poderia agregar a este processo, o primordial para que tais contribuições sejam eficazes é promover informações sobre as disposições legais.

Conforme relatos sobre a realidade do Coritiba Foot Ball Club, além de muitos torcedores não se considerarem consumidores do espetáculo esportivo, a falta de informação sobre as diretrizes previstas no EDT torna-se um obstáculo para a efetivação de possíveis mudanças.

*T - 14 Bom, o primeiro mecanismo que tem que ser feito a toque de caixa é conhecer a lei, para que eu possa praticar a lei eu tenho que conhecer a lei, como que eu vou conhecer a lei? ... tem que ser feito assim, porque, assim como eu, garanto que 90% do estádio não conhece o EDT, eu acho que nos jornais, por exemplo assim, nos jornais do Coritiba, do Atlético, Paraná, vamos falar de capital paranaense, coloque algumas partes do estatuto, assim eu, você, todos nós vamos saber o que é o estatuto, para que ele serve, será que um dia eu já não poderia ter usado o EDT?*



*T – 2 Olha rapaz ... como eu falei pra você, o problema do estatuto é que eu não ... não tenho conhecimento dele ...*

Desde a edição da lei em 2003, fica evidente a incipiência nas ações informativas em relação ao EDT, prioritariamente em referência as ações do poder público.

Em muitos aspectos, as disposições legais têm se demonstradas inoperantes diante da falta de conhecimento de causa por parte daqueles aos quais suas determinações se dirigem.

Com base nos depoimentos dos torcedores do Coritiba Foot Ball Club, ao serem questionados sobre a existência ou não dessas ações informativas, suas afirmações corroboram a falta de iniciativas com esse intuito.

*T – 5 Não. Não conheço ... nunca vi nenhuma ação deles pra difundir ou pra tornar ela válida ... não conheço.*

*T – 3 Não! Não tenho conhecimento.*

*T – 16 Sei que existe, mas não sei nada sobre.*

*T – 9 Não ... não vejo nenhuma medida nesse sentido.*

*T – 14 Não, não vejo nada no sentido de divulgar esse estatuto, seria tão fácil um jornal, uma [cita o nome de um jornal impresso de grande circulação no estado do Paraná], aos domingos colocar o estatuto na página de esportes, te garanto que muitas pessoas iam ler ... colocar na entrada e na saída do estádio que vai funcionar muito melhor, eu vou ter conhecimento do estatuto.*

Apesar de inúmeras mudanças e melhorias terem sido identificadas na estrutura do Coritiba Foot Ball Club visando atender às demandas impostas pelo EDT; as ações que partem do clube para que as disposições legais se internalizem em seus torcedores se demonstram insuficientes.

Em termos de informação, o clube se preocupa em impedir determinadas condutas de seus torcedores traduzidas em intervenções coativas<sup>228</sup>, ou seja, busca

---

<sup>228</sup> Durante os intervalos dos jogos do Coritiba, uma placa alertando os torcedores sobre as consequências de uma invasão de campo ou de um objeto que seja atirado em direção ao campo de jogo circula o gramado do estádio Couto Pereira

inibir comportamentos inadequados em seu estádio para evitar punições direcionadas ao próprio clube que, em nosso entendimento, são fruto da delegação desorganizada de responsabilidades.

*T – 6 Me parece que tem aí na entrada alguma coisa ... nos cartazes; a lei tá ali né ... pra quem quiser. Não que eu desconheça totalmente mas ... alguma coisa ... as partes mais importantes a gente já tem conhecimento.*

*T – 12 Você não vê baderna nem mais dentro do campo ... como você falou, atirar objeto você não vê ... o cara sabe que vai ser penalizado, o clube vai ser penalizado ... então eu acho que, o torcedor também tá mudando com isso ..*

*T – 9 de jogar alguma coisa no campo; isso aí antigamente era totalmente freqüente, as pessoas invadiam e tal ... e hoje em dia realmente ... a própria torcida se polícia pra que isso não aconteça*

Essa postura “defensiva” adotada pelo Coritiba Foot Ball Club em relação ao EDT é compreensível, pois, conforme tratado anteriormente, sua elaboração e implementação foi promovida a despeito de um diálogo mais intenso com as partes envolvidas no processo e de um período razoável para que os clubes se adequassem às exigências.

*Funcionário do departamento jurídico - mesmo por que além do EDT ... os clubes têm mais medo do STJD<sup>229</sup>. Então, os dois andando em conjunto [EDT e STJD] realmente o clube toma a precaução devida ... e aí vem a lógica, o poder judiciário é demorado ... agora, a justiça desportiva é no ato ... o clube tem mais medo do ponto perdido no campeonato do que a multa imposta pelo poder judiciário ...*

As consequências dessa postura se refletem na ótica de alguns depoimentos sobre a maneira como o EDT vem sendo difundido entre a sociedade civil representada pela figura dos torcedores do Coritiba Foot Ball Club.

Esses pontos de vista transparecem o receio por parte do clube em investir na divulgação das disposições legais; as quais podem lhe trazer enormes prejuízos financeiros e na esfera esportiva.

---

<sup>229</sup> Superior Tribunal de Justiça Desportiva

*T – 7 ... só isoladas [ações informativas]; principalmente de imprensa. Quando acontece alguma coisa, aí alguém fala em algum ponto. Eu já li o EDT inteiro até porque eu estava em busca de coisas que beneficiassem, no meu caso, a minha filha[portadora de necessidades especiais] ... se era obrigado não cobrar ingresso, se era obrigado a ter lugar ... então eu pesquisei sobre isso aí né ... mas que haja uma divulgação não há! Porque não há interesse em cumprir né! Como é que eu vou alertar os gansos né! ? (risos)*

*T – 13 Mas eu realmente não vejo ... não sei também se os clubes tem um pouco de medo disso né. Por que o torcedor pode né, como consumidor, entrar com uma ação ... você vê as colunas do estádio né ... nessa coluna aqui ... quem senta atrás de mim não consegue enxergar! Acho que eu não vejo muita divulgação do EDT.*

Exposto o seguinte panorama, evidencia-se a fragilidade da lei por conta de três aspectos, as já abordadas lacunas existentes no âmbito legal, a ausência de mecanismos que a torne efetiva no que tange as suas disposições e pela falta de ações informativas e educativas que a difundam no seio da sociedade civil.

Mesmo com as significativas melhorias, principalmente em relação à infraestrutura, ocorridas em decorrência da implementação do EDT no Coritiba Foot Ball Club, tais mudanças foram muito mais motivadas pela iminência de uma punição ao clube do que por conta de uma demanda que emergiu das necessidades dos torcedores.

*T – 8 Eu acredito que a responsabilidade pelo espetáculo, que foi passada com essa nova lei ... eu acho que obrigou os clubes né, ou aquelas instituições que estão fazendo o espetáculo a se preocuparem com a segurança das pessoas que vêm ao local assistir ao evento.*

O EDT, destarte todas as ressalvas apontadas neste estudo, pode significar um marco na reestruturação da modalidade no Brasil por apresentar a possibilidade de inserção da sociedade civil em seu processo organizacional.

Tratamos da inserção do torcedor nos processos organizativos da modalidade e sua figura enquanto consumidor do espetáculo esportivo enquanto uma possibilidade, porque somente a edição da lei não garante sua eficiência no que se refere aos direitos e deveres do torcedor-consumidor.

Portanto, vislumbra-se uma ação que vise potencializar as disposições elencadas no EDT, apontamos a possível organização de uma embaixada de torcedores no Coritiba Foot Ball Club.

Obviamente, tal ação deverá ser organizada mediante o apoio Estatal e de demais esferas envolvidas com o fenômeno futebolístico, entretanto, uma intervenção dessa natureza significaria enormes avanços ao clube e aos torcedores.

Pressupondo que o estabelecimento de uma embaixada de torcedores propiciaria um canal de comunicação ainda mais próximo entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores, destacamos as palavras de um torcedore sobre o fato de tornar o EDT de maior conhecimento do público.

*T – 6 ... se houver interesse do clube também, que deve existir, porque quanto mais o torcedor conhecer ele pode ajudar também né ... não só cobrar ... ele pode ajudar.*

Buscando consolidar os alicerces para significativas melhorias na relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores, uma aproximação mais estreita entre as partes seria fundamental para que as reais demandas provenientes dos anseios dos torcedores, inclusive para além do EDT, fossem atendidas.

O vínculo afetivo que une o torcedor ao clube poderia ser o fio condutor de uma diagnose da relação de oferta e demanda que vem se estabelecendo; além de fortalecer o debate em torno dos rumos que a mesma seguirá no decorrer dos próximos anos visando explorar o potencial comercial do espetáculo esportivo.

A contrapartida para o clube seria a organização de projetos visando esclarecer os torcedores no que tange a manutenção do patrimônio do clube, das determinações legais e de condutas depreciativas que devem ser evitadas; ações trabalhadas nos programas de *fan-coaching* na Europa.

Portanto, segundo aponta Bourdieu e pensando na efetivação de uma ação pública da dimensão do EDT, que vem alterar significativamente a estrutura

organizacional do futebol brasileiro, é necessário se pensar no desenvolvimento de uma política de *habitus*.

Enquanto uma responsabilidade do clube, a embaixada dos torcedores parece acenar como uma possibilidade de organização de uma política de *habitus*; dessa maneira, apresentam-se algumas considerações sobre essa proposta e sobre algumas adaptações necessárias à realidade brasileira, já que a idéia das embaixadas foi concebida enquanto uma ação pontual para competições internacionais entre seleções.

A entidade responsável por gerir as embaixadas de torcedores na Europa é a FSI (Football Supporters International<sup>230</sup>), que configura uma rede organizadora de projetos sociais para o atendimento de torcedores.

Uma embaixada de torcedores pode ser definida como “um serviço de informação, apoio e acompanhamento de torcedores, que viajam para jogos e campeonatos de futebol fora do próprio país.” (MILES s/d: 1)

As primeiras embaixadas de torcedores foram organizadas durante a Copa do Mundo de 1990 na Itália em virtude dos incidentes violentos e de má organização, envolvendo o futebol, ocorridos no continente europeu entre as décadas de 1970 e 1980. (SPORL, 2005)

O trabalho envolvendo as embaixadas de torcedores foi se consolidando e se ampliando para inúmeras competições internacionais de futebol<sup>231</sup>, levando em consideração o significado apresentado pelo futebol na sociedade atual e preocupação em garantir direitos aos torcedores. (SPORL, 2005)

Direcionando os olhares para a realidade brasileira, o advento do EDT evidencia o início desse movimento desencadeado na Europa; que inclusive, transcende os benefícios exclusivos aos torcedores e caracteriza um conglomerado

---

<sup>230</sup> Para maiores informações consultar: [www.footballsupportersinternational.com](http://www.footballsupportersinternational.com)

<sup>231</sup> O trabalho foi realizado nas copas européias de 1992 na Suécia, de 1996 na Inglaterra, em 2000 na Holanda-Bélgica e em 2004 em Portugal; além de ter sido desenvolvido nas Copas do Mundo de 1998 na França, de 2002 no Japão e na Coreia do Sul e na Alemanha em 2006. (SPORL, 2005)

de disposições que potencialmente pode gerar melhorias para todo o complexo de agentes e instituições que configuram o campo futebolístico no país.

Assim sendo, segue uma descrição dos três princípios básicos das embaixadas de torcedores (SPORL, 2005) relacionando-os com a realidade identificada no Coritiba Foot Ball Club através dos depoimentos colhidos durante as entrevistas.

O estabelecimento dessas conexões intenciona elucidar de que maneira a organização de uma embaixada de torcedores poderia potencializar melhorias na relação de oferta e demanda, aliada às disposições previstas no EDT e ao projeto modernizador em curso no clube.

O primeiro princípio das embaixadas de torcedores é receber e orientar o seu público alvo considerando-o um consumidor, o ato de bem receber pressupõe que o torcedor seja tratado de maneira digna, já que o mesmo pagou o ingresso para ir ao estádio. (SPORL, 2005)

Tal princípio equivale ao preceito principal do EDT, qual seja, o de equiparar o torcedor a condição de consumidor do espetáculo esportivo. Por conseguinte, a embaixada de torcedores funcionaria como um mecanismo potencializador das exigências e demandas elencadas no EDT.

Vale frisar que a hipotética implementação de uma embaixada de torcedores no Coritiba Foot Ball Club operaria de maneira distinta das tradicionais embaixadas nas competições européia.

Ao contrário do que ocorre na Europa, pois são ações que perduram até o final das competições, uma embaixada de torcedores de um clube deveria funcionar inclusive nos dias sem jogos, desenvolvendo ações de esclarecimento, informativas e educativas junto aos torcedores.

*T -1 Da mesma maneira que a gente vem e gosta do time eles também têm que gostar do torcedor ... eles vivem da gente, disso aqui! Então se você é mal tratado em algum lugar que você vai você não retorna ... você não volta! Então acho que isso tem que partir deles ...*

*T -1 Olha ... uma boa pergunta! Como você vai passar isso pro torcedor né ? Eu acho que com um programa de informação ao torcedor ... porque pro próprio sócio-torcedor pode mandar carta, e-mail ... fazer um cadastro ... Mas eu acho que têm diversas maneiras de você mostrar informação pro torcedor ... tem que começar de alguma maneira né! Importante claro!*

*T – 16 Eu acho que é... depois desse estatuto melhorou bastante, porque se o clube ta pensando mesmo no torcedor, ta querendo que o torcedor venha para o estádio pra ver o teu time do coração e.. anos atrás não tinha nada disso, a gente vê na televisão a propaganda do Coritiba pra ser sócio-torcedor, a gente vê a campanha de marketing dos 100 anos que ta tendo agora, eu acho que isso não pode parar só porque que tem esse ano, que hoje é o centenário né, acho que isso tem que continuar forte*

O Coritiba Foot Ball Club, segundo o depoimento de seus torcedores, vem se adequando às novas exigências estabelecidas por uma nova maneira de se gerir o futebol e em decorrência das determinações do EDT, entretanto, também foi evidenciado que as melhorias no relacionamento com o torcedor necessitam ser potencializadas, e a fim de levar a cabo essa demanda, as embaixadas de torcedores podem ser uma alternativa.

*T – 8 O que eu vejo é que o clube como instituição ... o clube Coritiba, ta evoluindo. Nos últimos 4, 5 anos deu um salto muito bom nessa questão da aproximação do torcedor né ... porque é o torcedor que vai fazer o clube crescer. E com isso eu acho que a instituição Coritiba ta melhorando, ta procurando criar formas alternativas de que o torcedor venha, apareça ...*

*T – 12 Acho que nesse ponto dá pra ver uma diferença grande ... por exemplo, o estádio começou a ter ambientes mais higiênicos, você tem uma orientação, como você falou ... melhor, você chega no estádio tem sempre orientador: “entre por aqui! Saia por ali!” a própria alimentação, como eu te falei os banheiros. Enfim, a gente vê também ... o clube ta mais organizado, o clube em si ... você vê que ele ta mais organizado, ele tem ... tudo você vê no campo que funciona ... a segurança, o pessoal da torcida adversária tem um tratamento especial, os dirigentes do time adversário ... então você que isso não acontecia 4, 5 anos atrás! Você não via ... o que a gente pode perceber como torcedor é isso.*

A embaixada funcionaria como uma força tarefa organizada através do debate estabelecido entre clube e torcedores; no sentido de enaltecer pontos positivos das

ações levadas a cabo pelo clube, do levantamento de pontos negativos a serem solucionados, um meio de se identificar as demandas dos torcedores e também um espaço para que o clube trabalhe no sentido de promover ações sociais junto aos aficionados.

Ações desenvolvidas nessas e em outras frentes aqui não citadas poderiam promover sensíveis melhorias tanto na promoção quanto no consumo do espetáculo esportivo, auxiliando o clube a direcionar melhor seus recursos de acordo com os pontos negativos levantados e com as reais demandas dos seus torcedores; além de sensibilizar e fortalecer o sentimento de pertencimento dos torcedores em relação ao clube e ao seu patrimônio, o que possivelmente inibiria atitudes inconvenientes e depreciativas relacionadas ao futebol.

*T – 7 Essa questão da relação do clube tratar o torcedor como um cliente, eu acho que ainda ... eles deixam muito a desejar. Porque o cliente-torcedor é o cliente mais fiel do mundo! É um cliente que é muito pouco aproveitado essa paixão que ele tem pelo seu clube né ... que ele poderia ser muito mais bem explorado, muito mais bem tratado pelo clube.*

*T – 14 ... acho que o mais certo seria, por exemplo, as cadeiras superiores ... cada torcedor que é sócio colocar o nome na sua cadeira; porque ele vai ajudar a cuidar daquela cadeira ... passando por aí você vê uma ou outra cadeira solta, quebrada ... enquanto os torcedores não tomarem consciência de que isso aqui é nosso, que nós pagamos por isso aqui, infelizmente não vai pra frente. Aí é comportamento, aí é responsabilidade ...*

*T – 16 Eu acho que é... depois desse estatuto melhorou bastante, porque se o clube ta pensando mesmo no torcedor, ta querendo que o torcedor venha para o estádio pra ver o teu time do coração e.. anos atrás não tinha nada disso, a gente vê na televisão a propaganda do Coritiba pra ser sócio-torcedor, a gente vê a campanha de marketing dos 100 anos que ta tendo agora, eu acho que isso não pode parar só porque que tem esse ano, que hoje é o centenário né, acho que isso tem que continuar forte*

Sobre as considerações do torcedor 14, algumas ações da embaixada de torcedores poderiam auxiliar o clube a conscientizar o torcedor no sentido de torná-lo responsável pela manutenção do patrimônio do clube; manter o estádio limpo, não depredar as instalações em geral, manter os sanitário higienizados e etc.



Não bastassem ações dessa natureza, que por si só já fortalecem os vínculos entre o clube e o aficionado, as palavras do torcedor 16 indicam que uma intervenção organizada e contínua da embaixada, aliada as ações de *marketing* que vem sendo desenvolvidas no Cortiba Foot Ball Club, poderiam fortalecer os programas de fidelização.

O segundo princípio se refere ao rompimento do estigma, no caso brasileiro aplicado na maioria das vezes às torcidas organizadas, de que todos os torcedores são violentos. (SPORL, 2005)

Durante a condução deste estudo, o tema da violência foi recorrentemente abordado pelos torcedores entrevistados, quase que de maneira unânime as questões relacionadas à segurança foram lembradas tanto quando questionados sobre as principais melhorias promovidas no clube, quanto às prioridades a serem consideradas na organização do espetáculo esportivo.

*T – 3 Segurança, sem segurança acho que ninguém vem ao estádio.*

*T -1 Olha cara ... eu acho assim que hoje em dia o importante mesmo é a segurança! Que nem você vê ... quase duas horas antes do jogo e eu já tô aqui porque eu ia trazer o baixinho junto (se referindo ao seu sobrinho) ... então a gente sempre se preocupa ... pra não ter tumulto, empurra-empurra ... aquela coisa né.*

*T – 10 Eu acho que a segurança né ... hoje a gente vê mais mulher, criança no estádio né ... então acho que a segurança está sendo melhor.*

*T – 4 Olha isso aí é bem visível né. Principalmente do lado da torcida organizada ... lá era ... na época eu nem passava por lá né ... era muita bandalheira! Agora, que nem eu te falei, com relação à insegurança eles tão bem mais sossegados. Isso é visível.*

As declarações dos torcedores, inclusive, condizem com as palavras do funcionário do departamento jurídico do clube ao tratar das mudanças operacionais ocorridas na organização do clube após o advento do EDT.

*Funcionário do departamento jurídico: olha, eu posso te dizer que o custo do jogo hoje ... aumentou incrivelmente; principalmente segurança ..... questão de segurança;*

*normalmente brigas entre torcidas a gente tem equipe, fora a polícia militar e a civil, de segurança do clube que identifica o infrator ... já tem aqui a delegacia especializada pra lavrar o boletim de ocorrência; mesmo por que além do EDT*

Entretanto para melhor contextualizar o problema da segurança, é necessário trazer a tona alguns referenciais teóricos referentes à violência no futebol para a discussão.

A violência que se manifesta no futebol apresenta suas características particulares (ou suas causas, que já foram expostas aqui), porém também devemos pensá-la como a manifestação de um problema macro-social, algo que abarca a sociedade em âmbito geral.

Em uma perspectiva macro, precisamos denunciar, como geradores da violência, a influencia que o crescente empobrecimento da grande maioria da população mundial vem sofrendo, principalmente em países do hemisfério sul, e o aumento acelerado das desigualdades sociais nesses mesmos países. (REIS 2005, p. 106)

Enganam-se aqueles que pensam ser a violência nos esportes, principalmente entre os aficionados, um fenômeno exclusivo dos países tidos como sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento; inclusive na Europa, a grande referência atual quando se trata de futebol, muitos atos de violência são registrados: ações dos *hooligans* ingleses, casos de conflitos entre torcedores, racismo etc<sup>232</sup>.

Considerando as afirmações acima expostas, passamos a refletir sobre os planos de combate a violência no futebol brasileiro.

O que temos de concreto, principalmente no Brasil<sup>233</sup>, são apenas propostas punitivas e paliativas, que não abordam o cerne do problema e, em algumas situações, acabam por gerar mais violência.

<sup>232</sup> “Que os problemas sociais tanto no Primeiro Mundo (forte desemprego para seus padrões, falta de perspectivas para os jovens) quanto do Terceiro (enorme desigualdade social, corrupção crônica da elite política, baixa consciência de cidadania) estimulam essa violência é inegável. Porém ela é extravasada por outros canais, além do futebol.” (FRANCO JÚNIOR, 2007 p. 190)

<sup>233</sup> “... o Estado brasileiro historicamente tem mantido um aparato penal-policia-militar que sistemática e continuamente utiliza níveis muito elevados de violências física e simbólica para a

Em muitos dos casos, é possível analisar que as próprias ações institucionais são realizadas utilizando-se de atitudes violentas e repressivas, principalmente as ações desempenhadas pela Polícia Militar. Percebe-se que os resultados não são satisfatórios, pois a população reage à violência dos policiais também com violência e revolta, através de agressões físicas, quando conseguem, e, e outros casos, com ações organizadas. Parece-me que os meios utilizados pelo Estado não têm sido eficazes para coibir ou minimizar o problema da violência em nosso país, nem mesmo em eventos esportivos. (REIS 2005, p. 122)

Muito se discute e se faz em relação ao banimento torcedores violentos dos estádios, porém, essa medida (que certamente reduz a violência nos estádios) não se coloca com a solução definitiva dos problemas. Em primeiro lugar, no Brasil, esse mecanismo já é previsto em lei, porém, não tem se efetivado na prática, em nosso entendimento, devido à falta de uma ação conjunta mais concisa entre clubes, federações, policiamento e ministério público.

Em segundo lugar, o puro e simples banimento dos torcedores dos estádios é mais uma medida emergencial que apresenta sua pertinência, entretanto, não resolve efetivamente o problema da violência em âmbito geral pelo fato de se tratar de um mal que se evidencia em várias outras esferas sociais. Assim como afirma o sociólogo Eric Dunning<sup>234</sup>, citado por (FRANCO JÚNIOR 2007, p. 192)

Pelo fato de a violência não ser inerente ao futebol, as ações no sentido de coibi-las no espetáculo futebolístico são muito mais complexas e vão muito além de uma ferrenha, e cada vez maior, repressão policial nos estádios e nos seus arredores nos dias de jogos.

Alguns estudos apontam que a violência do torcedor nada mais é do que uma resposta à maneira como ele é tratado; às condições que se apresentam para que

---

manutenção dos atuais níveis de desigualdade e injustiça social.” MORAES (2007, p. 160) in Futebol e Globalização (org.) Luiz Ribeiro.

<sup>234</sup> “...é evidente que o problema deve ser tratado fora dos estádios. É um problema social simples e terrivelmente complexo: é preciso dar aos *hooligans* perspectivas tão excitantes quanto uma boa briga, porém socialmente aceitas. Caso se limite a expulsá-los do futebol, sua violência procurará sem dúvida se exprimir em outro lugar. Talvez de forma pior...”

se contemple o espetáculo futebolístico<sup>235</sup>. Portanto, somente medidas paliativas principalmente desenvolvidas através da repressão policial não bastam para o combate efetivo contra a violência no futebol<sup>236</sup>.

Na Inglaterra, país onde surgiram os *hooligans*<sup>237</sup>, foi patente a diminuição da violência a partir do momento em que os estádios passaram por profundas reformas em sua infra-estrutura; gerando mais conforto aos torcedores espectadores e, principalmente, retirando-se as grades separavam os setores do estádio, fazendo com que os torcedores deixassem de se sentirem perigosos, algo que estimulava a violência. O sargento Graham Naughton (especialista em hooliganismo da *Football Intelligence Unit*) é taxativo ao tratar desse assunto: “quando se tratam os torcedores como animais, eles acabam por se comportar como animais.” (FRANCO JÚNIOR 2007, p. 194).

Reforçando-se o preconceito em relação à suposta violência generalizada inerente aos torcedores; a tendência é que os atos violentos se tornem ainda mais recorrentes.

Dentre essas atitudes preconceituosas estão as ações de um contingente policial aparentemente despreparado para atuar diante de uma situação com multidões. Ilustrando tais fatos, destacamos as discussões tecidas sobre a criação

---

<sup>235</sup> “O levantamento feito em 1985 pelos psicólogos ingleses David Canter, Miriam Comber e David Uzzell com quase mil torcedores de dez clubes britânicos (Celtic Glasgow, Chelsea, Coventry, Fulham, Manchester United, Millwall, Preston, Southampton, Sunderland, Tottenham) mostrou que, das torcidas interrogadas, em oito a maioria das pessoas que assistiam às partidas em pé preferiam ver a vitória do seu clube não importando a forma de ela ser obtida. Inversamente, as que assistiam às partidas com mais conforto, sentadas, pensavam que um jogo agradável era mais importante que a vitória.” (FRANCO JÚNIOR 2007, p. 193).

<sup>236</sup> “O esporte incorpora as tendências sociais mais amplas. Quer-se combater a criminalidade apenas construindo mais cadeias, acabar com a delinquência infanto-juvenil diminuindo-se a maioridade, e assim por diante. A mídia também quer nos fazer acreditar que uma maior severidade nas punições será suficiente para resolver o problema da violência no esporte. Enquanto isso não for questionado, a luta contra a violência será apenas um tratamento dos sintomas, sem atingir suas causas.” (BETTI 2004, p. 143)

<sup>237</sup> “O *hooliganismo* é um termo conhecido em muitos países para referirmo-nos a indivíduos que se utilizam da força física e de ações violentas premeditadas relacionadas a eventos futebolísticos.” (REIS 2005, p. 115).

de um destacamento policial especializado para atuar nos jogos de futebol<sup>238</sup> e as considerações tecidas por alguns torcedores entrevistados.

*T – 15... Isso aí que aconteceu, parece até que a PM bateu numa criança aqui na frente, alguma coisa aconteceu aí, que daí parece que a PM até foi mais é... estúpida, acabou fazendo o que não devia, então tem uma, uma...*

*T – 4 Olha me senti ferido naquele jogo contra o Marília (Série-B 2007), naquele penúltimo jogo, Coritiba até perdeu 3 a 2, ... inclusive lá fora foi um absurdo né! Cavalaria lá ... não sei se você ficou sabendo ? bomba! Tiro de borracha! Você esteve aqui aquele dia ?*

*T – 14 ... parece que quando o civil entra para a PM, a PM diz que ele tem que agir com cara de bandido ... melhor, você tem que agir com cara feia, você não pode sorrir, você não pode ser educado ... infelizmente é o que acontece com muitos policiais ... eles não dizem “boa noite”, já vão dizendo “encosta na parede!” ... ou já vão descendo o cassete de borracha. Até quando ? só Deus sabe ... acho que precisa realmente de um treinamento para esses policiais ... para que eles saibam agir com maturidade nas horas difíceis, e não sair por aí distribuindo porrada.*

Diante dessa problemática, caberia a embaixada de torcedores estabelecer as bases para um rompimento dessa concepção estigmatizante dos torcedores.

Contrapondo-se às intenções excludentes, as ações devem se dirigir à inclusão social desses grupos, aproximando-os dessa entidade e esclarecendo que se pode manifestar o amor pelo clube de outras maneiras, tornando-os protagonistas do espetáculo esportivo não através de atos violentos. (SPORL, 2005)

Já o terceiro princípio visa proteger a cultura, as necessidades e os direitos garantidos aos torcedores (SPORL, 2005), aliás, tal pressuposto empregado nas embaixadas de torcedores poderia ser uma ação que venha suprir uma falha no processo de concepção e implementação do EDT, pois o documento legal não contou com amplo acesso aos torcedores durante a sua elaboração.

Os resultados práticos dessa situação são disposições que não se cumprem, direitos negligenciados pelos próprios torcedores e determinações que não se

---

<sup>238</sup> Consultar o Capítulo III

enquadram ao *habitus* específico dos torcedores brasileiros; portanto, a função da embaixada de torcedores no cenário composto pelo Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores seria o de operacionalizar as exigências (inseridas ou não no EDT) nesse contexto, amparadas pela aproximação mais estreita entre as partes.

Sobre as considerações expostas sobre o terceiro princípio das embaixadas de torcedores, iremos analisar uma situação que emergiu das entrevistas com os torcedores.

“Nos estádios existe uma cultura popular própria, que se manifesta com a bateria, os cânticos e as bandeiras. Esta criatividade só pode existir num espaço livre que não está demasiadamente cerceado.” (SPORL, 2005)

Dada a característica de significativa parcela do público que frequenta os estádios brasileiros, de que maneira uma exigência legal inserida no EDT, que garante ao torcedor se sentar nos locais numerados equivalentes ao seu ingresso, pode ser levada a cabo sem a anuência do principal “beneficiado”?

Uma maneira de se preservar a cultura dos torcedores e suas reais necessidades, por exemplo, seria especificar os setores nos quais essa determinação seria válida.

Este poderia ser um problema solucionado através de uma ação planejada junto à embaixada, visto que, quando os torcedores foram questionados sobre a questão dos assentos numerados, as opiniões foram divergentes.

*T – 7 Eu acho que isso aí é fundamental né ... que as pessoas procurem mudar; tem gente que não muda né ... tem gente que ... o pessoal que fica aqui no alambrado (da Mauá). É horrível isso aqui! Se você chega um pouco antes ... nós até ficamos nesse lugar aqui pra não ter problema ... mas tem um pessoal que costuma ficar de pé no alambrado, que atrapalha a visão dos demais ... e isso em qualquer lugar do estádio*

*T – 8... grandes teatros, 5, 6, 4 mil locais ... é observado essa questão do número; o pessoal vai começar a ser educado em manter o número do ingresso que ele comprou. Por enquanto ta faltando uma ação mais efetiva das instituições, a partir do momento que venda o ingresso, cobrar que a pessoa*

*realmente se utilize do ingresso com o número de cada assento*

*T – 13 eu não sei se eu vejo muita vantagem nisso; porque eu gosto de chegar cedo e pegar sempre o melhor lugar né. Não sei se ... cadeiras numeradas, assim como é nos teatros, iria ser uma solução*

*T – 16 eu como sou torcedor de arquibancada acho que isso pra mim não ia ser interessante, porque arquibancada é arquibancada, eu me sinto confortável na arquibancada mesmo tendo cadeira ou não, mas se tiver isso vai ser interessante até pra organizar melhor o torcedor, vai ter mais conforto.... você vê no maracanã, tinha a geralzona, ninguém gostava da geral, quer dizer todo mundo gostava da geral, mas depois tiraram e ninguém gostou, aqui no Couto Pereira a gente tem uma geral mas assim ... pra mim arquibancada é o melhor lugar pra assistir o jogo.*

Em outras palavras, um estádio de futebol recebe um público bem diversificado no que tange a suas características sócio-culturais e econômicas, assim sendo, diagnosticar essas diferenças e as demandas relacionadas a elas seria de fundamental importância para que se atingisse a máxima satisfação desses consumidores.

Partindo desse princípio, a embaixada poderia ser um instrumento eficaz nessas diagnoses.

A idéia é considerar os avanços obtidos com a edição e implementação do EDT e a cultura do torcer que caracteriza o aficionado brasileiro para a organização de ações que venham a ser significativas para os torcedores e para o clube.

Para que todo esse escopo de mudanças seja concretizado é fundamental que, além de se modificarem os mecanismos reguladores da modalidade se concentrem esforços em modificar as disposições inscritas nos agentes inseridos nesse contexto, a fim de reduzir ao máximo as discrepâncias e contradições entre a estrutura social e o *habitus* específico dos agentes que vivem esta realidade, entre a oferta do produto esportivo e a demanda que se evidencia através dos torcedores e do próprio contexto atual no qual se insere o futebol. (WACQUANT, 2005 p. 35)

Assim sendo, é indispensável o desenvolvimento de ações informativas e educativas para que uma efetiva mudança estrutural no futebol brasileiro seja efetivada buscando enraizar o EDT nos torcedores, dirigentes, árbitros e outros agentes inseridos nesse espaço social, além do fortalecimento dos processos democráticos e do exercício da cidadania na sociedade brasileira.

É essencial que se desenvolva uma educação para a cidadania aplicada ao futebol brasileiro, que nas palavras de Bobbio somente se efetiva mediante “o próprio exercício da prática democrática” (BOBBIO, 2000 p. 43-44).

A criação do EDT acena uma possibilidade de ampliação da democracia no futebol brasileiro; porém, tal possibilidade se concretizará apenas se formarem-se cidadãos ativos em meio a esse processo, engajados politicamente e conscientes de seus direitos e deveres no que tange a sua condição de torcedor e consumidor do produto esportivo.

Tendo como referência a teoria dos campos, o conceito de *habitus*, a as possibilidades de ampliação democrática desenvolvido por Pierre Bourdieu, constatamos que uma possível mudança na relação de oferta e demanda no futebol brasileiro implica alterações em duas direções interdependentes: é necessária uma mudança nas condicionantes estruturais que organizam o campo esportivo, em suas estruturas que interferem nas relações que se estabelecem entre os agentes e instituições inseridos em seu interior.

Portanto a criação de um novo ordenamento legal regulamentando a relação de oferta e demanda no esporte nos apresenta sinais de possíveis mudanças nessas estruturas.

Por outro lado, também é imprescindível uma reorganização no *habitus* social inscrito nos agentes envolvidos com o futebol brasileiro, pois, com a criação do Estatuto de Defesa do Torcedor inaugura-se uma nova forma de se consumir e de se fornecer o produto esportivo, o que implica novas formas de se torcer, de se gerir e de se organizar o futebol.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de realizar um balanço sobre as contribuições deste estudo para a compreensão das alterações na relação de oferta e demanda no futebol brasileiro e, mais especificamente, no universo estabelecido entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores, é fundamental salientar que nenhuma das considerações que se seguem pretende assumir uma conotação conclusiva.

O teor das considerações que serão tecidas adiante não pode ostentar tal conotação, pois, ao se buscar compreender as alterações na relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores (ou no futebol brasileiro de forma geral), está se abordando um fenômeno social em vias de desenvolvimento.

O início desse desenvolvimento remete a fins da década de 1980 e início da década de 1990, portanto, assim como ocorre com todos os processos sociais, está sujeito a avanços e retrocessos.

Assim sendo, qualquer conclusão taxativa sobre as condições apresentadas pela realidade investigada corre o risco ser demasiada superficial diante da complexidade que caracteriza o universo social do futebol brasileiro; de tal maneira que, para apreender os direcionamentos dessas mudanças será necessário o desenvolvimento de uma pesquisa mais aprofundada, dentro de um prazo mais ampliado, mediante a compreensão das diversas realidades que configuram o futebol brasileiro e, sem dúvidas, com a inserção de um maior número de agentes que compõem o universo social do futebol no Brasil.

As contribuições identificadas se baseiam em considerações fundamentadas na pesquisa bibliográfica realizada sobre o tema, em evidências empíricas colhidas junto aos sujeitos participantes da pesquisa, e, especialmente, mediante a compreensão da realidade investigada sustentada pelo referencial teórico adotado como norteador das análises.

Em suma, para os fins deste estudo, tratou-se de estabelecer um recorte do amplo e complexo universo social do futebol brasileiro (a relação entre o Coritiba

Foot Ball Club e seus torcedores), através do qual se buscou colher evidências sobre os rumos desse processo de mudança e traçar considerações preliminares sobre suas possibilidades de consolidação.

Inicialmente, constatou-se que a pré-condição apresentada no início do estudo para que as mudanças na dinâmica da relação de oferta e demanda evidenciada no futebol brasileiro se efetivem, é verdadeira, entretanto, ainda se encontra em um estágio embrionário de desenvolvimento.

Tal pré-condição indica que o direcionamento das mudanças somente se encaminhará para sua consolidação mediante uma reestruturação tanto nas condicionantes estruturais que determinam a lógica de funcionamento do espaço social que delimita o futebol brasileiro; quanto no *habitus* social inscrito nos agentes inseridos nesse universo.

Partindo do pressuposto de que a implementação do EDT indica mudanças nas condicionantes estruturais da modalidade, ou seja, nas estruturas do campo futebolístico, e que a reorganização do *habitus* social implica a inauguração e efetivação de novas formas de se gerir, organizar e consumir o futebol, ambas as direções ainda necessitam ser potencializadas.

No que tange a implementação do EDT, identificam-se as já comentadas lacunas no documento legal, as ineficiências de suas disposições em face aos mecanismos fiscalizadores e normatizadores, além dos problemas no processo de concepção da lei, que não contou com participação efetiva dos clubes, da sociedade civil e pouco tramitou no congresso nacional. O próprio Estado indica as carências e insuficiências da lei ao planejar inúmeros projetos de revisão referentes ao teor do EDT.

Tais carências e insuficiências foram taxativamente evidenciadas no universo do Coritiba Foot Ball Club; tanto por parte dos torcedores quanto em relação aos funcionários do clube entrevistados.

Os impactos da implementação do EDT no Coritiba Foot Ball Club foram sentidos na promoção do espetáculo (dias de jogos), que se tornaram muito mais onerosos por conta das disposições elencadas em lei.

Além disso, ambos os funcionários entrevistados, deixaram transparecer que o processo de concepção e implementação da lei foi conduzido de maneira diretiva, sem o diálogo com o clube e sem tempo hábil para que as exigências fossem cumpridas em sua plenitude.

De tal maneira que se sustenta a idéia de que, ao invés de uma divisão de responsabilidades; ocorreu uma simples delegação de encargos que, apesar de ter surtido um efeito positivo na organização do clube, acabou por se organizar a despeito de um planejamento que visasse dar suporte às mudanças.

Não se trata de eximir os clubes de suas responsabilidades enquanto promotores dos espetáculos esportivos, porém, a vigência do EDT posta em prática logo após sua concepção, sem um tempo hábil para adequação dos clubes, pode comprometer a consolidação de suas contribuições.

Primeiramente pelo fato de muitos clubes não estarem preparados para assumir tais exigências; e segundo, pois ainda não existem mecanismos eficientes que tornem o EDT uma lei eficiente, fatores que colocam em cheque a credibilidade do documento legal.

Em se tratando da reorganização do *habitus* social inscrito nos agentes componentes da realidade investigada, qual seja, a relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e os seus torcedores, verifica-se que ambas as partes ainda carecem de uma reestruturação mais acentuada visando o estabelecimento de uma nova maneira de se gerir, organizar e consumir o futebol.

Quanto ao Coritiba Foot Ball Club, identificam-se dois fatores que evidenciam carências no sentido de se consolidar tal reestruturação.

Em primeiro lugar o hibridismo que ainda caracteriza a administração do clube, apontando para uma relação conflituosa entre profissionais remunerados e diretores amadores, se apresenta como um entrave para a adoção de uma gestão estritamente profissional, algo de fundamental importância para uma organização do futebol enquanto um produto destinado a satisfazer aos anseios do consumidor.

Diante desse panorama, comum na maioria dos clubes brasileiros, vale salientar que tal organização é característica da própria estrutura administrativa

dessas agremiações desde o início do século XX no Brasil; portanto, a completa extinção da gestão amadora no futebol brasileiro é questionável, já que se trata de um conjunto de posições objetivadas consolidadas há muitos anos e constituída de um conglomerado de capitais que lhe garante manutenção de poder.

O outro fator, em se tratando do Coritiba Foot Ball Club, está intimamente relacionado às falhas já apontadas anteriormente sobre o processo de concepção e implementação do EDT, que acabou por delegar funções imediatas e a revelia em relação aos clubes brasileiros.

Dessa forma, o advento do EDT ainda não é tido como uma oportunidade de se reestruturar as maneiras de se promover e consumir o espetáculo proporcionado pelo futebol, a postura do clube em relação às disposições da lei é de uma atitude defensiva, visando não ser punido financeiramente e na esfera esportiva em decorrência de atos depreciativos irrompidos por parte dos torcedores.

Não existe uma aproximação entre clube e torcedores no intuito de potencializar o EDT enquanto um conjunto de determinações que venha trazer benefícios a ambas às partes; o que existe, da parte do clube, são ações visando coibir atos depreciativos causados pelos torcedores, como por exemplo, placas com avisos de “não atire objetos no gramado”.

Já em relação aos torcedores, o que se identifica é a ausência ou incipiência de ações informativas para que as disposições elencadas no EDT, tanto referentes a direitos quanto a deveres, se internalizem em seus esquemas de percepção e ação, partindo do pressuposto de que a reorganização do *habitus* social implica um processo de aprendizagem a ser desenvolvido em um longo período.

Ainda sobre as ações informativas que ainda se demonstram aquém das necessidades visando à consolidação do EDT, e entendendo o advento da lei enquanto uma divisão de responsabilidades, tais ações não podem ser encaradas enquanto uma função exclusiva dos clubes, mas sim como uma força tarefa envolvendo todas as entidades comprometidas com a organização e promoção do futebol brasileiro; ou seja, o Estado em suas três esferas, o ministério público, as federações estaduais, a CBF, a polícia, os clubes etc.

O desenvolvimento de ações nessa direção é imprescindível para que a possibilidade de ampliação democrática no futebol brasileiro torne-se capaz de ser efetivada.

Tratar da ampliação da democracia no futebol enquanto uma possibilidade hipotética significa que, apesar da implementação do EDT e de outros fatores suplementares terem apresentado grandes oportunidades para sua efetivação, a consolidação desse processo implica avanços em três frentes distintas, porém interdependentes, que acabaram por dar resposta à crise vivida pelo futebol brasileiro na década de 1980 e 1990 apontada por (HELAL & GORDON, 2002).

A primeira delas diz respeito à intervenção Estatal no universo do futebol brasileiro que, diante de aspectos anômicos e traços de ingovernabilidade (RIBEIRO, 2007), se fez e ainda se faz necessária para questões regulamentadoras, organizativas e punitivas.

Dada a magnitude que o futebol atingiu enquanto um fenômeno social de massas, à sua transformação em um grande negócio lucrativo envolvendo cifras milionárias e à paixão despertada pelo jogo em seus aficionados, os desequilíbrios desencadeados por esses e outros fatores comprometeram esse espaço social no sentido de se auto-regulamentar.

Portanto o Estado, uma instituição dotada de capitais e poder suficientes para estabelecer as diretrizes e mecanismos regulamentadores da modalidade, emerge enquanto o definidor dos alicerces para o desenvolvimento da modalidade, o que caracteriza a relativa autonomia desse espaço social em face a intervenção estatal.

A ação do Estado no sentido de suprir as carências da modalidade evidenciadas pela crise começou a se materializar durante a década de 1990 a partir dos encaminhamentos definidos pela implementação da lei Zico e, posteriormente, pela lei Pelé.

Dirigindo o foco para as determinações desencadeadas pelo EDT, outro exemplo da intervenção estatal, constata-se que a centralidade dada à figura do torcedor acaba por conceder a um agente até então negligenciado do espaço

restritivo que caracteriza o futebol brasileiro, condições para sua inserção no processo de tomadas de decisões.

Tal afirmação se encontra respaldada pelos estudos de (BOBBIO, 2000), ao postular que os processos democráticos tendem a se concretizar a partir do momento em que se possibilita o acesso a um contingente cada vez maior de cidadãos a participarem de tomadas de decisões coletivas, e ao constatar que, em se tratando do futebol brasileiro, ocorreu a multiplicação de espaços sociais que possibilitam o exercício de cidadania, exercício este, garantido pelos direitos concedidos aos torcedores.

Nesse sentido, os próprios torcedores do Coritiba Foot Ball Club que freqüentam o clube há alguns anos atestaram que o ambiente do clube se apresenta mais democrático em comparação há décadas atrás; segundo eles, graças a facilidade no acesso a informações, às exigências legais de transparência nas gestões e à própria lógica que o clube aos poucos vem implementando de tratar o torcedor enquanto consumidor do espetáculo esportivo.

A segunda frente que demanda desenvolvimento é a consolidação do futebol empresa (PRONI, 2000), que ao aplicar seus preceitos à realidade dos clubes de futebol exige que as gestões sejam transparentes, idôneas e desprovidas de irregularidades, características que sugerem uma administração profissionalizada visando sempre à fidelização do consumidor e a maximização dos lucros.

No universo do Coritiba Foot Ball Club constata-se que a implementação de uma gestão profissional organizada segundo os preceitos do futebol empresa se encontra em vias de desenvolvimento; tal constatação se fundamenta nas ações que atualmente vêm sendo aplicadas pelo clube no sentido de potencializar o consumo relacionado ao centenário da instituição, à modernização das instalações do clube, às diversas ações de *marketing* e o investimento em recursos humanos.

Entretanto, vale salientar o entrave que o hibridismo característico da estrutura dos clubes brasileiros apresenta para a plena consolidação desse processo, já que convivem no clube funcionários profissionais e diretores amadores.

Já a terceira frente consiste na idéia de que os clamores sociais por torneios mais organizados, estádios mais confortáveis e melhores condições de segurança se materializem no exercício de cidadania concedido aos torcedores através do EDT.

Por mais que o documento legal apresente falhas e lacunas, ele inaugura uma possibilidade de se romper com a lógica através da qual a organização e promoção do futebol no Brasil foi conduzida até então; ou seja, o espaço das ofertas relacionado à modalidade, que até então era determinado de maneira unilateral e centralizada por parte dos agentes e instituições expoentes e dominantes no universo do futebol, sofre uma alteração em sua lógica de funcionamento ao conceder aos torcedores direitos amparados por uma lei específica.

Contudo, a efetivação da possibilidade de ampliação democrática no futebol brasileiro esbarra na incipiente formação política da sociedade civil, aqui representada pela figura do torcedor, para o exercício da cidadania.

Parafraseando Bobbio, a frágil formação constituinte do *habitus* político da sociedade brasileira implica em um cidadão não educado para a cidadania, que se omite, muitas vezes inconscientemente, diante de uma condição objetiva para exercê-la.

Ao se dirigir tais considerações ao universo configurado entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores, evidências de sua pertinência emergiram constantemente.

O desconhecimento ou o conhecimento superficial das disposições elencadas no EDT foi quase uma unanimidade entre os torcedores, além de muitos deles não se considerarem consumidores do espetáculo esportivo.

Considerando a compreensão de Bourdieu sobre a democracia, a qual é delimitada pelo autor enquanto os “sistemas objetivos de posições e os pacotes subjetivos de disposições” (WACQUANT, 2005) e composta pelas duas esferas componentes da realidade social, constatou-se que o universo investigado indica uma grande discrepância entre as condições objetivas de ampliação democrática e o *habitus* social inscrito nos torcedores.

O processo de reestruturação do *habitus* social inscrito nos agentes inseridos no campo futebolístico brasileiro pode ser potencializado, no que tange a relação entre clube e torcedores, através do desenvolvimento de uma política de *habitus* materializada no estabelecimento de uma embaixada de torcedores.

Fundamental destacar que a idéia de se desenvolver uma política de *habitus* visando consolidar novas formas de se organizar, gerir e consumir o futebol demanda um envolvimento das entidades responsáveis pela promoção e regulamentação da modalidade no país, entretanto, dado o foco deste estudo, apenas se tratou de problematizar as responsabilidades inerentes ao clube e aos torcedores.

A implementação de uma embaixada de torcedores consistiria em um canal de comunicação mais estreito entre clube e torcedores no intuito de fortalecer os laços identitários entre a instituição e os aficionados, prestar esclarecimentos em relação a direitos e deveres; além de otimizar a relação de oferta e demanda mediante uma constante diagnose da realidade social composta pelo clube e sua torcida.

Em se tratando dos reflexos da aplicação do EDT à realidade investigada; qual seja, a relação de oferta e demanda estabelecida entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores, as evidências empíricas colhidas indicam que mudanças na lógica dessa relação tendem a se consolidar.

Tais mudanças, orientadas através das disposições do EDT e por conta de uma reorganização da lógica de funcionamento do campo futebolístico, consistem na emergência do torcedor enquanto um agente com voz ativa nos direcionamentos da relação de oferta e demanda.

A afirmação acima se justifica, pois; além do clube estar se organizando no sentido de potencializar o torcedor enquanto um consumidor do espetáculo esportivo inclusive em outros espaços que não o do estádio, os direitos garantidos pelo EDT alicerçam a possibilidade de inserção do torcedor nas tomadas de decisão sobre a modalidade.



Contudo, o teor das evidências indica apenas uma tendência para a consolidação das referidas mudanças, pois as mesmas requerem tempo para se cristalizarem no *habitus* social dos agentes e demandam uma investigação mais detalhada para se postular considerações conclusivas sobre seus encaminhamentos.

A fim de indicar possíveis encaminhamentos futuros no intuito de analisar a consolidação das mudanças referentes às alterações na lógica de funcionamento da relação de oferta e demanda no futebol brasileiro, sendo elas impulsionadas ou não pelo EDT, se propõe o desenvolvimento de um novo estudo no qual um número maior de agentes seja inserido no processo de coleta de dados, e em um momento no qual as exigências em relação às referidas alterações esteja mais latente, ou seja, entre ou posteriormente a realização da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional**. – Rio de Janeiro: Mauad. 2002

ANUNES, Fátima Martin R. Ferreira. **“Com brasileiro não há quem possa!”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues**. – São Paulo: Editora Unesp, 2004

BRUNORO, José Carlos. AFIF, Antonio. **Futebol 100% profissional** – São Paulo: Editora Gente, 1997;

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Editora Vozes – 2003;

BOURDIEU, Pierre. **A demissão do Estado**. *In A miséria do Mundo*. Pierre Bourdieu (org.). 6 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

BOURDIEU, Pierre. **Como é possível ser esportivo ?** *In* Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983 p. 136-153

BOURDIEU, Pierre. **Programa para uma sociologia do esporte**. *In* BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**; tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica: Paula Monteiro. – São Paulo: Brasiliense, 2004;

BOURDIEU, Pierre. **Una Invitación a La sociologia reflexiva** – Pierre Bourdieu y Loic Wacquant, - 2ª Ed. – Buenos Aires: Siglo XXI Editores – Argentina, 2008

BOURDIEU, Pierre. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Renato Ortiz (org.) – São Paulo: Olho d'água, 2003

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron. Trad: Guilherme João de Freitas Teixeira. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

BOYER, Robert. **A arte do Judoca**. *In* **Trabalhar com Bourdieu** – sob a coordenação de Pierre Encrevé & Rose-Marie Lagrave; tradução: Karina Jannini. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**; Ed. rev. e atual. por Helena Bonito C. Pereira, Rena Signer. – São Paulo: FTD: LISA, 1996;

CABEZÓN, Ricardo de Moraes. **Os direitos do torcedor: uma abordagem do alcance da responsabilidade civil aplicada ao Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671 de 2003)** – São Paulo: Memória Jurídica: 2006;

CABEZÓN, Ricardo de Moraes. **O Estatuto de Defesa do Torcedor: uma vitória não comemorada**. Disponível no site: <http://www.cabazon.com.br> acessado em 23/06/2008;

CURY, Rodrigo Diniz. **Uma introdução à justiça desportiva no Brasil**. Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC - Ano IV - nº 06 - 1º Semestre – 2002; disponível em <http://www.cesuc.br/revista/ed-1/JUSTICADESORTIVANOBRASIL.pdf>; acessado em 12, nov. 2008;

CATANI, Afrânio Mendes. **Pierre Bourdieu e a formulação de uma teoria social que procura revelar os fundamentos ocultos da dominação**. In. BRUHNS, H. T. e GUTIERREZ, G. L. (org). **O corpo e o lúdico**. Campinas: Autores Associados, 2000

DAMO, Arlei Sander. **O ethos capitalista e o espírito das copas**. In GASTALDO, Édison Luis e GUEDES, Simoni Lahud (organizadores) - **Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional**. – Niterói: Intertexto, 2006;

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Vol 1 – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e civilização**; tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v

FRAGA, Gerson Wasen. **Onde os jacarés não andam pelas ruas: a imprensa e os motivos da realização da Copa do Mundo de 1950 no Brasil**. in Biblos, Rio Grande do Sul. 20 ed. 145-156, 2006

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos Deuses: futebol, cultura, sociedade**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007

HELAL, Ronaldo. & GORDON, Cesar. **A Crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI**. In Revista ECO-PÓS-UFRJ v.5 – n.1, 2002 pp. 37-55

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007;

Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003. **Estatuto de Defesa do Torcedor**

Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. **Lei Zico**;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. **Lei Pelé**;

LIMA, Luiz César Cunha. **Justiça Desportiva**; disponível em <http://www.direitodesportivo.kit.net/artigo14.htm>; acessado em 12; nov. 2008;

LUCENA, Ricardo de F. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. – Campinas, SP: Autores Associados; CBCE, 2001

MARCHI JUNIOR, Wanderley. “**Sacando**” o voleibol. São Paulo: Hucitec; Ijuí, RS: Unijuí, 2004;

MEZZADRI, Fernando Marinho. **As possíveis interferências do Estado na estrutura do futebol brasileiro**. In **Futebol e globalização** – Luiz Ribeiro (org.). – Jundiaí, SP: Fontoura, 2007;

MILES, Kevin. Sem Data. **Fans’ Embassies: History, background, intentions, basic structures**. Folheto de informação.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **Juizados Especiais Criminais: considerações gerais**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 285, 18 abr. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5078>>. Acesso em: 18 nov. 2008;

NEGREIROS, Plínio José Labriola de C. **O Estádio do Pacaembú**. In Encontro de história do Esporte, Lazer e Educação Física: As ciências sociais e a história do esporte, lazer e educação física – Coletânea do V encontro – Ijuí: Ed. Da UNIJUÍ, 1997

PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902 – 1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

PIMENTEL, Écliton dos Santos. MEZZADRI, Fernando Marinho (orient.). **O conceito de esporte no interior da legislação esportiva brasileira: do Estado Novo até a Lei Pelé**. Curitiba, 2007, 228 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba ;

PRONI, Marcelo. W. **A metamorfose do Futebol**. Campinas, SP: Unicamp 2000;

PRONI, Marcelo. W. & ZAIA, Felipe H. **Gestão empresarial do futebol num mundo globalizado**. In **Futebol e globalização** – Luiz Ribeiro (org.). – Jundiaí, SP: Fontoura, 2007;

RIBEIRO, Luiz Carlos. **A crise da autonomia no futebol globalizado: a experiência européia (1985 – 2007)** In **Futebol e globalização** – Luiz Ribeiro (org.). – Jundiaí, SP: Fontoura, 2007;

RIBEIRO, Luiz Carlos. **Autonomia no esporte: relação entre política e esporte no modelo europeu**. In 1º ENCONTRO DA ALESDE “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas” UFPR (Universidade Federal do Paraná) - Curitiba - Paraná – Brasil, 2008

RIBEIRO, Luiz Carlos. **Brasil: Futebol e identidade nacional**. Efdeportes.com Revista Digital – Buenos Aires – Año 8 – N 56 – Enero de 2003 acessado em 24 de setembro de 2009

RODRIGUES, Décio Luiz José. **Direitos do torcedor e temas polêmicos do futebol.** – primeira edição – São Paulo : Rideel, 2003

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1992

SPORL, Martin Christoph Curi. **Embaixada da torcida brasileira: Projeto de serviço social durante a Copa do Mundo de 2006 na Alemanha para acompanhar os torcedores brasileiros.** *Esporte e sociedade*, número 1, Nov.2005-Fev.2006. disponível em <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/>

VIGARELLO, Georges. **Sistemas de esportes, esportes concorrentes.** *In Trabalhar com Bourdieu* – sob a coordenação de Pierre Encrevé & Rose-Marie Lagrave; tradução: Karina Jannini. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

WACQUANT, Loic. **Indicadores sobre Pierre Bourdieu e a política democrática.** *In O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática.* Loic Wacquant (org.) – Rio de Janeiro: Reavan, 2005

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos;** trad: Daniel Grassi. – 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## ANEXOS

ANEXO 1 – LEI Nº 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

### OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Estatuto estabelece normas de proteção e defesa do torcedor.

Art. 2º Torcedor é toda pessoa que aprecie, apóie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva. Parágrafo único. Salvo prova em contrário, presumem-se a apreciação, o apoio ou o acompanhamento de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 3º Para todos os efeitos legais, equiparam-se a fornecedor, nos termos da Lei no

8.078, de 11 de setembro de 1990, a entidade responsável pela organização da competição, bem

como a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo.

Art. 4º (VETADO)

#### CAPÍTULO II

##### DA TRANSPARÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º São asseguradas ao torcedor a publicidade e transparência na organização das competições administradas pelas entidades de administração do desporto, bem como pelas ligas de que trata o art. 20 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998.

Parágrafo único. As entidades de que trata o **caput** farão publicar na internet, em sítio dedicado exclusivamente à competição, bem como afixar ostensivamente em local visível, em caracteres facilmente legíveis, do lado externo de todas as entradas do local onde se realiza o evento esportivo:

I - a íntegra do regulamento da competição;

- II - as tabelas da competição, contendo as partidas que serão realizadas, com especificação de sua data, local e horário;
- III - o nome e as formas de contato do Ouvidor da Competição de que trata o art. 6o;
- IV - os borderôs completos das partidas;
- V - a escalação dos árbitros imediatamente após sua definição; e
- VI – a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local do evento desportivo.

Art. 6o A entidade responsável pela organização da competição, previamente ao seu início, designará o Ouvidor da Competição, fornecendo-lhe os meios de comunicação necessários ao amplo acesso dos torcedores.

§ 1o São deveres do Ouvidor da Competição recolher as sugestões, propostas e reclamações que receber dos torcedores, examiná-las e propor à respectiva entidade medidas necessárias ao aperfeiçoamento da competição e ao benefício do torcedor.

§ 2o É assegurado ao torcedor:

- I - o amplo acesso ao Ouvidor da Competição, mediante comunicação postal ou mensagem eletrônica; e
- II - o direito de receber do Ouvidor da Competição as respostas às sugestões, propostas e reclamações, que encaminhou, no prazo de trinta dias.

§ 3o Na hipótese de que trata o inciso II do § 2o, o Ouvidor da Competição utilizará, prioritariamente, o mesmo meio de comunicação utilizado pelo torcedor para o encaminhamento de sua mensagem.

§ 4o O sítio da internet em que forem publicadas as informações de que trata o parágrafo único do art. 5o conterà, também, as manifestações e propostas do Ouvidor da Competição.

§ 5o A função de Ouvidor da Competição poderá ser remunerada pelas entidades de prática desportiva participantes da competição.

Art. 7o É direito do torcedor a divulgação, durante a realização da partida, da renda obtida pelo pagamento de ingressos e do número de espectadores pagantes e não-pagantes, por intermédio dos serviços de som e imagem instalados no estádio em que se realiza a partida, pela entidade responsável pela organização da competição.

Art. 8º As competições de atletas profissionais de que participem entidades integrantes da organização desportiva do País deverão ser promovidas de acordo com calendário anual de eventos oficiais que:

I - garanta às entidades de prática desportiva participação em competições durante pelo menos dez meses do ano;

II - adote, em pelo menos uma competição de âmbito nacional, sistema de disputa em que as equipes participantes conheçam, previamente ao seu início, a quantidade de partidas que disputarão, bem como seus adversários.

### CAPÍTULO III

#### DO REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

Art. 9º É direito do torcedor que o regulamento, as tabelas da competição e o nome do Ouvidor da Competição sejam divulgados até sessenta dias antes de seu início, na forma do parágrafo único do art. 5º.

§ 1º Nos dez dias subseqüentes à divulgação de que trata o **caput**, qualquer interessado poderá manifestar-se sobre o regulamento diretamente ao Ouvidor da Competição.

§ 2º O Ouvidor da Competição elaborará, em setenta e duas horas, relatório contendo as principais propostas e sugestões encaminhadas.

§ 3º Após o exame do relatório, a entidade responsável pela organização da competição decidirá, em quarenta e oito horas, motivadamente, sobre a conveniência da aceitação das propostas e sugestões relatadas.

§ 4º O regulamento definitivo da competição será divulgado, na forma do parágrafo único do art. 5º, quarenta e cinco dias antes de seu início.

§ 5º É vedado proceder alterações no regulamento da competição desde sua divulgação definitiva, salvo nas hipóteses de:

I - apresentação de novo calendário anual de eventos oficiais para o ano subseqüente, desde que aprovado pelo Conselho Nacional do Esporte – CNE;

II - após dois anos de vigência do mesmo regulamento, observado o procedimento de que trata este artigo.



§ 6o A competição que vier a substituir outra, segundo o novo calendário anual de eventos oficiais apresentado para o ano subsequente, deverá ter âmbito territorial diverso da competição a ser substituída.

Art. 10. É direito do torcedor que a participação das entidades de prática desportiva em competições organizadas pelas entidades de que trata o art. 5o seja exclusivamente em virtude de critério técnico previamente definido.

§ 1o Para os fins do disposto neste artigo, considera-se critério técnico a habilitação de entidade de prática desportiva em razão de colocação obtida em competição anterior.

§ 2o Fica vedada a adoção de qualquer outro critério, especialmente o convite, observado o disposto no art. 89 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998.

§ 3o Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, será observado o princípio do acesso e do descenso.

§ 4o Serão desconsideradas as partidas disputadas pela entidade de prática desportiva que não tenham atendido ao critério técnico previamente definido, inclusive para efeito de pontuação na competição.

Art. 11. É direito do torcedor que o árbitro e seus auxiliares entreguem, em até quatro horas contadas do término da partida, a súmula e os relatórios da partida ao representante da entidade responsável pela organização da competição.

§ 1o Em casos excepcionais, de grave tumulto ou necessidade de laudo médico, os relatórios da partida poderão ser complementados em até vinte e quatro horas após o seu término.

§ 2o A súmula e os relatórios da partida serão elaborados em três vias, de igual teor e forma, devidamente assinadas pelo árbitro, auxiliares e pelo representante da entidade responsável pela organização da competição.

§ 3o A primeira via será acondicionada em envelope lacrado e ficará na posse de representante da entidade responsável pela organização da competição, que a encaminhará ao setor competente da respectiva entidade até as treze horas do primeiro dia útil subsequente.

§ 4o O lacre de que trata o § 3o será assinado pelo árbitro e seus auxiliares.

§ 5o A segunda via ficará na posse do árbitro da partida, servindo-lhe como recibo.

§ 6º A terceira via ficará na posse do representante da entidade responsável pela organização da competição, que a encaminhará ao Ouvidor da Competição até as treze horas do primeiro dia útil subsequente, para imediata divulgação.

Art. 12. A entidade responsável pela organização da competição dará publicidade à súmula e aos relatórios da partida no sítio de que trata o parágrafo único do art. 5º até as quatorze horas do primeiro dia útil subsequente ao da realização da partida.

#### CAPÍTULO IV

##### DA SEGURANÇA DO TORCEDOR PARTICIPE DO EVENTO ESPORTIVO

Art. 13. O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas. Parágrafo único. Será assegurado acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão:

I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos;

II - informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, dentre outros, aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança da partida, especialmente:

- a) o local;
- b) o horário de abertura do estádio;
- c) a capacidade de público do estádio; e
- d) a expectativa de público;

III - colocar à disposição do torcedor orientadores e serviço de atendimento para que aquele encaminhe suas reclamações no momento da partida, em local:

- a) amplamente divulgado e de fácil acesso; e
- b) situado no estádio.

§ 1º É dever da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solucionar imediatamente, sempre que possível, as reclamações dirigidas ao serviço de atendimento referido no inciso III, bem como reportá-las ao Ouvidor da Competição e, nos casos relacionados à violação de direitos e interesses de consumidores, aos órgãos de defesa e proteção do consumidor.

§ 2º Perderá o mando de campo por, no mínimo, dois meses, sem prejuízo das sanções cabíveis, a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo que não observar o disposto no **caput** deste artigo.

Art. 15. O detentor do mando de jogo será uma das entidades de prática desportiva envolvidas na partida, de acordo com os critérios definidos no regulamento da competição.

Art. 16. É dever da entidade responsável pela organização da competição:

I - confirmar, com até quarenta e oito horas de antecedência, o horário e o local da realização das partidas em que a definição das equipes dependa de resultado anterior;

II - contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio;

III – disponibilizar um médico e dois enfermeiros-padrão para cada dez mil torcedores presentes à partida;

IV – disponibilizar uma ambulância para cada dez mil torcedores presentes à partida;  
e

V – comunicar previamente à autoridade de saúde a realização do evento.

Art. 17. É direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes a segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.

§ 1º Os planos de ação de que trata o **caput**:

I - serão elaborados pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão; e

II - deverão ser apresentados previamente aos órgãos responsáveis pela segurança pública das localidades em que se realizarão as partidas da competição.

§ 2o Planos de ação especiais poderão ser apresentados em relação a eventos esportivos com excepcional expectativa de público.

§ 3o Os planos de ação serão divulgados no sítio dedicado à competição de que trata o parágrafo único do art. 5o no mesmo prazo de publicação do regulamento definitivo da competição.

Art. 18. Os estádios com capacidade superior a vinte mil pessoas deverão manter central técnica de informações, com infra-estrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente.

Art. 19. As entidades responsáveis pela organização da competição, bem como seus dirigentes respondem solidariamente com as entidades de que trata o art. 15 e seus dirigentes, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste capítulo.

## CAPÍTULO V

### DOS INGRESSOS

Art. 20. É direito do torcedor partícipe que os ingressos para as partidas integrantes de competições profissionais sejam colocados à venda até setenta e duas horas antes do início da partida correspondente.

§ 1o O prazo referido no **caput** será de quarenta e oito horas nas partidas em que:

I - as equipes sejam definidas a partir de jogos eliminatórios; e

II - a realização não seja possível prever com antecedência de quatro dias.

§ 2o A venda deverá ser realizada por sistema que assegure a sua agilidade e amplo acesso à informação.

§ 3o É assegurado ao torcedor partícipe o fornecimento de comprovante de pagamento, logo após a aquisição dos ingressos.

§ 4o Não será exigida, em qualquer hipótese, a devolução do comprovante de que trata o

§ 3o.

§ 5o Nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisão, a venda de ingressos será realizada em, pelo menos, cinco postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade.

Art. 21. A entidade detentora do mando de jogo implementará, na organização da emissão e venda de ingressos, sistema de segurança contra falsificações, fraudes e outras práticas que contribuam para a evasão da receita decorrente do evento esportivo.

Art. 22. São direitos do torcedor partícipe:

I - que todos os ingressos emitidos sejam numerados; e

II - ocupar o local correspondente ao número constante do ingresso.

§ 1o O disposto no inciso II não se aplica aos locais já existentes para assistência em pé, nas competições que o permitirem, limitando-se, nesses locais, o número de pessoas, de acordo com critérios de saúde, segurança e bem-estar.

§ 2o missão de ingressos e o acesso ao estádio na primeira divisão da principal competição nacional e nas partidas finais das competições eliminatórias de âmbito nacional deverão ser realizados por meio de sistema eletrônico que viabilize a fiscalização e o controle da quantidade de público e do movimento financeiro da partida.

§ 3o O disposto no § 2o não se aplica aos eventos esportivos realizados em estádios com capacidade inferior a vinte mil pessoas.

Art. 23. A entidade responsável pela organização da competição apresentará ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos estádios a serem utilizados na competição.

§ 1o Os laudos atestarão a real capacidade de público dos estádios, bem como suas condições de segurança.

§ 2o Perderá o mando de jogo por, no mínimo, seis meses, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a entidade de prática desportiva detentora do mando do jogo em que:

I - tenha sido colocado à venda número de ingressos maior do que a capacidade de público do estádio; ou

II - tenham entrado pessoas em número maior do que a capacidade de público do estádio.

Art. 24. É direito do torcedor partícipe que conste no ingresso o preço pago por ele.

§ 1º Os valores estampados nos ingressos destinados a um mesmo setor do estádio não poderão ser diferentes entre si, nem daqueles divulgados antes da partida pela entidade detentora do mando de jogo.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica aos casos de venda antecipada de carnê para um conjunto de, no mínimo, três partidas de uma mesma equipe, bem como na venda de ingresso com redução de preço decorrente de previsão legal.

Art. 25. O controle e a fiscalização do acesso do público ao estádio com capacidade para mais de vinte mil pessoas deverá contar com meio de monitoramento por imagem das catracas, sem prejuízo do disposto no art. 18 desta Lei.

## CAPÍTULO VI

### DO TRANSPORTE

Art. 26. Em relação ao transporte de torcedores para eventos esportivos, fica assegurado ao torcedor partícipe:

I - o acesso a transporte seguro e organizado;

II - a ampla divulgação das providências tomadas em relação ao acesso ao local da partida, seja em transporte público ou privado; e

III - a organização das imediações do estádio em que será disputada a partida, bem como suas entradas e saídas, de modo a viabilizar, sempre que possível, o acesso seguro e rápido ao evento, na entrada, e aos meios de transporte, na saída.

Art. 27. A entidade responsável pela organização da competição e a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solicitarão formalmente, direto ou mediante convênio, ao Poder Público competente:

I - serviços de estacionamento para uso por torcedores partícipes durante a realização de eventos esportivos, assegurando a estes acesso a serviço organizado de transporte para o estádio, ainda que oneroso; e

II - meio de transporte, ainda que oneroso, para condução de idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência física aos estádios, partindo de locais de fácil acesso, previamente determinados.

Parágrafo único. O cumprimento do disposto neste artigo fica dispensado na hipótese de evento esportivo realizado em estádio com capacidade inferior a vinte mil pessoas.

## CAPÍTULO VII

### DA ALIMENTAÇÃO E DA HIGIENE

Art. 28. O torcedor partícipe tem direito à higiene e à qualidade das instalações físicas dos estádios e dos produtos alimentícios vendidos no local.

§ 1º O Poder Público, por meio de seus órgãos de vigilância sanitária, verificará o cumprimento do disposto neste artigo, na forma da legislação em vigor.

§ 2º É vedado impor preços excessivos ou aumentar sem justa causa os preços dos produtos alimentícios comercializados no local de realização do evento esportivo.

Art. 29. É direito do torcedor partícipe que os estádios possuam sanitários em número compatível com sua capacidade de público, em plenas condições de limpeza e funcionamento.

Parágrafo único. Os laudos de que trata o art. 23 deverão aferir o número de sanitários em condições de uso e emitir parecer sobre a sua compatibilidade com a capacidade de público do estádio.

## CAPÍTULO VIII

### DA RELAÇÃO COM A ARBITRAGEM ESPORTIVA

Art. 30. É direito do torcedor que a arbitragem das competições desportivas seja independente, imparcial, previamente remunerada e isenta de pressões.

Parágrafo único. A remuneração do árbitro e de seus auxiliares será de responsabilidade da entidade de administração do desporto ou da liga organizadora do evento esportivo.

Art. 31. A entidade detentora do mando do jogo e seus dirigentes deverão convocar os agentes públicos de segurança visando a garantia da integridade física do árbitro e de seus auxiliares.

Art. 32. É direito do torcedor que os árbitros de cada partida sejam escolhidos mediante sorteio, dentre aqueles previamente selecionados.

§ 1º O sorteio será realizado no mínimo quarenta e oito horas antes de cada rodada, em local e data previamente definidos.

§ 2º O sorteio será aberto ao público, garantida sua ampla divulgação.

## CAPÍTULO IX

### DA RELAÇÃO COM A ENTIDADE DE PRÁTICA DESPORTIVA

Art. 33. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, cada entidade de prática desportiva fará publicar documento que contemple as diretrizes básicas de seu relacionamento com os torcedores, disciplinando, obrigatoriamente:

I - o acesso ao estádio e aos locais de venda dos ingressos;

II - mecanismos de transparência financeira da entidade, inclusive com disposições relativas à realização de auditorias independentes, observado o disposto no art. 46-A da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998; e

III - a comunicação entre o torcedor e a entidade de prática desportiva. Parágrafo único. A comunicação entre o torcedor e a entidade de prática desportiva de que trata o inciso III do **caput** poderá, dentre outras medidas, ocorrer mediante:

I - a instalação de uma ouvidoria estável;

II - a constituição de um órgão consultivo formado por torcedores não-sócios; ou

III - reconhecimento da figura do sócio-torcedor, com direitos mais restritos que os dos demais sócios.

## CAPÍTULO X

### DA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 34. É direito do torcedor que os órgãos da Justiça Desportiva, no exercício de suas funções, observem os princípios da impessoalidade, da moralidade, da celeridade, da publicidade e da independência.



Art. 35. As decisões proferidas pelos órgãos da Justiça Desportiva devem ser, em qualquer hipótese, motivadas e ter a mesma publicidade que as decisões dos tribunais federais.

§ 1º Não correm em segredo de justiça os processos em curso perante a Justiça Desportiva.

§ 2º As decisões de que trata o **caput** serão disponibilizadas no sítio de que trata o parágrafo único do art. 5º.

Art. 36. São nulas as decisões proferidas que não observarem o disposto nos arts. 34 e 35.

## CAPÍTULO XI

### DAS PENALIDADES

Art. 37. Sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a entidade de administração do desporto, a liga ou a entidade de prática desportiva que violar ou de qualquer forma concorrer para a violação do disposto nesta Lei, observado o devido processo legal, incidirá nas seguintes sanções:

I – destituição de seus dirigentes, na hipótese de violação das regras de que tratam os Capítulos II, IV e V desta Lei;

II - suspensão por seis meses dos seus dirigentes, por violação dos dispositivos desta Lei não referidos no inciso I;

III - impedimento de gozar de qualquer benefício fiscal em âmbito federal; e

IV - suspensão por seis meses dos repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, sem prejuízo do disposto no art. 18 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998.

§ 1º Os dirigentes de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão sempre:

I - o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça as vezes; e

II - o dirigente que praticou a infração, ainda que por omissão.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, no âmbito de suas competências, multas em razão do descumprimento do disposto nesta Lei.

§ 3o A instauração do processo apuratório acarretará adoção cautelar do afastamento compulsório dos dirigentes e demais pessoas que, de forma direta ou indiretamente, puderem interferir prejudicialmente na completa elucidação dos fatos, além da suspensão dos repasses de verbas públicas, até a decisão final.

Art. 38. (VETADO)

Art. 39. O torcedor que promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores ficará impedido de comparecer às proximidades, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de três meses a um ano, de acordo com a gravidade da conduta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 1o Incorrerá nas mesmas penas o torcedor que promover tumulto, praticar ou incitar a violência num raio de cinco mil metros ao redor do local de realização do evento esportivo.

§ 2o A verificação do mau torcedor deverá ser feita pela sua conduta no evento esportivo ou por Boletins de Ocorrências Policiais lavrados.

§ 3o A apenação se dará por sentença dos juizados especiais criminais e deverá ser provocada pelo Ministério Público, pela polícia judiciária, por qualquer autoridade, pelo mando do evento esportivo ou por qualquer torcedor partícipe, mediante representação.

Art. 40. A defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo observará, no que couber, a mesma disciplina da defesa dos consumidores em juízo de que trata o Título III da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 41. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a defesa do torcedor, e, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do disposto nesta Lei, poderão:

I - constituir órgão especializado de defesa do torcedor; ou

II - atribuir a promoção e defesa do torcedor aos órgãos de defesa do consumidor.

## CAPÍTULO XII

## DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. O Conselho Nacional de Esportes – CNE promoverá, no prazo de seis meses, contado da publicação desta Lei, a adequação do Código de Justiça Desportiva ao disposto na Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, nesta Lei e em seus respectivos regulamentos.

Art. 43. Esta Lei aplica-se apenas ao desporto profissional.

Art. 44. O disposto no parágrafo único do art. 13, e nos arts. 18, 22, 25 e 33 entrará em vigor após seis meses da publicação desta Lei.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2003; 182º da Independência e 115º da República

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

Pesquisador responsável: Saulo Esteves de Camargo Prestes

**ESTE É UM CONVITE PARA VOCÊ PARTICIPAR VOLUNTARIAMENTE DE UM ESTUDO SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR NO ESTÁDIO DO CORITIBA FOOTBALL CLUB; INTITULADO: “O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E SUAS IMPLICAÇÕES NA RELAÇÃO DE OFERTA E DEMANDA NO FUTEBOL BRASILEIRO: O CASO DO CORITIBA FOOT BALL CLUB”**

Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento para participar ou não do estudo. Qualquer dúvida sobre o estudo ou sobre este documento pergunte ao pesquisador com que você está conversando neste momento.

#### OBJETIVO DO ESTUDO

O presente estudo tem como objetivo principal: Identificar as alterações nas relações estabelecidas entre o Coritiba Foot Ball Club e seus torcedores em decorrência da implantação do Estatuto de Defesa do Torcedor.

#### PROCEDIMENTOS

Caso você aceite participar da pesquisa; a mesma procederá da seguinte maneira: Com a intenção de compreendermos as experiências daqueles agentes mais diretamente envolvidos com a aplicação do Estatuto de Defesa do Torcedor (clubes e torcedores) utilizaremos como instrumento de coleta de dados a entrevista, a qual será gravada e transcrita para a posterior análise de seu conteúdo. Após as transcrições, todas as gravações serão apagadas dos arquivos. O tempo de duração das entrevistas não será superior a 20 minutos.

#### DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO

A participação na pesquisa não acarretará qualquer tipo de despesa ao participante; pois o mesmo já se encontrará acomodado no interior do estádio no

momento da realização das entrevistas. Afirmamos que a participação na pesquisa é estritamente voluntária; portanto, aos participantes não será concedida qualquer recompensa material ao aceitarem o convite de participação

#### PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é *voluntária*. Mesmo que você decida participar, terá plena e total liberdade para desistir do estudo a qualquer momento, sem que isso lhe cause qualquer prejuízo. Destacamos que a sua participação na pesquisa poderá auxiliar na elaboração de ações, organizadas pelo Coritiba Foot Ball Club e pelas três instâncias governamentais (municipal, estadual e federal), visando melhorias nos atendimentos prestados aos torcedores. Caso você sinta qualquer tipo de desconforto ou inibição durante a entrevista, lhe é reservado o direito e abandoná-la ou deixar de responder a determinadas questões.

#### GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE

As informações sobre o estudo poderão ser inspecionadas pelas autoridades legais, no entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada (a identidade dos participantes será preservada), para que a confidencialidade seja mantida.

#### ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Você pode e deve fazer todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo.

#### IDENTIFICAÇÃO

A sua identificação será confidencial. Os resultados do estudo serão publicados sem revelar a sua identidade.

#### EQUIPE DE PESQUISADORES

Os pesquisadores envolvidos nesse projeto são:

Saulo Esteves de Camargo Prestes – Endereço: Av. Iguaçu 881 AP-406 A –  
Rebouças, Curitiba-PR Tel: (41) 33227176 ou (41) 88519129

\*O pesquisador se encontra no referido endereço habitualmente nas quartas e sextas-feiras durante o período da tarde

### COMITÊ DE ÉTICA DO SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Fui informado que este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Setor de Ciências da Saúde e que no caso de qualquer problema ou reclamação em relação à conduta dos pesquisadores deste projeto, poderei procurar o referido Comitê, localizado na Direção do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná.

Diante do exposto acima eu, \_\_\_\_\_ abaixo assinado,

declaro que fui esclarecido sobre os objetivos do presente estudo. Concedo meu acordo de participação de livre e espontânea vontade. Foi-me assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento, se eu assim o desejar. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos nesse projeto (ou seja os pesquisadores desse projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar dessa pesquisa.

Curitiba, de \_\_\_\_\_ de 2009-2010

\_\_\_\_\_  
(Nome do sujeito experimental)

\_\_\_\_\_  
.....

\_\_\_\_\_  
Saulo Esteves de Camargo Prestes

Pesquisados responsável

## APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS TORCEDORES

1 - SEXO: Masculino ( ) Feminino ( )

2 - IDADE:

3 - COM QUE FREQUÊNCIA VEM AO ESTÁDIO ? :

Uma vez ao mês ( ) Duas a três vezes ao mês ( ) Todos os jogos ( )  
Esporadicamente ( )

4 – QUAL SETOR DO ESTÁDIO COSTUMA OCUPAR ?

Cadeiras sociais ( ) Cadeiras da Rua Mauá ( ) Camarotes ( ) Arquibancadas ( )

5 – HÁ QUANTO TEMPO FREQUENTA O ESTÁDIO ?:

6 – PERTENCE À TORCIDA ORGANIZADA ?:

Sim ( ) Não ( )

## TÓPICOS A SEREM ABORDADOS NA ENTREVISTA

Você conhece o EDT ?

O que você sabe sobre as disposições do EDT ?

O que você tem a dizer sobre as mudanças na infra-estrutura e no atendimento ao torcedor realizadas pelo Coritiba Foot Ball Club ?

Qual (ou quais) mudanças significaram efetivas melhorias nas condições de conforto, higiene, segurança etc ao torcedor ?

Você identifica mudanças no comportamento dos torcedores nesses últimos anos após a implementação do EDT ?

Quais mudanças você sugeriria ao Coritiba Foot Ball Club para melhorias nas condições de higiene, conforto, segurança etc ao torcedor ?

Você conhece alguma ação partida do Coritiba ou de outra instituição para a divulgação do EDT ?

Você já se valeu dos seus direitos garantidos pelo EDT ?

Se não, por que ?

Como você compreende a relação entre o Coritiba e seu torcedor no que se refere à promoção do evento esportivo (jogo de futebol) ?

O que você sugere para que o EDT seja cumprido efetivamente ?

O que é essencial em sua opinião quando você vem assistir ao jogo no estádio ? O que deve ser oferecido com caráter de prioridade ?